

**ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE REMANESCENTE DE
QUILOMBO DE PEIXE BRAVO**

**PLANO DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL
DO QUILOMBO DE PEIXE BRAVO**



**RELATÓRIO ANTROPOLÓGICO DE CARACTERIZAÇÃO
HISTÓRICA, SOCIOECONÔMICA, AMBIENTAL E CULTURAL
DA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO DE PEIXE BRAVO**



APOIO TÉCNICO E FINANCEIRO: PROJETO RE-EXISTIR – CAA/IEB/CEPF

RIACHO DOS MACHADOS / RIO PARDO DE MINAS

2021

ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO DE PEIXE BRABO

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL

Dr. João Batista de Almeida Costa – Antropólogo e Coordenação

Ms. Graziano Leal Fonseca - Antropólogo

Ms. Lucivaldo Gomes da Silva - Antropólogo

APOIO TÉCNICO

Dr. Carlos Alberto Dayrell – Engenheiro agrônomo e Coordenação

Eliseu José de Oliveira – Agricultor/Geraizeiro

Gilda Fernanda do Carmo Souza - Geraizeira

Ms. João Marques Chiles – Engenheiro agrônomo / Geraizeiro

Matheus Vinícius Ferreira– Geógrafo

Ms. Raquel Monteiro Marques - Bióloga

Samuel Leite Caetano – Historiador/Geraizeiro

Valdir Dias da Silva - Ciências da Natureza/Educação do Campo/Geraizeiro

Instituto Prístino: **Felipe Fonseca do Carmo; Flávio Fonseca do Carmo; Luciana**

Hiromi Yoshino Kamino; Rogério Tobias Junior

Rede Mata Seca: **Mário Marcos do Espírito Santo**

RIACHO DOS MACHADOS / RIO PARDO DE MINAS,

2021

SUMÁRIO

Introdução	9
Fundamentos Teóricos-metodológicos	10
Comunidade e a organização social em um quilombo: fundamentos conceituais	12
Identidade e etnicidade: teorização	14
Terras ou território?.....	17
Sobre o método etnográfico	22
O Trabalho de Campo realizado.....	25
CAPÍTULO 1: Identidade étnica em Peixe Bravo	30
CAPÍTULO 2: A ocupação de uma <i>terra de ninguém</i> e o Quilombo de Peixe Brabo.....	36
Caracterização da comunidade de Peixe Bravo e processos vividos	37
Caracterização dos municípios de Riacho dos Machados e Rio Pardo de Minas	52
CAPÍTULO 3: Organização social, patrimônio e manifestações culturais.....	59
Critérios de pertencimento à coletividade	62
A secessão e reagrupamento de membros da comunidade.....	65
Descrição genealógica.....	67
Redes internas e externas de reciprocidade.....	72
Relações sociais e relações políticas, articuladas	73
Patrimônio arqueológico e cultural no território quilombola de Peixe bravo	75
Patrimônio imaterial do Quilombo de Peixe Brabo	78
CAPÍTULO 4: Ambiente e produção.....	86
Caracterização ambiental	86
Os Ambientes, Apropriação e Usos	100
Os Sistemas Produtivos e a Organização da Produção	113
Alimentação	130
Migração	137
CAPÍTULO 5: Território de Peixe Bravo: conflitos vivenciados e marcos de territorialidade	142
Marcos de territorialidade quilombola em Peixe Bravo.....	150
Quilombo do Peixe Brabo: Sustentabilidade nas Propostas de Uso e Ocupação do Território	155
Delimitação do território do Quilombo de Peixe Brabo.....	162
Memorial descritivo	165
Considerações finais.....	179
Bibliografia	182
ANEXOS	189

CERTIDÃO DE AUTODEFINIÇÃO.....	190
RELAÇÃO DE MORADIAS – RIACHO DOS MACHADOS	191
RELAÇÃO DE MORADIAS – RIO PARDO DE MINAS.....	194
TABELAS.....	216

LISTA DE SIGLAS

ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

APCR – Apoio às Pequenas Comunidades Rurais

ASA – Associação do Semi-árido

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

CAA-NM – Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas

CEPF Cerrado – Critical Ecosystem Partnership Fund - Cerrado

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco

CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos

DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral

FAEMG – Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais

FDSNM – Fórum de Desenvolvimento Social do Norte de Minas

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

ITER – Instituto de Terra

N'GOLO – Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais

PALMARES – Fundação Cultural Palmares

PAPP – Programa de Apoio ao Pequeno Produtor

PCPR – Programa de Combate à Pobreza Rural

RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável

RURALMINAS – Fundação Rural Mineira

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUPRAM – Superintendência Regional do Meio Ambiente

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

Unimontes – Universidade Estadual de Montes Claros

LISTA DE FIGURAS

- Figura 01** – Geossistemas ferruginosos (polígonos vermelhos) do vale do rio Peixe Bravo
- Figura 02** – O rio Peixe Bravo, seus afluentes e a indicação dos municípios
- Figura 03** – Mapa de localização da Comunidade nos limites dos municípios
- Figura 04** – Quilombo de Peixe Brabo e localidades
- Figura 05** – Tabela com as características das 10 cavernas no interior do território quilombola
- Figura 06** – Localização do Território de Peixe Bravo
- Figura 07** – Gráfico de precipitação acumulada de acordo com a Estação de Salinas, a mais próxima do Território
- Figura 08** – Geologia do Território Quilombola de Peixe Bravo
- Figura 09** – Relevo do Território Quilombola de Peixe Bravo
- Figura 10** – Distribuição quantitativa do relevo
- Figura 11** - Hipsometria do Território Quilombola de Peixe Bravo.
- Figura 12** – Solos do Território Quilombola de Peixe Bravo
- Figura 13** – Usos e coberturas de terras do Quilombo de Peixe Brabo
- Figura 14** – Áreas prioritárias para conservação sobrepostas ao Território de Peixe Bravo
- Figura 15** – Áreas-chaves para a conservação de plantas raras
- Figura 16** – Distribuição de câmeras Trap no vale do rio Peixe Bravo
- Figura 17** – Mapa de localização das famílias visitadas no Quilombo de Peixe Brabo
- Figura 18** – Perfil transversal do Território do Quilombo de Peixe Brabo
- Figura 19** 0 Unidades de paisagem do Território Quilombola de Peixe Bravp
- Figura 20** – Marcos de Territorialidade no Quilombo de Peixe Brabo
- Figura 21** – Mapa demonstrativo da proposta de uso e ocupação do Território do Quilombo de Peixe Brabo
- Figura 22** – Estratificação dos ambientes em uma unidade produtiva familiar na margem do rio Vacaria
- Figura 23** - Estratificação dos ambientes em uma unidade produtiva familiar na margem do rio Peixe Bravo
- Figura 24** – Delimitação territorial proposta do Quilombo de Peixe Brabo

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Distribuição das áreas do relevo no Território de Peixe Bravo

Tabela 02 – Distribuição do uso e ocupação de terras no Território Quilombola de Peixe Bravo

Tabela 03 – Áreas de relevante interesse para a conservação do Quilombo de Peixe Brabo

Tabela 04 – Lista de espécies de plantas registradas no Território do Quilombo de Peixe Brabo (Em anexo)

Tabela 05 – Lista da fauna de mamíferos de médio e grande porte registrados no vale do rio Peixe Bravo (Em anexo)

Tabela 06 – Lista de aves registradas no Território do Quilombo de Peixe Brabo (Em anexo)

Tabela 07 – Lista de taxa de famílias de invertebrados encontrados nas cavernas do vale do rio Peixe Bravo (Em anexo)

Tabela 08 – Estratificação do Território do Quilombo de Peixe Brabo

Tabela 09 – Distribuição quantitativa em áreas das unidades de paisagem

Tabela 10 – Identificação de variedades de espécies e quantidades cultivadas pelas famílias

Tabela 11 – Espécies e variedades vegetais manuseadas de acordo com os subsistemas agrícolas no Quilombo de Peixe Brabo

Tabela 12 – Proposta de uso e ocupação do Território do Quilombo de Peixe Brabo

Tabela 13 – Distribuição das áreas em uma unidade produtora familiar nas margens do rio Vacaria

Tabela 14 - Distribuição das áreas em uma unidade produtora familiar nas margens do rio Peixe Bravo

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 01 – Reunião de apresentação da proposta de realização da perícia antropológica

Foto 02 - Conversação no trabalho de campo

Foto 03 - Visões parciais do Quilombo de Peixe Brabo

Foto 04 – Visão da área de concentração de equipamentos públicos

Foto 05 – Igreja de Bom Jesus e Todos os Santos, antiga com cemitério e nova

Foto 06 - Casa com banheiro da FUNASA, sistema familiar de abastecimento de água e canos para a caixa de água de chuva

Foto 07 – Motos e mata burros em Peixe Bravo

Foto 08 – Maria Celsa e artefatos do passado

Foto 09 – Técnicas arquitetônicas

Foto 10 – Pequizeirão, símbolo do Cerrado defendido, na área da RDS Nascentes dos Gerais

Foto 11 – Romaria para a entrega da imagem de Santa Luzia

Foto 12 – Igreja de Santos Reis

Foto 13 – Foliões e a catira

Foto 14 – Capela de São Sebastião e escola local antigas

Foto 15 – Marco colocado em uma das áreas familiares em Peixe Bravo

Foto 16 – Paisagem da Comunidade Quilombola de Peixe Bravo

Foto 17 – Seu Geraldinho narrando histórias da comunidade

Foto 18 – Seu Geraldinho mostra a Lapa do Migué: um dos marcos de territorialidade

Foto 19 – Dona Jacira em uma trilha explica o que é um tabuleiro e as plantas que predominam na paisagem

Foto 20 – Paisagem de área da baixada à beira do rio Peixe Bravo com área de plantação de milho, urucum e outras plantas

Foto 21 - |Paisagem da área de Brota e transição com a serra: antiga área de cultivo e hoje de solta de gado

Foto 22 – Jatobá Torto, centenário: marco de territorialidade para pouso de antigos tropeiros

Foto 23 – Pé de algodão no quintal de Seu Geraldo Lourenço

Foto 24 – D. Elvira e Seu Celestino em frente à área de roça

Foto 25 – Elvira e Celestino: agricultores apresentam as raízes de amendoim e a roça de milho perdidos pós veranico

Foto 26 – Dona Elvira em sua roça de amendoim e ao lado a roça biodiversa de Dona Jacira

Foto 27 – Roça de Quintal com melancia, feijão-gorutuba e mandioca

Foto 28 - Roça de Quintal com melancia, feijão-gorutuba e milho

Foto 29 – Horta com quiabo, alface, abóbora e outras

Foto 30 – No quintal de Sr. Joaquim: melancias e pés de abóboras ao lado da casa

Foto 31 – Roça de Quintal de Adilson com milho, feijão-gorutuba e feijão carioca

Foto 32 – Dona Jacira e o feijão mongalô e o Sr. Joaquim com sua melancia crioula

Foto 33 – Área de feijão irrigado de José Pereira e Elenice

Foto 34 - Dona Eva em sua roça de milho e feijão-gorutuba

Foto 35 – dona |Maria Celsa: objetos antigos

Foto 36 – Dona Jacira com mongolô, maracujá e a roça de feijão-gorutuba, amendoim e milho ao fundo

Foto 37 – Gamela de madeira para bater pequi e trabalhar com farinha e rodo de madeira coiteba (cuia) para torrar farinha

Foto 38 – Seu Joaquim e a esposa Ana ao lado do forno de pedra e olhando seu quintal em produção

Foto 39 – D. Maria Celsa: antiga lamparina guardada em casa

Foto 40 – D. Maria Celsa: parteira do Quilombo de Peixe Brabo

Foto 41 – Forno de pedra

Foto 42 – Produção de feijão de José Pereira no terreiro e ao sol para secar

Foto 43 – Marco colocado em uma das áreas familiares em Peixe Bravo

Introdução

A Comunidade Remanescente de Quilombo de Peixe Brabo, município de Riacho dos Machados / MG, é certificada pela Fundação Cultural Palmares por meio do Registro 1089 fl. 105 / Cadastro 1011 de 15/102008 e publicado no Diário Oficial da União em 15/12/2008. Ela está localizada nas margens do curso d'água que lhe dá nome e é o limite natural entre os municípios de Riacho dos Machados, cuja cidade fica a 53 quilômetros de distância, e de Rio Pardo de Minas, com sua sede a 83 quilômetros de distância de Montes Claros, principal cidade da região norte mineira a 176 quilômetros de distância e de Belo Horizonte, capital do Estado de Minas Gerais a 587 quilômetros de distância.

Na reunião de apresentação deste Relatório quando foi projetado para que todos pudessem ver o que lhes foi mostrado foi levantada uma questão que passou a ser incorporada neste Relatório e daqui para a frente, não mudando apenas o nome da entidade. A denominação não é Peixe Bravo, mas Peixe Brabo, pois o peixe brabo raramente é pego, pois sempre escapole a qualquer tentativa de se pescá-lo e os Pereira da Silva que foram os primeiros a chegarem às margens do rio onde se fixaram historicamente têm escapolido das armadilhas que, os que cobiçam seu território, armam para aprisiona-los.

Este Relatório Antropológico de caracterização histórica, socioeconômica, ambiental e cultural da Comunidade Remanescente de Quilombo de Peixe Brabo constitui-se peça técnica construída por essa coletividade como contribuição ao processo de regularização fundiária de seu território. A entidade está apoiada no Parágrafo Terceiro do Artigo Segundo do Decreto 4887 de 20 de novembro de 2003 da Presidência da República do Brasil, que dispõe ser “facultado à comunidade interessada apresentar as peças técnicas para a instrução procedimental”. A Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo de Peixe Brabo encaminhará à Superintendência de Minas Gerais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária cópia deste relatório para anexação ao processo administrativo 54170 000670/2009-40.

Em 18 de abril de 2013 foi realizada reunião de apresentação do processo de regularização fundiária, conforme declaração com 9 páginas e 183 assinaturas (Em anexo) em que “declaram, perante a Superintendência Regional do INCRA em Minas Gerais, ter interesse pela regularização fundiária do território em questão”. Na ocasião foi apresentado o antropólogo João Batista de Almeida Costa como coordenador do Grupo de Trabalho que realizaria a coleta de informações sobre a comunidade de acordo com a

Instrução Normativa 57/2009 do INCRA e o Relatório Antropológico. Em decorrência de ameaças de morte dos membros do GT por pistoleiro, vinculado a um grupo de grileiros denominado “Os Pulu”, a coleta de dados não foi realizada naquele período. No decorrer do histórico a ser narrado após esta introdução, maiores informações sobre tal acontecimento serão apresentadas.

O Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas – CAA-NM viabilizou a elaboração do relatório antropológico através do Projeto Re-Existir apoiado pelo Fundo Internacional Critical Ecosystem Partnership (CAA/IEB/CEPF) visando “preservar o cerrado do Norte de Minas Gerais através do manejo sustentável dos territórios tradicionais”. Com o aporte financeiro da entidade internacional o relatório antropológico foi elaborado como um instrumento do Plano de Etnodesenvolvimento da Comunidade Quilombola de Peixe Brabo.

Fundamentos Teóricos-metodológicos

A elaboração de um Relatório Antropológico em resposta aos quesitos da Instrução Normativa 57/2009 do INCRA possui como princípio compreender interpretativamente como o referencial simbólico e as representações coletivas se vinculam às múltiplas formas de como os membros de um grupo negro se veem e como são vistos. Ou seja, a auto atribuição de si mesmos como quilombolas, desde que passaram a acionar a emergente identidade de remanescentes de quilombo ou quilombola, positivada na Constituição de 1988. Esta perspectiva se constitui em estratégia política para negociação de direitos sociais dos quais se encontravam excluídos ao longo do tempo. Frente a esta situação discriminatória e excludente, os moradores de Peixe Bravo, como tantas outras comunidades negras rurais, lutam para serem protagonistas na conquista de “direitos insurgentes” na Constituição Federal do Brasil de 1988, perspectiva discutida por Arruti (1996) em seus estudos em outras coletividades negras brasileiras.

Contemporaneamente, o termo quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica e, tampouco, trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma, os quilombos nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas

de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio. A identidade desses grupos também não se define pelo tamanho e número de seus membros, mas pela experiência vivida e as versões compartilhadas de uma trajetória comum além da continuidade de si enquanto grupo. Neste sentido, constituem grupos étnicos conceitualmente definidos pela antropologia como “um tipo organizacional que confere pertencimento através de normas e meios empregados para indicar afiliação ou exclusão” (O’DWYER, 1995).

Ainda sobre a concepção de quilombo, compreendida

como um processo de produção camponesa autônoma, consideram-se uma diversidade de situações sociais que apontam para a existência de sistemas distintos e não reconhecidos legalmente de apossamento e uso comum da terra na estrutura agrária brasileira, perpassados por fatores étnicos, como as chamadas ‘terras de preto, terras de santo e terras de índio’ (ALMEIDA, 2002, p. 43-81).

O material etnográfico acumulado nas pesquisas sobre comunidades negras rurais sugere, ainda, que do ponto de vista dos sujeitos quilombolas, a legitimidade do pleito encontra-se fundamentada, igualmente, na atribuição das terras de quilombo “ao patrimônio do santo e/ou da santa”, constituído através de doação. Deste modo, em se tratando das chamadas “terras de preto, terras de santo e terras de índio” (ALMEIDA, 1987/88) - situações sociais não reconhecidas pela legislação agrária brasileira - o elemento étnico se faz presente na autodefinição de cada grupo por uma origem comum presumida, constatada em situações de terras indivisas de herdeiros de um antepassado comum vivendo em terras devolutas, como no caso em apreciação.

No Artigo 2 do Decreto 4.887 / 2003

consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnico raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2003)

Cabe salientar que entre as diversas compreensões da questão quilombola em disputa no campo social, agrário e político brasileiro na atualidade, ainda predomina para a elite agrária a visão do quilombo como uma ocupação irregular de terras feita por escravos fugidos e, contemporaneamente, como um bando de sem terras, desocupados, violentando a legislação brasileira.

Assim, o fato do pressuposto legal fazer menção a um conjunto possível de indivíduos ou coletividades sociais organizadas, é possível conceituá-los sob uma perspectiva

antropológica mais recente. Trata-se de grupos étnicos, que existem ou persistem ao longo da história como um “tipo organizacional” segundo processos de exclusão e inclusão que permitem definir os limites entre os considerados “de dentro” e “de fora” (BARTH, 2000, p. 31). Para O’Dwyer (2002, p. 15) a demarcação das fronteiras ocorre “sem qualquer referência necessária à preservação de diferenças culturais herdadas que possam ser facilmente identificáveis por qualquer observador externo, supostamente produzidas pela manutenção de um pretense isolamento geográfico e/ou social através do tempo”.

Comunidade e a organização social em um quilombo: fundamentos conceituais

O termo “comunidade” usado pelos moradores de uma localidade para se referirem ao conjunto de pessoas, bens e espaço transmite uma ideia de totalidade e relações interpessoais igualitárias, o que parece ser estratégico ao grupo na sua autodefinição como remanescente de quilombo visando o reconhecimento de direitos territoriais definidos pela Constituição Federal de 1988. Contudo, é preciso separar o significado empírico do termo de seus usos para fins analíticos.

A noção de comunidade surge no Brasil a partir da década de 1950 com os chamados “estudos de comunidade”. Alguns desses estudos sofrem influência da nascente “antropologia das sociedades complexas”, e incorporam as contribuições de Redfield (1955) sobre como as sociedades camponesas marcadas por um relativo isolamento são atingidas por valores oriundos dos segmentos urbanos.

Ainda que na antropologia a questão da comunidade tenha emergido na perspectiva do isolamento de um grupo humano, são considerados neste relatório os resultados de estudos desenvolvidos com grupos rurais em vinte e duas localidades no norte de Minas, em diálogo com os principais teóricos da noção de comunidade, tais como os estudos de Eric Wolf apresentados por Feldman-Bianco e Ribeiro (2003), Firth (1974), Diegues (1994) e Cunha (2009). Nestes estudos, apresentados por Costa e Oliveira (2012), conclui-se por um lado que *comunidade* e por outro lado que sua *tradicionalidade* caracteriza grupos sociais que desenvolvem:

- a) dinâmicas temporais de vinculação a um espaço físico que se torna território coletivo pela transformação da natureza por meio do trabalho de seus fundadores que nele se instalaram;

- b) um saber peculiar, resultante das múltiplas formas de relações integradas à natureza, constituído por conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição ou pela interface com as dinâmicas da sociedade envolvente;
- c) uma relativa autonomia para a reprodução de seus membros e da coletividade como uma totalidade social articulada com o “mundo de fora”, ainda que quase invisíveis;
- d) o reconhecimento de si como uma comunidade presente herdeira de nomes, tradições, lugares socializados, direitos de posse e proveito de um território ancestral;
- e) a atualização pela memória da historicidade de lutas e de resistências no passado e no presente para permanecerem no território ancestral;
- f) a experiência da vida em um território cercado e/ou ameaçado;
- g) estratégias atuais de acesso a direitos, a mercados de bens menos periféricos e à conservação ambiental (BRANDÃO, 2012: 379).

A noção de comunidade, bem como sua reformulação, possibilita reflexões sobre a situação social de qualquer coletividade rural na atualidade, devendo ser articulada ao processo de transformação das relações sociais de quilombolas históricos, vivendo autonomamente em um território livre e solto para agricultores familiares que, encurralados por fazendas, eucaliptais, empresas de mineração, dentre outras situações, necessitam manter relações de trabalho com as empresas agropecuárias que se instalaram nas terras de seus antepassados.

Como se verá no decorrer deste relatório antropológico de caracterização da comunidade quilombola periciada em que todos os sete itens destacados por Brandão (2012) - constantes da definição de comunidade tradicional que operacionalizou pesquisas em coletividades rurais no norte de Minas – podem ser recorrentes em Peixe Bravo. As questões definidas pela própria Instrução Normativa 57 / 2009 do INCRA que operacionalizam o trabalho antropológico propiciam a aproximação dos itens acima referenciados e requerem um tratamento, cada um em seu devido tempo, de forma êmica e particularizada, ainda que se procure ampliar a possibilidade de compreensão dos processos históricos vividos pela coletividade.

Outro ponto central nesta discussão é buscar um entendimento da organização social dos remanescentes de qualquer comunidade remanescente de quilombo numa perspectiva desfocada das concepções biológicas naturalmente dominantes no cenário das relações individuais e familiares. Considera-se uma percepção social do papel efetivo do parentesco, do pertencimento a um lugar e da diferenciação construída politicamente pelo grupo frente a outros grupos, negros ou não, para a autoafirmação identitária dessa

comunidade enquanto quilombola, a par do direito vinculado ao Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988.

A pergunta certa a ser feita neste contexto é relacionada à forma em que a organização social atua como importante instrumento de reafirmação, não apenas genealógica no âmbito das complexidades parentais, mas sim sob o aspecto documental juridicamente aceito e amplamente reproduzido socialmente pela comunidade, por meio da memória que conecta seus membros a um ancestral comum e a um conjunto de pessoas relacionadas entre si por laços consanguíneos, de casamento e/ou espirituais.

Assim é condição necessária e suficiente a existência de uma coletividade que se identifica como quilombola e cuja reprodução exige uma relação regular com um conjunto de recursos sociais, culturais, econômicos, espirituais e ambientais ancorados em um dado espaço físico.

A identidade se faz objeto de análise de pesquisadores diversos, sobre várias perspectivas e abordagens que buscam o entendimento daquilo que a coletividade seleciona para evidenciar sua singularidade, bem como das peculiaridades dos vínculos possíveis entre identidade e modernidade na realidade contemporânea.

A multiplicação das diferenças ainda reproduz os efeitos do século passado, no qual toda sociedade é socialmente reproduzida em contraposição ao outro, numa situação histórica específica. O movimento quilombola de luta por direitos históricos juridicamente reconhecidos pela Constituição Federal enquadra-se nesta perspectiva. A identidade quilombola que existiu até 1988 foi resgatada da história nacional e emergiu diferenciadamente deste período, porque a ela foi vinculado um direito coletivo deste sujeito de direito emergente, como discutido por Arruti (1997), que no passado histórico era *persona non juridica*.

Identidade e etnicidade: teorização

A antropologia sempre procurou compreender as diferenças culturais como forma de explicar o outro exótico em terras distantes ou o outro próximo vivendo na mesma cidade que o estudioso. Partia-se da ideia de que grupos isolados metodologicamente são portadores de uma cultura única que se diferencia daquelas que as circundam, desde a

mais próxima até a mais distanciada. Teorias foram desenvolvidas para propiciar o entendimento do universo metodologicamente isolado e, em muitas delas, estas culturas foram consideradas estáticas. Porém, a partir dos anos 1960, deu-se início à compreensão de grupos etnicamente diferenciados que podem viver em uma mesma área sem serem culturalmente homogêneos.

Um destes estudos, desenvolvido por Fredrik Barth (1989), se propôs a compreender as variações nas formas rituais, de organização de cultos e de estruturas sociais para apreender questões úteis ao estudo de sociedades plurais e às formas de se perceber e analisar essas variações. Para ele, mesmo com contato direto entre grupos diversos, as diferenças podem ser mantidas, em decorrência da existência de uma tradição que é transmitida de forma diferente em cada um desses grupos. Assim, este estudioso de grupos étnicos afirma que não é a reconstituição da história das diferenças que ajudaria a compreender a pluralidade de culturas existentes em uma mesma área com grupos distintos, mas a apreensão de como essas tradições atuam e de como são transmitidas. Resulta de seus estudos que os sentidos de uma organização social são produzidos e reproduzidos a partir de um padrão de distribuição de conhecimento e elementos culturais, por meio do qual ocorre a interação e a troca entre pessoas e grupos.

Essa mesma lógica é colocada pelo mesmo autor em suas análises sobre etnicidade, dado que ela se apoia na afirmação de que as diferenças culturais existentes entre grupos que interagem entre si, servem como demarcadores de identidade. As diferenças entre grupos são dadas na interação dos grupos relacionados. Em seu estudo sobre etnicidade e a noção de cultura, Barth (2005) afirma que os grupos étnicos se formam nas diferenças culturais, e não pela cultura que lhes seja comum. Cabe salientar que a etnicidade de um grupo se vincula aos contextos vividos por ele. Na historicidade do grupo, diferentes diacríticos são demarcadores de diferenças por serem evocados para dar significados que sejam construtores das fronteiras entre o “nós” e o “outro”.

No caso brasileiro, conforme estudos de Arruti (1996), a etnicidade quilombola nasce da relação de comunidades negras como o Estado. A Constituição Federal de 1988 constitui tais coletividades como “sujeito de direito emergente” - por serem remanescentes de quilombo, e dá ao termo uma significação atualizada. Segundo o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o Estado brasileiro passa a conferir direitos territoriais aos remanescentes de quilombos que estejam ocupando suas terras, sendo-lhes

garantida a titulação definitiva. Amparada neste dispositivo legal, a coletividade de Peixe Bravo, no município de Riacho dos Machados, passa a reivindicar essa identidade e a construir sua identidade e sua etnicidade como tal.

O grupo busca, no seu reconhecimento de portador de uma “eticidade federal”, conforme Arruti (2006), uma forma de resgatar sua autonomia na produção e reprodução física e social dos seus membros. A autonomia é considerada importante por ter sido vivenciada pelos mais velhos e por seus antepassados no período em que as terras da área eram livres e soltas para apropriação por qualquer novo casal que se estabelecesse em espaços vazios não disputados por ninguém. Ao se colocar frente a fazendeiros, empresas silvicultoras e mineradoras como tais, afirmam e reafirmam uma historicidade de longo percurso e uma identidade que assegura para o grupo sua autonomia para lutar pelos seus direitos como comunidade.

Alicerçados nos estudos de Fredrik Barth acima referenciados, pode-se afirmar que o foco central para análise de um grupo deve ser a fronteira étnica que o define, e não o conteúdo cultural por ela delimitado. Há que considerar que o compartilhamento de uma mesma cultura não é o aspecto primário da organização dos grupos étnicos, mas autodefinição e a atribuição por outros, baseada na sua origem comum e no compartilhamento de um modo de vida. Assim a contrastividade cultural entre os grupos não depende de um observador externo que contabilize as diferenças ditas objetivas, mas unicamente dos “sinais diacríticos”, isto é, das diferenças que os próprios atores sociais consideram significativas para formação de sua identidade e para a manutenção de seus critérios de pertencimento, conforme Barth (2000).

Para finalizar a discussão de etnicidade, recorro a O'Dwyer (2010), para quem,

quando falamos em fronteiras étnicas não estamos nos referindo a algo fixo e imutável, pelo contrário, elas estão em constante fluxo e redefinição. O que gera uma identidade étnica, não é uma cultura igualmente compartilhada, mas sim a relação estabelecida entre os diferentes grupos. Por isso as análises de sociedades plurais devem ser contextuais, tendo em vista que mudanças de ordem externa podem ter impacto na forma de organização do grupo (O'DWYER, 2010: 34).

Terras ou território?

Para cobrir todas as questões apontadas pela Instrução Normativa 57 / 2009 do INCRA na confecção de um relatório antropológico que objetiva a regularização fundiária, todo procedimento deve estar afinada ao disposto no Artigo 2 do Decreto 4887 / 2003, que afirma:

São terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos, as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

Para a medição e demarcação das terras serão levados em consideração critérios de territorialidade indicados pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sendo facultado à comunidade interessada apresentar as peças técnicas para a instrução procedimental (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2003).

Deriva dessa disposição legal na elaboração de Relatórios Antropológicos a necessidade de se tratar das noções de *território* e de *territorialidade*. O conceito de território nasce na geografia, com ênfase político-administrativa, por estar vinculado ao espaço físico onde se localiza uma nação que delimita uma ordem jurídica e política. Nessa perspectiva, o espaço medido é marcado pela projeção do trabalho humano com suas linhas, limites e fronteiras. Um dos autores pioneiros nesta abordagem foi Claude Raffestin (1993). Conforme este autor,

é essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático, que realiza um programa, em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço concreto ou abstratamente [...] o ator “territorializa” o espaço (RAFFESTIN, 1993: 143).

Neste sentido, o território ressurge “como um produto produzido pela prática social, e também um produto consumido, vivido e utilizado como meio, sustentando, portanto, a prática social” (BECKER, 1983, 08). Dito de outra forma, o território é um espaço pleno de significações construídas e nele impressas pelas populações que o transformaram em algo significativo pelas práticas sociais vividas por grupos humanos.

Na contemporaneidade, com a visibilização de populações e comunidades que emergem constitucionalmente como sujeitos de direito, é dada ênfase ao aspecto político da definição de território, quando se procura destacar os processos das relações de dominação e da apropriação do espaço em várias esferas de análise. É necessário compreender as relações pessoais do cotidiano que se configuram nas relações locais, as relações em escala global e o intercâmbio entre estas escalas locais-globais. Segundo Souza, “o território é um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (1995,78).

A segunda perspectiva a tratar do território é a simbólica, que tem contribuído no sentido de valorizar a identidade territorial, o vivido. Aqui o território assume um papel diferenciado em que os grupos sociais se identificam e se relacionam com a experiência vivida, no passado. O espaço concebido como territorial passa, segundo Santos (1994), a incorporar uma nova funcionalidade: as horizontalidades e verticalidades, que correspondem ao resultado da construção deste espaço. As horizontalidades são marcadas por uma contiguidade territorial, enquanto as verticalidades são marcadas por pontos distantes que se interligam a todas as formas e processos. Na opinião de Raffestin, a dimensão simbólica para os estudos territoriais “(...) reflete a multidimensionalidade do vivido territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral” (1993, p.158).

Para o estudo da concepção de território no caso das populações tradicionais, a discussão de território desenvolvida pela antropologia se distancia das noções geográficas.

O vínculo espaço-território articula por um lado uma categoria de entendimento de mundo (DÜRKHEIM, 1995), com as trajetórias históricas e as práticas recorrentes de uma dada população (EVANS-PRITCHARD, 1993). As trajetórias e as práticas sociais inscrevem na dimensão física do espaço por intermédio de uma dimensão social e uma dimensão simbólica, através das quais ele se constitui um lugar cheio de significados fundamentais para o modo de vida e a visão de homem e de mundo de qualquer população.

Assim, o espaço se transforma em um território, por ter sido construído coletivamente desde tempos pretéritos nos moldes de uma dada tradição e em relação com um ecossistema específico, que definem as formas de apropriação do espaço e a construção do território. Essa forma de apropriação e de construção deve alicerçar e garantir a reprodução material, social e simbólica do grupo ou comunidade, propiciando ao indivíduo se compreender como pertencente a este território. Mas, também, e, sobretudo, como parte de um “nós” existindo em um lugar específico, considerado por cada membro como o “nosso” mundo.

É necessário considerar que para muitas populações tradicionais brasileiras, dado os processos de territorialização¹ que ocorreram na história do país, o território coletivo é

¹ Oliveira (1998), estudando os indígenas nordestinos procura compreender os processos de expropriação e apropriação, ou de outra forma, desterritorialização ou reterritorialização, vividos por essas populações. Constrói a categoria analítica “processos de territorialização” que permite compreender as dinâmicas vividas em diversas conjunturas históricas pelas populações locais frente às intervenções da Metrópole, do Império e da República.

originado de uma *Terra de Santo*, de doações a escravos, as chamadas *terras de preto*² e no caso de Peixe Bravo podemos afirmar tratar-se da apropriação de um espaço livre e solto, as chamadas *terras de ninguém*³ e, neste espaço, pela relação estabelecida com o mesmo, os homens fundam seus *mundi* sociais.

Para a compreensão das significações territoriais de populações tradicionais há, também, que considerar a dimensão simbólica construída em suas significações que fundamentam os sentimentos de pertencimento de cada membro. A história de cada um e da coletividade encontra-se impressa no espaço territorializado por acontecimentos passados que fundamentam a memória do grupo, bem como demarcam os limites físicos do espaço de sua reprodução social. Nesse sentido, em locais significativos encontram-se enterrados os ancestrais, enquanto acontecimentos ímpares sacralizam outros lugares, transformados por cada coletividade em sítios que contribuem para distingui-los de outros grupos, que marcam suas singularidades. Essas significativas marcas impressas no espaço físico propiciam que povos e comunidades cujos territórios foram expropriados mantenham seus territórios no plano da memória.

Ainda, em sua dimensão simbólica, o território é apreendido e vivenciado a partir dos sistemas e conhecimentos nativos que são elaborados na trajetória histórica da coletividade, mas que, também, são atualizados pela vivência de cada indivíduo na apropriação do território em seus múltiplos espaços.

Há que considerar as dinâmicas de territorialidade que propiciam a plasticidade do território, em decorrência de processos de ampliação ou redução territorial e às estratégias necessárias à reprodução familiar e coletiva. Para Leite (1990) falar em territorialidade é afirmar as estratégias de demarcação de limites territoriais, de defesa do espaço coletivo, a instituição de critérios de exclusão e inclusão, dentre outros, que propiciam a atualização dos vínculos sociais e a da noção de pertencimento. Entretanto, as estratégias de reprodução material e

2 As terras de santo, assim como as terras de preto e as terras de índios, conforme Almeida (1987) consistem em legados deixados como herança por algum sujeito para seu santo protetor, ou para os escravos de quem gostava ou para um grupo indígena que procurava defender. Essas categorias fundiárias são recorrentes no Brasil e em países latino-americanos.

3 As terras de ninguém ou as terras livres e soltas que foram apropriadas coletivamente por pequenos agrupamentos negros em lugares inóspitos eram terras devolutas e pertencentes ao Império desde a Lei da Terra de 1850, depois passaram ao domínio do Estado da Federação com o advento da República.

social do grupo ou comunidade, mesmo que em outros espaços para além do torrão natal ampliam o sentido de territorialidade.

Há que considerar, também, na perspectiva antropológica, que “o fenómeno da territorialidade pode estar em conexão com o da identidade étnica” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006, p. 24), como nos casos dos povos indígenas e das chamadas populações tradicionais, entre elas os quilombolas, inseridas na temática da etnicidade. No campo da aplicação jurídico-constitucional, a etnicidade tem sido conceituada como um tipo de processo social no qual os grupos orientam as ações pelo reconhecimento territorial das áreas que ocupam, com base em signos étnicos carregados de metáforas, referidos a uma afirmação positiva dos estereótipos de uma identidade étnica e racial, para reivindicar os direitos de uma cidadania diferenciada ao Estado brasileiro (O'DWYER, 2010).

A territorialidade quilombola de Peixe Bravo é entendida, também, a partir da conceituação de Little (2005), que a compreende como “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu ‘território’ ou *homeland*” (LITTLE, 2005: 3, grifos no original). Assim, podemos afirmar que a territorialidade das famílias de Peixe Bravo apresenta cinco dessas dimensões, uma histórica, outra física, a terceira simbólica, a quarta o manejo para viabilizar a reprodução física e social da coletividade, e a quinta se refere às estratégias de defesa do território.

A dimensão histórica apoia-se em fatos do passado contidos nas memórias familiares e de pessoas idosas nascidas no primeiro quartel do século XX. Essas pessoas por serem consideradas como guardiãs da memória coletiva (HALBWACHS, 1976), constituem-se nos principais narradores da trajetória de sua coletividade propiciando apreender os embates, principalmente, externos em disputa pelo apossamento do lugar.

A dimensão física é visível aos olhos de qualquer pessoa que chegue à coletividade, o território existe e nele reside um número considerável de famílias nucleares, podendo ocorrer a existência de família extensas. Ele está situado em algum município e no caso de Peixe Bravo, na confluência dos municípios de Riacho dos Machados, Serranópolis, Rio Pardo de Minas. Fruta de Leite e Grão Mogol.

Outros marcos, não apenas físicos, mas também sociais, são dados pela memória coletiva familiar que informa os *lugares de memória*⁴. A existência desses marcos contribui para se compreender a passagem de uma terra livre e solta, ocupada por agrupamentos negros, para uma terra ameaçada pelos eucaliptais, mas principalmente por empresa mineradora.

A dimensão simbólica do território se evidencia pelo vínculo entre o passado como quilombolas históricos para agricultores familiares que garantem a reprodução física e social da coletividade.

Antes de fechar a discussão sobre território, faz-se necessário considerar ainda a questão das apropriações que cada indivíduo, cada família e a coletividade como um todo fazem dos espaços do território, bem como as normas que regem essas apropriações e que são consideradas sociologicamente no estudo das populações tradicionais como *sistemas de posse comunal*. Nesses sistemas, as formas de apossamento articulam domínios de uso comum a regras de apropriação privada, conforme Almeida (1987), que implicam situações nas quais

o controle da terra não é exercido livre e individualmente por um grupo doméstico determinado, mas sim através de normas específicas instituídas para além do código legal vigente e acatadas, de maneira consensual, nos meandros das relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares de pequenos produtores diretos, que compõem uma unidade social. A atualização dessas regras se dá num território próprio, cujas delimitações são socialmente reconhecidas inclusive pelos circundantes. A territorialidade funciona como fator de identificação, defesa e força. Os laços solidários e de ajuda mútua informam as regras atualizadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável (ALMEIDA, 1987: 43).

Apoiadas nesse sistema de regras e de apossamento, as estruturas intermediárias da família, dos grupos de parentes, do povoado ou da aldeia, por suas disposições intrínsecas, mediam o acesso a terra, para o exercício das práticas produtivas. As terras de herança recorrentes entre as populações negras e, também, as terras devolutas livres para apropriação, incluem-se como tipos do sistema de posse comunal.

A ocorrência desses sistemas tem sido verificada em quase todas as regiões de ocupação antiga do Brasil (ALMEIDA, 1987), pois resultam de processos históricos de desagregação de grandes domínios territoriais ou adensamento da ocupação de propriedades e posses cujos espólios permanecem indivisos por gerações. Nesse caso, pode-se afirmar com base em

⁴ Lugares de memória é uma conceituação desenvolvida por Nora (1997) que informa diversos itens como importantes para se narrar a singularidade de uma coletividade. No caso de seus estudos foram as edificações, obras, pessoas, lugares, situações e processos que marcam a nacionalidade francesa. Transposto para outras localidades, os itens definidos como significativos por uma dada população podem ser considerados seus lugares de memória.

dados que se coleta durante o trabalho de campo, assim como outras comunidades do entorno de uma dada coletividade que são “comunidades [...] originadas quase sempre de grandes posses ou fazendas, que não apresentam muitas diferenças entre si. Localizadas próximas aos cursos d’águas, são resultado do crescimento demográfico e da partilha incessante da terra entre gerações sucessivas” (GALIZONI, 2000: 08)⁵.

Há em quase a totalidade da região norte mineira extensas áreas de terras devolutas que não foram apropriadas privadamente no escopo da Lei de Terra de 1850 e em espaços de terra sem valor de uso. Pequenos grupos negros se localizaram durante a escravidão e deram origem às comunidades que emergiram e emergem como coletividades quilombolas requerendo o direito constitucional, dentre tantos casos, o de Peixe Bravo.

Nesses domínios, constituem-se grupos sociais que estabelecem regras particulares de apropriação e uso da terra e outros recursos básicos, conforme estudos de Almeida (1987: 46). Sendo o acesso normatizado pelo parentesco, princípio geral a que se agregam outros recursos, como, exemplarmente, o da apropriação através do trabalho.

Sobre o método etnográfico

Um relatório antropológico deve ser construído por meio de coleta de dados antropológicos, memorialísticos, sociológicos, paisagísticos e agronômicos. Possui dupla instrumentalidade, seja como peça que subsidie a regularização fundiária do território de qualquer comunidade quilombola, seja como um registro de uma historicidade específica no conjunto da historicidade dos quilombolas brasileiros. A partir deste entendimento, o relatório é organizado em cinco Cs seguindo as diretrizes da Instrução Normativa 57 do INCRA.

No Capítulo 1 aborda-se o processo de emergência da consciência da identidade quilombola e a compreensão de alguns moradores sobre a mesma. No Capítulo 2, são apresentados os dados gerais sobre a comunidade em perícia antropológica e sobre os municípios em que o Quilombo de Peixe Brabo se encontra localizado – Riacho dos Machados na margem direita e Rio Pardo de Minas na margem esquerda,

⁵ O estudo desta autora foi realizado entre comunidades do vale do rio Jequitinhonha, entretanto, a semelhança de processos permite trazê-la a este relatório antropológico para dar fundamentação sociológica reconhecida.

complementados pela historicidade da terra, com os diversos processos que a narram desde que um grupo familiar se fixou e construiu seu *mundus* social, conforme Woortmann (1995), dando ao mesmo uma denominação que dá sentido de pertencimento aos membros da coletividade. No Capítulo 3 apresenta-se a organização social da família, tanto em seu aspecto genealógico, quanto no seu aspecto organizativo em associação comunitária, considerando as relações internas e, também, as relações externas que o grupo social mantém, vinculando-os entre si, como parte de um “nós” e com os “outros”. No Capítulo 4, a caracterização ambiental, assim como uma visão de aspectos geográficos da área, considerando os usos do território por meio das práticas tradicionais, as relações de trabalho, o cotidiano do trabalho e as relações com o mercado. E por fim, no Capítulo 5, apresenta-se como considerações finais a leitura do cenário futuro, bem como a apresentação da delimitação territorial construída em consonância com a historicidade familiar.

Deve ser considerado, ainda, pelo caráter crucial para a produção e reprodução da comunidade, o sistema produtivo local com os manejos dos espaços produtivos e as práticas produtivas manuseadas, bem como as relações que os vinculam a outras coletividades negras, ou não, do seu entorno e com as empresas de agronegócio ou de mineração existentes na área. Procurou-se apreender os fluxos e as dinâmicas migratórias e econômicas que propiciam mais que o ir e vir dessas populações, mas a garantia da reprodução material de cada coletividade.

Como importante mecanismo de apreensão das áreas e dos espaços foi utilizada a técnica de caminhada transversal com pessoas indicadas pela coletividade no processo de coleta de dados, para apreensão dos espaços manuseados no passado e no presente, dos caminhos e trilhas utilizados para deslocamentos entre as áreas do território coletivo e daí para outras coletividades circunvizinhas. Por meio dessa técnica é possível fazer o levantamento dos marcos da territorialidade histórica construídos desde o passado pelos seus membros e as delimitações do território coletivo, para em seguida, construir os mapas necessários à elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do qual o Relatório Antropológico é peça fundamental.

A partir da vinculação do relator às teorias antropológicas é possível realizar as imersões na realidade coletiva durante o trabalho de campo e apreender os significados socialmente construídos pela comunidade em perícia antropológica. Assim, como proposto por Geertz

(2004), os informantes locais foram tratados como intelectuais locais que constroem seu mundo e suas categorias êmicas.

Ao escrever sobre a etnografia, Geertz (1989) afirma que esta pode ser compreendida como um ponto de vista que constrói uma realidade. Através dessa afirmativa, o autor lembra que com bom treino teórico do pesquisador que vai a campo, qualquer objeto se torna passível de compreensão. Se para esse autor, a cultura de determinado grupo se constitui numa teia de significados que o homem criou e vive nela enredado, ela pode ser lida como um texto, pois o seu significado é público. Nesse sentido, a apropriação de elementos culturais do grupo pesquisado permite apreender e interpretar a vivência social local através das teorias antropológicas.

E, por fim, se a etnografia é um ponto de vista que constrói uma realidade como afirmado acima, ela é uma construção do antropólogo que estando lá, quando da coleta de dados e o que lhe dá autoridade etnográfica, a organiza estando aqui. Cabe lembrar a discussão de Peirano (1995) sobre a afirmação de um cientista político de que as ciências sociais se empobreceram dado a transcrição exaustiva de relatos de “nativos”. Para esta autora, o valor de uma etnografia está, sobretudo, na interpretação construída pelo antropólogo que organiza, por ter estado lá, a realidade social a partir de categorias êmicas locais em um texto inspirado pelas monografias clássicas da disciplina, dada a linhagem a que o seu autor se vincula. Em uma comunidade em que o acesso ao passado é restrito a poucos, a própria coleta de dados, dado seu caráter dialógico, torna-se momento de apreensão do passado pelos “nativos” a partir das informações que os pesquisadores disponibilizam para os membros de toda comunidade em estudo. Ao fim e ao cabo, a perícia antropológica se constituiu como um momento em que os quilombolas passaram a ter acesso ampliado, devido às várias versões aqui articuladas, em uma interpretação etnográfica, à sua historicidade e uma compreensão mais complexa dos processos vividos por seus antepassados e por todos os membros das dezenas de comunidades negras espalhadas no mesmo vale em que se encontram localizados.

Na construção da interpretação etnográfica aqui apresentada, considerou-se, também, que a utilização de diversos intelectuais regionais se constitui como um instrumento inequívoco para o desarme, por um lado, do discurso daqueles que apregoam que quilombos são invenções de antropólogos. E, por outro lado, para subsidiar a defesa da historicidade quilombola da comunidade periciada antropológicamente. As

interpretações aqui citadas são de indivíduos pertencentes à elite regional que tiveram no passado e têm no presente o reconhecimento dessa mesma elite. Esses textos foram escritos, em sua maioria, antes da invenção do sujeito quilombola pela Constituição Federal de 1988 e, ainda, antes que a sociedade norte mineira tomasse conhecimento de tal direito. Assim, as informações nelas contidas não estão enviesadas pela defesa de qualquer interesse, a não ser, o de narrar os processos vividos por esta sociedade regional.

O Trabalho de Campo realizado

O trabalho de campo na Comunidade Quilombola de Peixe Bravo ocorreu em três etapas. A primeira etapa teve início em 16 de novembro de 2020, com a presença de Carlos Alberto Dayrell, funcionário do Centro de Agricultura Alternativa que apresentou aos participantes de uma reunião extraordinária (Ata sem assinatura em anexo) para apresentação do Projeto Re-Existir – CEPF e da proposta de elaboração do Relatório Antropológico de caracterização histórica, socioeconômica, ambiental e cultural do Quilombo de Peixe Brabo. Com a aprovação para a realização do trabalho, discutiu-se com a Diretoria Executiva da Associação da Comunidade de Remanescente de Quilombo de Peixe Brabo uma agenda de atividades que seriam realizadas durante o trabalho de campo. Nesta primeira etapa, ficaram marcadas reuniões a partir das 13 horas, no Galpão da Igreja de São Sebastião para se organizar a coleta de dados a partir de categorias temáticas que são importantes, para apreender os conteúdos necessários ao Relatório Antropológico.

Foto 01

Reunião de apresentação da proposta de realização da perícia antropológica



Fonte: Trabalho de Campo – Lucivaldo Gomes da Silva

Na terça feira, dia 17/11/2020, um grupo de pessoas, consideradas os “guardiões da memória” local, se reuniu para contar histórias e para indicar outras pessoas, que na segunda etapa do trabalho de campo, poderiam ampliar as informações coletadas nesta data. Na quarta feira dia 18/11/2020, membros dos troncos familiares que residem na Comunidade de Peixe Bravo se reuniram para indicar as pessoas com quem se deveria conversar para levantar informações sobre as relações de parentesco que dão base à organização social da coletividade. Na quinta feira, 19/11/2020, diversos homens se reuniram com o antropólogo e seu assistente para discutirem sobre sistema de produção e indicar outros nomes que contribuíssem para ampliar as informações necessárias para o Relatório Antropológico. E na sexta feira, 20/11/2020, a equipe participou de uma reunião de jovens que realizaram uma celebração religiosa e, ao final, foi dada a palavra ao coordenador do trabalho de elaboração do Relatório que discorreu sobre a questão quilombola, a questão racial e conversou com os presentes sobre a questão da identidade quilombola.

Como as reuniões ocorriam sempre a partir das 13 horas, no período matutino, fizemos diversas incursões visitando pessoas que o Presidente da Associação considerou importante e, também, o ex-Presidente da Associação, José Pereira da Silva. A conversação com o mesmo foi de suma importância para entender algumas questões e para que o atual Presidente tomasse conhecimento de toda a trajetória da Associação desde sua criação em 1995 e sua transformação em entidade quilombola em 2013.

Nessa etapa foi possível apreender informações importantes e aprofundar algumas que permitiram construir uma visão primeira sobre a comunidade de Peixe Bravo, dentre elas, a possibilidade de sua fundação na década de 1820, com a chegada das primeiras pessoas vinculadas à família Pereira da Silva, a partir da qual, com casamento exogâmico de homens externos com mulheres internas, outros troncos familiares foram se fixando na área da bacia do rio Peixe Bravo.

A segunda etapa do trabalho teve início no dia 08/12/2020. Em comum acordo com a direção do Centro de Agricultura Alternativa e por solicitação da equipe de trabalho, devido às condições das estradas internas à comunidade, foram disponibilizadas duas motos para que o trabalho de campo ocorresse com melhores condições de deslocamentos.

Ao chegarmos em Peixe Bravo nos dirigimos à residência do Presidente da Associação para construirmos o planejamento do trabalho a ser feito, considerando as diversas temáticas definidas pela Instrução Normativa 57 / 2009 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

Entre o dia 08/12/2020 e o dia 17/12/2020 foi realizado um exaustivo trabalho de coleta de dados com as pessoas indicadas nas reuniões ocorridas na primeira etapa do trabalho de campo, mas também, outras pessoas não indicadas, mas que eram fundamentais para levantamento de informações sobre a história da comunidade, sobre a organização social, sobre o sistema de produção e sobre a identidade quilombola.

Ao se confirmar no percurso do trabalho, quando da coleta de dados genealógicos com as primeiras famílias indicadas, de que a Família Pereira da Silva foi a primeira a se fixar na área do rio Peixe Bravo, foi tomada a decisão de não recorrer a todas as pessoas indicadas para melhor compreender a genealogia dos seus troncos familiares. Justifica-se a opção por este percurso ao fato de que aos poucos todos os outros troncos familiares foram sendo conectados ao Tronco Familiar Pereira da Silva, em decorrência de casamentos de mulheres da localidade com homens que vieram de fora ou de casamentos de homens quilombolas com mulheres de outras localidades. Passou-se então a dar preferência a conversar com pessoas mais velhas da família Pereira da Silva.

Foto 02
Conversação no trabalho de campo



Fonte: Trabalho de Campo, 2020 – Lucivaldo Gomes da Silva

Também foi possível compreender a formação dos grupos locais existentes no interior da Comunidade Quilombola de Peixe Bravo, a localização dos homens externos que se casaram com as mulheres da localidade e que depois se afazendaram e passaram a usufruir da mão-de-obra dos Pereira da Silva em condições de serviço escravo. E, ainda, fazer os levantamentos necessários sobre a Cultura, as manifestações culturais, e as igrejas dedicadas a santos padroeiros de algumas famílias e suas festividades.

Durante todas as conversações também se falou sobre os conflitos de terra que Os Pulu, família de grileiros, realizaram nas terras quilombolas. O primeiro foi na década de 1970, quando da implantação dos eucaliptos nas chapadas do Norte de Minas iniciada no município de Rio Pardo de Minas em 1975. E o segundo nos anos 2000, quando se deu início ao projeto de mineração de ferro na área. Resulta destes conflitos o impedimento de solta de gado na chapada e também o trânsito livre, pois são sempre ameaçados pelos pistoleiros da família quando são encontrados vagando pela chapada apanhando frutos ou caçando animais que tenham subido para a larga. Muitos desses animais desapareceram.

Foram levantados todos os marcos de territorialidade que os quilombolas de Peixe Bravo consideram definir o espaço territorial historicamente utilizado pelas famílias que desde a década de 1820 ocuparam a área da bacia do rio Peixe Bravo. Há marcos de territorialidade que por eles não são informados porque são marcos levantados por equipe de estudiosos da Universidade Federal de Minas Gerais e que foram indicados para serem tombados, alguns deles como patrimônio da humanidade devido a serem exemplares só existentes nas grutas no interior do minério de ferro. Mas como há um livro que resultou

dos estudos dessa equipe de estudiosos, eles foram incorporados ao Relatório Antropológico.

No dia 13/01/2021 o apoio técnico agrônomo, ambiental e de georreferenciamento deu início à terceira etapa do trabalho de campo. Nesse período, o trabalho foi dividido em duas dinâmicas: primeiramente, a equipe de georreferenciamento acompanhado por algum quilombola percorreu os locais dos marcos de territorialidade e, também, dos limites territoriais. A segunda dinâmica foi realizada com visita aos moradores, indicados nas reuniões ocorridas na primeira etapa, para se falar sobre o sistema de produção antigo e atual. Os agrônomos percorreram 12 residências, conversaram com as famílias e fizeram caminhada transversal em toda a área em visita, para apreender o sistema de produção de cada família.

Esta etapa, a última do trabalho de campo, foi encerrada pelos funcionários do CAA, que se constituiu o grupo de apoio agrônomo, no dia 16/01/2021, quando todos retornaram a Montes Claros, Riacho dos Machados ou Rio Pardo de Minas.

Consideramos que o trabalho de campo, apesar de exaustivo, desenvolveu-se a contento, o que propiciou os subsídios necessários para a elaboração deste Relatório Antropológico de Caracterização Histórica, Socioeconômica, Ambiental e Cultural da Comunidade Remanescente de Quilombo de Peixe Brabo.

Em Montes Claros, além de digitar os dados coletados no Diário de Campo, do assistente de pesquisa fazer as transcrições das conversações mantidas, buscou-se em páginas oficiais dados dos municípios e sobre ações que foram desenvolvidas na Comunidade de Peixe Bravo com recursos públicos.

CAPÍTULO 1: Identidade étnica em Peixe Bravo

A autoafirmação da comunidade negra rural de Peixe Bravo em consonância com o Decreto 4.887/2003 que regulamentou o processo de regularização fundiária do território dessa coletividade, conforme disposto do Artigo 68 do ADCT, resultou de um processo iniciado pela administração municipal de Riacho dos Machados, na gestão da prefeita Domingas Silva da Paz, no escopo do Programa Brasil Quilombola e assumido pelos moradores cujo primeiro sentido de pertencimento pode ser compreendido como mecânico, naquela perspectiva discutida por Dürkheim (1999), sobre as solidariedades na divisão do trabalho social. A solidariedade orgânica resulta da incorporação da busca do direito quilombola positivado pela Constituição Federal de 1988.

Nestes dois sentidos pode-se compreender a afirmação de pertencimento e de etnicidade de um morador da comunidade de Peixe Bravo:

Descobri que além de ser um cidadão comum, eu faço parte de um grupo, não que seja privilegiado, me sinto orgulhoso de ser daqui. E, sabe, aqui, mesmo sendo um lugar afastado, ser quilombola é um privilégio, ainda que seja descendente de quem já foi escravizado (Joseilton Pereira, 2020).

A narrativa do processo de tomada de conhecimento do direito constitucional para as comunidades remanescentes de quilombo teve início no dia 21/05/2005, quando o secretário da Educação do município de Riacho dos Machados (Cláudio Silvério Pereira), o Assistente Social (Anderson Rocha Damasceno) e a Pedagoga (Kerley Suzane Lidório) solicitaram reunião da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Peixe Bravo, fundada em 23/05/1995, para informar aos presentes sobre os direitos quilombolas. Consta da Ata da reunião a *conclamação a todos os presentes que responderam que se auto reconhecem como remanescentes de quilombo e confirmam que são descendentes de escravos.*

Após a reunião, a administração municipal encaminhou, como documentação à Fundação Cultural Palmares, um relato sobre a comunidade de Peixe Bravo e um ofício afirmando o auto reconhecimento da comunidade de Peixe Bravo como Comunidade Remanescente de Quilombo.

A Fundação Cultural Palmares emitiu certidão de auto definição em 15/10/2008, sendo o Registro número 1089 fl. 105 e o Cadastro número 1011. A Publicação da certificação de autorreconhecimento ocorreu no dia 15/12/2008.

Em 2009, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária deu abertura ao processo administrativo visando a regularização fundiária da Comunidade Remanescente de Quilombo número 54170 000670/2009-40. Em 18/04/2013, realizou reunião com a presença do Diretor de Quilombos da instituição, Antônio Carlos da Silva, então Gestor de Regularização de Territórios Quilombolas da Superintendência Regional de Minas Gerais, para apresentação do processo e aprovação da regularização fundiária.

Ao se vincular às discussões referentes ao direito quilombola, notadamente com a N'Golo – Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais, a presidência da Associação, até então, denominada Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Peixe Bravo, buscou apoio para adequar o Estatuto da entidade às normas emitidas pela Palmares. Em 01/05/2015 foi realizada uma Assembleia Extraordinária da Associação que aprovou a mudança no Estatuto e a entidade passou a ser denominada Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo de Peixe Brabo. Consta na Ata: *baseado no auto reconhecimento da Comunidade como Remanescente de Quilombo, procedeu-se a adequação do Estatuto quanto ao aspecto da tradicionalidade quilombola.*

Em 2017, a presidência da entidade conseguiu junto ao Legislativo e ao Executivo do Município de Riacho dos Machados a decretação de Lei Municipal de Utilidade Pública da Associação.

Para os moradores de Peixe Bravo, o entendimento do que seja ser quilombola é compreendido vinculando o sentido de pertencimento à coletividade, sua relação com os antepassados, o legado do modo de vida e da tradição vivida desde o passado e o sentido de união entre todos.

Raimundo, o presidente atual da Associação afirma: *tem a história de nossos antepassados, foi muito sofrida. A gente traz no sangue a força dessa gente que veio para cá, pois temos sido ameaçados. Nos forçam a sair, mas ficamos. Hoje nossa história, por ser quilombola, está sendo reconhecida pelo nosso modo de vida* (Conversação em 2020). Em sua autoafirmação é evidenciado o conflito que se instaurou com os grileiros que ocupam parte do território quilombola reivindicado e que, além das ameaças, ocorre o cerceamento ao desenvolvimento de diversas atividades, como será narrado no capítulo seguinte.

Para ele, *somos um povo que recebeu dos antepassados um modo de vida, ainda que aprendido na escravidão, mas que serviu para dar aos descendentes um comportamento correto, de criação* (Raimundo Pereira, 2020). Sua compreensão é consonante à de uma senhora, que afirmou *ser quilombola é tradição de família que é passada de geração a geração* (Dona Adeilda, 2020). E a tradição se evidencia pelo comportamento correto repassado na criação dos filhos de cada casal.

Por sua vez, Geraldo coloca nas tradições religiosas a marca identitária. Para ele, *nós quilombolas temos a vivência da igreja, as folias de reis, as festas de São Sebastião, Santa Luzia, também as fogueiras de São João. Algumas devoções acabaram, mas estamos recomeçando a fazer* (Seu Geraldo, 2020). Mas, também, *é ter remetência ao tempo dos nossos antigos atualizando as tradições. O quilombo somos nós, cada um vivendo sua vida, mas unidos para o bem de todos, sendo um pelo outro* (Seu Geraldo, 2020). Em sua afirmação explícita o sentido de unidade e de pertencimento à coletividade, considerando que agem em prol do bem estar de todos e o desenvolvimento da comunidade.

Esse mesmo sentido de uma tradição familiar é informado por outra moradora, que afirma: *somos gentes de famílias, direitas, não há violência entre nós e não aceitamos gente de fora, por isso ainda estamos aqui* (Dona Diva, 2020). E, ao mesmo tempo, evidencia um dos diacríticos que propicia construir o “nós” gente direita, em contraposição ao “outro”, gente violenta que chegou com interesses distintos e, com violência, restringiu o uso do território necessário ao bom funcionamento do sistema de produção que garante a reprodução de cada família e da coletividade como um todo.

Quilombola é quem valoriza o lugar, a sua gente, pois somos unidos. E os que saem não conseguem esquecer seu lugar (Dona Maria de Efigênia, 2020). Reafirma o sentido de pertencimento e de solidariedade mecânica, mas também orgânica, como posto na teorização dürkheimiana, seja pela união entre as gentes, seja pelo não esquecimento dos que migraram para outros lugares, sempre voltando à Peixe Bravo, notadamente nas grandes festas religiosas.

Uma moradora evidencia a emergência de mais uma dimensão na vida local, o acesso ao direito constitucional baseado na ancestralidade de negros que se fixaram nas margens do curso d'água que dá nome à localidade. Para ela,

ser quilombola é uma possibilidade de melhoria de vida apoiada na história de nossos antepassados, pois sou uma continuação dos mais velhos, da tradição quilombola. Ser quilombola é viver a continuidade da história de nossas raízes que é muito rica, mesmo tendo tempos piores e tempos melhores (Dona Jacira, 2020).

E para finalizar as compreensões dos moradores do Quilombo de Peixe Brabo, uma última dimensão evidenciada por um ex-presidente da entidade. José Pereira da Silva coloca ênfase na luta pelo bem de todos e que ele sabia não ser fácil, pois passou a sofrer ameaças de morte por parte d'Os Pulu que decidiram matá-lo e que não conseguiram, apesar das quatro tentativas. Para ele:

Ser quilombola é muito importante, saber de nossas origens, valorizar a nossa cultura, a nossa tradição e a luta dos nossos antepassados. Dar valor a estas coisas! E lutar por algo em comum que é para todos, para o bem de todos. Ser quilombola é o modo de sobrevivência da gente, lutando pelo que é igual para todos (José Pereira da Silva, 2021).

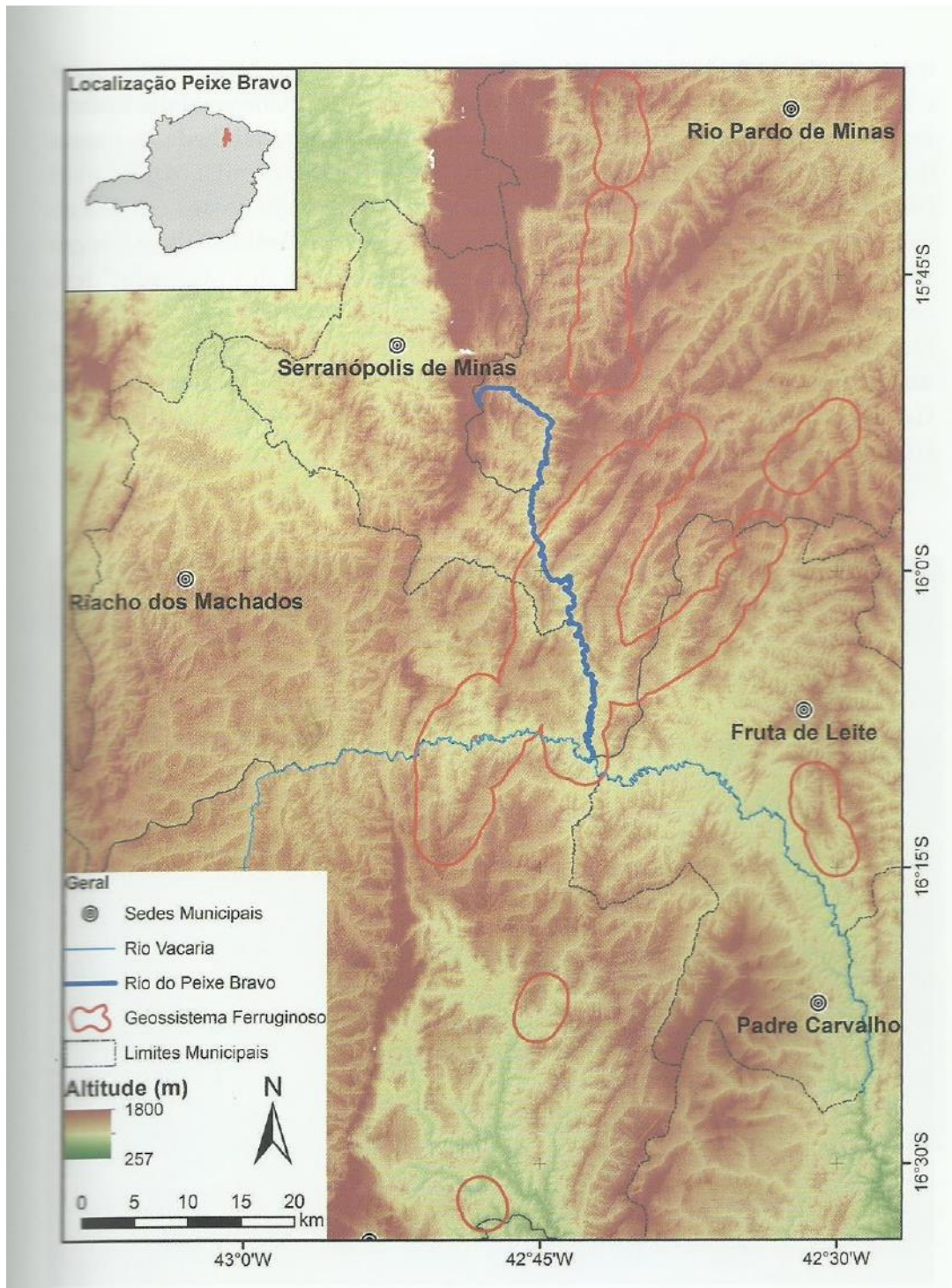
Essas várias dimensões da compreensão da etnicidade quilombola pelos moradores da Comunidade Remanescente de Quilombo de Peixe Brabo propiciam identificar que desde a emergência da informação sobre o direito constitucional, aos poucos os moradores foram construindo sua percepção positiva de serem portadores da etnicidade étnica. Essa construção é vinculada às diversas agências de pessoas, entidades e instituições que se aproximaram da comunidade e da entidade associativa para contribuir para a aproximação dessa coletividade com organismos de Estado.

No histórico a seguir, algumas dessas contribuições serão abordadas, notadamente a do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Riacho dos Machados e do Padre Ernesto, que em suas atividades religiosas procurou despertar entre seus paroquianos a consciência dos direitos cidadãos e dos direitos coletivos.

Há que considerar, para finalizar este capítulo, a emergência de um pequeno grupo de moradores que passaram recentemente a se posicionar contrários ao direito quilombola da regularização fundiária após a emergência das atividades de diversos grupos técnicos pesquisando a situação minerária de ferro existente na localidade. E da aproximação de interesses entre as empresas de mineração e a administração municipal, inclusive com a incidência de um ex-presidente da entidade que foi eleito vereador e que após a não reeleição passou a atuar para desmoralizar a identidade associativa, todas as ações que se desenvolveram e aos presidentes que lhe seguiram.

Figura 01

Geossistemas Ferruginosos (polígonos vermelhos) do Vale do rio Peixe Bravo.



Fonte: Carmo e Kamino (2017, p. 15).

As atividades minerárias que incidem sobre o território da Comunidade Quilombola de Peixe Bravo foram destinadas à Vale e MIBA (Minas Bahia). Em sua análise sobre a mineração no norte de Minas, Ribeiro (2020, p. 95) afirma:

Ainda que o governo e as empresas tratassem de vender os projetos minerários como a nova redenção do Norte de Minas, tornando mineração sinônimo de desenvolvimento, comunidades atingidas, movimentos sociais e pastorais, desde então, têm apontado os riscos e as mazelas que o setor carrega consigo, como a exclusão dos atingidos do debate do desenvolvimento e dos processos de decisão, grandes impactos sobre o meio ambiente e as comunidades e um sem número de passivos sociais e ambientais comumente não reparados, vide os exemplos de Mariana e Brumadinho.

A agência desse ex-presidente articulada aos interesses das empresas de mineração, da administração municipal que se vinculou à defesa da atividade mineratória e a ação dos grileiros, Os Pulu, fizeram emergir tensões e pequenos conflitos entre vizinhos e com a diretoria da Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo de Peixe Brabo, que opõem interesses individuais ao interesse coletivo de regularização fundiária que beneficie a todos os moradores da comunidade. Há inclusive um morador que vendeu seus direitos da terra para um forasteiro, que nenhum morador sabe o nome⁶, interessado na comercialização que fará com as empresas de mineração de ferro.

O que fundamenta a agência do ex-presidente da entidade quilombola e ex-vereador é a informação de que a venda da terra para as empresas será mais benéfica que a regularização fundiária do território quilombola, ainda que existam entidades que têm procurado repassar informações mais críticas sobre o processo de mineração de ferro na bacia do rio Vacaria, da qual o rio Peixe Bravo é tributário. Estas questões serão tratadas ao longo deste Relatório.

⁶ Na Relação de Moradias da comunidade Peixe Bravo no município de Riacho dos Machados, o número 7 não tem indicação do nome por se tratar de pessoa que nunca apareceu na localidade.

CAPÍTULO 2: A ocupação de uma *terra de ninguém* e o Quilombo de Peixe Brabo

A história da ocupação da bacia do Rio Peixe Bravo, notadamente entre o córrego Poções e sua foz no rio Vacaria tem início, possivelmente, na década de 1820 com a chegada de pessoas negras fugindo da escravidão vindos do arraial Serra de Santo Antônio de Itacambirucu, atual Grão Mogol ou da Bahia. Na memória coletiva não há informações sobre o início da fixação de quilombolas históricos nas margens do referido rio, que dá nome à localidade, e nem os nomes dos que aí se fixaram. Foi possível levantar a provável data de ocupação com Maria Celsa, conhecida como Maria de Efigênia, que falando de seus antepassados lembra de sua mãe narrar que os bisavós falavam da chegada dos tataravós ao local. Considerando a idade média dos antepassados mais próximos é possível calcular que a década de 1820 seja a indicada para a fixação em Peixe Bravo dos fugitivos à escravidão.

O povoado Serra de Santo Antônio do Itacambiraçu, atual Grão Mogol, teve sua origem relacionada à descoberta de diamantes no final do século XVIII. Na página da Prefeitura Municipal na internet é informado que,

no ano de 1839, o lugarejo era chamado de Arraial da Serra de Grão Mogol e logo passou a atrair pessoas do país e estrangeiros (portugueses, franceses, alemães, além de outros europeus), que, provavelmente, atuavam na exploração de diamantes. O local passou a destacar-se por movimentar o comércio de diamantes explorados inicialmente de forma clandestina. Isso passou a incomodar a Coroa Portuguesa que logo enviou um representante para assumir o controle da exploração e comercialização dos diamantes. No ano de 1840, o arraial evoluiu para Vila Provincial e no mesmo ano foi transformado em Distrito da Vila de Montes Claros⁷.

Em seu estudo sobre a comarca de Rio Pardo de Minas, Neves (1908) informa que garimpeiros fugidos da repressão portuguesa nas minas da Serra do Itambirucu *exploraram durante algum tempo o garimpo da bacia superior do Peixe bravo (e mais do rio preto, depois o da Serrinha ou Serra Nova* (Neves, 1908, p. 127). Há o marco de territorialidade *Tapagem* que indica, na visão dos moradores, a possibilidade de mineração no córrego de mesmo nome devido à existência de pequenos montículos de terra e cascalho já cobertos por vegetação. E, considerando a informação do autor acima referenciado de que a exploração de garimpo ocorreu na bacia superior do rio Peixe

⁷ Informações coletadas em 15/01/2021 às 09:16 hs em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/grao-mogol/historico>

Bravo, portanto, no atual município de Serranópolis de Minas, que não está circunscrito ao território delimitado e reivindicado pela comunidade quilombola.

Considerando o marco de territorialidade da Tapagem, abandonado pela ausência de diamante ou ouro e a referência de Neves (1908), é possível afirmar que na região onde se localiza a Comunidade Remanescente de Quilombo de Peixe Brabo em seus primórdios era terra sem valor de troca e, portanto, conforme discutido por Bandeira (1988), terra que ninguém queria. Há que considerar, também, a presença do minério de ferro, principalmente onde se localiza a comunidade quilombola em perícia antropológica, conforme pode ser visto na Figura 01 acima.

Sendo *terra de ninguém*, é considerado pelos membros da coletividade serem antepassados dos Pereira da Silva os primeiros a se fixarem na localidade. Todos os outros troncos familiares existentes no Quilombo de Peixe Brabo têm um antepassado vindo de fora que se casou com alguém do tronco Pereira da Silva. E há que considerar, também, que são os Pereira da Silva, pela maioria de seus casamentos ocorrerem endogamicamente no interior do tronco familiar, que guardam a cor da pele mais escura, enquanto os membros dos outros troncos familiares passaram por processo de embranquecimento. E, ainda é necessário considerar a localização atual de maior número de famílias nucleares vinculadas a esse tronco em lugar que propiciava invisibilização, estratégia utilizada pelos quilombolas históricos.

Foto 03
Visões Parciais do Quilombo de Peixe Brabo



Fonte: Trabalho de campo, 2020 – Lucivaldo Gomes da Silva.

Caracterização da comunidade de Peixe Bravo e processos vividos

Do ponto de vista paisagístico, o vale do rio Peixe Bravo é circundado em suas duas margens por extensas chapadas e de suas bordas pode-se ver em uma altura bastante

rebaixada o curso do rio que serpenteia entre morros e subidas para as chapadas, conforme pode ser visto na Foto 03 acima.

O córrego dos Poções e o rio Vacaria limitam a Oeste e a Leste a população pertencente à Comunidade Remanescente do Quilombo de Peixe Brabo. Nos Anexos II e III, encontra-se a relação dos moradores situados nos municípios de Riacho dos Machados, 139 famílias e Rio Pardo de Minas, 89 famílias, respectivamente. A população total vivendo nessa coletividade é de 1.596 habitantes. Para se fazer o cálculo, considerou-se que a família média quilombola em Peixe Bravo é composta por sete pessoas, número acima da média regional.

No interior da coletividade há grupos locais que no conjunto com outras famílias, cujas áreas onde residem não tem denominação específica, constituem a Comunidade Remanescente do Quilombo de Peixe Brabo. São eles: Córrego Fundo, Riacho Dantas, Vila dos Currais, Vila dos Mota e Morro Grande.

Foto 04
Visão da área de concentração dos equipamentos públicos



Fonte: Trabalho de Campo, 2020 – Lucivaldo Gomes da Silva

Na margem direita do rio Peixe Bravo, no município de Riacho dos Machados, há um conjunto de prédios na entrada da localidade composto de Escola Municipal Almirante Tamandaré, Casa dos Professores, Posto de Saúde, Igreja de São Sebastião e um galpão ainda não terminado, vinculado ao templo católico onde se realizam as reuniões da Associação Quilombola. Um pouco abaixo, encontram-se a antiga igreja de São Sebastião

e a primeira Escola local, ambas construídas por Rufino Soares de Brito, que vindo de fora casou-se com Maria Pereira da Silva.

Foto 05

Igreja de Bom Jesus e Todos os Santos, antiga com cemitério e nova

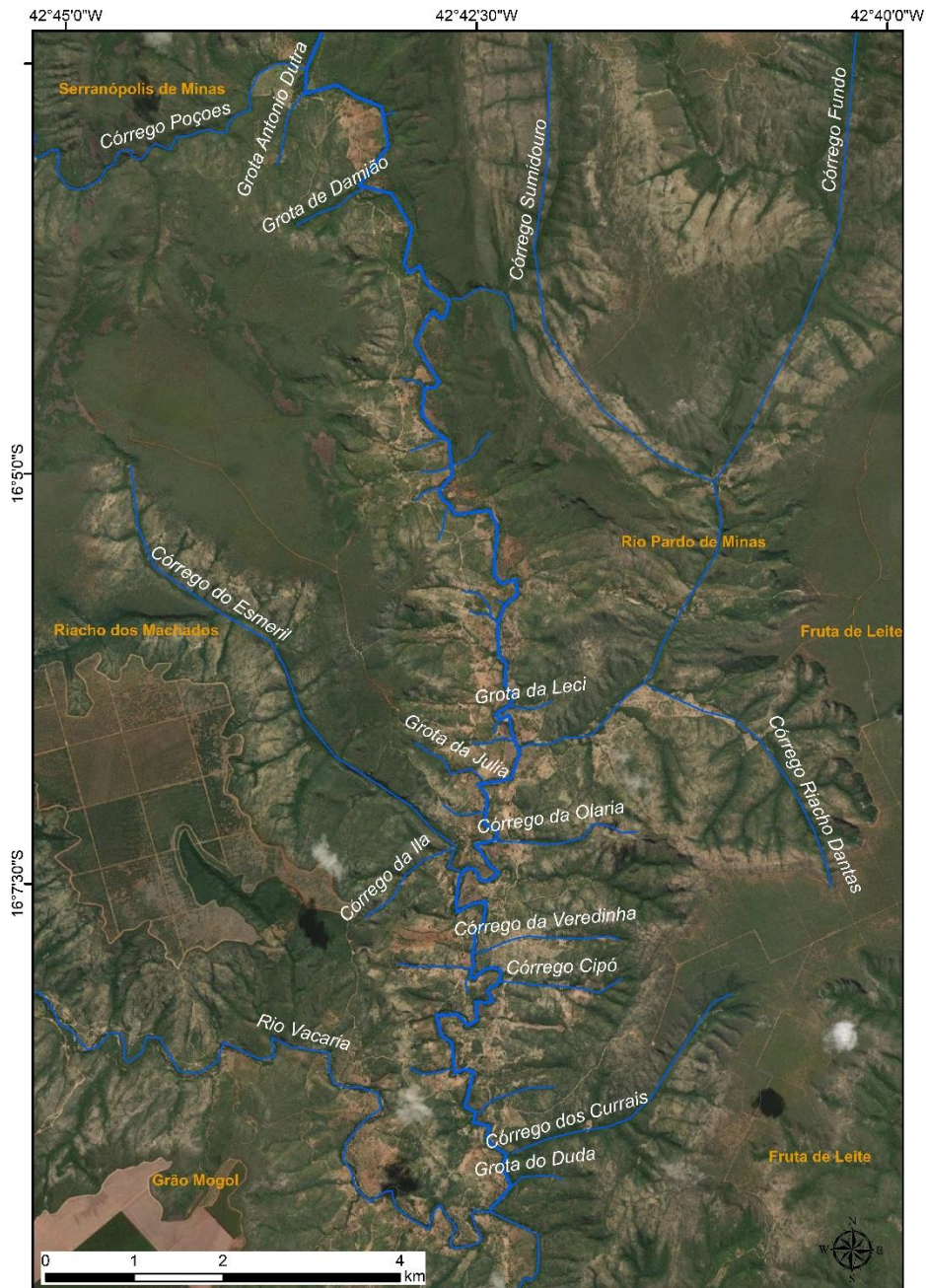


Fonte: Trabalho de campo, 2021 – Lucivaldo Gomes da Silva

Existem outras igrejas católicas vinculadas aos santos padroeiros das famílias: Capela de Santa Luzia nas terras de Zé da Zé de Catolino, Igreja de Nossa Senhora Aparecida na área de Maria de Dezinho, de Santos Reis nas áreas de Maria de Lourdes e de Valmir Soares, Nossa Senhora da Dores nas terras de Joaquim Soares Pereira, Bom Jesus e Todos

os Santos nas terras de Sebastião Clemente da Silva, onde há um dos três cemitérios existentes.

Figura 02
O rio Peixe Bravo, seus afluentes e a indicação dos municípios



Fonte: Trabalho de Campo, 2020 – Carlos Alberto Dayrell / Matheus Vinicius Ferreira

Havia um quarto cemitério que foi destruído quando da implantação de eucalipto na chapada, mas sua localização encontra-se na seção marcos de territorialidade no capítulo

sobre território e delimitação territorial. Há, também, um templo evangélico da Assembleia de Deus.

Historicamente os membros da Família Pereira da Silva se fixaram em quatro áreas distintas, na Lama Preta, que é um marco de territorialidade, onde se encontra resquícios de antiga moradia, nas proximidades do rio Peixe Bravo na área onde se encontram os prédios públicos, na região da Vila dos Currais com o casamento do patriarca da família Oliveira que se fixou nessa área e, também, na confluência do córrego Sumidouro tendo havido casamento com os Soares de Brito, principalmente e, por fim, na região do grupo local Córrego Fundo, onde se vinculou às famílias Araújo e Sales e no Riacho Dantas com a fixação de Sebastião Clemente da Silva nessa área.

Na Figura 02 acima, a partir dos nomes dos cursos d'água é possível localizar os grupos locais, Córrego Fundo, Riacho Dantas, Vila dos Currais próximo ao córrego dos Currais, Vila dos Mota próximo à foz do córrego Esmeril e Morro Grande nas proximidades da elevação de mesmo nome e do rio Vacarias, mas distanciados da foz do rio Peixe Bravo.

A narrativa sobre a historicidade local enunciada pelos mais velhos, considerados aqui os guardiões da memória, está vinculada aos fatos acontecidos no século XX e pouquíssima informação sobre os acontecimentos do século XIX foi lembrada nas conversas tidas com aqueles que, em reunião, foram indicados para a coleta de dados históricos.

Os guardiões da memória de Peixe Bravo falam que são descendentes de índios que foram pegos no laço ou por cachorros, como Dona Ana de Homério, que disse *minha avó foi pega com cachorros, ela subiu em cima de uma árvore e os cachorros acuraram*. Ela, nua, subiu em uma árvore e os cachorros latindo embaixo até que seu bisavô chegou e a laçou. Outra moradora, Dona Nair, narrou que seu bisavô, *era índio e foi pego no laço quando era menino, ele estava correndo de quem se aproximava e foi laçado, criado por meu bisavô que depois virou seu sogro, casou com uma tia avó minha*.

A utilização do termo, *pego no laço, pego por cachorro*, recorrente em todos os lugares do Brasil e que nós brasileiros, muitas vezes falamos com orgulho desse fato, em áreas de ocupação negra, como estudado por Santos (2012) no sertão piauiense constitui-se em uma falácia, pois pode-se afirmar serem quilombolas históricos vivendo na área e que fugiam quando alguém se aproximava. Na perícia antropológica no Quilombo da Lapinha em Matias Cardoso (COSTA e outros, 2013), fomos informados de que no interior da

mata da Jahyba, quando da construção da estrada de terra ligando Janaúba a Manga, na beira do rio São Francisco, foram vistas mulheres e crianças nuas que corriam com a aproximação de alguém. No caso de Peixe Bravo, os fenótipos dos descendentes dos que informaram terem seus antepassados sido pegos no laço ou com cachorros é de negros e não de indígenas. Há que considerar a existência de centenas de tipos étnicos africanos que vieram para o Brasil, não somente aquele tipo que incorporamos em nossa memória, o negro de cabelo carapinhado, nariz achatado, lábios grossos.

O primeiro fato lembrado, principalmente por Dona Sebastiana, foi a quantidade de mortes ocorridas no início do século, quando era criança, durante a febre espanhola. Em sua narrativa ela informou muitos nomes de pessoas que morreram naquele período e que as pessoas eram alimentadas com leite e garapa de cana, mas não interrompia o ciclo da doença que ela chama de febre. Somente quando um médico deu remédio para as pessoas é que as mortes cessaram.

Logo após este período as narrativas dos anos 1920 se referem aos “revoltosos”, ou seja, às incursões da Coluna Prestes pela região da Comunidade. A Coluna passa na região de Rio Pardo de Minas, próximo à Serra Nova, dá uma volta e retorna por outra área, o chamado laço húngaro. E, atrás da coluna vinha o exército procurando aprisionar os membros da referida coluna. São memórias dolorosas, pois se referem a torturas para saber da coluna, saques, roubos, estupros, enfim, ações de uma violência deliberada.

Também foram narrados os períodos de fome que as famílias passaram, seja em períodos intensos de chuva, seja em períodos longos de seca, conforme eram os ciclos climáticos na região norte mineira. No período da seca, o que se plantava não crescia e morria esturricado, e na época da chuva quando havia muita água o feijão melava, a produção melava e não se conseguia colher nada. As atividades agrícolas sendo afetadas, os chefes de família se deslocavam para fora da localidade em busca de trabalho. Eles levavam um saco amarrado nas costas, tipo uma mochila, que deram o nome de *galo de briga*, onde levavam suas poucas roupas e voltavam trazendo alimentos para as famílias. Os que ficavam se alimentavam de folhas e frutos de diversas plantas existentes na área.

Ao ir trabalhar na *caatinga* havia duas possibilidades, ir *para cima*, ou seja, para a fazenda Paiol nas proximidades da cidade de Porteirinha ou ir *para baixo*, na região da cidade de Riacho dos Machados, ambas localizadas, aproximadamente a sessenta quilômetros de

suas casas nas margens do rio Peixe Bravo. Os homens gastavam um dia inteiro caminhando das quatro da manhã às sete horas para chegar no local que escolheu para ir ofertar sua mão-de-obra. Como nas *fazendas* de Peixe Bravo, recebiam mantimentos dos fazendeiros, que eram considerados pelos moradores do local quem tinha engenho, roda de farinha, cavalo e muitas cabeças de gado, além de contratar por jornada o trabalho dos vizinhos pagando-lhes com medidas de feijão, de farinha, pedaços de rapaduras e de toucinho, como lembrou um morador: *Sabe como que se pagava as pessoas pra trabalhar um dia de serviço? Era uma medida de feijão, ou uma medida de farinha, ou uma rapadura, um quilo de toucinho. Nessa época a pessoa vinha trabalhar de dia e de tarde levava o pagamento, era um quilo de toucinho.* Mas como as culturas nessas fazendas também eram afetadas, tiveram que buscar fora, na caatinga, garantir a vida dos membros de suas famílias.

Nos períodos de penúria, as mulheres coletavam frutos e raízes na mata circundante, além de utilizarem folhas diversas para fazerem alimentos para alimentar os filhos. O principal fruto utilizado era o caroço de jatobá da várzea assado e cozido para ser tomado como sopa. E a raiz mais utilizada era a de mucunã, que após ser lavada com nove águas, era transformada em farinha e utilizada para engrossar outros alimentos. Entre eles, o *cariru* de beldroega ou de folha de pimenta como caldo engrossado, as folhas de fedegoso com as quais se fazia papa, colocava sal, era cozido, coado, espremido e depois misturado com a farinha. Também se fazia café com a rama de fedegoso. E, por fim, as folhas de assa peixe que eram fervidas e engrossadas com a farinha de mucunã. Também se alimentava os filhos com a casca de melancia onde se colocava sal.

Alguns poucos moradores recolhiam painas existentes na chapada. Ela era raspada e vendida, pois era utilizada para colocar em selas, e desta forma conseguiam algum dinheiro para comprar alimentos em Salinas, principalmente.

Até os anos 1970 os moradores do vale do rio Peixe Bravo viviam em paz entre si, sem conflitos, com pouquíssima assistência das administrações municipais de Riacho dos Machados e Rio Pardo de Minas, dada sua situação de estar localizada nas margens do curso d'água que é o limite natural entre os dois municípios.

Considerados bons trabalhadores, como narram as diversas pessoas ouvidas durante o trabalho de campo, sempre eram bem recebidos nas fazendas seja nas proximidades da

cidade de Riacho dos Machados ou nas proximidades da cidade de Porteirinha, ambas denominadas por eles como *caatinga de baixo* e *caatinga de cima*, respectivamente.

Mas as relações com o mundo externo até esse período não lhes era favorável, pois eram considerados um *povo feio, povo diferente*. Mas o que mais lhes entristecia era que *as pessoas em Riacho dos Machados nos humilhavam, dizendo que a gente era todo mundo “bobo”*.

Nos anos 1970 com a implantação de florestas de eucalipto nas chapadas do norte de Minas e do vale do rio Jequitinhonha, Peixe Bravo começa a vivenciar a violência da agressão de uma quadrilha de grileiros de terra forçando a saída de famílias, bem como o impedimento da solta do gado e da coleta de frutos nativos nas chapadas. E nos anos 2010 revivem as ameaças, as tentativas de morte do presidente da Associação que conduzia e buscava ampliação do entendimento do direito quilombola. E, até mesmo, do antropólogo apresentado em reunião da Diretoria de Quilombo da Superintendência Regional do INCRA em Minas Gerais para abertura do processo de regularização fundiária no Quilombo de Peixe Brabo. Ele era o coordenador do grupo de trabalho com colegas de outras áreas disciplinares e de estudantes com bolsa de iniciação científica a partir de um Termo de Cooperação Técnica firmado entre o Instituto de Terra do Estado de Minas Gerais – ITER e a Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes com o intuito de executar recurso orçamentário votado e aprovado na Assembleia Legislativa de Minas Gerais a partir de agência da N’Golo – Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais. Dado o recebimento pelo coordenador do grupo de trabalho, responsável pela perícia e pelo relatório antropológico, de um telefonema de um pistoleiro ameaçando de morte a todos os que fossem à comunidade quilombola para realizar o trabalho e sem o apoio institucional, o trabalho não foi realizado.

A questão dos conflitos territoriais vivenciados por essa Comunidade de Quilombo, certificada pela Palmares em 2008, serão tratados no quinto capítulo, quando será abordada a questão territorial em seus diversos aspectos: histórico de conflitos pela permanência das famílias na localidade legada pelos ancestrais que fugiram da escravidão, os marcos de territorialidade que informam as dimensões do território utilizado historicamente por todos os moradores da localidade para garantirem a reprodução física de cada indivíduo e social da coletividade e os limites, delimitados em conversações com diversos quilombolas durante o trabalho de campo, e, finalmente,

aprovado em reunião da Associação da Comunidade Remanescente do Quilombo de Peixe Brabo em 23 de setembro de 2021.

Distanciada das sedes dos dois municípios, Riacho dos Machados pela margem direita e Rio Pardo de Minas pela margem esquerda, a localidade de Peixe Bravo construiu sua realidade social sem nenhuma assistência dos executivos e legislativos municipais até a década de 1970. A comunidade não esquecida, mas abandonada até esse período, com a agência de seus moradores luta para garantir a reprodução de cada família nuclear, embora a partir dos anos 1980 o município é partícipe do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor integrante do Projeto Nordeste, financiado pelo Banco Mundial - BIRD, para Apoio às Pequenas Comunidades Rurais. Após a demorada construção de estrada vicinal até à localidade, que foi interrompida por diversas vezes, a exceção de apoio era o pároco local, Padre Ernesto, e no fim do século XX do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Riacho dos Machados.

Em 1974, houve a construção da estrada partindo da cidade de Riacho dos Machados até à comunidade Tamanduá, localizada na chapada que margeia o vale do rio Peixe Bravo. O fato que propiciou a construção da estrada foi o início do processo de pesquisas na área para mineração. Ela foi construída em três etapas: a primeira de Riacho dos Machados a Morro do Capim, a segunda até a Comunidade de Tamanduá e a terceira até a coletividade de Peixe Bravo.

Em 1989 Rufino Soares de Brito, morador na comunidade construiu uma sala de aula e os professores eram pagos pelos moradores. É neste período que também é construída por ele uma pequena capela dedicada a São Sebastião. Já existiam duas igrejas, a de Nossa Senhora das Dores no município de Riacho dos Machados e a de Bom Jesus e Todos os Santos no município de Rio Pardo de Minas, no grupo local Riacho Dantas.

Como uma das ações do PAPP foi a criação de entidades representativas das comunidades rurais; embora o técnico de desenvolvimento rural não tenha ido a Peixe Bravo, em 06/11/1995, foi criada a Associação dos Pequenos Produtores Rurais na localidade.

Em 1995, construiu-se uma pequena creche para atendimento às crianças e liberação da mão-de-obra feminina.

A prefeitura de Rio Pardo de Minas, em 2001, provoca tensão na comunidade quando da abertura de estrada entre o município e a localidade. Houve a recusa de moradores de que se fizessem estradas de acesso a suas casas.

Em 2003 é criado em Minas Gerais com recursos do BIRD o Programa de Combate a Pobreza Rural, que sucedeu ao PAPP. Na Assembleia Legislativa o orçamento passa a destinar recursos para este programa e os deputados os vinculam diretamente às comunidades, nos municípios em que fizeram alianças com os prefeitos eleitos. Os projetos do PCPR são executados pela administração municipal e em Peixe Bravo foram viabilizadas duas ambulâncias para atendimento à população local, trator que atende às necessidades da comunidade nos dois municípios e micro irrigações para pequeno número de moradores.

Com a criação do Programa Brasil Quilombola, a administração municipal captou recursos para a comunidade e foram construídos o Posto de Saúde e nova sede para a Escola local em 2009. Nesse mesmo ano, o Programa Luz para Todos do Governo Lula chega às casas dos quilombolas de Peixe Bravo. A existência desse programa propiciou que em 2008 a administração municipal informasse à comunidade do seu direito quilombola e com a aprovação dos moradores em reunião da Associação Local, se reconheceram e se auto afirmaram como comunidade remanescente de quilombo. E captando recursos do referido programa, foi construída uma escola fora da área da comunidade, no alto da chapada. A Fundação Nacional de Saúde chegou à localidade onde já se desenvolvia o combate ao barbeiro, causador da doença de Chagas, infiltrados nas rachaduras das casas de enchimento e de adobe, até então existentes na comunidade. A FUNASA construiu dezesseis banheiros na localidade.

Com recursos do Programa Minha Casa Minha Vida, a administração municipal captou recursos para construção de moradias por todo o município e em Peixe Bravo foram construídas seis casas. Na época, o então presidente da Associação foi informado que fora aprovado para a comunidade um número bem mais elevado de casas a serem construídas, o que não se verificou.

Como o norte de Minas é vinculado à Área do Semi Árido, a organização não governamental Centro de Agricultura do Norte de Minas se vincula à Associação do Semi Árido e viabiliza para a região a construção de cisternas de captação de água de chuva e

em 2013 o Programas de cisternas da ASA – Minas chega a Peixe Bravo atendendo à demanda local. Entretanto, o abastecimento de água das casas é viabilizado pelos próprios a partir de duas dinâmicas, a primeira a difusão no município de Rio Pardo de Minas de captação de água das nascentes de pequenos cursos d'águas dada a existência da calha de formação de rios de maior porte, o rio Preto, tributário do rio Pardo e o rio Peixe Bravo, tributário do rio Vacaria, afluente do rio Jequitinhonha.

Essa estratégia começa como projetos do APCR integrante do PAPP. A segunda dinâmica, a consolidação da migração sazonal de moradores da comunidade para a região do café no sul de Minas e para a região do milho em Patos de Minas. Com os recursos amealhados no trabalho rural, moradores começaram a adquirir canos e instalar, por gravidade, água em suas residências. Atualmente, todas as casas de Peixe Bravo são abastecidas por esse sistema.

Foto 06

Casa com banheiro da FUNASA, sistema familiar de abastecimento de água e canos para a caixa de água de chuva



Fonte: Trabalho de campo, 2020 – Lucivaldo Gomes da Silva

Com a implantação de torre de telefonia móvel, na década de 2010, na Serra da Bocaina, cerca de 30 quilômetros em linha reta, os migrantes sazonais começam a comprar celulares e, também, motos, duas ferramentas que se disseminam entre os moradores.

8 A Serra do Espinhaço que recorta os territórios de Riacho dos Machados e Rio Pardo de Minas propicia a formação de inúmeros cursos d'água, notadamente os rios Peixe Bravo, Vacaria e Preto que abastece o rio Pardo.

Toda casa tem, pelo menos, um telefone celular e uma moto. Com a expansão do *whatsapp* os quilombolas de Peixe Bravo passam a se comunicar por esta ferramenta, havendo inclusive um grupo vinculando quase todos moradores. E com a expansão da internet rural, por rádio, diversas casas já estão conectadas à rede mundial por esse meio.

Como as áreas familiares não são extensas, há uma sucessão de colchetes com arame farpado separando tais áreas. Criativamente, os quilombolas de Peixe Bravo construíram pequenos mata-burros para facilitar o trânsito das motos e também das pessoas. Com a mesma tecnologia foram, também, construídas pinguelas sobre o rio Peixe Bravo em alguns pontos de seu percurso no interior da comunidade, para não ficarem isolados quando das cheias desse curso d'água.

Foto 07
Motos e mata burros em Peixe Bravo

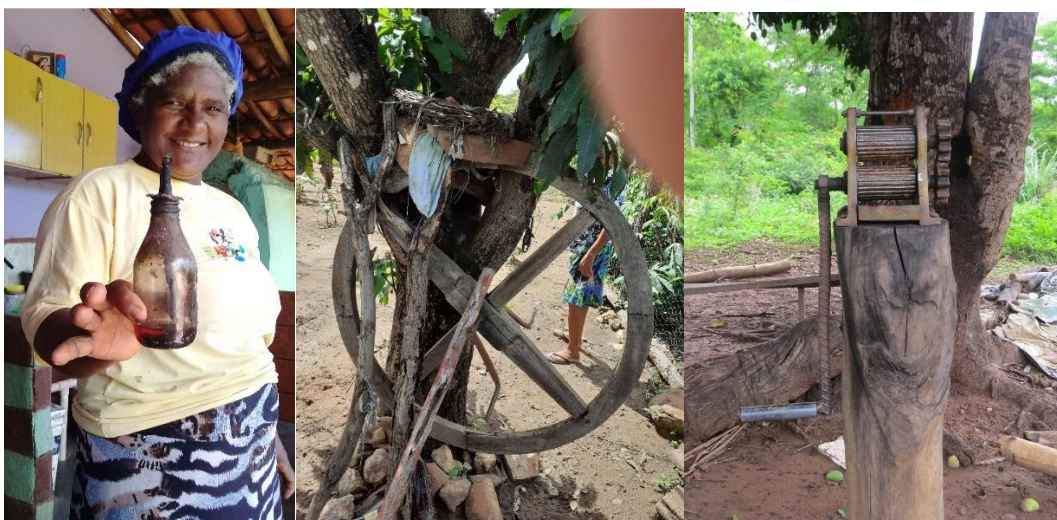


Fonte: Trabalho de Campo, 2021 – Lucivaldo Gomes da Silva

Com o desenvolvimento de atividades pastorais pelo Padre Ernesto, foram criados diversos núcleos religiosos vinculados às mulheres, aos homens e aos jovens. Em 2019, o grupo de jovens criou o grupo Ação Jovens ao Resgate da Natureza e a principal atividade foi a limpeza do rio Peixe Bravo, retirando o lixo acumulado em todo o curso d'água.

A recente vivência do conforto da vida moderna que propiciou a chegada de um número significativo de *modernagens* ainda é possível encontrar em muitas casas artefatos que eram utilizados antes da chegada da energia elétrica, por exemplo, que eram utilizados na própria moradia ou para beneficiamento da produção.

Foto 08
Dona Maria Celsa e artefatos do passado



Fonte:Trabalho de Campo, 2020 – Lucivaldo Gomes da Silva

Alguns artefatos da Foto 08 acima como a roda da *tenda de farinha* encontrada na casa de Dona Lozinha evidenciam a existência de hierarquia socioeconômica que existiu no passado entre as famílias de Peixe Bravo. Na casa de Dona Maria Celsa, embora não tenha sido feito fotografia, a fazeção de farinha ocorria com a ralação da mandioca, enquanto nas casas que tinham tendas, a mandioca era ralada na roda. Assim como o *descaroçador* que algumas famílias utilizavam para moer a cana de açúcar para fazer garapa e pequenas quantidades de rapadura. O exemplo mostrado acima é uma *modernagens*, pois os antigos de madeira não foram encontrados em nenhuma das famílias. A aquisição de equipamentos de fabricação industrial ocorre a partir dos anos 1990.

Convivem nessa coletividade diversas técnicas arquitetônicas na construção das casas com a ausência de casa de pau a pique, há ainda poucas casas de enchimento, um número maior de casas de adobe e a grande maioria de casas de alvenaria com novo padrão de pintura, a cores com tintas adquiridas no comércio. A pintura antiga se fazia com tabatinga, uma argila mole e esbranquiçada que dissolvida em água permite pintar paredes. Na Foto 09 abaixo, a primeira e a terceira casa foram feitas com adobe, a segunda e a quarta com tijolos, entretanto a primeira casa é pintada com tabatinga enquanto a terceira e a quarta têm pintura com tintas compradas no comércio. São utilizadas cores

diversas conforme o desejo de casa família, há casas amarelas, vermelhas, roxas, azuis, verdes e etc.

Foto 09
Técnicas arquitetônicas



Fonte: Trabalho de Campo, 2020 – Lucivaldo Gomes da Silva

Encerrando o histórico da Comunidade Remanescente de Quilombo de Peixe Brabo no município de Riacho dos Machados, podemos afirmar como ficou evidenciado ao longo da interpretação apresentada, que essa coletividade possui uma longa historicidade na ocupação das margens da bacia do curso d'água que lhe dá nome. Como informado, sendo *terra de ninguém* pela inexistência de valor de troca, mas também de uso, no primeiro quarto do século XIX pessoas vinculadas ao tronco familiar Pereira da Silva se fixaram aos poucos em alguns pontos do vale, mas também da chapada no território municipal de Riacho dos Machados, utilizando-se, no período da escravidão, da estratégia da invisibilidade, como largamente informam estudos e Relatórios Antropológicos sobre comunidades quilombolas.

Aos poucos o número de famílias foi ampliado com a chegada de novos moradores, principalmente homens, que se casaram com mulheres dessa coletividade e implantaram estruturas de fazenda com a presença de engenho de cana de açúcar e tenda de farinha de mandioca e utilizaram da mão-de-obra dos moradores pagando-lhes diariamente com

mantimentos para alimentação das famílias, replicando na comunidade onde se fixaram o padrão do trabalho escravo.

O norte de Minas vivenciou até meados do século XX um ciclo climático em que ocorriam anos com muitas chuvas e anos com muita seca, havendo anos que propiciaram sofrimento às famílias de toda a região, principalmente a dos agricultores familiares vivendo em pequenos agrupamentos populacionais e pequenas áreas de terra. Nas chuvas ou nas secas homens das famílias negras foram para as *caatingas*, de *cima* em Porteirinha e de *baixo* em Riacho dos Machados para trabalhar e garantir a alimentação familiar para viabilizar a reprodução material de todos.

Até os anos 1970 os quilombolas de Peixe Bravo viveram isolados e discriminados nos dois municípios em que se encontram localizados. E a modernização conservadora implementada pelo regime militar chega à localidade por meio da grilagem de terra para o reflorestamento de eucalipto, política implantada para garantir a produção de carvão para o pólo siderúrgico mineiro que se instalou na região central do estado.

Nem mesmo em programas de governo como o PAPP, vinculado ao Projeto Nordeste e financiado pelo BIRD, foi propiciado o acesso dessa coletividade junto aos chamados, na época, pequenos produtores rurais. Mas, aos poucos, a *modernagem* chegou e a principal estratégia utilizada pelos moradores foi estabelecer anualmente a migração sazonal para as regiões produtoras de café e de milho no sul de Minas e Alto Paranaíba por ser atrativo o pagamento da mão-de-obra por produtividade e não por diária como recorrente na região norte mineira.

Somente nos governos dos presidentes Lula e Dilma benefícios públicos começaram a chegar à Peixe Bravo, que em decorrência do direito constitucional de regularização fundiária pode se reconhecer e se auto afirmar como comunidade remanescente de quilombo, a partir de agência da administração municipal interessada nos recursos do Programa Brasil Quilombola. Mas, também, voltou o tempo de temor em decorrência do projeto de mineração de ferro existente na localidade, como foi mostrado na Figura 01.

A ameaça de morte a um dos presidentes da entidade representativa desse Quilombo e também junto ao antropólogo que faria a perícia antropológica para elaboração do Relatório Antropológico como disposto na Instrução Normativa 57 / 2009 do INCRA atemorizou a coletividade que, entretanto, não parou de resistir e lutar pela sua

permanência nas terras legadas pelos seus antepassados, quilombolas históricos, que permanecem resilientes até mesmo contra o canto da sereia das empresas vinculadas à mineração buscando adquirir as terras familiares.

Caracterização dos municípios de Riacho dos Machados e Rio Pardo de Minas

A Comunidade Remanescente de Quilombo de Peixe Brabo, como dito acima, localiza-se às margens de curso d'água que lhe dá o nome e que é utilizado para a separação entre os municípios de Riacho dos Machados pela margem direita e de Rio Pardo de Minas pela margem esquerda.

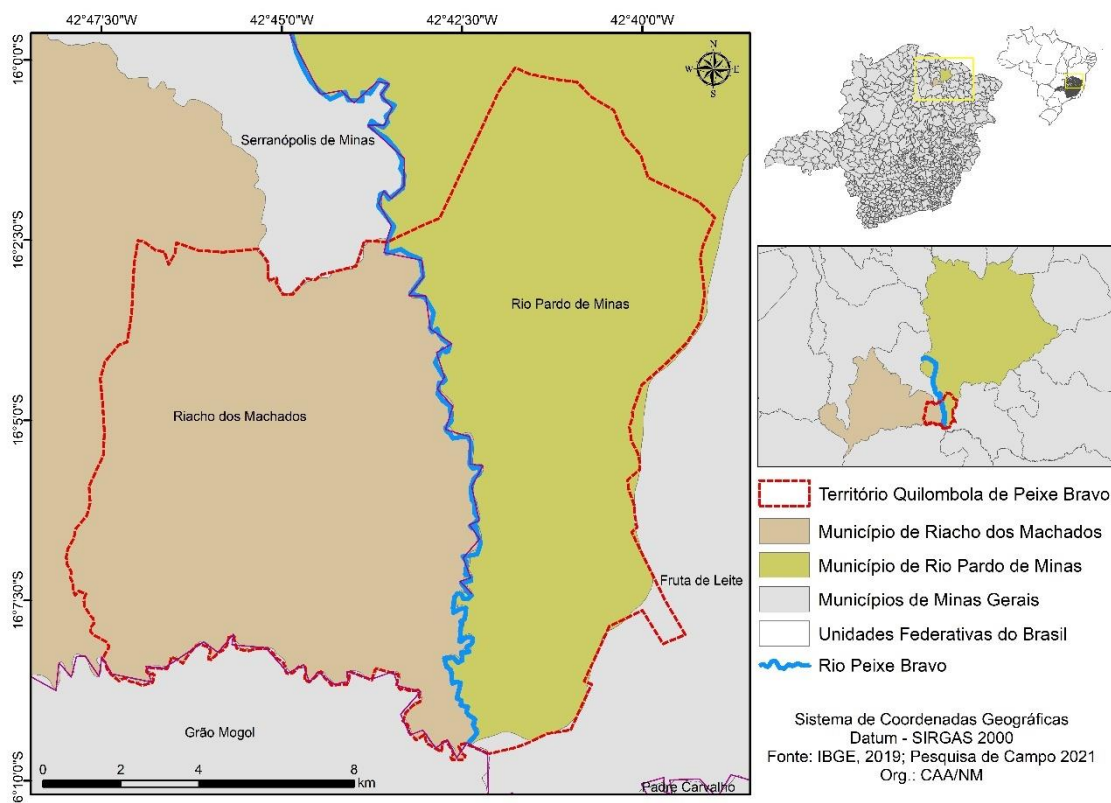
O município de Riacho dos Machados é onde se localiza a entidade representativa da Comunidade Remanescente de Quilombo de Peixe Brabo e, também, prédios públicos que dão assistência à população dessa localidade, Posto de Saúde e Escola Municipal.

O município possui 1.315, 540 km² e uma população de 9.476 em 2020 distribuída em sua área territorial com uma densidade demográfica de 7,11 hab/km². Seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal em 2020 foi de 0,627, considerado médio, e o que lhe possibilita essa posição é a escolarização municipal que atinge 95,3% da população entre 6 e 14 anos, conforme informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Em seu relevo, Riacho dos Machados tem o ponto mais alto na Serra Gado Bravo com 1130 metros, e seu ponto mais baixo está localizado na foz do Rio Peixe Bravo. 40% do território é plano, outros 40% é ondulado e 20% montanhoso. Localiza-se na Bacia do rio São Francisco e na Bacia do rio Jequitinhonha. Seus principais cursos de água são o rio Vacaria, do qual o rio Peixe Bravo é seu tributário e o córrego Samambaia. Por ano, chega a 876 mm de índice médio pluviométrico. A média anual de temperatura é de 24,5 °C, a temperatura máxima por ano chega por volta de 30,8 °C e a mínima anual próxima de 18,6 °C.

Sua economia é estruturada na agricultura, principalmente familiar, pecuária de corte, comércio, serviços e mineração de ouro. O comércio local atende parcialmente às demandas da população que recorre às cidades de Porteirinha e Janaúba para aquisição dos itens demandados. Aos sábados, ocorre a feira da produção agrícola e pecuária de pequeno porte ofertada, principalmente, por agricultores familiares que se deslocam de suas áreas para a cidade. Há fartura quanto aos produtos de toda região.

Figura O3

Mapa de localização da Comunidade de Peixe Bravo no limite dos municípios



Fonte: Trabalho de Campo – Matheus Vinicius Ferreira

A empresa Mineração de Riacho dos Machados é pertencente à Brio Gold, subsidiária da canadense Yamana Gold e, desde que adquiriu a área da Vale do Rio Doce, ampliou consideravelmente a extração desse minério. O Produto Interno Bruto municipal é de R\$ 29.972,04 e o percentual das receitas está majoritariamente apoiado em fontes externas, 87,5%. Tal percentual demonstra que, como a maioria dos municípios brasileiros a renda auferida está vinculada, principalmente, nos impostos do Fundo de Participação dos Municípios, já que o percentual da renda interna é de, apenas, 12,5%.

Em termos de trabalho e rendimento, em 2018 o salário médio mensal era de 3.6 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 14.5%. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 47.4% da população nessas condições. Como já informado no capítulo anterior e será tratado com maiores informações no capítulo sobre sistema de produção, principalmente os jovens migram sazonalmente para a região cafeeira do sul de Minas e para a região do milho no Alto Paranaíba, contribuindo significativamente para a melhoria das condições de vida da população de Peixe Bravo.

A educação no município tem sua rede pública organizada em escolas municipais espalhadas nas comunidades rurais e em escolas estaduais situadas nas sedes municipal e distritais. A taxa de escolarização de crianças e adolescentes entre 6 e 14 anos é de 95,3%. E o IDEB da rede pública em Riacho dos Machados nos anos iniciais e finais do ensino fundamental, respectivamente, é de 6,2 e 4,1 situando em índices médios no estágio inicial e abaixo de médio na etapa final. Em Peixe Bravo, há a Escola Municipal Almirante Tamandaré, que atende todas as crianças e todos os jovens dessa comunidade remanescente de quilombo com ensino fundamental e ensino médio.

A saúde em Riacho dos Machados se organiza por meio de uma estrutura tendo na Secretaria Municipal a Central de Gestão de Saúde que gerencia diversos Centros de Saúde de Unidade Básica na sede municipal e sedes distritais, Posto de Saúde em uma comunidade rural, uma unidade de apoio à diagnose e terapia, uma clínica pública especializada, clínica particular de odontologia, uma unidade móvel de odontologia e uma APAE para atendimento especializado. Em Peixe Bravo, há um Centro de Saúde de Unidade Básica que atende a população de toda a comunidade e, como já informado anteriormente, duas ambulâncias destinadas a essa coletiva com recursos de emendas parlamentares que viabiliza o trânsito de pacientes para a atendimento na cidade.

A taxa de mortalidade infantil média em Riacho dos Machados é de 19.23 para 1.000 nascidos vivos.

Em Peixe Bravo, as doenças mais comuns são: Chagas, diabete, colesterol alto, hanseníase, problemas cardíacos, anemia, leishmaniose, enxaqueca, asma, câncer, labirintite, depressão, doença mental, paralisia infantil. Doenças que são tratadas no sistema de saúde municipal que é vinculado ao sistema regional de saúde, centralizado em Janaúba para diversas especialidades e em Montes Claros para atendimentos mais complexos. Entretanto, o conhecimento fitoterápico da população local é imenso e utilizado principalmente pelos mais velhos, embora os mais jovens adotem costumes vinculados à bebida de chás.

O município de Rio Pardo de Minas está localizado na mesorregião do Norte de Minas e microrregião de Salinas. Compõe com outros municípios da região o Alto Rio Pardo. A sua população, estimada em 2020 pelo IBGE, é de 31.045 habitantes vivendo em uma área territorial de 3.117, 675 km² com densidade demográfica de 9,33 hab/km². O seu

IDHM é 0,624 situando-se no estrato médio desse índice. Sua área territorial já foi bem mais extensa, no passado mais remoto nele se encontravam as áreas municipais de Monte Azul, Espinosa, Mamonas; Mato Verde, Catuti, Gameleiras e parte do município da Jaíba, todos situados na bacia do rio São Francisco, principalmente no vale do rio Verde Grande. E na bacia do rio Jequitinhonha, os municípios de Salinas, Rubelita, Santa Cruz de Salinas, Novorizonte, Fruta de Leite, Taiobeiras e Berizal. Estes dois últimos municípios juntos com São João do Paraíso, Ninheira, Montezuma, Santo Antônio do Retiro, Vargem Grande do Rio Pardo e Indaibira se localizam, também na bacia do Rio Pardo.

O município possui atrativos turísticos belíssimos, como o Parque Estadual de Serra Nova, situado no distrito de mesmo nome no município. Devido à Serra do Espinhaço, possui belíssimas cachoeiras e centenas de pequenos cursos de água que abastecem os rios Preto e Pardo. Imensas chapadas ocupam a maior parte do território municipal e, em sua maioria, cobertas de eucaliptos desde meado dos anos 1970. A população rural que acionou sua tradicionalidade como o grupo étnico *geraizeiro* que luta pela preservação da vegetação das chapadas, tendo já conseguido viabilizar a criação em 13/10/2014, por Decreto, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Nascentes Geraizeiras com uma área de 38.177,27 hectares.

Lutam, principalmente, pela preservação dos cursos de água que dão formação ao Rio Preto na região de Serra Nova e ao Rio Pardo que nasce no município de Montezuma e, para tanto, já conseguiram criar lei municipal de delimitação territorial para preservação da vegetação de cerrado, fundamental para a produção de água.

Como mostrado na Figura 01, Rio Pardo de Minas, assim como, Riacho dos Machados possuem uma imensa jazida de ferro e manganês, cuja produção requer escoamento por mineroduto, como disposto no projeto de exploração e que fundamenta a luta das populações rurais da área devido à escassez de água existente, propiciando o estrangulamento de seus sistemas de produção.

Atualmente, o município possui uma rodovia inteiramente asfaltada, ligando a cidade à Taiobeiras, e uma outra, parcialmente asfaltada que se direciona para Santo Antônio do Retiro e, no vale do rio Verde Grande, Mato Verde. A maioria das estradas são vicinais ligando a sede municipal às sedes distritais e povoações espalhadas por todo o seu território e, também a São João do Paraíso.

Foto 10
Pequizeirão, símbolo do cerrado defendido, na área da RDS Nascentes dos Gerais



Fonte: Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas / Luciano Dayrell.

A economia de Rio Pardo de Minas é estruturada principalmente na silvicultura, devido ao domínio de eucalipto plantado para produzir carvão para o polo siderúrgico mineiro, centrado na região de Sete Lagoas e na agricultura, principalmente familiar, pecuária de corte, comércio e serviços. O setor terciário atende parcialmente às demandas da população em termos de comércio e de serviços de saúde e educação. Salinas e Montes Claros são destinos em que a população local recorre para atender às suas demandas. A feira semanal, realizada aos sábados, na cidade oferece uma gama de produtos agrícolas e animais de pequeno porte vindos das diversas comunidades rurais que produzem produtos agrícolas, hortícolas, cerâmicas, cachaça, e derivados do leite. Cabe salientar que há uma economia invisibilizada neste município, como estudado por Dayrell, Barbosa e Costa (2017) que evidenciam a larga produção de espécie de café, denominada *café de chakra* e, principalmente, de cachaça artesanal que é comercializada para as empresas de Salinas que se tornou o principal centro produtor dessa bebida na região.

O PIB municipal em 2020 foi de R\$ 8.931,93 e as fontes dos recursos financeiros de Rio Pardo de Minas têm percentual maior de fontes externas, 93,5%, o que demonstra que a

produção agrícola dos agricultores familiares é totalmente invisibilizada, como afirmado acima.

O trabalho e rendimento nesse município propiciou em 2018 um salário médio mensal de 1.5 salários mínimos. O pessoal ocupado, em 2018, no município de Rio Pardo de Minas era de 2.438 pessoas, com uma proporção de pessoas ocupadas em relação à população total de 7.9% conforme dados do IBGE. E considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 50.7% da população nessas condições.

A educação em Rio Pardo de Minas organiza sua rede pública municipal em escolas espalhadas nas comunidades rurais para atendimento aos anos iniciais do ensino fundamental e em escolas estaduais situadas nas sedes municipal e distritais para atendimento à demanda de ensino fundamental e ensino médio com 98,9% de criança de adolescentes entre 6 e 14 anos em escolarização. Os jovens de Peixe Bravo que necessitavam, até recentemente, fazer o ensino médio tinham que se deslocar a pé por várias horas para Nova Aurora, localidade com escola que agregava adolescentes e jovens de diversas localidades em seu entorno. Na rede pública nesse município o IDEB é nos anos iniciais do ensino fundamental 6,3 e nos anos finais da mesma etapa é de 4,5, situando em índices médios no estágio inicial e abaixo de médio na etapa final. Peixe Bravo não está incluída na rede escolar municipal, e a população em idade escolar tem acesso à educação na Escola Municipal Almirante Tamandaré vinculada ao município de Riacho dos Machados. E como já informado, esse educandário atende todas as crianças e todos os jovens dessa comunidade remanescente de quilombo com ensino fundamental e ensino médio, independente a que município encontre situada sua residência.

A Secretaria Municipal de Saúde de Rio Pardo de Minas se constitui como uma unidade Central de Gestão em Saúde que gerencia diversas Unidades Mistas, compostas com Centro de Saúde e Unidade Básica na cidade sede e em sedes distritais, Unidade Médica Móvel para atendimento à população local, Centro de Especialidades Médicas, Serviço de Apoio à Diagnose e Terapia e um Hospital Municipal. Há na cidade clínicas odontológicas particulares para atendimento à população municipal. Os quilombolas de Peixe Bravo são atendidos no Centro de Saúde de Unidade Básica vinculado à Central de Gestão de Saúde do município de Riacho dos Machados e dotado de duas ambulâncias que viabiliza o trânsito de pacientes para a atendimento na cidade, como já informado.

A taxa de mortalidade infantil média em Rio Pardo de Minas é de 8.06 para 1.000 nascidos vivos.

Como no município de Riacho dos Machados, em Peixe Bravo as doenças mais comuns são: Chagas, diabete, colesterol alto, hanseníase, problemas cardíacos, anemia, leishmaniose, enxaqueca, asma, câncer, labirintite, depressão, doença mental, paralisia infantil. Doenças que são tratadas no sistema de saúde municipal que é vinculado ao sistema regional de saúde, centralizado em Salinas para diversas especialidades e em Montes Claros para atendimentos mais complexos. Entretanto, o conhecimento fitoterápico da população local é imenso e utilizado principalmente pelos mais velhos, embora os mais jovens adotem costumes vinculados à bebida de chás.

CAPÍTULO 3: Organização social, patrimônio e manifestações culturais

A organização social articula diversas dimensões na Comunidade Remanescente de Quilombo de Peixe Brabo, desde uma perspectiva de singularidades locais até por aspectos mais gerais que existem em outras comunidades remanescentes de quilombo, sejam na região norte mineira, no território nacional ou em comunidades negras surgidas das fugas da escravidão em outros países onde ela se efetivou no período colonial.

A mais importante dimensão desse domínio na vida social desses quilombolas da bacia do rio Peixe Bravo, na divisa dos municípios de Riacho dos Machados pela margem direita e de Rio Pardo de Minas pela margem esquerda desse curso d'água, é o vínculo de pertencimento ao espaço territorial onde coexistem dezenas de famílias que se vinculam entre si por relações de parentesco, compadrio, solidariedade e etnicidade. Ser quilombola de Peixe Bravo só é possível na historicidade inscrita, possivelmente, na segunda década do século XIX quando da chegada dos Pereira da Silva, que fugiam da escravidão vindos da Bahia ou dos garimpos do arraial Serra de Santo Antônio de Itacambirucu, atual cidade de Grão Mogol. Somente na bacia do rio Peixe Bravo que os quilombolas desta coletividade negra que se reconhece e auto afirma como remanescente de quilombola podem existir. É nesse território, aqui delimitado por eles em sua territorialidade, que viveram os antepassados, vivem os familiares e parceiros de uma história de resistência em busca de liberdade e de autonomia na reprodução da vida familiar e coletiva.

Há fronteiras de identificação e diferenciação vinculadas à questão étnica que delimitam os *de dentro* com os *de fora* seja por meio de aspectos internos, quanto por aspectos externos constituintes da realidade sociocultural desta comunidade. Como narrado na memória coletiva por diversos dos seus membros, nesse espaço familiar e coletivo construído como um território relacional por suas gentes há uma história que expressa as lutas pela permanência e pela reprodução de cada um, de cada família e de cada coletividade, desde o período escravista até esse momento de territorialização quilombola como prevista pela Constituição Federal de 1988.

As populações brasileiras possuem um aspecto que é, também, constituinte e constitutivo da organização social dos quilombolas de Peixe Bravo, ainda que bastante distanciados de outras coletividades, qual seja *a abertura para o outro*, como descrito por Oliveira (2005) para as populações vazanteiras de ilhas no rio São Francisco entre a cidade de

Januária e a fronteira com o estado da Bahia e pela população do município de Matias Cardoso como descrito por Costa (2017) em seu estudo sobre o norte de Minas. Falar da organização social do Quilombo Peixe Bravo, como em outros quilombos da mesma área, é falar da permanente articulação entre nativos e *chegantes*, uma dimensão relativista e não etnocêntrica de convivência dos *de dentro* com os *de fora* que penetram as relações sociais.

A esses *chegantes*, dado que são pessoas e famílias que se fixaram no espaço territorial, foram liberadas parcelas de terra para reproduzirem suas vidas quando a mesma era livre e apropriável, por ser *terra de ninguém* ou seja incorporação pela via do casamento. A esta perspectiva, Ribeiro (1995) denomina *cunhadismo*, aspecto herdado das práticas indígenas no Brasil, por meio do qual o marido da irmã era introduzido no seio familiar. E no caso de Peixe Bravo essa incorporação do *chegante* se expressa exemplarmente pelas relações estabelecidas com Rufino Soares de Brito que após casamento com uma mulher Pereira da Silva ocupa uma área de terra e, além de criar sua família, também implantou uma estrutura de fazenda, com engenho, tenda de farinha e *ter cavalo e gado para criar solto na chapada* como dito por Seu Zé de Catolino. Assim também é o caso de Sebastião Clemente da Silva que, após casamento exogâmico de lugar, fixou-se numa área próxima ao Riacho Dantas dando origem a um dos grupos locais existentes nessa coletividade negra.

As relações de parentesco, que serão analisadas posteriormente, apresentam-se como significativas na constituição dos grupos locais que articulam as famílias internamente e os diversos grupos externamente dão formação às dimensões políticas da organização social deste quilombo. É como parte de grupos familiares que os quilombolas de Peixe Bravo compartilham sua trajetória histórica de comunidade negra na divisa dos municípios de Riacho dos Machados, Rio Pardo de Minas e Grão Mogol pela fixação de diversas famílias na margem direita do rio Vacaria.

Até o Programa Brasil Quilombola, do governo Lula da Silva, houve uma histórica exclusão dos moradores da comunidade negra de Peixe Bravo aos benefícios gerados pela sociedade nacional, sem que exista isolamento por parte dessa gente, dadas as relações de trabalho que mantêm, sazonalmente, com empresas agrícolas em diversas partes do país, notadamente no sul de Minas, na região cafeeira e no Além Paranaíba na região do milho. E, também, relações com parentes que migram para outras cidades brasileiras. O não

isolamento pode ser compreendido pela existência de telefonia celular e antenas parabólicas que podem ser observadas nas residências da Comunidade Remanescente de Quilombo situada na divisa dos municípios de Riacho dos Machados e Rio Pardo de Minas, sendo que este segundo município, como informado no capítulo anterior, é completamente ausente na vida dessa coletividade.

A busca de acesso às ações e políticas públicas pode ser demonstrada pela eleição de algum morador para a câmara municipal de Riacho dos Machados, sendo que moradores no município de Rio Pardo de Minas são, em sua maioria, eleitores no município vizinho e, na gestão que finalizou em 2020, o vereador eleito é morador no município que é completamente ausente na comunidade. Como o número de eleitores de Peixe Bravo em Riacho dos Machados é muito baixo e essa coletividade não possui número suficiente para eleger um vereador próprio, é feita a articulação com algum candidato que pouco representa a comunidade quando eleito e, na maioria das vezes, nunca vai visitar aqueles que, por ventura, nele votaram.

Outra dimensão da organização política desse quilombo é a Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo de Peixe Brabo, fundada em 1995 como entidade representativa dos pequenos produtores rurais e transformada em entidade quilombola em 2015. Foi após o estabelecimento de contato da diretoria da Associação com o movimento quilombola estadual, como forma de assegurar para os moradores da coletividade os direitos quilombolas como disposto no Artigo 68 do ADCT da Constituição Federal de 1988. Essa forma de organização social articulou relações com o movimento social regional norte mineiro para dar sustentação ao processo de luta pelos direitos constitucionais, principalmente devido à ameaça de morte ao presidente, no período em que o mesmo procurava consolidar apoio externo à comunidade.

Em termos organizativos de classe, com a filiação de muitos moradores de Peixe Bravo ao Sindicato de Trabalhadores Rurais de Riacho dos Machados, a entidade passou a desenvolver uma série de ações de apoio a essa comunidade negra. Na sessão relações intra e inter comunitárias serão tratadas as ações do STR com a população de Peixe Bravo.

Outra dimensão da organização social vigente desde que o Padre Ernesto era pároco em Riacho dos Machados, foi a criação de diversos grupos vinculados às faixas etárias para dar formação à comunidade eclesial dessa comunidade negra. As festividades religiosas,

que serão posteriormente descritas como manifestações culturais, assim como a existência de grupo de Folias de Rei e de São Sebastião que percorre as casas das famílias, participam de pagamentos de promessas e da festividade de Santa Luzia que também contribuem para dar sentido ao pertencimento a essa coletividade. Diversos estudos sobre grupos de foliões têm interpretado os giros desses grupos como demonstração da configuração de uma coletividade, perspectiva reafirmada neste Relatório Antropológico.

Critérios de pertencimento à coletividade

As demarcações que delimitam o pertencimento à Comunidade Remanescente de Quilombo de Peixe Brabo foram apresentadas anteriormente com interpretações construídas por diversos moradores com os quais houveram interlocução durante o trabalho de campo.

Em seus estudos sobre fronteiras étnicas, Barth (2005) afirma que as mesmas são construções políticas organizadas pelos grupos em inter-relações para referirem aos membros de seus grupos e aos membros dos outros grupos com quem se relacionam para demarcarem as enunciações de pertencimentos que os diferenciam.

Em Peixe Bravo, além de se constituírem como fronteiras étnicas o que evidencia o pertencimento à essa comunidade negra é, em primeiro lugar, *ter nascido aqui, ser parte de uma das famílias da nossa comunidade*. Há a afirmação de uma *ancestralidade de lugar* vinculada à temporalidade centenária em que seus antepassados se fixaram nas margens do curso d'água que dá nome à localidade⁹. Os membros da comunidade compartilham entre si uma *descendência de negros fugidos da escravidão* que se interiorizaram no território brasileiro para buscarem viver com liberdade e autonomia na reprodução da vida, embora antepassados de algumas famílias que se fixaram em decorrência de casamentos com mulheres e homens negros, não compartilhem da ascendência negra, mas seus descendentes sim. Nos estudos atuais sobre comunidades quilombolas Carvalho (1996) e Price (1996) afirmam a estratégia da invisibilidade como

⁹ *Ancestralidade de lugar*, noção que pode ser vista como uma ideia organizadora que regula as relações entre dentro e fora, a partir das noções de descendência e residência, partilhadas por todos os membros de cada grupo familiar e pelo grupo familiar e pela coletividade enquanto uma unidade social dada. Neste sentido vide Pimentel (1997).

As relações de comunidades quilombolas com as povoações citadinas foram discutidas por Gomes (1996), sendo possível inclusive considerar a mesma dinâmica com populações rurais externas. Para este historiador dos quilombos fluminenses, as diversas localidades quilombolas não se desvincularam de relações comerciais com a população urbana. E em Peixe Bravo, principalmente, há relações de trabalho com populações rurais, notadamente, fazendeiros.

Além das interpretações demarcadoras do pertencimento à coletividade de Peixe Bravo que enunciam as fronteiras étnicas, há também uma demarcação para diferenciar os membros que vivem na localidade que os conformam como um *nós* frente a *outros* com os quais se relacionam, os troncos familiares, já informados anteriormente e os grupos locais, que aglutinam troncos familiares diferenciados. Na Figura 04 encontra-se localizado esses grupos locais. Os troncos familiares presentes em *Córrego Fundo*, os Araújo; em *Riacho Dantas*, os Sales e os Araújo, mas há Pereira da Silva no interior desse grupo local; na *Vila dos Mota*, os Oliveira e os Ferreira da Silva; na *Vila dos Currais*, os Campo das Flores, os Souza, os Priscilina e, também os Pereira da Silva e em *Morro Grande*, os Pereira de Oliveira, os Cândido de Araújo e os Lourenço.

Essa diferenciação interna não desvincula os membros das famílias das *relações de parentesco como base da solidariedade* que o sentido de pertencimento à coletividade de Peixe Bravo. Essa diferenciação e mesmo a presença de membros do tronco familiar Pereira da Silva ocorre pelos casamentos exogâmicos de família, de grupos locais e de localidade verificado no passado e no presente.

A resistência por permanecer no local, como será discutido no capítulo sobre território e territorialidade e a luta por direitos como prática familiar e, mais recentemente, como prática coletiva, constitui-se narrativas que propiciam afirmar o pertencimento a cada grupo local e ao coletivo quilombola de Peixe Bravo, ainda que poucos moradores não aceitem se afirmar como quilombolas. As agências narradas propiciam evidenciar o *vínculo ao lugar e o sentido de pertencimento* a um *nós* que se dispõe como círculos dentro de um grande círculo formado por 229 famílias nucleares, como informado nos anexos II e III com uma população de 1596, aproximadamente. Essa coletividade negra emerge em busca de direitos para todos em 1995 como pequenos produtores rurais e em 2008, como quilombola em processo de articulação interna, externa e de organização política.

E, como última enunciação do sentido de pertencimento, *compartilhar modo de vida que constrói união* de todos os troncos familiares cujos membros permanecem no espaço territorial construído por seus ancestrais e que sofreram violentas ameaças de expropriação a partir dos anos 1970, quando do processo de reflorestamento das chapadas e que atualmente são impedidos de nelas soltarem seus gados e quando soltam são roubados e mortos, como informado por Seu Zé de Zé de Catolino, um dos considerados “fazendeiros” atualmente na compreensão dos quilombolas de Peixe Bravo.

Os critérios de pertencimento dos membros da Comunidade Remanescente de Quilombo de Peixe Brabo, em síntese, são: *relações de parentesco, ancestralidade de lugar, historicidade de resistência e lutas por direitos, descendência de negros fugidos da escravidão* e, por fim, *vínculo de parentesco e sentido de pertencimento* não apenas *ao lugar*, mas *à coletividade* que luta por manter seus membros reproduzindo a si, as suas famílias, seus grupos locais e a coletividade englobante.

A secessão e reagrupamento de membros da comunidade

Resulta da historicização e da análise dos processos vividos pelas famílias que compõem a Comunidades Remanescente de Quilombo de Peixe Brabo as evidências que as secessões verificadas decorrem entre gerações pelas relações de casamento que homens e mulheres estabeleceram entre si; e da possibilidade de implantação das residências dos novos casais em lugares vazios, dentro de uma área da família dos noivos, cuja ação humana transformou espaços de natureza em espaços de cultura por meio do trabalho para garantir a reprodução da família.

Sendo as terras da bacia do rio Peixe Bravo entre o córrego Poções e o rio Vacaria livres, ou seja, sem ocupação humana, os antepassados que aí se fixaram e por seu trabalho, que legitima o direito de posse da terra sob uma natureza que é de Deus, passam a constituir um *mundus* social. Assim, cada novo casal

organiza aquele mundo, criando o espaço social; transformou o mundo da natureza no *mundus* da sociedade – o *mundus* [de uma família específica], separado dos outros por uma fronteira simbólica. Um universo social autônomo e autárquico, no plano simbólico (WOORTMANN, 1995: 243).

É de acordo com esta lógica descrita pela autora referenciada que as famílias que ocupam o espaço territorial delimitado e reivindicado pelo Quilombo de Peixe Brabo passam por processos de secessão nos primórdios da ocupação da área. Cada novo casal, tanto pode

permanecer próximo à casa paterna quanto se dá origem à ocupação de uma área ainda não habitada e a noiva se transfere para uma terra onde o casal passa a construir a estrutura produtiva que garantirá a reprodução da família formada por eles.

Em um segundo momento, quando do processo de expropriação das terras das chapadas para reflorestamento e, com a modernização conservadora da agricultura brasileira, ocorreram três dinâmicas na organização social desses quilombolas. A primeira, a expulsão de famílias pela violência dos Pulu que migraram para os subúrbios da cidade de Porteirinha. A segunda, com a desestruturação do sistema de reprodução familiar com a diminuição do número gado que não puderam mais ser soltos na chapada e a fragmentação das terras familiares em pequenas parcelas com os casamentos dos mais novos propiciam o aumento do número de pessoas a terem sua reprodução assegurada. Decorre daí o início da migração sazonal para outras áreas agrícolas, que demandam mão-de-obra de trabalhadores rurais em diversas regiões do país, para onde os homens se deslocam anualmente em busca de trabalho. Nas fazendas para onde se deslocam, embora a busca de maior produtividade imponha um ritmo acelerado de trabalho, há o constante apoio uns aos outros em suas necessidades.

Ocorreu, também, como terceira dinâmica de secessão e reagrupamento, a migração definitiva para o estado de São Paulo, principalmente. E, muitos dos que migram sazonalmente, após muitas idas e vindas, ao conseguirem emprego, fixam-se na cidade para onde se deslocaram. Nas cidades para onde se fixaram a maioria dos membros das famílias de Peixe Bravo, aos poucos, eles vão se reagrupando como um grupo coeso, como discutido por Durham (1973), formado por parentes que seguem o primeiro que se fixou na cidade em que escolheu ficar. Como há diversos grupos em cada cidade, é construída uma rede de apoio e solidariedade entre eles, como dito por Alvin Pereira, *a gente lá na cidade se encontra em diversos momentos e se apoia nas necessidades* (Trabalho de campo, 2021).

Esses foram os fatores que levaram à segregação e ao reagrupamento das famílias na Comunidade Remanescente de Quilombo de Peixe Brabo em sua trajetória histórica, seja na própria localidade ou nas cidades para onde muitos membros migraram em definitivo.

Descrição genealógica

Vindos no primeiro quartel do século XIX, possivelmente do povoado de Serra de Santo Antônio do Itacambiraçu, atual Grão Mogol ou de algum lugar da Bahia, homens e mulheres que ocuparam em locais separados da bacia do rio Peixe Bravo para garantir a invisibilidade durante o período da escravidão no Brasil, deram origem a um quilombo histórico que as atuais gerações reafirmam sua existência, quando se declararam em 2008 como Comunidade Remanescente de Quilombo. Pela memória coletiva e pelo levantamento genealógico realizado no trabalho de campo evidenciou-se que os troncos familiares Pereira da Silva, Oliveira e Nunes possuem ancestralidade de lugar com maior profundidade histórica em até sete ou mais gerações, sendo que, em decorrência de casamentos exogâmicos de família, novos troncos familiares foram se consolidando dando origem às articulações entre os troncos. Os membros do tronco familiar Pereira da Silva, mais que em outros troncos familiares, estabeleceram e estabelecem casamentos exogâmicos de família e de localidade, permanecendo, entretanto, o casamento endogâmico no tronco familiar, em decorrência de serem mais numerosos e se encontrarem espalhados por toda a localidade de Peixe Bravo e estarem presentes em todos os grupos locais que conformam essa Comunidade Remanescente de Quilombo.

Outros troncos familiares, Ferreira, Araújo e Souza possuem segunda profundidade histórica. E, há outros troncos familiares com rasa historicidade. A existência desses troncos evidencia duas dinâmicas: a primeira a possibilidade de fixação de novas famílias no espaço territorial historicamente ocupado; e a segunda, a incorporação de pessoas *de fora* por meio de casamento exogâmico de família e de localidade, como já discutido anteriormente. Há uma terceira profundidade histórica vinculada aos troncos familiares Soares de Brito, Lourenço, Campo das Flores, Rufina, Quaresma, Paz, Borges. Reis, Bispo e Sales que se fixaram mais recentemente no território reivindicado para regularização fundiária conforme disposto constitucionalmente.

A conceituação utilizada neste Relatório Antropológico da existência de um *território relacional* (SANTOS: 2012) ilumina o processo de ocupação do espaço pelos membros dos troncos familiares constituintes da Comunidade Remanescente de Quilombo de Peixe Brabo. A fixação dos Pereira da Silva, como já informado, em três locais diferenciados, que ao se casarem entre si ocorreu o deslocamento dos novos casais dando origem a novas ocupações e, também, com a chegada de homens brancos que se casaram com mulheres

que aí se encontravam e que a partir daí se espalharam para a proximidade do córrego dos Poções, para a sub-bacia do Riacho Dantas e Córrego Fundo. E no processo se dá a articulação entre os troncos familiares dando origem a novos sobrenomes e densificando a ocupação das margens do rio Peixe Bravo.

As três profundidades históricas dos troncos familiares descritas acima, cada uma a seu tempo, informam o processo de ocupação de todo o médio e o baixo rio Peixe Bravo em decorrência de casamentos endogâmicos de família e de localidade e de exogâmicos de localidade, ocorridos na trajetória dessa comunidade quilombola. Desta forma foi construído o território relacional que temos discutido na Comunidade Remanescente de Quilombo de Peixe Brabo.

Todos esses deslocamentos de membros dos troncos familiares de um espaço para outro dando fundação aos grupos locais ou ocupando as áreas livres no interior do espaço ocupado na bacia do curso d'água que dá nome à essa coletividade, permite-nos compreender o território do Quilombo de Peixe Brabo como um *território relacional*, como discutimos acima.

Ao longo da historicidade dos membros dessa Comunidade Remanescente de Quilombo propicia incorporar de Martinez (2017) o conceito etnográfico de *território de sentimentos*, desenvolvido em sua tese a partir de pesquisa na região Alto Barroso em Portugal, em que cuidados e afetos são construídos na relação cotidiana de todos os membros dessa coletividade, a partir da casa, do nome e da reputação vinculados ao sistema de reprodução familiar e da comunidade que é balizado pela prática agrícola e articulado como um sistema em que as terras, os humanos (residentes com as famílias ou migrantes permanentes ou sazonais), as plantas, e os animais se relacionam de formas diferentes que conjugam e embaralham a produção e os componentes simbólicos e morais.

As atividades desenvolvidas pelas famílias vinculadas a todos estes troncos familiares desde o início de sua fixação no espaço territorial do curso d'água que dá nome à coletividade são agricultura policultora, pecuária de grandes e pequenos animais, extrativismo vegetal nas chapadas, caça e pesca. Esse sistema produtivo local é constitutivo da formação histórica da região norte mineira que se deu por meio das atividades pastoril e agrícola, acrescido do extrativismo vegetal vinculado à diversidade

de frutos presentes no cerrado. A apropriação dos mesmos tanto para a alimentação humana quanto para a alimentação animal são: o pequi, o araticum, a mangaba e o rufão entre outros. Assim como para a produção de algum elemento necessário à vida doméstica, como o tingui, utilizado para fazer sabão.

É possível afirmar que no início da ocupação o casamento entre tio / sobrinha e entre primos eram os casamentos preferenciais, assim como a endogamia de localidade que articulava os três primeiros espaços ocupados no tempo da escravidão. Ao final da segunda profundidade da ancestralidade de lugar mencionada acima tem início a ocupação de novos espaços e a ocorrência do casamento exogâmico de localidade com a chegada de novos indivíduos que deram formação a novos troncos familiares. Na atualidade, o casamento endogâmico de família, principalmente entre os Pereira da Silva e de localidade constitui-se a forma mais geral de formação de novos casais, o que determina o parcelamento da terra dos grupos domésticos com a fixação de novos casais.

Há, também, o casamento exogâmico de localidade, principalmente, de jovens homens que buscam nas localidades da circunvizinhança as mulheres com quem constituem novas famílias nucleares, também determinando o parcelamento das terras da família. Esta segunda possibilidade de casamento ocorre, notadamente, nas famílias com maiores áreas de terra. Não há mais terra livre para ser ocupada devido à ocupação de toda a bacia do rio Peixe Bravo e, devido ao parcelamento das terras dos grupos domésticos tem ocorrido a aquisição de áreas pelo jovem marido, passando a fixação do casal de patrilocal para virilocal. Quando o casal constrói sua moradia na terra do pai, da noiva ou do noivo, devido à exiguidade da área familiar não comportar mais a implantação de novas casas¹⁰ passaram a transferir sua moradia para as terras do sogro dada a exiguidade da terra e a maximização da fragmentação que inviabilizou a fixação de novos casais em sítio ou casa própria¹¹.

As evidências indicam a permanência do padrão inicial de fixação do novo casal na terra apropriada, a emergência da fixação patrilocal e, mais recentemente, da aquisição de área

10 Woortman (1995) em seu estudo sobre grupos camponeses constrói o conceito de sítio com dimensões diferenciadas, a área em que todo o grupo doméstico reside e, também, a área de uma família nuclear que conjuga a casa, o terreiro, as roças, as mangas e a área comum ao de outros membros da família. Enquanto Martinez (2017) recorre ao conceito de casa, inspirado no conceito de *maison* no estudo de Bourdieu (1962) sobre a condição camponesa.

11 A terminologia patrilocal e matrilocal é constituinte da teoria antropológica de parentesco e pode ser apreendida em Radcliffe-Brown (1978).

pelo jovem marido e, por fim, para um padrão bilinear, patrilocal ou matrilocal para a fixação dos novos casais, sem decorrência da inexistência de terra apropriável para a instauração de um novo *mundus* de cada família, pela possibilidade de fixação da nova residência nas terras do sogro, tanto do homem quanto da mulher.

Se as regras matrimoniais preferenciais no passado eram de endogamia, desde início do século XX ela ocorre tanto nesta perspectiva, mas, também, na perspectiva da exogamia, seja de tronco familiar seja de localidade. E a estratégia do casamento de tio / sobrinha, primo / prima constitui-se como a principal forma de manutenção da terra como patrimônio familiar. Na Comunidade Remanescente de Quilombo de Peixe Brabo, distinto da clássica teorização sobre sistemas de parentesco na Antropologia, encontramos a possibilidade de casamento entre primos, tanto paralelos quanto cruzados, estratégia adotada por algumas famílias como forma de manutenção do patrimônio agrário nas mãos dos parentes. Em anexo são apresentados diversos croquis genealógicos em que os casamentos tio / sobrinha e primo / prima são demarcados para melhor possibilidade de leitura.

Quanto ao compadrio, há duas formas: o principal, o compadrio de batismo, antigamente era entre membros da família, primeiro avós e pais, depois irmãos e primos. Atualmente permanece entre parentes, mas também com pessoas próximas, amigos ou casal mais religioso. A escolha se dá por pessoas que possam aconselhar o afilhado. Há o batizado de fogueira, quando os parceiros, principalmente amigos, acordam lealdade e solidariedade por toda a vida.

Entre pais e filhos, padrinhos e afilhados há, em Peixe Bravo, um comportamento usual quando se encontram e se cumprimentam, antigamente os mais novos se ajoelhavam frente aos mais velhos, levantavam os braços e erguidos osculavam os mais velhos por três vezes, fazendo mudança de lado. Este cumprimento assemelha-se ao usual no candomblé e umbanda entre aqueles vinculados a estas duas religiões afro-brasileiras. Atualmente, os mais novos chegam, beijam as mãos dos mais velhos, então se abraçam e quando parentes osculam os mais velhos por três vezes, como se fazia antigamente, mas sem se ajoelhar frente a eles.

Uma relação importante para a organização social de Peixe Bravo é a existência de um parentesco prático (BOURDIEU, 1980) vinculado a alguma lógica, seja por qualquer tipo

de necessidade entre os membros de uma coletividade, que necessariamente não tenham parentesco entre si, mas devido às relações de vizinhança podem estabelecer entre si este parentesco simbólico, ou prático como definido pelo autor francês¹². Nessa localidade há maternidade de leite, quando uma mãe não consegue amamentar o filho que nasceu. A criança trata a pessoa que a amamentou como *mãe de leite* mantendo com ela uma relação filial de respeito e de lealdade. Os filhos da mãe de leite são tratados como *irmãos de leite* e a mesma atitude para com a mãe é devotada aos esses irmãos.

Os membros dos diversos troncos familiares existentes do Quilombo de Peixe Brabo articularam, por relações de parentesco, casamento e compadrio, uma trama que recobre toda a territorialidade historicamente construída. No acesso às genealogias se evidencia o deslocamento tanto de mulheres quanto de homens para suas novas residências, entre os diversos troncos familiares e os diversos grupos locais existentes nessa localidade.

No Quilombo de Peixe Brabo, o território relacional e de sentimentos cria laços coesos com um significado moral. Nele o direito é regido por relações de parentesco, amizade e compadrio, diferentemente do valor estritamente econômico das fazendas como produção agropecuária daqueles que vieram *de fora*. Essas referências permanecem em diversos troncos familiares, mas principalmente, entre os Pereira da Silva.

E para terminar esta seção, informamos a existência de times futebol, um dos lazeres mais usuais em Peixe Bravo. Há times masculinos e times femininos que se revezam dia sim, dia não jogando nos quatro campos, não gramados, existentes na localidade. Um dos campos é transformado para futebol Society com seis times jogando entre si. Há torneios internos entre quatro times de adolescentes, quatro times de adultos e dois times considerados titulares. Os prêmios são refrigerantes, troféu ou dinheiro.

Campeonatos entre localidades podem ocorrer por disputa de troféu, dinheiro e, também, por solidariedade a alguém ou alguma localidade que precisa de algum recurso financeiro. As localidades que participam dos campeonatos são: Vacaria, Curral de Varas, Morro Grande, Cabeceiras, Fruta de Leite, Riacho dos Machados, Pulo, Nova Aurora, Campo Verde, Bocaina, Caiçara, Tamboril, Barra de Canoa, Lamarão, Pindaíba e Serra Nova.

12 A discussão sobre parentesco prático em um quilombo pode ser vista em Neri (2008) que estudou a organização social em Agreste, comunidade quilombola no município de São João da Ponte.

Redes internas e externas de reciprocidade

Na Comunidade Remanescente de Quilombo de Peixe Brabo existem redes de reciprocidade interna e externa que vinculam parentes de vários graus entre si, vizinhos, compadres e parentes práticos. Durante o trabalho de campo, como o presidente da Associação acompanhava a equipe para as reuniões que ocorreram para definição de moradores e casas a serem visitadas, a limpeza de suas áreas com milho e feijão não foi feita. Numa manhã, um grupo de quatro homens chegou até a residência de Raimundo Pereira e se ofereceu para fazer o trabalho dele e propiciar que ele permanecesse acompanhando os membros do Grupo de Trabalho.

A partir dessa situação foi possível listar uma série de ações que evidenciam a existência da rede de reciprocidade interna com as trocas de dias de trabalho, de sementes, de remédios, a ajuda na confecção de comidas durante as festividades, de pagamento de promessa ou de celebração do santo padroeiro da família ou da comunidade em torno de cada uma das igrejas, a informação ao interessado sobre algum acontecimento que afete seu gado na chapada ou de outra natureza.

Na migração sazonal as redes de parentesco transferem-se para as fazendas ou cidades para onde os membros dessa comunidade quilombola se deslocam, assim como une os muitos membros das famílias que migraram permanentemente entre si e os vinculam aos parentes que permaneceram em Peixe Bravo.

Os circuitos de reciprocidade ocorrem muito mais entre as famílias extensas, compreendidas aqui como um grupo formado por três ou mais gerações que compartilham uma mesma parcela da terra dividida entre parentes de primeiro grau.

Há circuitos de reciprocidade internos que contribuem para a afirmação dos grupos domésticos vinculados aos troncos familiares, dos grupos locais e do Quilombo de Peixe Brabo como um todo, principalmente nas dimensões religiosas em suas festas de santo, nos giros das folias, que serão tratadas a seguir e nas dimensões políticas para concretizar o direito à regularização fundiária prevista na Constituição de 1988. E nas fímbrias desses circuitos os parentes que migraram para Riacho dos Machados e que em suas moradias recebem moradores, parentes ou não, dessa coletividade negra.

Na dimensão da reciprocidade política essa gente abre-se para outras comunidades no entorno do seu território seja no município de Riacho dos Machados como Cabeceiras e

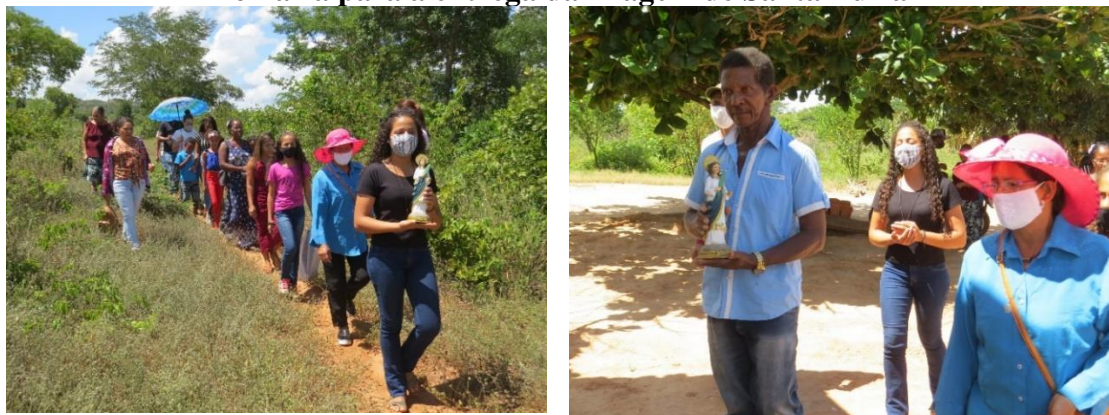
Tamanduá, ou no município de Rio Pardo de Minas como Pindoba, Tamboril, entre outras. Nos circuitos internos giram dons os mais diversos, como já mencionado acima e nos circuitos externos o apoio político na luta pela conquista de direitos e a busca do respeito pelos moradores em sua trajetória de garantir a reprodução familiar e coletiva.

Relações sociais e relações políticas, articuladas

Na Comunidade Remanescente de Quilombo de Peixe Brabo são encontradas relações sociais e relações políticas que articulam seus membros tanto interna quanto externamente, tendo como princípio a defesa dos interesses coletivos, da permanência no território legado por seus antepassados, bem como na busca de acesso aos benefícios gerados pela sociedade municipal, estadual e nacional.

Internamente ocorrem entre os diversos grupos, relações de sociabilidade são replicadas nas relações de parentesco, casamento e compadrio. Para além da sociabilidade as atividades religiosas a que cada família se vincula, propicia o estabelecimento de relações no interior da coletividade como um todo, por meio dos grupos vinculados às diversas faixas etárias e de gênero como o grupo das mulheres, o grupo dos homens e o grupo dos jovens. Eles desenvolvem ações propriamente religiosas, mas também ações políticas, como o evento da limpeza do rio Peixe Bravo pelo grupo de jovens. Durante o trabalho de campo, foi doada a Zé Zé de Catolino uma imagem de Santa Luzia para ser colocada na capela que existe em sua área familiar. Foi organizada então uma romaria com a presença de membros dos grupos das mulheres, jovens e dos foliões que ao chegarem, entregaram a imagem, fizeram orações e a folia tocou alguns cantos para a Santa Luzia.

Foto 11
Romaria para a entrega da imagem de Santa Luzia



Fonte: Trabalho de Campo – Carlos Dayrell

Em algumas festividades católicas quando ocorrem manifestações culturais atualizadas - como será descrito em seção posterior, há a articulação de seus membros pelo grupo de folia, que em seus giros pelas moradias também demarcam o pertencimento à comunidade quilombola como um todo.

E, por fim, ocorrem articulações de associativismo quilombola que articula membros de todas as famílias existentes no interior do território delimitado.

Externamente, as relações sociais ocorrem prioritariamente com os parentes que se urbanizaram e que se encontram situados em cidades do sul de Minas e na região do Além Paranaíba e, principalmente, em cidades de São Paulo. Essas relações são fundamentais, uma vez que propiciam o deslocamento de pessoas com problemas de saúde que necessitam de tratamento médico. Nas residências dos parentes urbanizados os quilombolas podem se hospedar durante o período necessário, mas também para fixação, principalmente de jovens individualmente ou em casal quando maridos e mulheres buscam melhores condições de vida em outras cidades.

No tocante às relações políticas, elas ocorrem, também, em âmbito interno e externo, sendo que internamente privilegiam o apoio mútuo entre os grupos religiosos, os troncos familiares e os grupos domésticos. Com a instauração da Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo de Peixe Brabo, se ampliam processualmente as articulações entre os membros dessa coletividade visando a regularização fundiária, mas principalmente, sobretudo o acesso a benefícios disponibilizados pelos governos federal e estadual e pelos deputados votados nos dois municípios por meio de emendas parlamentares.

As relações políticas estabelecidas externamente são articuladas no município, na região e no país. Com o poder político local, as relações se dão individualmente por pessoas e coletivamente pela entidade representativa da localidade. Importante salientar o vínculo dos quilombolas com o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Riacho dos Machados, que desenvolveu ações de apoio à Associação e às lideranças nos espaços de debate, bem como colabora na mobilização das lideranças para entendimento do processo quilombola e na luta para garantir o território. Para as coletividades como um todo, também busca apoiar a produção agroecológica, realizar oficina de plantas medicinais para valorização da cultura local e providenciar organização de benefícios previdenciários junto ao INSS.

No período da pandemia, tem colaborado na distribuição de cestas básicas às famílias carentes.

Em parceria com o SENAR – Sistema FAEMG, são ruralizados diversos cursos de formação como: implantação de olericultura orgânica, avicultura básica de postura de frangos de terreiro, pedreiro, instalações elétricas, carpinteiro de telhado com madeira roliça para construções rurais, pintura em tecido e recuperação e proteção de nascentes. Os vínculos que emergem no Quilombo de Peixe Brabo, articulando-o com o movimento social regional foram estabelecidos com o CAA-NM, a ASA Minas, assim como com o Ministério Público Federal em Janaúba e com o grupo de pesquisadores que fizeram o levantamento dos geossistemas ferruginosos vinculados à UFMG, vinculados ao Instituto Prístino. Diversas ações têm sido desenvolvidas por essas entidades e instituições, seja no escopo da defesa de direitos, ou de divulgação de informações sobre o processo desencadeado para instalar na área empresas mineradoras de ferro e, ainda, para o desenvolvimento de práticas agrícolas articuladoras do saber local com o saber técnico. Cabe salientar a articulação da diretoria da entidade dessa comunidade quilombola com a N´Golo e por meio dela com a CONAQ, por meio das quais seus membros se vinculam com o movimento quilombola nacional.

Diversos vínculos foram criados com organismos estatais, seja o STR Riacho dos Machados para questões agrícolas imediatas ou a Fundação Cultural Palmares e o Ministério Público Federal com sede em Janaúba, principalmente, para a defesa dos direitos quilombolas.

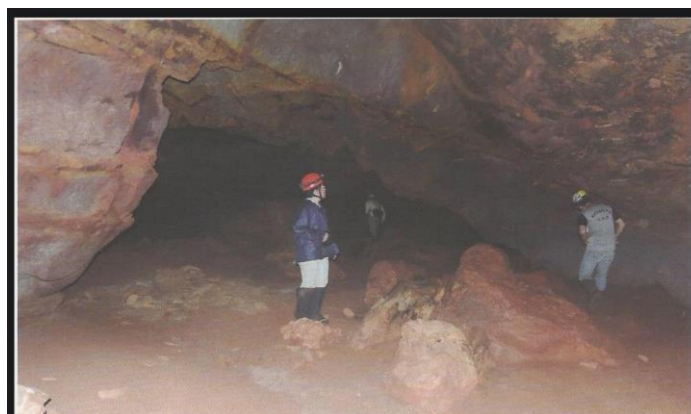
E por fim, a existência de articulações com representações políticas locais, estaduais e nacionais dada a consciência que os políticos devem possuir frente aos compromissos com as causas quilombolas e locais.

Patrimônio arqueológico e cultural no território quilombola de Peixe bravo

O espaço territorial da Comunidade Remanescente de Quilombo de Peixe Brabo, nos limites dos municípios de Riacho dos Machados e Rio Pardo de Minas possui camadas de significação vinculadas a essa coletividade, mas, também, importantes para o Brasil e para toda a humanidade, dado seu patrimônio arqueológico com padrões de cavernas ferruginosas *distintos do que a ciência já havia relatado, outra descoberta foi*

encontrada: o primeiro registro de paleotocas em cavernas ferruginosas do mundo! (CARMO, 2017, p, 36). Na foto abaixo o interior de uma dessas cavernas, sua extensão e altura são maiores que as usualmente encontradas em geossistemas ferruginosos. Ela é denominada pela população local como *Mocororô*.

Foto 12
Caverna do Mocororô



Fonte: Carmo, 2017, p. 36

Os estudos dos geossistemas ferruginosos do vale do rio Peixe Bravo foram solicitados pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais à pesquisadora da UFMG que junto com acadêmicos da instituição produziram o Diagnóstico Ambiental em Cangas nas Regiões de Porteirinha, Rio Pardo de Minas e Riacho dos Machados. A caracterização dessas cavernas consideradas por estudiosos dos geossistemas ferruginosos da bacia desse curso d'água áreas relevantes e de interesse para conservação.

Figura 06
Sítios Arqueológicos no espaço territorial do Quilombo de Peixe Brabo

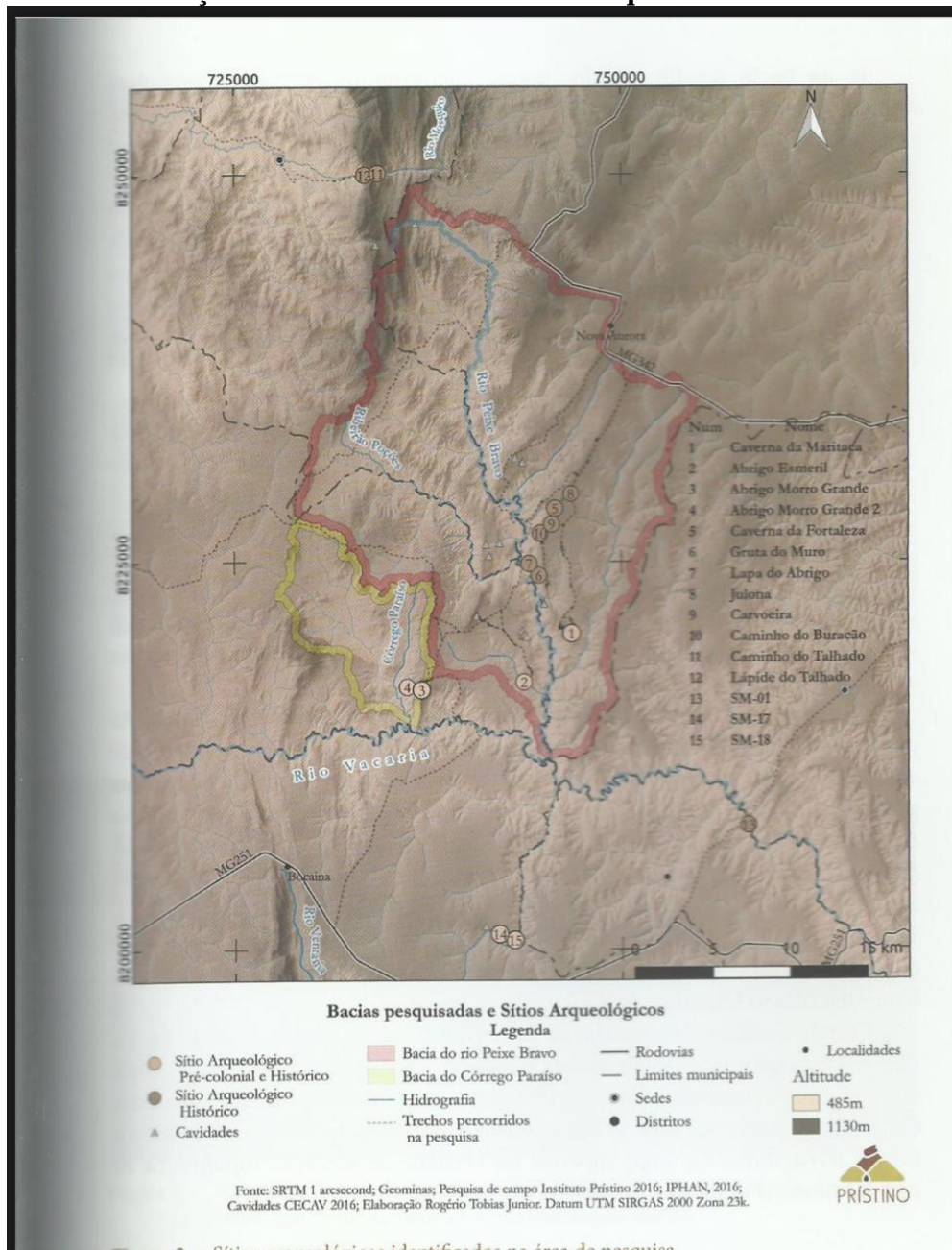
Nº	Nome	Categoria	Município	Fonte	Alt (m)	Vestígios arqueológicos
1	Caverna da Maritaca	Pré-colonial	Rio Pardo de Minas	Pesquisa Instituto Pristino	804	Arte rupestre
2	Abrigo Esmeril	Pré-colonial e Histórico	Riacho dos Machados	Pesquisa Instituto Pristino	800	Arte rupestre, lítico lascado
3	Abrigo Morro Grande	Pré-colonial	Riacho dos Machados	Pesquisa Instituto Pristino	995	Arte rupestre, lítico lascado e bruto
4	Abrigo Pedra do Tamanduá	Pré-colonial	Riacho dos Machados	Pesquisa Instituto Pristino	961	Lítico lascado
5	Caverna da Fortaleza	Histórico	Rio Pardo de Minas	Carmo, 2012	900	Muro de pedras
6	Gruta do Muro	Histórico	Rio Pardo de Minas	Carmo, 2012	733	Muro de pedras
7	Lapa do Abrigo	Histórico	Rio Pardo de Minas	Carmo, 2012	700	Habitação
8	Julona	Histórico	Rio Pardo de Minas	Pesquisa Instituto Pristino	900	Habitação
9	Carvoeira	Histórico	Rio Pardo de Minas	Pesquisa Instituto Pristino	900	Vestígios de bateria de fornos de carvão
10	Caminho do Buracão	Histórico	Rio Pardo de Minas	Pesquisa Instituto Pristino	900	Caminho

Fonte: Tobias Junior (2017, p. 59).

Em toda a bacia do rio Peixe Bravo há um conjunto de áreas de relevante interesse para conservação devido à presença de cavernas com diferentes características. Abaixo na foto 13 apresentamos o mapa da localização das 10 cavernas situadas no espaço territorial da Comunidade Remanescente de Quilombo de Peixe Brabo e na figura 06, acima, a caracterização dessas cavernas, consideradas por estudiosos dos geossistemas ferruginosos da bacia desse curso d'água, áreas relevantes e de interesse para conservação.

Foto 13

Mapa com a localização de 10 cavernas no território quilombola de Peixe Bravo



Fonte: Tobias Junior (2017, p. 61)

Para esses estudiosos, os geossistemas ferruginosos se encontram vinculados à aquíferos de expressão local ou regional e no caso do vale do rio Peixe Bravo, devido à localização do mesmo na porção norte mineira do semiárido brasileiro, com precipitação média anual inferior a 800 milímetros, a preservação das várias nascentes existentes manterá a capacidade de recarga e armazenamento hídrico. Os resultados dos estudos feitos evidenciam que nesse geossistema ferruginoso *ocorre um importante sítio espeleológico, com dezenas – ou talvez centenas – de cavidades naturais que se encontram em bom estado de conservação* (Carmo e Kamino, 2017, p. 20).

Há que considerar que

O vale do Rio Peixe Bravo concentra diversas áreas de relevante interesse para conservação. Entretanto, ainda não foi criada nenhuma área protegida / unidade de conservação que representam a principal política de preservação, manutenção e uso sustentável do patrimônio ambiental brasileiro (CARMO & KAMINO, 2017, p, 22).

A regularização territorial da Comunidade Remanescente de Quilombo de Peixe Brabo contribuirá significativamente para a preservação, manutenção e uso sustentável dos sítios arqueológicos considerados pelos estudiosos da UFMG como área de relevante interesse para salvaguarda do patrimônio ambiental brasileiro. No Anexo IV, encontram-se as tabelas com as áreas de relevante interesse para conservação (Carmo e Kamino, 2017, p. 24) e com os atributos das cavernas identificadas na bacia desse curso d'água (Gomes, Souza-Silva e Ferreira, 20017, p. 204). Importante salientar, por fim, que no interior das cavernas foram encontradas paleotocas que permanecem até os dias atuais intactas, cujas *estruturas são tocas construídas por animais que já estão extintos na natureza, Tais bichos, como as preguiças-gigantes e tatus-gigantes* (Tobias Junior, 2017, p. 41). Também foram registradas nas paredes das cavernas marcas de garras desses animais, daí a raridade das cavernas existentes no espaço territorial quilombola, o que as eleva a patrimônio arqueológico e ambiental mundial.

Patrimônio imaterial do Quilombo de Peixe Brabo

Neste Relatório Antropológico, consideramos como patrimônio imaterial, em primeiro lugar, as festas aos santos padroeiros da coletividade como um todo ou de uma família particular, mas que é incorporada por todos os moradores que delas participam. Como informado por Seu Geraldo, *as folias de reis, as festas de São Sebastião, Santa Luzia,*

também as fogueiras de São João. Algumas devoções acabaram, mas estamos começando a fazer (Trabalho de campo, 2020).

Em Peixe Bravo há muitos santos padroeiros e a eles são realizadas pelos seus devotos festividades, alguns em suas próprias igrejas. As festividades começam no ciclo natalino, que no passado, no dia 24/12 o nascimento do menino Jesus era festejado com *o mastro do galo* que era fincado em um pequeno morro. O galo era feito em madeira e colocado em uma armação com furos para colocá-la no mastro. Conforme relatado, em uma festa roubaram o galo antes mesmo de ser colocado no mastro e a festa acabou.

Atualmente há celebrações natalinas nas igrejas e muitas casas têm lapinhas. Os foliões de Reis começam a tocar e a percorrer as casas da comunidade até o dia 06/01 quando se celebra Santos Reis em sua igreja própria.

Foto 14

Igreja de Santos Reis



Fonte: Trabalho de campo – Lucivaldo Gomes da Silva

No giro da folia pelas casas da comunidade duas dinâmicas culturais importantes são evidenciadas. A primeira, o pertencimento à coletividade de Peixe Bravo, naquela

perspectiva discutida por Soares (1981), ser visitado pelo santo levado pelos foliões é discursar por atos religiosos a unidade de todos. E a segunda, a acolhida com comensalidade em que os foliões são recebidos com café e biscoitos na maioria das casas e com farta refeição em poucas casas, já definidas onde permanecem por mais tempo. Nesses locais os foliões divertem as pessoas dançando a catira.

Tanto os foliões como os moradores narram diversas ações, consideradas importantes, vinculadas à crença aos Santos Reis, como a que se segue:

Santos Reis chegou na casa do fazendeiro? “Ah! Vou ver se esse santo faz milagre mesmo”. Tinha um boi pegador... os foliões falaram na esmola, ele falou: “A esmola não tem não, a esmola é aquele boi que está lá dentro do curral, se vocês levarem, ele é seus”. A esmola. E aí o chefe, que nem eu: “você dá a licença pra abrir a porteira?” - “Pode abrir”. O boi pegava demais, era bravo demais. O menino da bandeira abriu a porteira e os outros tocaram o boi que saiu atrás da bandeira, devagarzinho. E o fazendeiro emocionou todo: uai. Garrote pegador!” Ele deu o boi pro santo e o garrote foi embora atrás da bandeira. E aí ele foi acreditar né? E a coisa mais difícil é você tomar um tropeção. Já vi gente cair. – “Ah! Sicrano machucou”. Nada (Adão Mestre da Folia, trabalho de campo, 2020).

Foto 15 Foliões de Reis e a catira



Fonte: Raimundo Pereira – 2019

O grupo de folia é sempre seguido pelos *tafuiões*, categoria nativa que designa, principalmente, homens que visitam todas as casas. Há a tradição de primeiro os foliões são alimentados, em seguida os que acompanham a folia, mas atualmente não mais se respeita a ordem de quem se alimenta, às vezes, criando um clima de desordem que não deixa a família anfitriã confortável.

No dia 20/01 é festejado o São Sebastião na igreja situada na área considerada central de Peixe Bravo e com a vinda do pároco é celebrada missa e se está ausente o grupo religioso de ação pastoral realiza a celebração da palavra. Esse padrão é, também, realizado nas festas de Santos Reis e de Nossa Senhora das Dores, enquanto que os festejos a outros santos acontecem na casa do festeiro, que construiu uma pequena capela, são: a festa de

Bom Jesus e Todos os Santos, a festa da Senhora Aparecida e a festa de Santa Luzia. Todos os festejos, sejam familiares ou coletivos, são precedidos de novenas em devoção ao santo padroeiro.

Os santos festejados em família ou pela coletividade como um todo em Peixe Bravo são: Santos Reis (06/01), Senhora Santana (26/07), Nossa Senhora das Neves (05/08), Bom Jesus (06/08), São Lourenço (10/08), Assunção de Maria Santíssima (15/08), São Bartolomeu (24/08), Nossa Senhora das Dores (19/09), São Mateus (21/09), São Miguel (29/09), São Francisco (04/10), Nossa Senhora Aparecida (12/10), São Geraldo (16/10), São Jerônimo (30/10), Todos os Santos (01/11), Nossa Senhora da Conceição (08/12), Santa Luzia (13/12) São Tomé (21/12) e Natal (24/12).

No mês de junho há as festas de fogueira realizadas pelas famílias, mas há em 24/06 a festa de São João com a fogueira de Cristiana. E, na escola, acontece a quadrilha dos estudantes e depois se dança o forró. Todas as famílias acedem fogueiras em frente a suas casas. Na igreja de Bom Jesus e Todos os Santos, havia fogueira com levantamento de mastro e toque de folia. Havia a entrega da bandeira, pois quem pulava a fogueira com a bandeira, no ano seguinte deveria fazer a entrega e ajudar a fazer a festa que sempre ocorria na casa de Sebastião Clemente da Silva, em frente a igreja de Bom Jesus e Todos os Santos, com sua morte o festejo ficou restrito à família. No dia 29/06, festeja-se São Pedro com fogueiras nas casas de Etelvina e de Sebastiana, há forró e a participação aberta a todos.

Em Riacho Dantas no dia 06/08, na casa de Sebastião Clemente da Silva era realizada a festa de Bom Jesus, como antigamente pessoas pagando promessas, doavam ao Santo cabeças de gado, no dia da festa algum era sacrificado e transformado em alimento para a comensalidade. E no dia de Todos os Santos, fazia-se leilão e com o recurso arrecadado ajudava a cobrir as festividades de São João. Atualmente esses festejos não têm mais a amplitude do passado, eles são realizados pela família e pouca presença dos vizinhos.

Santa Luzia é festejada no dia 13 de dezembro na casa de Zé de Catolino que construiu uma capela e realiza com farta alimentação e bebidas, toque de folia e dança da catira. Como em outras festas de santos há leilão, bingo, rifa e levantamento do mastro do Santo festejado. Quem entrega a bandeira é chamado de *ladrao do santo* e deve contribuir com

a comensalidade, normalmente, farofa de carne, arroz, farofa de feijão, biscoito, chá e café.

Nas casas, as festas são por pagamento de promessa e se reza o terço e em seguida é servido café com biscoito de goma. Há leilão em algumas barraquinhas e levantamento de mastro.

Na casa de Dona Nena havia Folia de Reis, festa de São Sebastião e de São João, após o levantamento do mastro ocorria o roubo da bandeira. As festas acabaram, porque se roubaram as bandeiras e não foram devolvidas. O roubo se dava com alguém sacudindo o mastro até a bandeira cair e alguém pegar. E no caso da não devolução, regionalmente é a forma que a família festeira encontra para dar fim às festividades devido ao aumento dos custos para realização da festa ao Santo padroeiro, que vai se tornando impossível cobri-los.

Na semana santa há novena, via sacra e celebração na igreja. Há resguardo, quando só se alimenta de peixe. Havia silêncio ou conversa bem baixa e as crianças não podiam brincar. Houve no passado a queima de judas, mas essa brincadeira já não acontece mais.

Como parte da tradição da região ocorre em agosto a romaria a Bom Jesus da Lapa, na Bahia. No passado se fazia caminhando e os grupos levavam mantimentos para se alimentarem no percurso. Atualmente se faz em ônibus, carros e motos. Como discutido por Steil (1996) em seu estudo antropológico sobre o Santuário de Bom Jesus, a devoção a este santo se espalhou pela região sertaneja do médio rio São Francisco no interior baiano e norte mineiro fazendo-a o Sertão das Romarias.

No pagamento de promessas é realizado alguma festividade que tem início com a rezação do Terço de Nossa Senhora e pode ocorrer a presença de Foliões que tocam para o santo festejado. Esses eventos ocorrem do meio dia ao final da tarde, do início da noite até meia noite e da meia noite até o dia clarear, há comensalidade quando são disponibilizados café com biscoitos e requeijão, também, almoço ou jantar.

Os festejos aos santos padroeiros organizam-se próximo ao padrão dos festejos de santos vinculado ao catolicismo popular como descrito por Pereira de Queiroz (1976) em seu estudo sobre o campesinato e grupos rústicos no Brasil.

Neles, há uma novena em que cada grupo que festeja seu santo realiza a reza do terço e cantos para celebrar seu santo padroeiro cuja imagem, seja estátua ou ícone é colocada

em um altar enfeitado com flores e velas e é beijada por todos os presentes. Após a rezação do terço, em alguns lugares cantado, há a realização de leilões por meio do qual se amealha esmolos de membros do grupo, ou seja, contribuições, cujo valor financeiro é revertido para custear a celebração. No nono dia, é realizado o levantamento da bandeira com o ícone do santo que sai com os fiéis circundando por três vezes a casa ou a igreja onde é realizado o festejo.

Como em todo o norte de Minas os fiéis seguem a bandeira cantando “que bandeira é esta que vamos levar, é *tal* santo que vamos festejar! Cantamos, cantamos com muita alegria, levando a bandeira prá *tal santo!*”. Após o erguimento da bandeira ocorre a queima de fogos de artifício e todos colocam em seu pé as velas que conduziram durante o traslado da bandeira.

Há em Peixe Bravo crenças vinculadas a impedimentos quando os dias são guardados: Santana, São Bartolomeu, Santa Luzia, São Tomé. O mestre de Folia Adão Pereira da Silva narrou que *Felicíssimo foi trabalhar no dia de São Tomé e a mulher falou para não ir. Ele foi capinar a roça e disse para a mulher: São Tomé a gente enrola no pé. Enquanto capinava uma jaracucu muito grande picou o dedão do pé dele, saiu gritando e não voltou à capinar* (Trabalho de campo, 2020).

Houve um morador que dizem ter feito um pacto com o demônio, denominado na região como *família*, ele achou um ovo e o chocou debaixo do braço. Havia perseguição aos membros da família, quebra de potes, lutas dentro da casa e no terreiro. Houve um padre que tentou fazer o exorcismo, mas não conseguiu. O pactário era sempre derrubado da cama quando estava dormindo. Um dia desapareceu e ninguém deu mais notícias. É recorrente na região a possibilidade de se fazer um pacto com o diabo que propicia diversos ganhos, no caso do *familiá* muito dinheiro, para quem estabelece relação com ele. O morador de Peixe Bravo, entretanto, nada conseguiu, sofrendo e fazendo a família sofrer demais.

Nas conversações ouvi comentários de que há uma família com feiticeiros e bruxas, mas não me indicaram quem seja. Então procurei saber sobre a existência de vínculos às religiões de afro-brasileiras. Em Rio Pardo de Minas há um Terreiro de Umbanda, tendo como Pai de Santo o Seu João e muitos quilombolas frequentam. Os feiticeiros são temidos, pois o que mais fazem é *aprontar* com as pessoas deixando-as geograficamente

desorientadas, fazendo-as dormir e sofrer agonias enquanto perambulam no meio do mato. Para os interlocutores com os quais tivemos conversações, *mexer com os feiticeiros requer muito cuidado, são vingativos*.

No inventário nacional de referências culturais há aspectos que devem ser considerados, como os *modos de fazer* e que vindos do passado permanecem atualizados, principalmente quitandas que são utilizadas na alimentação das famílias e que são ofertadas a visitantes e informado tratar-se de alimentos preferenciais em Peixe Bravo. São elas: Brevidade, biscoito exprimido de goma, rosca, bolo na pedra de forno na folha de banana, bolo de mandioca cozida, bolo de puba, pamonha, mingau de milho verde, beiju, beiju doce de milho feito com milho ralado, amendoim, garapa e bicabornato.

FOTO 16
Capela de São Sebastião e escola local antigas



Fonte: Trabalho de campo, 2020 – Lucivaldo Gomes da Silva

Os *lugares de memória* que demarcam o pertencimento à comunidade de Peixe Bravo serão tratados em sua maioria como marcos de territorialidade no último capítulo sobre território, mas aqui evidencia-se o esforço dos moradores para se modernizarem. A construção da escola e da igreja de São Sebastião tendo Rufino Soares da Silva na articulação para a efetivação desses dois lugares importantes para os quilombolas desta comunidade. Atualmente a escola não mais funciona no prédio construído por eles e a pequena capela recebe os votos dos pagadores de promessa em decorrência do pároco

impedir que os mesmos sejam colocados no templo maior para onde se deslocaram as atividades religiosas.

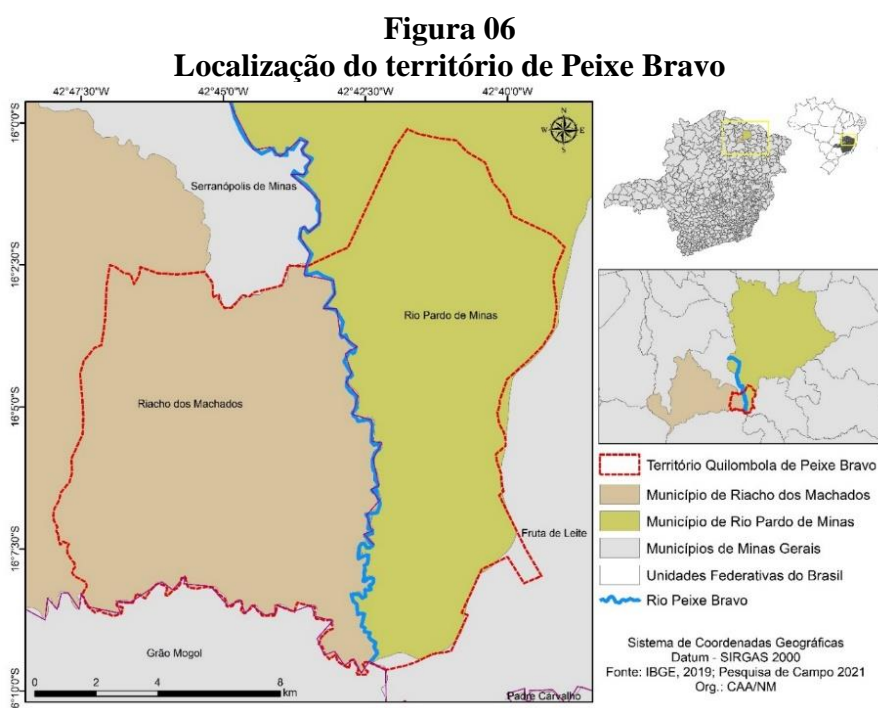
Organizados por relações de parentesco, casamento e compadrios, os membros da Comunidade Remanescente de Quilombo de Peixe Brabo instituíram entre si e com as coletividades circunvizinhas redes de reciprocidade, principalmente inter famílias, e de sociabilidade, principalmente com outras comunidades em Riacho dos Machados e Rio Pardo de Minas. Bem como, estabeleceram relações políticas externas buscando concretizar para todos direitos básicos disponibilizados pela sociedade e Estado brasileiros. As relações externas também se vinculam às possibilidades de garantir a reprodução familiar e da coletividade por meio da migração sazonal para a região do café ou para a região do milho. A busca de construir para todos uma rede externa de apoio frente às ameaças d'Os Pulu, grileiros de terra que desde os anos 1970 infernizam a vida dessa gente, conseguiram viabilizar para todos diversos benefícios, além da garantia da vida daqueles que assumiram a presidência da entidade, principalmente depois que se auto reconheceram como quilombolas.

CAPÍTULO 4: Ambiente e produção

Caracterização ambiental

O Norte de Minas, ao ser atravessado pela Serra do Espinhaço em sua porção meridional, configura-se como um território de ambientes com elevada diversidade de fitofisionomias. Diversidade associada à transição de distintos ambientes, desde as áreas mais elevadas de relevo movimentado com suas serras e morros, variando de forte-ondulado à suave-ondulado, até atingirem as áreas de brejos, córregos e vales de rios nas porções menos elevadas. São áreas situadas entre divisores de águas das bacias dos rios São Francisco, Jequitinhonha e Pardo, onde os cerrados fazem transição com a caatinga e a mata atlântica. Servem de reservatório para uma extensa rede hídrica que sustenta essas bacias hidrográficas. Dotadas de uma elevada biodiversidade, podemos dizer que:

Estamos diante de um mosaico fitofisionômico e florístico que imprime na paisagem da serra um de seus grandes fascínios, o que está refletido em suas vertentes ocidental e oriental, que definem, grosso modo, as transições altitudinais, ora entre campos rupestres e cerrados (bacia do São Francisco), ora entre campos rupestres e mata Atlântica (bacias de leste) e ora entre campos rupestres e caatinga (latitudes menores). As interfaces com a Mata Atlântica, a propósito, se dão na medida em que a vegetação mais densa penetra pela encosta oriental persistente que vai ao longo dos cursos d'água (matas ripárias ou de galeria), e também na medida em que se instala nas depressões geológica e geomorfologicamente favoráveis do altiplano da serra (capões de mata). Já nos afloramentos calcários que ocorrem nas faixas de transição com a depressão Sanfranciscana, sobre rochas calcárias do Grupo Bambuí, dominam manchas de mata seca (floresta estacional decidual) (CONSERVAÇÃO AMBIENTAL, 2008, p.12).



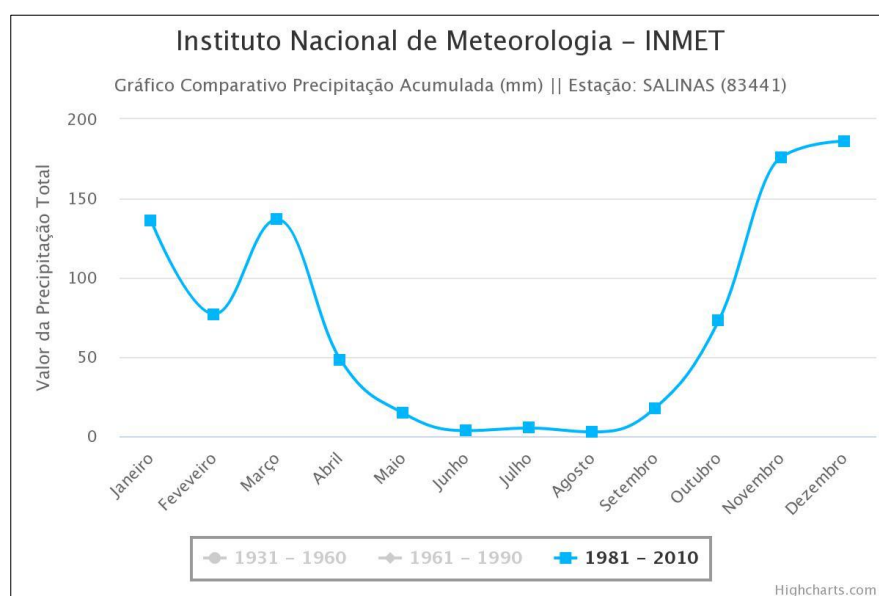
Fonte: Trabalho de Campo – Matheus Vinícius Ferreira

O território do Quilombo de Peixe Bravo está localizado (Figura 06) no Vale do rio Peixe Bravo entre os municípios de Riacho dos Machados e Rio Pardo de Minas, no entremeio da porção Setentrional da Serra do Espinhaço, aí denominada como Serra Geral. Com uma história da ocupação humana muito antiga nestes ambientes, a população que aí vive, reconhecida também como geraizeiros especializou-se no desenvolvimento de uma agricultura diversificada, associada com a pesca, a caça e o extrativismo - coleta de plantas medicinais, madeira, lenha e frutos nativos, fornecidos pela riqueza de sua flora e fauna.

O rio Peixe Bravo deságua no rio Vacaria, um dos principais afluentes da margem esquerda do Jequitinhonha em sua porção média. O rio Vacaria tem suas nascentes localizadas em lagoas nas extensas chapadas do Assentamento Americana (Grão Mogol) e Estivinha (Riacho dos Machados), percorrendo cerca de 180 km até o deságue no Jequitinhonha. A Bacia Hidrográfica do Rio Vacaria, apresenta uma área de 3.144,31 km² (ALMEIDA et al, 2017), sendo que o rio Peixe Bravo se constitui, atualmente, como o principal afluente que garante a perenidade em termos de vazão hídrica nos períodos de estiagem (seca).

O clima da região onde o Território está inserido caracteriza-se como semiúmido, com temperaturas acima dos 18 °C em todos os meses do ano, e período de seca de 4 a 5 meses (IBGE, 2010).

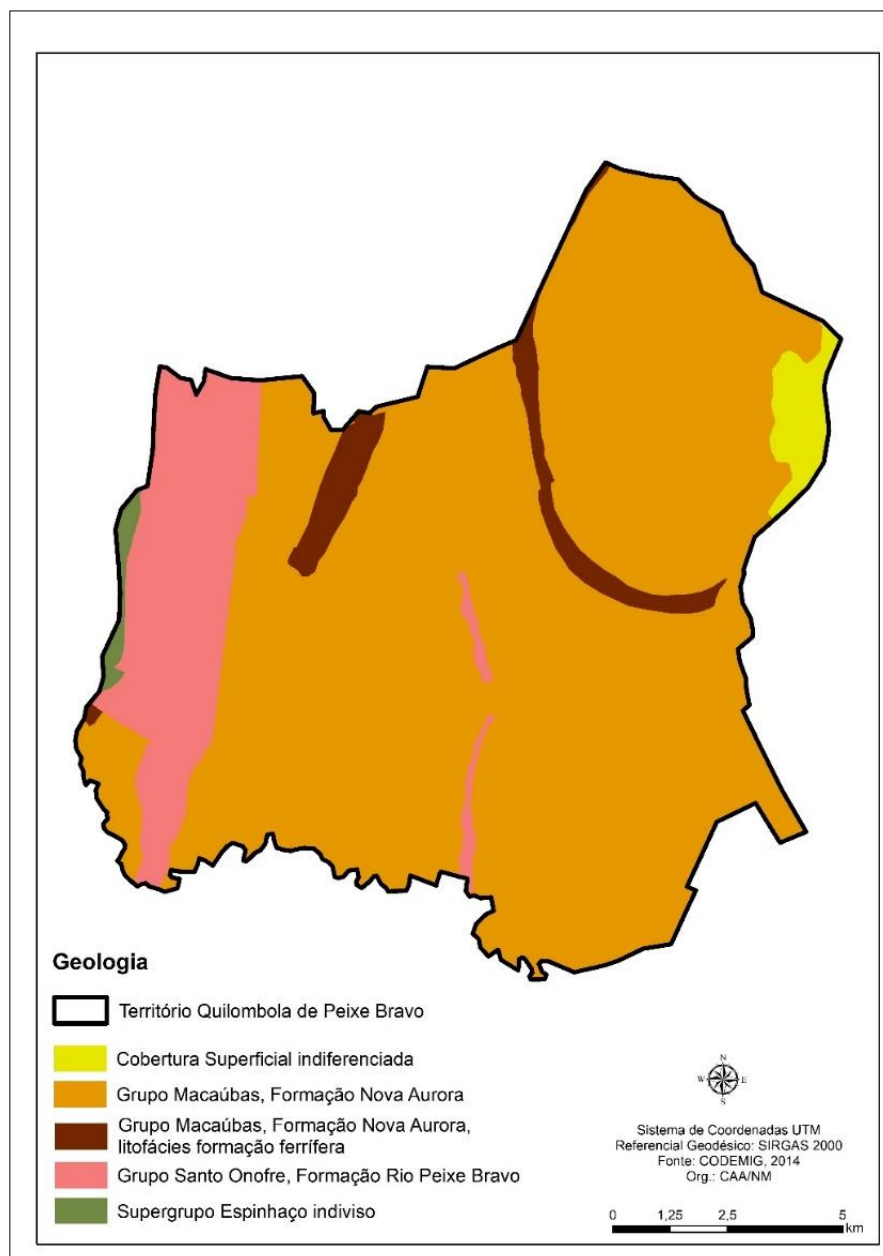
Figura 07
Gráfico de Precipitação Acumulada de acordo com a estação de Salinas



Fonte: INMET, 2010.

A formação geológica da maior parte do Território encontra-se sobre o Grupo Macaúbas, Formação Nova Aurora, que apresenta litotipos metamórficos do período Toniano (Era Neoproterozoico), como metadiamicititos, quartzitos ferruginosos e metapsamitos. Estão presentes ainda: Grupo Santo Onofre, Formação Rio Peixe Bravo; Grupo Macaúbas - Formação Nova Aurora - Litofácies formação ferrífera; Cobertura Superficial indiferenciada; Supergrupo Espinhaço Indiviso (Figura 08). De acordo com o Instituto Prístino (2014), há incidência ainda no Território de: Cangas; Metadiamicititos de matriz hemática com intercalações de quartzitos e filitos hemáticos e Níveis de formação

Figura 08
Geologia do Território quilombola de Peixe Bravo



A geomorfologia se caracteriza por ser um terreno bastante movimentado com presença de relevo plano, suave ondulado, ondulado, forte ondulado, montanhoso e escarpado (Figura 09). Os ambientes de chapada que circundam o território apresentam majoritariamente relevo plano e suave ondulado, sendo que nas demais áreas aplainadas encontram-se as terras baixas, ao longo do Rio Peixe Bravo e seus afluentes; nas vertentes onde ocorre a transição entre esses dois ambientes, situam-se o relevo forte ondulado e o montanhoso. A distribuição quantitativa do relevo pode ser observada na Tabela 01

Figura 09
Relevo do Território Quilombola de Peixe Bravo.

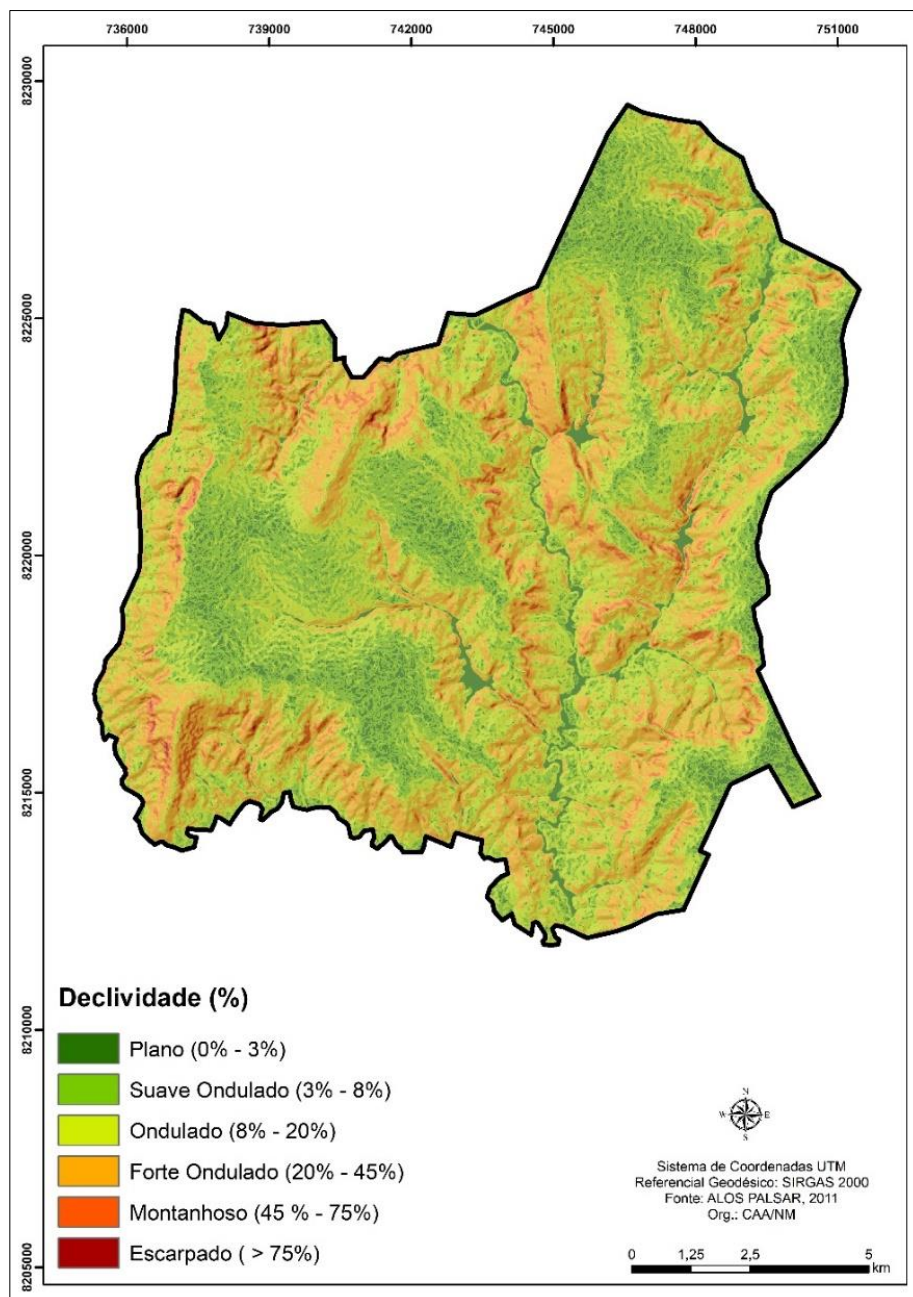
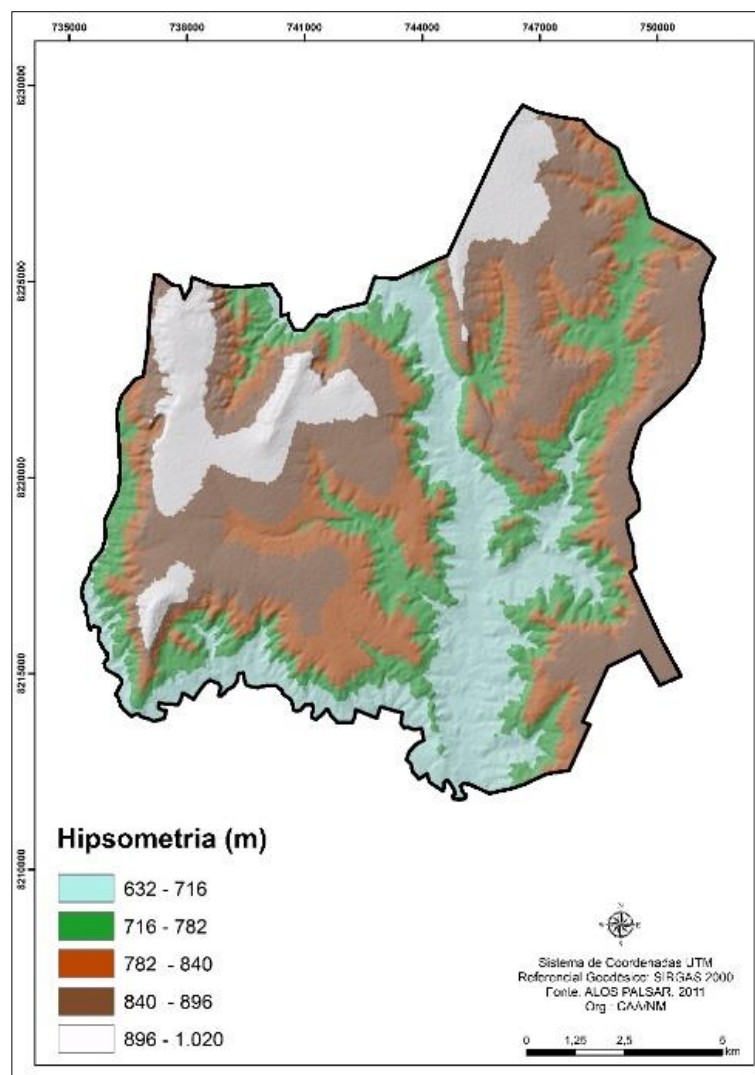


Tabela 01
Distribuição das áreas do relevo no território de Peixe Bravo

Classe de Relevo	Classes de Declividade em Percentual	Área (ha)	Área (%)
Plano	0 – 3	1192,672	7%
Suave ondulado	3 – 8	4225,734	24%
Ondulado	8 – 20	6249,578	36%
Forte ondulado	20 – 45	5044,391	29%
Montanhoso	45 – 75	617,375	3,56%
Escarpado	> 75	19,51563	0,001%

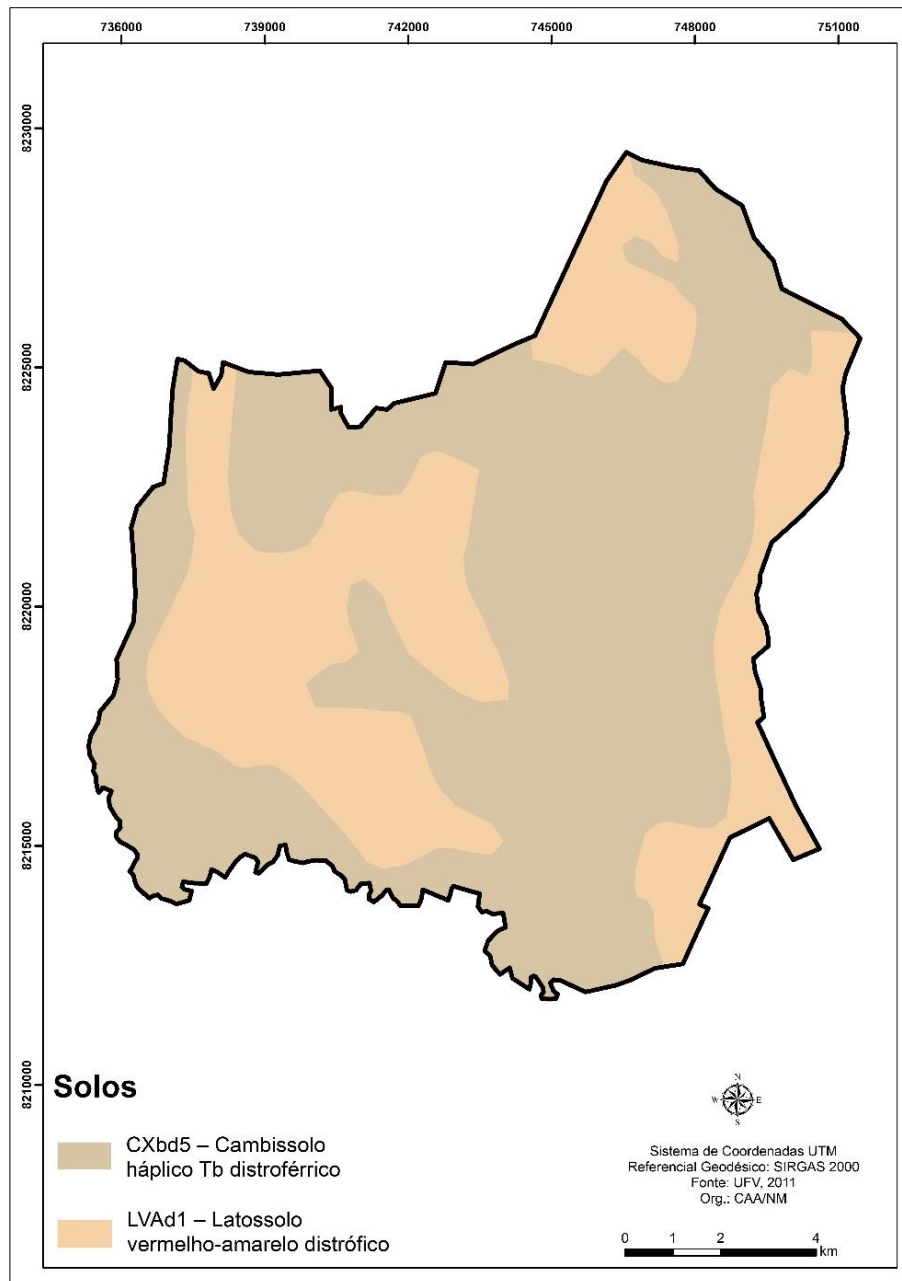
O Território apresenta cotas altimétricas que variam de 632m a 1020m (Figura 10). As áreas com maior altitude situam-se nos topos de chapadas nas porções norte, noroeste e sudoeste, enquanto as áreas mais baixas estão dispostas próximas ao rio Peixe Bravo no centro do Território, e nos vales do Rio Vacaria no extremo sudoeste.

Figura 10
Hipsometria do Território Quilombola de Peixe Bravo.



Em relação à pedologia, o Território apresenta os solos Cambissolo Háplico Tb Distroférico (CXbd5) e Latossolo vermelho-amarelo distrófico (LVAd1) (Figura 11). Em relação a esse último, caracteriza-se por ser um solo ácido, de baixa fertilidade, e com elevado teor de alumínio. Já o primeiro, são solos com argila de baixa atividade e de baixa fertilidade. Salienta-se que esse mapeamento, produzido em escala nacional do Brasil, pode apresentar certa generalização, desta forma não compreende as distintas denominações e tipologias locais.

Figura 11
Solos do Território Quilombola de Peixe Bravo.



No que se refere ao uso e cobertura da terra, a partir da base de dados da plataforma Mapbiomas foi possível identificar as seguintes classes: Formação florestal, Cerrado, Monocultura de eucalipto, Formação campestre, Pastagem e outras áreas não vegetadas (Figura 12). A classe que apresentou maior expressividade foi o cerrado (67% do Território), seguido de formação florestal (12% do Território), como demonstrado na tabela 2. Somadas, as classes de vegetação natural representam 83,79 % de todo o Território, demonstrando um alto índice de conservação. Salienta-se que as áreas de pastagem englobam também as áreas de produção familiar, como cultivos e quintais. Essa generalização se justifica pela escala de mapeamento do projeto Mapbiomas, realizado

para todo o território nacional, que é produzida a partir de imagens de satélite com resolução espacial de 30m (900m² por pixel).

Figura 12
Uso e Cobertura da Terra do Território Quilombola Peixe Bravo.

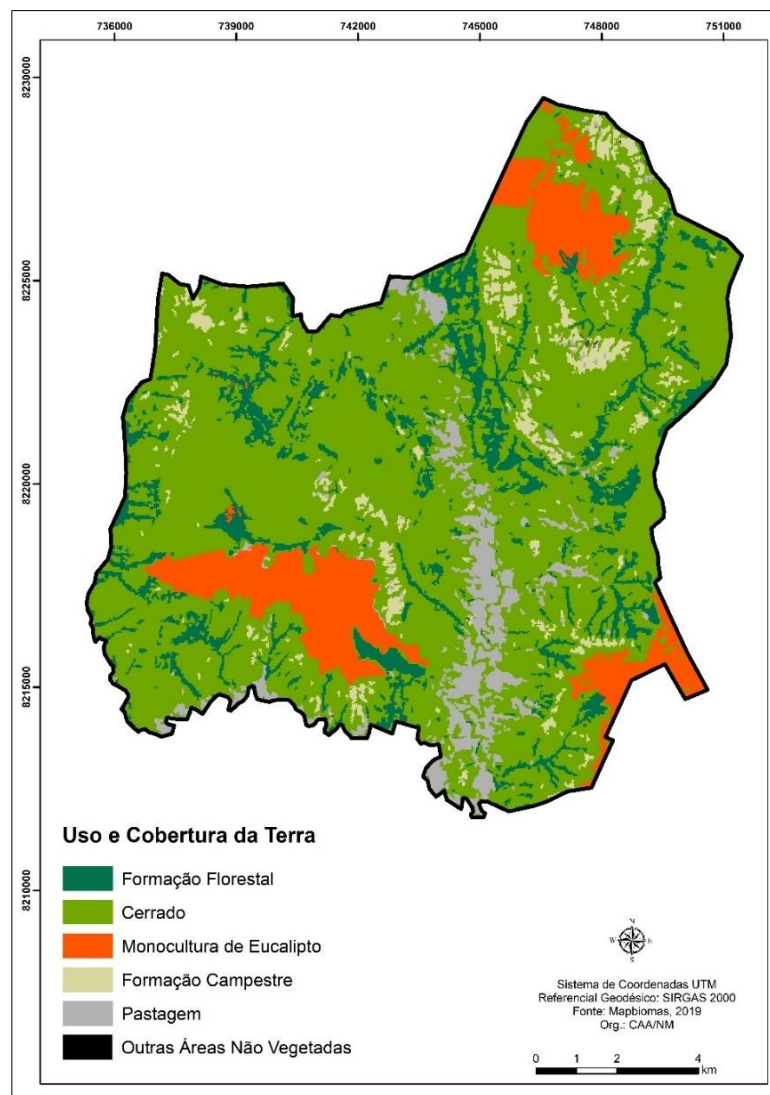


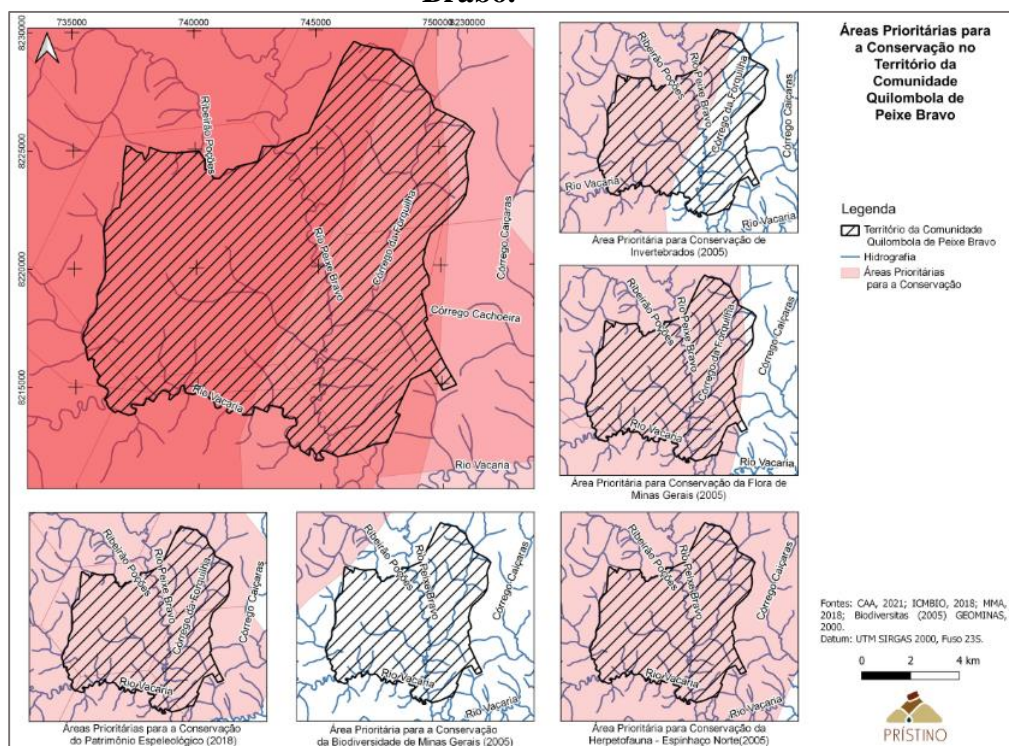
Tabela 2
Distribuição do Uso e Ocupação de Terra no Território Quilombola de Peixe Bravo

Uso e Cobertura da Terra	Área(ha)	Área (%)
Formação Florestal	2099,66	12,10%
Cerrado	11662,44	67,22%
Monocultura de Eucalipto	1822,01	10,50%
Formação Campestre	774,73	4,47%
Pastagem	986,07	5,68%
Outras Áreas não Vegetadas	4,40	0,03%

Áreas Prioritárias para Conservação e Unidades de Conservação

Algumas áreas prioritárias para a conservação se sobrepõem ao território do Quilombo de Peixe Brabo (figura 13), ver detalhes na tabela **Erro! Fonte de referência não encontrada.** Entre as ações e recomendações mais frequentes para essas áreas prioritárias são a investigação científica, elaboração de inventários (diagnósticos de flora, fauna, cavidades, ecossistemas, habitats), criação de Unidades de Conservação e educação ambiental.

Figura 13
Áreas prioritárias para a conservação sobrepostas ao território Quilombo de Peixe Brabo.



Fonte: Instituto Prístico (2021).

Essas ações indicam que existem lacunas de conhecimento, no território, da mesma forma que neste, abrigam-se importantes ecossistemas e habitats únicos e com ocorrência de espécies raras e ameaçadas (Instituto Prístico, 2021).

Tabela 03
Áreas de relevante interesse para a conservação sobrepostas à região do Território do Quilombo de Peixe Brabo

Nome/identificação	Categoria/grau de importância	Ação/recomendação
UNESCO - Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço (2018)	Zona de Amortecimento	Recomenda-se apenas atividades que não resultem em dano para as áreas-núcleo.

Áreas Prioritárias para a Conservação do Patrimônio Espeleológico (2018)	Categorias 1, 2 e 4	Criação ou ampliação de unidades de conservação; Fiscalização e monitoramento; Educação ambiental e patrimonial. Manejo (inclui elaboração e implantação de plano de manejo espeleológico ou de plano de manejo de unidades de conservação, bem como demais ações de manejo para conservação). Ampliação do conhecimento (pesquisa, prospecção espeleológica, validação de coordenadas)
Área Prioritária para Conservação da Flora de Minas Gerais (2005)	Alta	• Elaboração de Inventários.
Área Prioritária para Conservação de Invertebrados (2005)	Especial	• Criação de unidades de Conservação.
Área Prioritária para Conservação Herpetofauna, Espinhaço Norte (2005)	Especial	• Elaboração de inventários. • Criação de unidades de Conservação.
Área-chave para a conservação de Plantas Raras - Serra da Bocaina (2009)	Espécie rara: <i>Turnera coccínea</i> Arbo – espécie classificada como Em Perigo de extinção.	

Fonte: Instituto Prístino (2021).

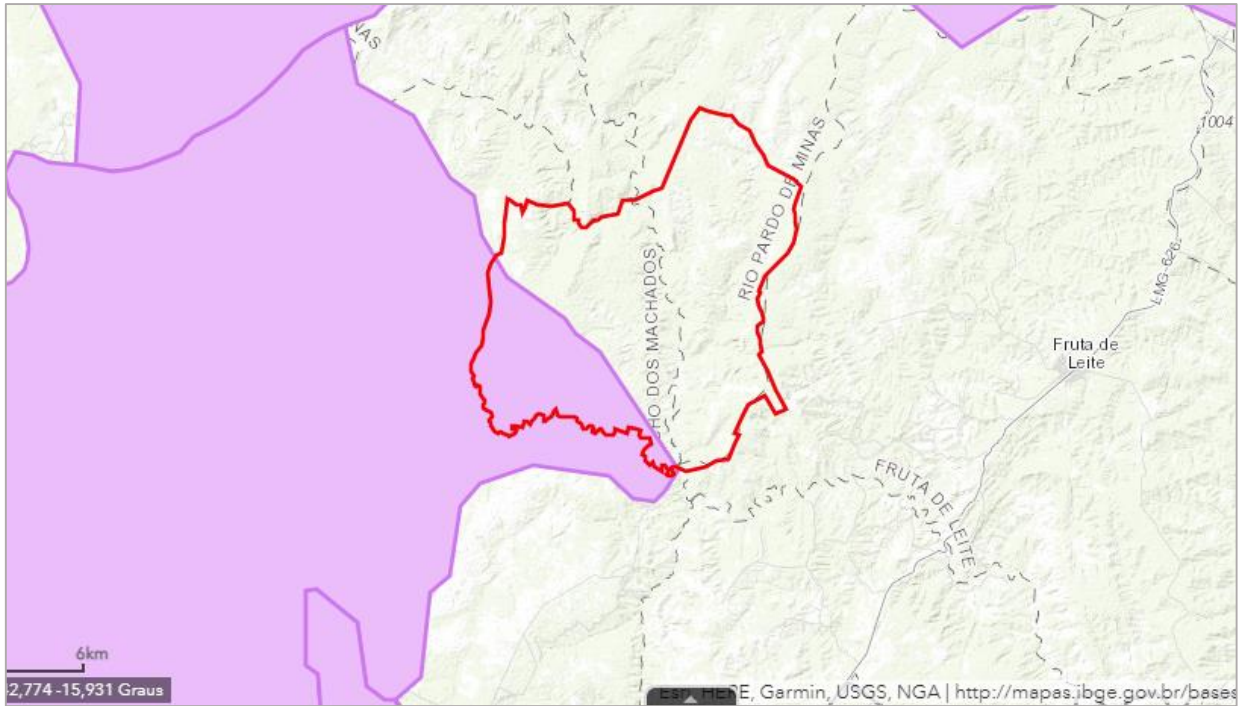
O artigo 41 da Lei Federal 9985/2000 estabelece que Reserva da Biosfera é:

Um modelo, adotado internacionalmente, de gestão integrada, participativa e sustentável dos recursos naturais, com os objetivos básicos de preservação da diversidade biológica, o desenvolvimento de atividades de pesquisa, o monitoramento ambiental, a educação ambiental, o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida das populações.

O Território do Quilombo de Peixe Brabo está integralmente inserido na zona de amortecimento da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço (RBSE). Esse tipo de zoneamento tem uma função ambiental importante por conectar as áreas-núcleo da RBSE, ou seja, conectar as unidades de conservação destinadas a proteção integral da natureza. Por isso, nas zonas de amortecimento são recomendadas apenas atividades que não resultem em dano para as áreas-núcleo, sendo assim, é fundamental o estímulo das práticas conservacionistas e agroecológicas (Instituto Prístino, 2021).

Além disso, o Território se sobrepõe, parcialmente, à áreas-chave para a conservação de plantas raras (Figura 14) como pode-se observar abaixo.

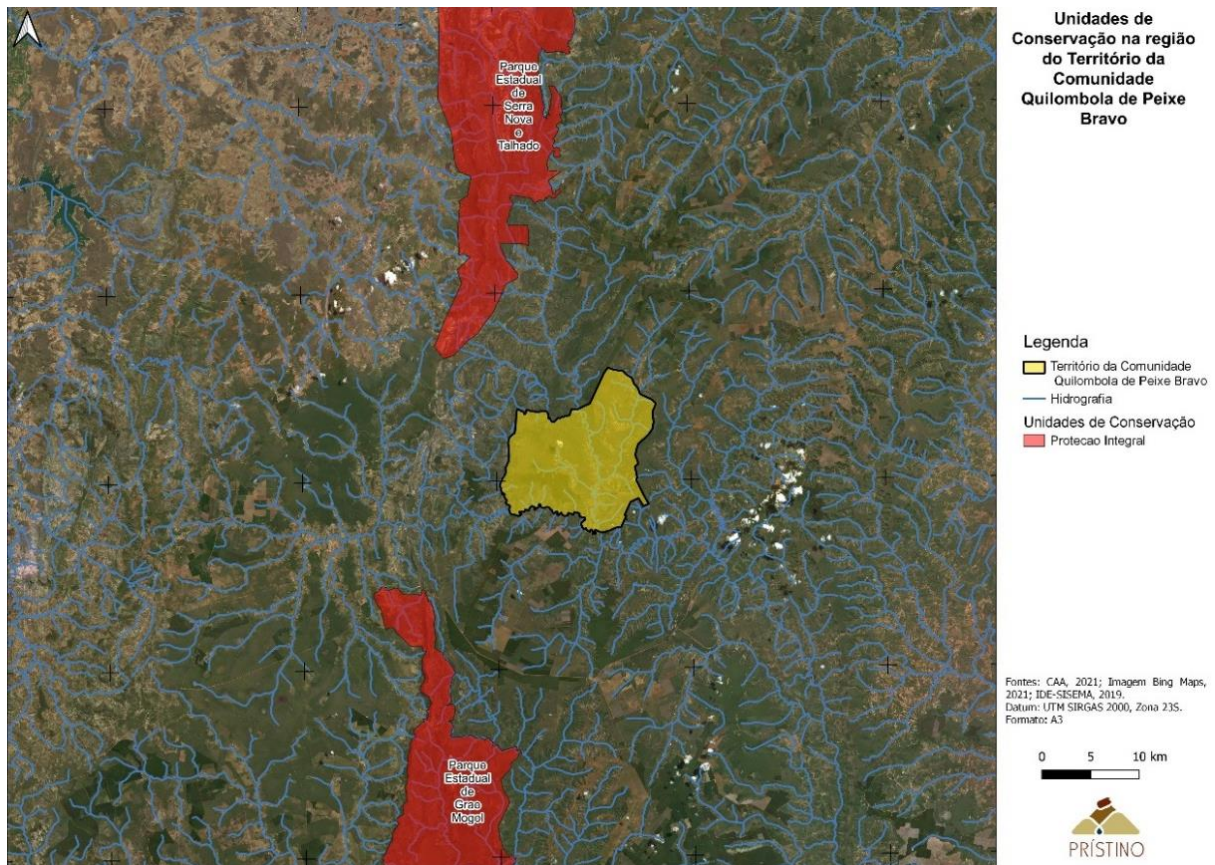
Figura 14
Áreas-chave para a conservação de plantas raras (polígonos rosas) sobrepondo o território do Quilombo de Peixe Brabo.



Fonte: Instituto Prístico (2021).

Ainda nesse Território, foram observadas duas Unidades de Conservação (figura 15) localizadas em até 15 km de distância (Parque Estadual Grão Mogol e Parque Estadual Serra Nova e Talhado). Isso demonstra a importância da área para a conservação do patrimônio biológico, ecossistêmico e cultural brasileiro.

Figura 15
Unidades de Conservação em relação ao Território do Quilombo de Peixe Brabo.



Fauna e Flora da região

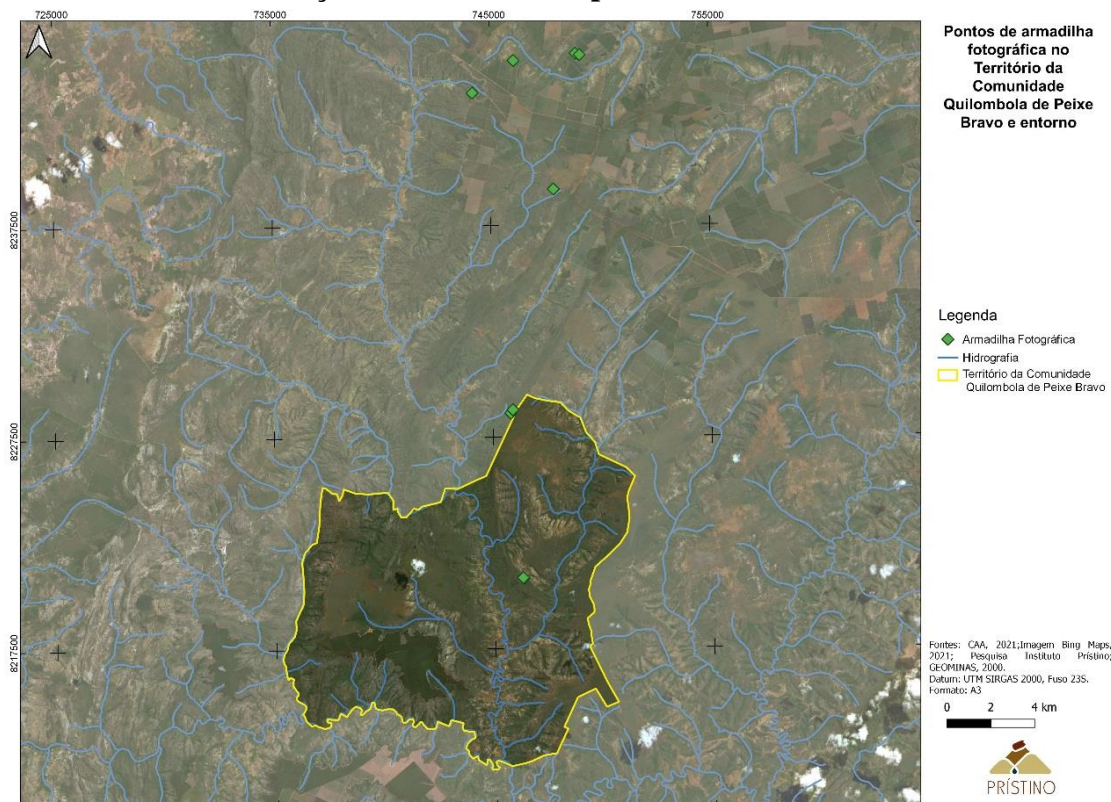
Um levantamento secundário realizado pelo Instituto Prístino (2021) revelou 219 espécies botânicas no Quilombo do Peixe Bravo (Tabela 04 em Anexo). Dessas, pelo menos 21 plantas possuem registros de uso popular medicinal, alimentar, madeireiro, apícola, tanífero, tintorial, entre outros.

Foram encontradas ainda sete espécies ameaçadas de extinção, a saber: *Staurogyne elegans* (Nees) Kuntze (Acanthaceae), na categoria Vulnerável; *Lychnophora ericoides* Mart. (Asteraceae), na categoria Vulnerável; *Chamaecrista tephrosiifolia* (Benth.) H.S.Irwin & Barneby (Fabaceae), na categoria Vulnerável; *Lychnophora markgravii* G.M.Barroso (Asteraceae), na categoria Em Perigo de extinção; *Euphorbia attastoma* Rizzini (Euphorbiaceae), na categoria Em Perigo de extinção; *Syagrus glaucescens* Glaz. ex Becc. (Arecaceae), na categoria Vulnerável; e *Vellozia spiralis* L.B.Sm. (Velloziaceae), na categoria Em Perigo de extinção.

No ano de 2019, o Instituto Prístino fez uma pesquisa na região do Vale do rio Peixe Bravo, utilizando armadilhas fotográficas, a fim de realizar um pequeno levantamento de

fauna (Figura 15). Em uma análise preliminar, foram registradas algumas espécies de mamíferos de médio e grande porte (Tabela 05, em anexo), alguns constando na lista de espécies ameaçadas de extinção divulgada pela Portaria MMA nº 444/2014.

Figura 15
Distribuição de Câmeras Trap no Vale do rio Peixe Bravo.



Fonte: Instituto Prístino (2021).

Para o grupo das aves, os dados foram originados de um levantamento preliminar na região do Vale do Rio Peixe Bravo, a partir de três expedições de campo. Foram observadas 128 espécies de aves, distribuídas entre 34 famílias e 15 ordens (Tabela 06 em anexo). Entre as aves registradas na região ocorrem algumas espécies raras, endêmicas e de interesse para a conservação: Rabo-branco-de-cauda-larga (*Anopetia gounellei*), Aratinga-de-testa-azul (*Thectocercus acuticaudatus*), Tapaculo-de-colarinho (*Melanopareia torquata*), Choca-de-asa-vermelha (*Thamnophilus torquatus*), Tem-farinha-aí (*Myrmorchilus strigilatus*), Chorozinho-da-caatinga (*Herpsilochmus sellowi*), Tangarazinho (*Ilicura militaris*) e Rabo-mole-da-serra (*Embernagra longicauda*).

Estudos preliminares também identificaram 14 espécies de morcegos na região, a saber: *Furipterus horrens*, *Peropteryx macrotis*, *Myotis nigricans*, *Desmodus rotundus*, *Glossophaga soricina*, *Dyphilla ecaudata*, *Carollia perspicillata*, *Lonchophylla*

dekeyseri, *Anoura geoffroyi*, *Lonchorhina aurita*, *Anoura caudifer*, *Mimon bennettii*, *Chrotopterus auritus* e *Lophostoma brasiliense* (Gomes et al., 2017). Três dessas espécies estão citadas em listas vermelhas de ameaça de extinção, conforme ICMBio (2018) *Furipterus horrens*, *Lonchophylla dekeyseri* e *Lonchorrhina aurita*. Todos os registros de morcegos foram coletados nas cavernas ferruginosas do Vale do Peixe Bravo, demonstrando que os ecossistemas subterrâneos são fundamentais para a manutenção de serviços ambientais como a polinização, dispersão de sementes e controle de insetos.

Além disso, foram identificados, até o momento, 277 morfotipos de invertebrados (Tabela 07). Desses, foram observadas oito espécies com características troglomórficas, ou seja, com relevante interesse para a conservação, uma vez que são organismos restritos ao ambiente cavernícola, podendo apresentar diversos tipos de especializações morfológicas, fisiológicas e comportamentais.

Tabela 07
Lista de taxa e famílias de invertebrados encontrados nas cavernas do Vale do Rio Peixe Bravo

Taxa	Famílias
Acari	Argasidae (1), Anystidae (1), Macronyssidae (1), NI (28)
Annelida	NI (2)
Araneae	Araneidae (1), Caponiidae (1), Ctenidae (3), Filistatidae (3), Gnaphosidae (1), Linyphiidae (2), Nemesiidae (1), Nesticidae (2), Ochiroceratidae (2/1), Oonopidae (5), Pholcidae (4), Platoridae (1), Salticidae (3), Sicariidae (1), Teridiidae (5), Theraphosidae (1), NI (7)
Blattodea	NI (4)
Chilopoda	Geophyllidae (1), Scolopocryptopidae (1/1), NI (2)
Coleoptera	Bostrichidae (1), Carabidae (4), Curculionidae (1), Dermestidae (1), Elateridae (1), Histeridae (1), Lampyridae (1), Rhizophagidae (1/1), Staphylinidae (3), Tenebrionidae (5), NI (11)
Collembola	Arrhopalitidae (1), NI (15/3)
Dermaptera	Diplatiidae (1)
Diplopoda	Chelodesmidae (1), Pseudonannolenidae (1/1), Spirostreptidae (1), NI (2)
Diplura	Anajapygidae (1), Japygidae (1)
Taxa	Famílias

Diptera	Ceratopogonidae (2), Chaoboridae (1), Chironomidae (2), Chloropidae (1), Culicidae (5), Dolichopodidae (1), Drosophilidae (6), Milichiidae (3), Muscidae (3), Mycetophilidae (3), Phoridae (2), Psychodidae (3), Sciaridae (2), Streblidae (1), NI (3)
Ephemeroptera	NI (1)
Gastropoda	NI (3)
Hemiptera	Cydnidae (1), Lygeidae (1), Reduviidae (6), Tingidae (1), Veliidae (1), NI (1)
Heteroptera	NI (1)
Homoptera	Cercopidae (1), Cicadelidae (1), Cixiidae (3)
Hymenoptera	Braconidae (1), Evaniidae (1), Formicidae (23), Mutillidae (1), NI (9)
Isopoda	Dubioniscidae (1)
Isoptera	NI (5)
Lepidoptera	Noctuidae (2), Pyralidae (1), Tineidae (3), NI (3)
Neuroptera	Chrysopidae (1), Myrmeleontidae (2)
Opilioacarida	NI (1)
Opiliones	Gonyleptidae (3)
Orthoptera	Gryllidae (1), NI (4)
Palpigradi	Eukoeneiidae (1/1)
Pseudoscorpiones	Chernetidae (2), Chthonidae (1), NI (2)
Psocoptera	Psyllipsocidae (1), Ptiloneuridae (1), NI (2)
Siphonaptera	NI (1)
Symphyla	NI (1)
Thysanoptera	NI (1)
Zygentoma	Lepismatidae (3), Nicoletiidae (2)

Fonte: Gomes (2017).

OBS: Entre parênteses está o número de espécies de cada família. Números após as barras representam o número de espécies troglomorfas pertencentes às respectivas famílias. NI = não identificado.

Os Ambientes, Apropriação e Usos

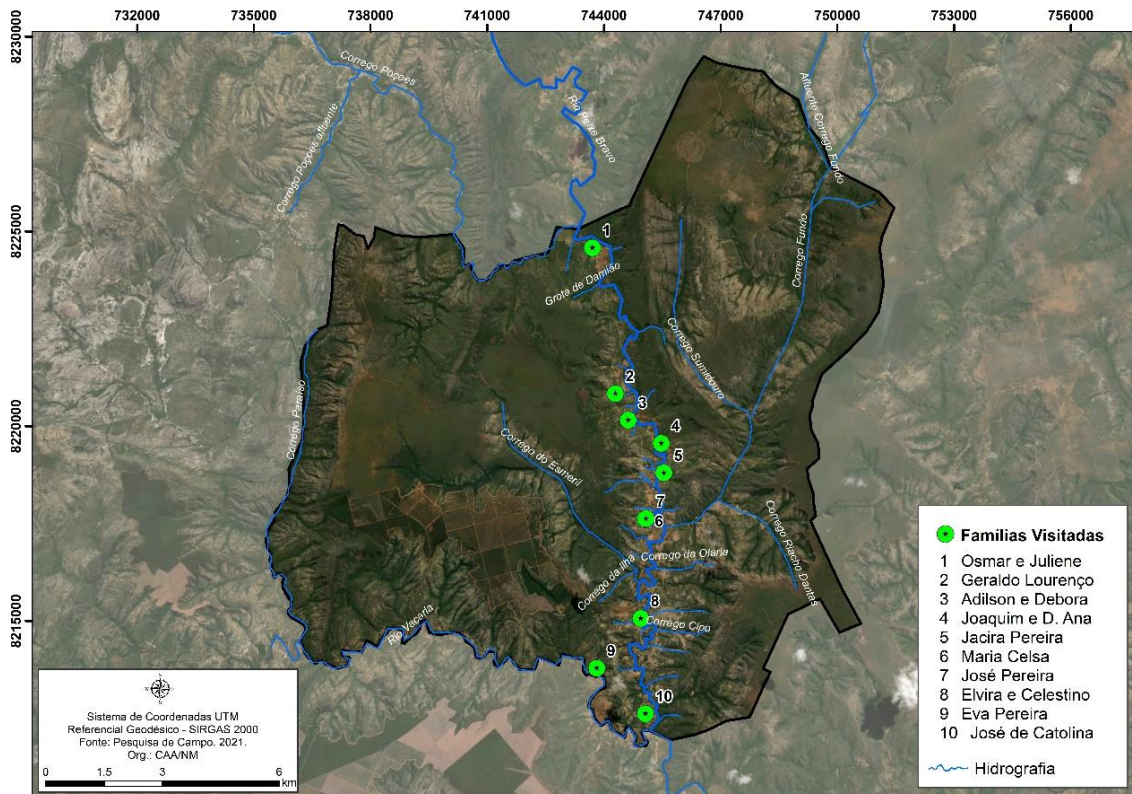
Para compreender a lógica da ocupação dos terrenos pelos moradores do quilombo foram visitadas 10 famílias que vivem ao longo do rio Peixe Bravo, desde a sua divisa com o Córrego Poções, até a barra com o rio Vacarias, além de uma família que vive próximo a este rio, na porção sul.

Como vimos, o Quilombo de Peixe Brabo está localizado em meio aos contrafortes da Serra do Espinhaço, em uma área com extensos chapadões cobertos por solos elúvio-colvionares, assentados sobre extensas camadas de metadiamicritos ferruginosos e formações ferríferas¹³ associados a uma diversidade de formações vegetais com

13 Segundo Vilela et al (2014), estima-se nesta porção do território a existência de reservas ferríferas superiores a vinte bilhões de toneladas de minério de ferro de baixo a médio teor.

predominância dos cerrados associados a formas transicionais com a caatinga e mata atlântica.

Figura 16
Mapa de localização das famílias visitadas - Quilombo de Peixe Brabo.



Fonte: Trabalho de Campo, 2021

Nessa comunidade, apesar das áreas de chapadas terem sido extensamente desmatadas para o carvoejamento e/ou plantio de monoculturas do eucalipto, as extensas áreas amorradas drenadas pelos rios Poções, Peixe Bravo e Vacaria se encontram relativamente preservadas, apesar do número extenso de famílias quilombolas que aí residem.

As famílias possuem a tradição geraizeira com estratégias singulares de uso e ocupação dos ambientes, conforme vistos por Dayrell (1998), Correia, (2005), Brito (2006). A produção nos terrenos dos residentes ainda mantém a lógica da ocupação tradicional: a produção agrícola e pecuária associada com o extrativismo. As famílias que foram entrevistadas se afirmam como quilombolas, mas também como geraizeiras, identidade que os remetem aos antigos tempos da relação estabelecidas com os residentes nas regiões de *caatinga*, *de cima*, ou *de baixo*.

As famílias de Peixe Bravo estratificam o ambiente de acordo com a posição no relevo, tipo de solo, vegetação e usos possíveis, organizando-as em distintas unidades de paisagem (Figura 12 na página 92) descritas como Brejos, Baixa de Areia, Beira de Rio, Terra de Cultura, Tabuleiro, Serrado/Morro, Chapada, Carrasco, entre outras.

Na foto 16, abaixo é mostrada um pouco da caracterização do ambiente, as baixadas onde estão os moradores e ao fundo pequenas serras. A casa encontra-se próxima à escola, à igreja de São Sebastião e o Posto de Saúde da Família, local considerado pelos moradores como o centro do Quilombo de Peixe Brabo.

Foto17
Paisagem da Comunidade Quilombola Peixe Bravo

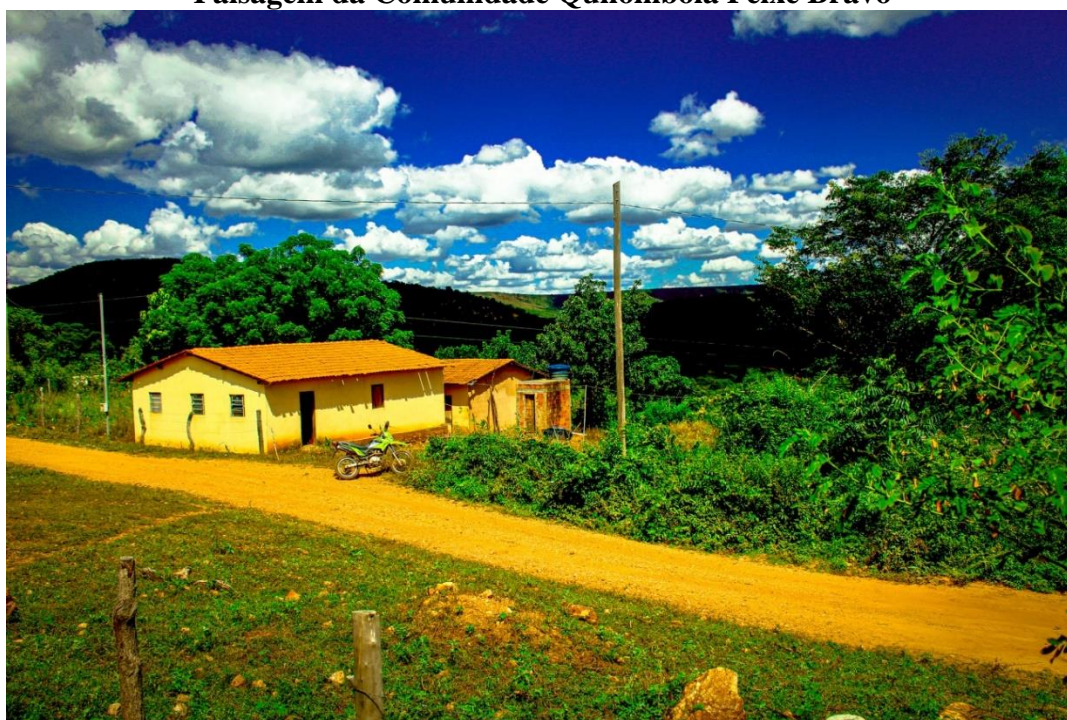


Foto: Valdir Dias. Trabalho de campo 2021

A relativa uniformidade expressa no mapa de solos ou de vegetação no domínio do território quilombola ganha novos contornos quando a população que aí reside passa a identificar diferentes unidades da paisagem, diferentes usos associados à lógica de apropriação dos distintos ambientes. Da cota mais elevada a mais baixa da paisagem, as categorias nativas de ordenamento territorial expressam uma diversidade de possibilidades de uso como veremos a seguir. Percebe-se que as famílias classificam o ambiente em duas grandes categorias identificadas como *Alto* e *Grota*.

O *Alto*, conta com uma área de 4.992 há e representa 29% do território. E a *Grota*, com 12.3547 há, representa 71% do território.

Tabela 08

Estratificação do Território do Quilombo Peixe Bravo – Classificação nativa

Unidade	Área em ha	Área em %
Alto	4992,170258	29%
Grota	12357,12325	71%
ÁREA TOTAL	17349,29351	100%

O Alto refere-se às áreas de relevo aplainado ou suave-ondulado localizado nas porções mais elevadas do terreno, com altitudes que variam de 840 a 1020 metros. São ambientes com o predomínio de cerrados e cerradões. Duas principais unidades da paisagem dominam este ambiente, extensas áreas de *Chapadas* e de *Carrascos*. A *Grota* refere-se à uma extensa área composta de serras, espigões e vales drenados por uma rede hidrográfica composta de rios, córregos e nascentes dos rios Poções, Peixe Bravo e Vacaria. As famílias identificaram aí uma diversidade de unidades da paisagem por eles denominadas de *Rio*, *Baixa de Areia*, *Brejo*; *Beira Rio*, *Cultura*; *Tabuleiro*, *Serrado e Morro*.

Apresentamos a seguir a caracterização destas unidades da paisagem.

Alto

As Chapadas

As *Chapadas* estão localizadas no *Alto*. Nas *Chapadas* são comuns: os solos, a vegetação típica e a posição no relevo. É a unidade predominante na paisagem. Predominam Latossolos Vermelho-amarelo com pequenas manchas de Latossolos Vermelho-escuro, ambos álicos. A vegetação possui algumas plantas típicas, entre elas o pequi (*Caryocar Brasiliense* Camb.), panan/araticum (*Annona crassiflora*), rufão (*Peritassa campestris*), pinha brava (*Duguetia lanceolata* A.St.-Hil). Os terrenos são muito utilizados para a solta dos animais, coleta de frutos, ervas medicinais e lenha.

Para José Pereira, esse ambiente é próprio para buscar lenha, criar gado, coletar plantas medicinais. É aonde também colhem o pequi, que utilizam para alimentação e retirar o óleo. No ambiente de chapada tem frutas, como: mangaba (*Hancornia speciosa*), araticum (*Annona crassiflora*), rufão (*Peritassa campestris*), fruta de leite, jatobá do campo, tingui (*Magonia pubescens* A. St.-Hil.) e pequi. Madeiras, como: sucupira

(*Pterodon emarginatus*), vinhático (*Plathymenia foliolosa*), angiquinho (*Senegalia polyphylla*).

Geraldinho diz que no *alto*, extensas áreas de *chapadas* rodeiam as de *carrascos*. E que utilizam as áreas na chapada para fazerem a coleta de lenha e de frutos nativos (pequi, mangaba, murici, jatobá, articum, rufão, entre outras). Atualmente, fazem a solta apenas nas áreas de tabuleiro e serrado. Têm o costume de tirarem óleo do pequi para alimentação.

Foto 18
Seu Geraldinho contando histórias da comunidade



Fonte: Valdir Dias. Trabalho de campo, 2021

Os Carrascos

Os Carrascos estão localizados nas partes mais elevadas do relevo, e predomina uma vegetação de porte arbóreo, formação de cerradão como uma mata semi-caducifólia. Apresentam uma maior incidência de madeiras de lei como o caboclo e laranjeira, mas também angiquinho, morcegueiro (*Ficus tsiela*), pau d'óleo (*Copaifera langsdorffii* Desf.) e sucupira. Além do aproveitamento da madeira e da solta de gado, o terreno é considerado muito bom para o plantio da mandioca. Ocorrem em manchas dispersas no alto, quase sempre rodeado pelas chapadas. As madeiras dos Carrascos, mais nobres, são utilizadas nas construções das casas, mobiliário, equipamentos e implementos agrícolas, cerca e lenha para uso doméstico. Com muita preocupação, o seu Zé de Catolino nos diz

que os carrascos já estão acabando, que os últimos que ainda estão de pé, na região de Bocaina, estão indo abaixo, e com eles o *Pau Caboclo*, uma espécie que avança rapidamente para a extinção.

Grota

Serrado / Morro

Serrado ou *Morro*, são referidos naqueles terrenos íngremes, localizados na *Grota*, que fazem transição, na parte superior com as *Chapadas* e *Carrascos*. E, na parte mais em baixo, com o *Tabuleiro*. Nestas áreas predominam solos com elevada presença de cascalho, onde também se encontram as cavernas, locas ou *lapas*, como são referidos pelos moradores do lugar. São utilizados como áreas para solta de animais e coleta de ervas medicinais. Durante o trabalho de campo, visitamos, com seu Geraldinho a Lapa do Migué (Foto 18), um paredão de pedra com uma loca grande. O local era utilizado pela família de seu Geraldo no horário de almoço para descansar e conversar, eles plantavam uma roça na frente da loca. O local é muito importante para ele, que se emocionou ao falar do pai e dos momentos que eles viviam ali. “Quando entro aqui me emociono muito, lembro do meu pai deitado bem aqui, em uma cama de folha”. Ele relatou que tem muito medo de chegarem empresas de mineração e acabarem com a Serra do Migué. Ele considera o local, como um lugar sagrado que as gerações novas têm que entender o que é para preservar. Segundo ele um lugar como aquele deve ser cuidado, pois faz parte da história de muitas gerações que passaram e seguem fazendo parte do território. A Lapa do Migué é também um dos marcos de territorialidade, lugar onde muitos viajantes e trabalhadores paravam para almoçar e até dormir.

Foto 19
Seu Geraldinho mostra a Lapa do Migué,



Foto: Valdir Dias, Trabalho de campo, 2021

Tabuleiro

As áreas designadas como Tabuleiro se referem a terrenos que fazem a transição das Terras de cultura ou do Beira Rio, com as áreas de Cerrado. Em alguns casos, com as áreas de Chapada ou de Carrasco. A vegetação mais comum é a sucupira, o tingui e o pau d'arco (*Tabebuia ssp.*). Estes terrenos são utilizados para o plantio de mandioca (*Manihot esculenta*), abacaxi (*Ananas comosus*), feijão catador (*Vigna unguiculata*) e andu (*Cajanus cajan*). As casas são construídas nestes terrenos e diversas árvores frutíferas são plantadas nos quintais. Fazem a coleta extrativista de plantas medicinais, frutíferas e madeira para lenha. Em alguns casos, quando possuem criações, podem formar pastagens.

Foto 20

Dona Jacira, em uma trilha explica o que é um tabuleiro e as plantas que predominam nessa paisagem.



Foto: Joao Chiles. Trabalho de Campo, 2021.

A maioria das casas estão localizadas nas meias encostas, definidas como Tabuleiro. Menos comum, mas se encontra, em alguns casos, casas na Beira Rio ou, até mesmo, na Chapada. D. Jacira nos diz que os plantios das águas são realizados nos quintais ou nas terras de tabuleiro. Ela diz que, *abaixo do carrasco tem os tabuleiros, que no passado era todo de roça e hoje está com pastagens*. As áreas de tabuleiro, no entorno da casa é o quintal de cultura. O Osmar (Preto) define o tabuleiro, como uma área onde, em alguns casos, o cascalho aflora. Além do quintal, é uma área onde também se formam pequenas mangas com pastagens cultivadas. Nesta área também utilizam para solta dos animais, coleta de lenha (massambé - (*Terminalia fagifolia Mart.*)) ou frutos como tingui, mangaba, murici, jatobá, araticum.

Beira Rio / Cultura

Os terrenos denominados de Beira Rio, outras vezes de Cultura, referem-se às áreas que ficam entre o Tabuleiro e um barranco que demarca o leito maior do rio. Esta unidade normalmente não é atingida pelas enchentes, é onde fazem as roças que são de cultura mista (Foto 21).

Foto 21

Paisagem de área de baixada à beira do rio Peixe Bravo com área de plantação de milho, urucum e outras plantas.



Foto: Valdir Dias. Trabalho de campo, 2021

Nela fazem os cultivos mais extensos, como o milho, feijão, mandioca, andu. Além dessas, é comum encontrar outras plantas nos quintais dos moradores como, por exemplo, o urucum que é muito utilizado pelas famílias para a produção de corante para o tempero. As espécies nativas normalmente encontradas é o angico, tingui, aroeira. Assim como na área de tabuleiro, constroem aí casas e formam quintais. Além do plantio de lavouras anuais (milho, mandioca, feijões, abóboras, melancia, hortaliças etc.), em alguns casos fazem também o cultivo de pastagens.

Baixa de Areia

Em alguns lugares margeando o rio, onde o barranco do rio é mais alto, impedindo a formação de áreas embrejadas, os nativos denominam estes terrenos como Baixa de Areia. Está situada entre a margem do rio e o barranco que demarca o leito maior do rio, fazendo a transição para os terrenos que denominam de Beira Rio ou Cultura. Verifica-se que a composição dos solos possui teores mais elevados de areia, provavelmente daí a origem do nome – Baixa de Areia. Nesta unidade da paisagem plantam principalmente amendoim, batata, cana, abóboras.

Brejo

Localizados nas porções mais inferiores do relevo, os terrenos mais úmidos e férteis destas áreas são encontrados tanto ao longo do Córrego Poções, dos rios Peixe Bravo e Vacaria, quanto também nas inúmeras *Grotas* que formam os afluentes destes rios e córregos. Predominam, nestes terrenos, solos com maiores teores de argila. Em muitos lugares localizados nas porções mais elevadas dos terrenos, onde os brejos mantêm água ao longo de todo o ano, formam-se nascentes cujo aproveitamento de suas águas é comum visando o fornecimento de água para uso humano e animal.

A água que abastece a casa de seu Geraldinho e da vizinhança vem de nascentes que foram encanadas. Essas nascentes formavam os brejos, porém a água não corre mais, com força necessária para formar as áreas alagadas, por terem sido canalizadas para o abastecimento das casas. Na cabeceira de Antônio Velho (serra) existem duas nascentes, e há uma na cabeceira de Patu. Juntas elas abastecem de 15 a 20 casas e a água nunca secou.

Já, nas porções menos elevadas, nas proximidades dos córregos ou rios, onde as águas não escorrem superficialmente, abrem valetas para drenagem, utilizando-se então para o plantio do arroz (*Oriza ssp.*) no período chuvoso, e do feijão no período da seca, nos meses de março ou julho. A produção nestas áreas era menos afetada pela irregularidade das chuvas. Às vezes, se perdia pelo excesso de chuvas ou pela seca mais severa. Também se cultivava a cana, a banana (*Musa ssp*) e hortaliças diversas. Eles vêm experimentando, nos últimos anos, com o secamento dos brejos, o plantio de mandioca e abacaxi.

Rio

O rio, além do uso da água para alimentação e irrigação, é utilizado para pesca e como área de lazer. O acesso a água do rio, hoje, é facilitado pela energia elétrica, que a bombeia para caixas sobre um morro alto em frente às casas das famílias para uso doméstico e irrigação das roças. Antes da energia não era possível à irrigação e todas as atividades domésticas eram feitas diretamente no rio. Jacira lembra da importância do rio na alimentação. Tinham uma alimentação farta em peixe. Carne de gado era muito rara e de porco, somente quando abatido em casa. Além disso, aproveitavam as ovas de peixes que eram assados em folha de bananeira. D. Elvira percebe uma mudança clara nos tempos a

partir do ano 2010, com a diminuição dos peixes e volume da água do rio. *Antes era muito difícil passar dentro dos rios e nem moto era comum, devido ao volume das águas, mas a partir de 2010 as coisas têm mudado muito*”. Esta percepção é reforçada por D. Maria que diz que *as chuvas minguaram e a água do Rio Peixe Bravo diminuiu muito, não parece nem que é aquele rio que era tão forte, ainda tem água, mas muito pouco, não chega nem perto do que era. Os peixes também quase acabaram, tinha traíra, bagre, piauí, piabanha*.

Foto 22

Paisagem de área de *Grota* e transição com a serra. Antiga área de cultivo e hoje, para solta do gado

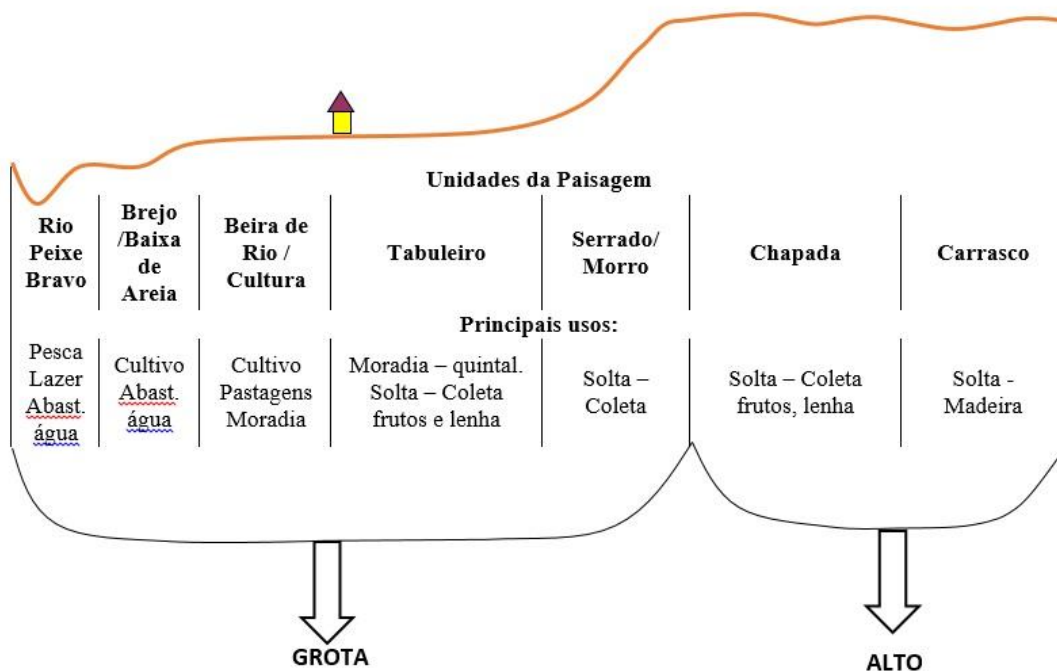


Foto: Valdir Dias. Trabalho de campo, 2021

Neste mesmo contexto, seu Geraldinho também reforça e retrata as mudanças causadas com a diminuição da chuva. Na imagem acima (Foto 22) é possível ver uma das áreas de *Grotas* da comunidade em transição com as serras. Nesta área de *Grota* é comum os moradores fazerem uma roçada usando foice para aparar as pequenas “ramas”, mantendo as árvores maiores e assim jogarem sementes de capim, conhecidas como “agropolo”, para a criação de gado. Porém, Seu Geraldinho disse que: *antigamente até aqui os moradores plantavam roça*. Ou seja, mesmo sendo uma área mais alta e longe do rio essa área era cultivada e plantada pelos antigos moradores, como mandioca. Hoje, com a diminuição das chuvas, essa área se tornou bem mais árida e inviável para cultivar e plantar.

Finalizando, podemos compreender a distribuição das unidades da paisagem citadas pelos moradores de Peixe Bravo a partir da Figura 17, abaixo. Identificam duas grandes unidades da paisagem: A *Grota* e o *Alto*.

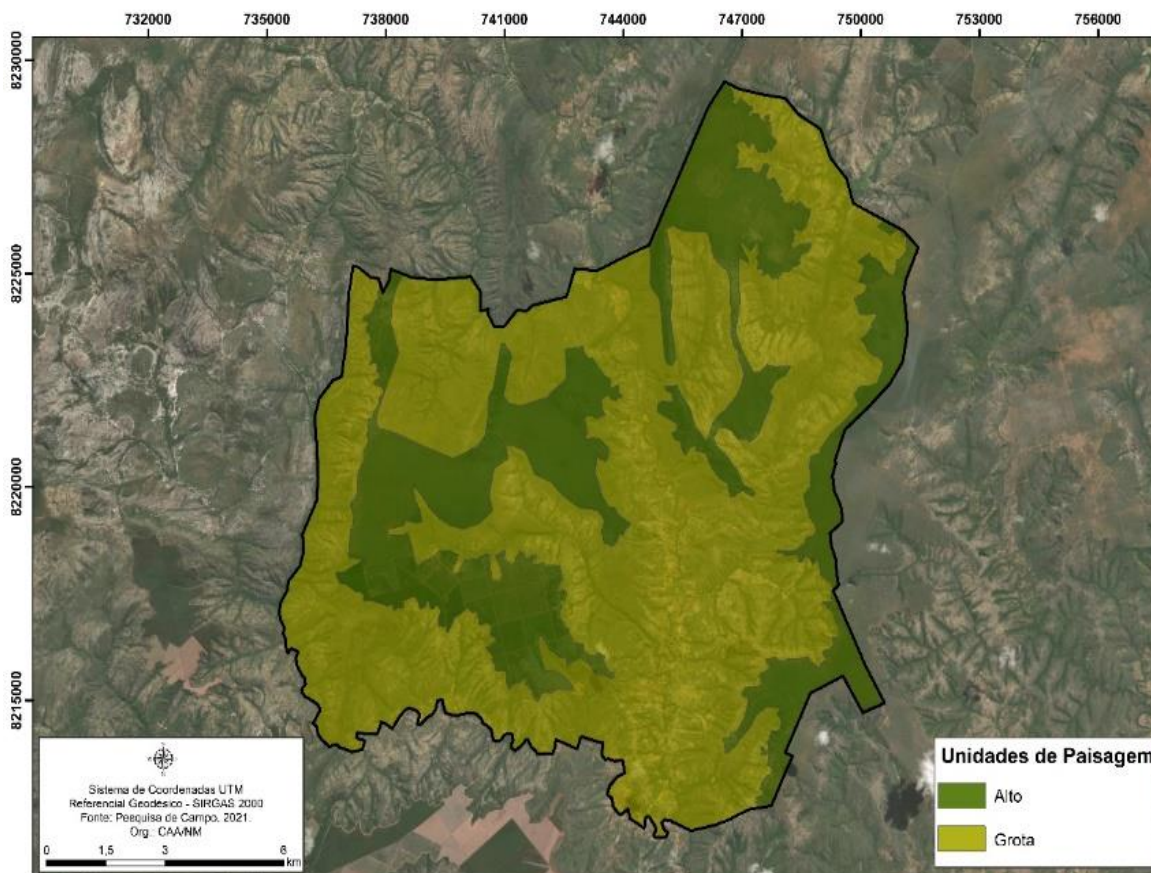
Figura 17
Perfil Transversal do Território Quilombo Peixe Bravo.



Na *Grota*, encontramos as seguintes subunidades: *Rio*, *Baixa de Areia / Brejo*; *Beira Rio / Cultura*; *Tabuleiro* e *Serrado/Morro*. No *Alto*, as subunidades são: *Chapada* e *Carrasco*.

No mapa a seguir (Figura 19) é possível ver a distribuição espacial das áreas de *Alto* e de *Grota* no território quilombola de Peixe Bravo.

Figura 19
Unidades de Paisagem do Território Quilombola de Peixe Bravo.



O Território do Quilombo de Peixe Brabo ocupa uma área de 17.391 ha. Analisando as áreas ocupadas por cada uma destas duas categorias, verificamos que a **Grota** ocupa uma área de 12.398 ha, e que representa 71% do total do território. E que os terrenos de **Alto** ocupam uma área 4.993 ha e representam 29% do total do território.

Tabela 09
Distribuição quantitativa em área das unidades de paisagem

Unidades da Paisagem	Área (há)	%
Grota	12.398	71
Alto	4993	29
Quilombo Peixe Bravo	17.391	100

Os Sistemas Produtivos e a Organização da Produção

Ao adentrar nesta porção do Vale do rio Vacaria, percebe-se desde logo a tradicionalidade das famílias e comunidades que aí vivem, com seus jeitos próprios de se fazerem. Contexto cultural e produtivo que se encontra em alteração com seguidas adaptações frente às transformações advindas com as políticas desenvolvimentistas dos anos 1970. A coletividade residente possui uma longa historicidade na ocupação das margens dos vales do rio Peixe Bravo e Vacaria, cuja memória remonta ao primeiro quartel do século XIX. Terrenos que foram ocupados como sendo *terra de ninguém*, por pessoas vinculadas ao tronco familiar Pereira da Silva que se fixaram nas áreas de *Grotas* e chapadas.

Aos poucos, estruturas produtivas foram sendo implementadas, atestadas pelos antigos engenhos de cana de açúcar e tendas de farinhas de mandioca. Os relatos dos moradores mais antigos registram que era comum as lavouras de cana e mandioca, mas também de milho, feijões, frutíferas e hortaliças em pequena escala. Criavam gado bovino e animais de pequeno porte como porcos e aves.

Seu Zé de Catolino, do tronco dos Pereira, um dos moradores mais velhos do quilombo e que reside nas proximidades da barra do Peixe Bravo com o rio Vacaria, nos informa que a região produzia muitos alimentos, eram cargueiros que iam cheios para Riacho dos Machados, Serranópolis e Porteirinha - *os cargueiros saiam de Vereda do Toco, passavam por Tamanduá, e chegavam em Riacho dos Machados. Os cargueiros iam cheio de farinha, milho, feijão, rapadura, cachaça, toucinho. E traziam sabão, sal, querosene*. D. Elvira e Celestino lembram que no lugar onde vivem era uma passagem de tropeiros, e mostram um enorme jatobazeiro em frente à casa onde vivem. Segundo eles, era o ponto de descanso dos tropeiros. A estrada onde passavam, hoje não existe mais, restando apenas a centenária árvore (Foto 23).

Outra família moradora, a D. Maria Celsa nos diz que - *antes na época boa, todos plantavam arroz e colhiam muita coisa*. Era comum encontrar nas roças o cultivo de milho, feijão de arranca (*Phaseolus vulgaris*), feijoa (*Phaseolus lunatus*), feijão catador, feijão de corda, cana. A maior parte das famílias faziam rapadura. Segundo D. Maria, *pouca coisa precisava ser comprada de fora*. E ela continua dizendo que também criavam porco para comer, tiravam a gordura para cozinhar e utilizavam também óleo de pequi (ambas gorduras são ainda utilizadas na alimentação, mas em menor escala). Os feijões

eram guardados *no surrão*¹⁴ feito de couro para conservar, atravessava o ano sem carunchar. E que, o feijão guardado dependia do tamanho do couro do boi que era utilizado para fazer o surrão.

Foto 23

Jatobazeiro centenário, marco de territorialidade para pouso de antigos tropeiros



Geraldo Lourenço, que mora mais acima, reforça este entendimento dizendo que a tradição de roças maiores, era comum até meados dos anos 1970. Que até o cultivo do arroz, que hoje praticamente todas as famílias compram, era muito comum de ser encontrado: *até 1970 todas as pessoas plantavam arroz e colhia muito, como os brejos foram secando as pessoas deixaram de plantar*. Para plantar o arroz fazia umas valetas para esgotar a água do brejo e realizar o plantio. Eram cultivadas as variedades de arroz: agulhinha e beira campo. Para tirar a palha do arroz, socava no pilão. Para colher, cortava e empilhava, depois de um tempo batia em uma lona ou dentro das casas. Na lavoura do

¹⁴ Utensílio geralmente feito de couro animal utilizado para guardar mantimentos.

arroz era feito um processo de vigilância com os bodoques, para evitar que os passarinhos comessem a produção e, geralmente, este era um trabalho atribuído às crianças.

Até este período (anos 1970), outra cultura muito encontrada era a do algodão. Segundo Geraldo Lourenço, *as pessoas plantavam linhas entre as outras lavouras*. A produção era utilizada para produzir fios e fazer tecidos. Muitas mulheres eram fiadeiras e tecelãs, como a Avó de Geraldo Lourenço, dona Izabel.

Foto 24
Pé de algodão no quintal de Seu Geraldo Lourenço.



Foto: Valdir Dias. Trabalho de Campo, 2021.

A senhora Eva Pereira confirma o costume de fiar a linha, onde algumas mulheres fiavam, e outras teciam as cobertas. Ela não tinha tear, mas apenas a roda e fuzo, dois equipamentos de fiar. Afirma que hoje já perdeu todos os equipamentos. Essa atividade era feita nos períodos de menor intensidade dos serviços da roça, ou seja, nos períodos mais secos em que não havia quase roça para cuidar. A senhora Jacira também já fiou muito algodão e teceu muita coberta, atividades exercidas principalmente nos períodos de seca, quando o marido saía para trabalhar na caatinga e trazia o básico de alimentos e querosene.

Seu Geraldo confirma que a sua sogra, dona Sebastiana, ainda fia até dias atuais. As roupas eram tingidas com fruta de pau terra e lama do brejo. Essa mistura produzia uma substância preta que não soltava quando era lavada, faziam até paletós. Usava também o

tingui para tingir as roupas. A prática de cultivar o algodão foi interrompida com a chegada do bicudo (início dos anos 1990).

As práticas de coleta que realizavam nas áreas de gerais, de cerrados, eram atividades muito comuns e que permanecem até os dias de hoje. Seu Joaquim nos informa que o tingui tinha outros usos. Aproveitavam o óleo do tingui (fruta) para fazer sabão (prática que ainda é realizada por algumas poucas famílias nos dias atuais). Eles misturavam o tingui com cinza de pau pobre (sabão de coada, porque a cinza era coada lentamente). Era comum fazer sabão também de ossos de boi, não perdia nada. Essa prática de fazer sabão era forte até 1975.

Além do tingui, diversas outras espécies eram utilizadas para diversos fins. D. Maria Celsa nos falou sobre os ambientes de carrasco e chapada que eram manejadas pelas famílias de Peixe Bravo. Ela nos diz que os ambientes mudaram muito: *antes tinha mais árvores, como o jatobá, pequi, cagaita, angico, sucupira, vinhático, aroeira, muçambe, e muitas plantas medicinais. Era muito comum colher o óleo do pequi para utilizar na alimentação. Hoje essa prática está quase perdida.* Ela nos diz que poucas pessoas ainda fazem a coleta do pequi com a finalidade de tirar o óleo. Nos diz que tirava mais de 02 latas de óleo (cerca de 40 litros). Ainda tira o óleo do pequi, mas em menor quantidade (tirou esse ano cerca de 05 litros). Senhor Joaquim e Dona Ana nos dizem como tiravam o óleo do pequi - *“bate o pequi no cocho”* de madeira, com uma pá também de madeira. A *“bateção”* fica hoje sob a responsabilidade de uma das filhas. Eles relatam que já passaram fome e grande parte do ano a alimentação da família *“era angu de milho (ainda consumido hoje), andu seco, farinha de mandioca e gordura de pequi”*.

Falando sobre os ambientes, Dona Maria Celsa nos diz que em volta tinha muita vegetação (mato) e muita caça (animais). Veados eram comuns serem vistos nas roças e até mesmo brigando entre si. Tinha vários tipos de tatus, tatu bola, tatu galinha, tatu peba, preto, canastra, rabo de sola. Tinha caititu. *“Hoje em dia não tem mais como antes, diminuiu muito, ainda vê, mas cada vez mais difícil. O meio ambiente era mais preservado”*. Ela nos falou que na casa dos seus avós tinha um casco de tatu canastra que era utilizado como banheira para lavar as crianças - *dá para imaginar o tamanho desse animal?*

Além da coleta, outro uso muito comum dos ambientes era o da *solta* do gado. O Seu Zé de Catolino explica o que era a solta:

No tempo antigo o gado era criado solto, atravessavam o cemitério da chapada, na região de Tapagem. Tinha família que passavam de ter 100 cabeças de gado. Otavim, meu avô, chegou a ter 400 cabeças de gado, uma sede com curral (Sr. Zé de Catolino, Peixe Bravo).

Quando chega neste ponto da conversa, sobre a importância das áreas de cerrado e matas que eram muito extensas, que garantiam o sustento das famílias e dos muitos animais nativos, logo lembram das drásticas transformações que ocorreram nas chapadas. O Seu Zé de Catolino faz referência ao plantio de eucalipto nas áreas que ficam acima de onde reside, promovido pela empresa Minas Liga. E afirma categórico: *depois do eucalipto não temos mais deságue de águas. Mas, com o plantio do eucalipto, a solta fechou pelo veneno. As terras não foram vendidas paras as firmas. Hoje, na chapada, o criame é muito pequeno.*

Além de não mais poderem criar nas áreas de solta, ao devastarem as matas e os cerrados, não só limitaram as atividades de coleta que eram aí realizadas, como também sofreram (e continuam sofrendo) pelo fato dos córregos e nascentes secarem ou então diminuírem muito as suas águas. Um processo que os deixaram *recantilados* nas *Grotas*. Ele nos diz *que nós ficamos do morro para dentro. As terras em comum tinham um marco de aroeira que ficava depois do pé de piqui da Lama Preta. O Piqui da Mocinha. As terras iam até lá.* Ou seja, eles tinham uma clareza sobre o território de uso comum e um modo próprio de regular o uso destas terras.

O processo de expropriação não aconteceu só nas proximidades do seu Zé de Catolino, na região da barra do Peixe Bravo com o rio Vacaria. No médio vale do Peixe Bravo, o Seu Osmar e Juliene, que moram muito próximos da barra do Córrego Poções com o rio Peixe Bravo. Eles reforçam sobre a ancestralidade deles no lugar. Nos dizem que foram nascidos e criados no lugar, que a propriedade onde vivem foi adquirida do direito de uma tia. A mais antiga moradora que ele lembra é da bisavó, D. Emília. As pessoas da família que não mudam para fora, elas vão adquirindo o direito das que saem.

Sobre o que aconteceu com as áreas de chapada e de carrascos, o Sr. Osmar lembra que os avós criavam gado na chapada, em regime de “solta”, mas que “os Pulú foi jogando o povo para a beira do rio”. *Recantilados*, a criação de animais foi reduzida e a migração se tornou a principal fonte de renda.

Dia de hoje: mudanças nos ambientes e nos tempos (clima)

Até os anos 1970, os moradores do vale do Peixe Bravo viviam em paz entre si, sem conflitos, com pouquíssima assistência das administrações municipais de Riacho dos Machados e Rio Pardo de Minas. Embora fossem considerados bons trabalhadores e eram bem recebidos nas fazendas que ficavam nas proximidades da cidade de Riacho dos Machados ou da cidade de Porteirinha, denominadas por eles como *caatinga de baixo* e *caatinga de cima*, as relações com o mundo externo, até esse período não lhes era favorável.

Considerados como um *povo diferente*, a discriminação que sofriam tomou outra dimensão com as consequências das políticas desenvolvimentistas que estimularam a implantação de maciços de monoculturas de eucalipto nas chapadas do Norte de Minas. Vivenciando a violência da agressão de grileiros de terra, foram deixados rencantilados nas *Grotas* e sem acesso às áreas de solta do gado e de coleta de frutos nativos nas chapadas.

Sem a segurança da criação de animais que lhes garantiam o enfrentamento dos períodos de seca foram obrigados a viverem em espaços exíguos de terras. Com a crescente diminuição das águas e ampliação da instabilidade climática, as famílias são obrigadas a reorientarem suas estratégias de reprodução social com a migração (como veremos mais adiante), em um primeiro momento para as regiões de caatinga e, com a entrada do bicudo nas lavouras de algodão da caatinga, direcionam-se para o sul e noroeste de Minas Gerais.

D. Elvira e seu Celestino lembram que viviam basicamente do que plantavam e criavam, pois produziam muito milho, mandioca, amendoim e criavam muitos porcos. A mandioca era destinada à produção de farinha. Com a instabilidade na produção de milho deixaram de criá-los. Atualmente, o pouco de milho que produzem garante apenas a criação de galinhas e já é preciso comprar feijão devido às perdas e baixa produção, o que no passado era mais garantido. As mudanças do clima, percebidas com mais clareza a partir do ano 2010, afetam a produção, como a que se verifica na safra atual, “*praticamente perdida pois faltou chuva durante a flor do feijão e do amendoim*”.

Sobre as mudanças no clima, denominadas pelas famílias de Peixe Bravo, como mudanças nos tempos, Dona Jacira é enfática ao responder que a diferença é bem clara, pois no passado as roças perdiam com chuva e hoje as roças perdem com sol. As

dificuldades do passado “eram mais, que se perdia a roça não tinha o que fazer, passava até fome, mas hoje as roças perdem, mas tem onde recorrer para a falta”. Também percebe que as águas do rio estão cada vez mais baixas. Quando chovia no passado ficavam totalmente isolados, pois, o rio não dava passagem. “Hoje as chuvas vêm e rapidamente o rio já está vazio”.

Foto 25

D. Elvira e seu Celestino em frente à área de roça



D. Eva, moradora próxima ao rio Vacaria relata que vivencia o agravamento da seca do rio Vacaria. Percebeu também, como apontou a moradora Elvira, que, a partir de 2010, a seca ficou mais severa, e até o abastecimento de água para beber ficou comprometido, dependendo do abastecimento público da prefeitura por meio do carro pipa. Então, todo ano a partir de setembro tem sua cisterna abastecida com água da pipa, a única água que tem para beber é da cisterna.

Foto 26
Elvira e Celestino: Agricultores apresentando as raízes do amendoim e roça de milho perdidos pós veranico



Também no Peixe Bravo foi percebido a diminuição na vazão do rio como afirmado por D. Elvira e seu Celestino. Ela diz que *“antes era muito difícil passar dentro dos rios e nem moto era comum, devido o volume das águas, mas a partir de 2010 as coisas têm mudado muito”*. D. Maria Celsa nos diz que na comunidade era comum períodos de inverno que duravam 30 dias e o Rio Peixe Bravo era forte, poucos eram os pontos que davam passagem mesmo em períodos de secas. Hoje, percebe que as chuvas minguaram e a água do Rio Peixe Bravo diminuiu muito, *não parece nem que é aquele rio que era tão forte, ainda tem água, mas muito pouco, não chega nem perto do que era. Os peixes também quase acabaram, tinha muita traíra, bagre, piauí, piabanhá.*

Cultivos e Criações associados ao Manejo da Agrobiodiversidade

Não se fez uma avaliação sistemática da biodiversidade agrícola em todas as famílias que foram visitadas. No entanto, as entrevistas nos mostram que são muitas as espécies e variedades cultivadas nas áreas de roça, nos quintais e nas hortas, incluindo aí algumas medicinais. Embora as variedades tradicionais de milho estejam se perdendo, principalmente pela entrada do milho transgênico, foram relatados casos de agricultores que mantêm diversos cultivares tradicionais.

O quadro das espécies e variedades identificadas junto as sete famílias apontaram a existência de um total de 125 espécies cultivadas. Veja o quadro a seguir:

Tabela 10
Identificação de variedades de espécies e quantidades cultivadas pelas famílias.

Família	Espécies e variedades manejadas	Quant. Nº
Eva Pereira	Caju, abóbora, urucum, acerola, abacate, goiaba, andu, quiabo, amendoim, feijão de corda, milho e algumas plantas de algodão.	12
Elvira e Celestino	Milho, amendoim, feijão meia-corda, cana, abóbora, quiabo, café (Catuai vermelho e amarelo), banana-prata, banana cobre, caxixe, mandioca cacau, manga, graviola, batata-doce.	15
Geraldo Lourenço	Feijão catador, feijão rajadão, feijão Rosinha, Feijão nunca serviu, feijão de corda. Fava branca, fava boquinha, fava vermelha.	8
Adilson e Débora	Feijão de arranque (rosinha e carioca), gurutuba e milho crioulo; abacaxi, caju (amarelo e vermelho), cajá, manga, acerola, limão, umbu, abacate e avocado. Na horta sempre tem pimentas, alfaces, alho-sempre-verde, chaia, melancia, coentro, abóbora, salsa, quiabo, cebolinha e maxixe.	25
Ana e Joaquim	Feijão andu, amendoim (branco e vermelho), milho (transgênico), mandioca de mesa e de farinha (mata-porco, jatobá e cabo-verde), melancia, abóbora, feijão gurutuba, batata-doce, mangalô e chaia. No quintal tem também abacate, maracujá amarelo e do mato (também consumido as ramas como verdura), laranja, seriguela, goiaba, urucum, caju, acerola, banana-prata, banana-caturra, mangas, limão, abacaxi e moringa.	28
Dona Jacira	Milho, fava, feijão mangalô, feijão catador, feijão rosinha, cana (só pra chupar), andu, mandioca (somente para mesa), etc. Dentre as hortaliças vimos: abóbora, quiabo, rúcula, alface (que Dona Jacira chama de cariru), maxixe, cenoura, couve, etc. As medicinais conseguimos anotar, orégano, capim santo, losna, hibisco.	20
Jose Pereira e Elenice	Abóboras: abóbora de porco, jerimum, moranga, jacarezinho; melancia da comprida e da redonda, canhota, couve, repolho, alface, alho, coentro, cebolinha. também 03 variedades de amendoim: preto, vermelho e branco.	17
Total de espécies e variedades		125

Se fizesse uma visita de retorno às estas famílias, com o objetivo mais específico de levantar todas as espécies manejadas pelas famílias, com certeza a diversidade seria muito maior. Mesmo de forma expedita, este levantamento apontou 3 famílias com uma elevada diversidade de cultivos.

Foto 27

Dona Elvira apresentando sua roça de amendoim e falando dos veranicos e ao lado a roça biodiversa de Dona Jacira.



Fotos: Joao Chiles. Trabalho de campo, 2021

Organizando as espécies e variedades manejadas de acordo com os subsistemas agrícolas (Tabela1), a saber: Quintal (frutíferas), Horta, Roça e Medicinais, identificamos o total de 81 espécies e variedades utilizadas por estas sete famílias sendo: vinte e quatro (24) espécies e variedades encontradas nos quintais; vinte e sete (27) nas áreas de hortas; vinte e seis (26) nas roças; e quatro (4) identificadas como de uso medicinal.

Tabela 11

Espécies e variedades vegetais manejadas de acordo com os subsistemas agrícolas no Quilombo de Peixe Brabo.

Quintais – frutíferas	Horta	Roça	Medicinais
abacate	abóbora de porco	algodão	capim santo
abacaxi	abóbora jerimum	amendoim	hibisco
acerola	Abóbora	amendoim branco	losna
avocado	abóboras jacarezinho	amendoim vermelho	orégano
banana cobre	abóboras moranga	amendoim preto	
banana-caturra	Alface	Cana	
banana-prata	alho	fava boquinha	
banana-prata	alho-sempre-verde	fava branca	
batata-doce	batata-doce	fava vermelha	
café catuai amarelo	Cariru	Fava	
café catuai vermelho	Caxixe	feijão andu,	
cajá	Cebolinha	feijão carioca	
caju amarelo	cenoura	feijão catador	
caju vermelho	Chaia	feijão de corda	

goiaba	coentro	feijão gorutuba		
graviola	Couve	feijão mangalô		
laranja	Maxixe	feijão meia-corda,		
limão	Melancia	feijão nunca serviu		
manga	melancia canhoto	feijão rajadão		
seriguela	melancia comprida	feijão rosinha		
umbu	melancia redonda	mandioca cabo-verde		
urucum	Moringa	mandioca cacau		
maracujá amarelo	Pimentas	mandioca jatobá		
maracujá do mato	Quiabo	mandioca mata-porco		
	Repolho	milho crioulo		
	Rúcula	milho transgênico		
	Salsa			
24	27	26	4	81

Figura 28
Roça de quintal com melancias, feijão-gorutuba e milho.



Analisando o quadro anterior (Figura 11), podemos destacar a elevada diversidade de espécies e variedades de feijões aí encontrada (14) e abóboras (5). Este levantamento, mesmo não sendo exaustivo, nos mostra que o Quilombo de Peixe Brabo é portador de um relevante patrimônio de diversidade genética associada aos principais cultivos

alimentares. Vejamos a seguir nas imagens esta diversidade de espécies nos quintais dos moradores.

Foto 29
Roça de quintal com melancias, feijão-gorutuba e mandioca.



Foto 30
Horta com quiabo, alface, abóbora e outras



A família de Geraldo Lourenço maneja oito diferentes espécies e variedades de feijões, como pode ser visto na tabela 11 acima. Ele comentou que atualmente, cultiva o milho que ele denominou de convencional, mas mencionou vários tipos desta gramínea que

eram cultivadas na comunidade como o milho vermelho, roxo, branco e coruja. Comentou ainda que em outros tempos colhia uma produção bem significativa, mas que nos últimos tempos a produção é menor, citando que na última safra colheu 15 sacas de milho, 4 sacas de feijão e uma saca de fava.

Foto 31
Seu Geraldo Lourenço mostrando sua roça de milho com seu filho.



Foto: Valdir Dias. Trabalho de campo, 2021

A Dona Ana e o seu Joaquim nos disseram que hoje não plantam feijão de arranque, pois as terras não são propícias, segundo eles “*estão fracas*” e que em outros tempos tinham uma horta abundante. Atualmente cultivam mais no quintal, onde se pode observar uma grande variedade de espécies e variedades como o andu, amendoim (branco e vermelho), milho (transgênico), mandioca de mesa e de farinha (mata-porco, jatobá e cabo-verde), melancia, abóbora, feijão gurutuba, batata-doce, mangalô e chaia. Em seus relatos, o Sr. Joaquim relata que cultivava o amendoim preto, que era muito comum, mas perdeu a semente, da mesma forma que o milho. Além disso, mesmo neste contexto de pouca terra, no seu quintal encontramos quinze diferentes espécies e variedades de frutíferas. Merece destacar que duas espécies que eles plantaram, a moringa (árvore indiana) e a chaia (mexicana) foram intercambiadas através do Sr. Geraldo do Touro, do município de Serranópolis, que forneceu as mudas para a família.

Foto 32

No quintal de Sr. Joaquim, melancia e pés de abóboras ao lado da casa.



Encontramos na roça da família de Adilson e Débora um total de 25 espécies e variedades manejadas. Eles nos informaram que devido a área que residem ter muito cascalho, as atividades das roças ficam prejudicadas. Mas, mesmo assim, encontramos uma diversidade de espécies no quintal e na horta.

Foto 33

Roça de quintal de Adilson com milho, feijão-gorutuba e feijão carioca.



A razão de no Quilombo de Peixe Brabo muitas famílias cultivarem principalmente o milho transgênico, foi-nos explicado pelo Adilson. Na migração, trabalham em fazendas produtoras de sementes de milho no município de Paracatu - “o milho é transgênico, sempre ganha a semente nas fazendas onde trabalhamos no despendoamento do milho”.

D. Eva Pereira e a família de Preto e Helenice também plantam milho transgênico. D. Eva diz que hoje *planta o milho transgênico porque não dá lagarta*”. Por isso, todos os anos os filhos compram sementes no mercado, plantado em todo o quintal. Sua percepção que é um milho bom, pois além de *não dá lagarta e pode passar o mata mato que ele não morre*, ou seja, que esta variedade é resistente aos herbicidas, agrotóxico que passou a ser utilizado também pelas famílias que plantam a semente transgênica.

D. Jacira nos diz que atualmente as roças são gradeadas com trator, mas anteriormente, eram preparadas com tração animal. Todas as capinas sempre foram feitas com enxada. As roças de milho são plantadas consorciadas com fava ou feijão de corda, além de melancia e andu. Dona Jacira sempre plantou do mesmo milho. Guarda a semente todo ano, mas não sabe a variedade, segundo ela, “*não tem nome*”.

Foto 34
Dona Jacira apresentando o Feijão Mangalô e Sr. Joaquim com sua melancia crioula.



Fotos: Joao Chiles. Trabalho de campo, 2021

Também na propriedade de seu Geraldo, ele confirma que, em outros tempos o preparo das terras era sempre manual ou utilizando arado com tração animal para tombar a terra. Mas que hoje utiliza o trator para preparar a terra e a enxada para capina das lavouras.

Além do preparo das terras com trator, outra mudança que diversas famílias incorporaram foi de fazer pequenas irrigações por microaspersão, principalmente para irrigar o feijão no período da seca. Com a chegada da energia elétrica as pessoas plantam e irrigam, e o rio mesmo fraco, consegue garantir uma irrigação mínima para salvar as lavouras quando falta a chuva. Tanto a família de José Pereira e Elenice, quanto a de Preto e Juliene, utilizam das águas do Rio Peixe Bravo para pequenas irrigações. No caso de Preto, além da irrigação, ele diz que também passou a usar o adubo químico (04-30-10) no cultivo do feijão, e veneno para o controle da cigarrinha.

José Pereira e Elenice explicam o motivo para as mudanças. Até os anos 1970, se perdia muito feijão devido ao grande volume de chuvas, mas nunca perdia com o sol. Com o passar dos anos o tempo de preparar a terra para plantio tem mudado, e as pessoas não conseguem perceber (acompanhar) isso. Antes de 1975 se preparava as terras, final de julho a agosto, para esperar a chuva de broto e colocar a semente na terra em setembro. Com a mudança no período de chuvas e a dificuldade para compreender o período certo de preparar a terra, muitas pessoas plantam e perdem, com isso desanimam de plantar novamente. Acabam depositando as possibilidades de sobreviver e tirar o sustento da família apenas no processo de migração.

Foto 35

Área de feijão irrigada - José Pereira e Elenice.



Foto: Valdir Dias. Trabalho de campo, 2021

O mutirão, prática muito comum em outros tempos diminuiu muito, mas continua sendo exercido por diversos pequenos grupos familiares. Tanto na família de José Pereira e Elenice, quanto na de Dona Eva, os mutirões continuam, porém mais restritos aos grupos familiares. José Pereira diz que *os mutirões ficaram mais fracos quando as pessoas começaram a migrar para trabalhar no café*. D. Eva afirma que as capinas são feitas em mutirão por toda a família, pois as roças de milho são de todos. Dois filhos moram próximo e cuidam de forma coletiva das roças e animais.

D. Eva, além das roças, cria porcos e galinhas e diz que já criou em uma quantidade muito maior. Inclusive a criação de gado, mas que foi obrigada a parar por não ter mais acesso às áreas de pastagens, pois eram criados nas áreas de solta. D. Elvira e seu Celestino, também era uma das famílias que tinham criação de gado maior no passado, mas que passaram a criar um número menor em função das restrições que sofrem. Ele diz, *já possuiu mais no passado e hoje tem apenas três vacas leiteiras*.

Foto 36
Dona Eva em sua roça de milho e feijão-gorutuba.



Além da restrição ao acesso às áreas de solta, outro motivo mais recente para a diminuição da criação de gado foi o agravamento da seca. Segundo José Pereira, muitas famílias no

território pararam de criar – *os que tinham gado, perdeu algumas cabeças ou foram obrigados a vender rapidamente devido à falta de alimento nesse período*. A criação de porco também diminuiu muito. Zé Pereira diz que hoje cria em média 50 galinhas que utiliza os ovos e a carne na alimentação da família.

Algumas famílias, como a do seu Zé de Zé de Catolino, possuem mais uma gleba de terras, adquiridas seja por herança, ou pelos recursos que auferem com as migrações. Neste caso, ele explica como se faz o manejo: *hoje, tenho duas terras, uma de 14 ha, onde moro, e outros 34 ha que fica separado*. A lavoura que cultiva anualmente *é a planta que faço no quintal – 12 kg de feijão, que planto misturado com fava e milho*. A criação de gado diminuiu muito com a expropriação que sofreram. A família do seu Zé de Catolino foi uma das que passaram a investir na criação. No caso dele, optou pela raça girolando, que tira em média 30 litros de leite por dia, usados na produção de queijo e requeijão, comercializados nas redondezas. Lembra que não tem ônibus que possa levar para feira ou para o mercado.

Alimentação

D. Maria Celsa, ao contar a história da comunidade, lembrou de Efigênia Nunes, casada com José Lourenço, que também, segundo ela, é nativo de Peixe Bravo: *“ela não comia nada cozido, tudo que comia era cru e sem sal”*, fazendo uma possível relação entre a tradição indígena e quilombola em Peixe Bravo. Ela afirma que antes as pessoas eram mais saudáveis, pois usavam mais remédios naturais para tratar os males da vida. Citou que dois filhos seus *só foram ao médico e tomaram outros tipos de remédios depois de homens feitos e pais de famílias*. Era uma época que as pessoas trabalhavam e as vezes recebiam em produto, os chinelos eram feitos de couros, tinham muito cuidado com eles. Onde tinha orvalho tirava para não estragar, mostrando a dificuldade que era para acessar os bens de consumo. Na imagem a seguir (Foto 37) D. Maria Celsa também relembra e guarda com todo carinho alguns objetos antigos, que para ela representam toda uma memória da vida de antigamente. Da mesma forma que conta das dificuldades, ela também fala da saudade daquele tempo e da alegria que era viver.

Foto 37
Dona Maria Celsa: pilão e panela de memórias e histórias.



Foto: Valdir Dias. Trabalho de campo, 2021

A alimentação na família da Dona Jacira é variada e depende do tempo. Em uma rápida passagem pela mesa da família, ao longo do ano, começando em janeiro (quando já começam a colher do quintal), o principal alimento é o feijão catador intermediando com o mangalô e andu.

Após os feijões verdes, vão intermediando com o feijão rosinha. Após o fim desses, passa a alimentar-se de andu seco. O arroz, atualmente, é comprado nas cidades, mas no passado conseguia cultivar um pouco em terras de terceiros e sempre longe de casa, pois não tinham terras aptas. Ao longo do ano produzia farinha (de mandioca e milho) para o consumo. Nunca vendiam, pois, a produção era pouca. Na produção da farinha, a mandioca era ralada em ralos manuais feitos de latas e a massa exprimida na mão. Era muito raro na comunidade qualquer artefato tecnológico de produção como a prensa, ralador motorizado ou descascador e “até hoje é pouco que tem”. Atualmente, tem a mandioca apenas para mesa. Da mesma forma, a cana era destinada para produção de rapadura, mas com a facilidade do momento, consome apenas açúcar.

Foto 38
Dona Jacira com mongolô, maracujá e a roça de feijão-gurutuba, amendoim e milho ao fundo



A produção de biscoitos ocorria em ocasiões especiais (rezas, festas de São João) e para isso era arrancada uma grande casa de cupim, onde era esculpido um forno. Nas conversas apontaram que era comum o consumo de banana verde (caturra), menos frequente atualmente que recebe o nome de “*quilebo*”. A principal proteína da família está no frango caipira desde os tempos remotos. A carne de gado é pouco frequente, pois não há matadores de gado na comunidade e antigamente quando alguém matava não vendia, e se vendesse era cara. A família não cria gado nem porco. Esse último devido às dificuldades de produção de milho que é destinado às galinhas. As áreas com pastos na propriedade são alugadas para um vizinho.

Mas a vida não era fácil, em épocas de crise, de secas severas, lembram de já terem passado fome em parte do ano. O Sr. Joaquim e a Dona Ana comentaram que a alimentação da família “*era angu de milho (ainda consumido hoje), andu seco, farinha de mandioca e gordura de pequi*”. Fazia parte da tradição alimentar da comunidade o consumo de banana verde em sopa e chamavam de guizado, mas não consomem mais. A mandioca com costela de vaca (*muito difícil vender carne na comunidade, só quando vai na cidade*) chama-se toc toc.

Foto 39
Gamela de madeira usada para bater pequi e trabalhar com farinha. Rodo de madeira e coiteba (cuiá) para torrar a farinha.



Foto: João Chiles. Trabalho de campo, 2021

Eles complementam falando sobre outras alternativas alimentares como o consumo da rama de abóbora e de maracujá (“olho” da rama), além de beldroega e ora-pró-nobis. Como proteína aproveitavam as ovas de peixes, que eram assados em folha de bananeira e o rato-rabudo capturado nas cercas de pedra e serras em frente da casa, preso em uma armadilha chamada “quebra”. Outra tradição alimentar é o consumo de angu e beiju de pedra. O beiju de pedra é feito de farinha de milho, amendoim pilado, ovo e leite, assado na pedra.

Foto 40
Sr. Joaquim e a esposa Ana, ao lado do forno de pedra e olhando seu quintal em produção



Fotos: Joao Chiles. Trabalho de campo, 2021

D. Jacira reforça a importância alimentar da mandioca e do milho na dieta da comunidade. A mandioca era destinada principalmente para a produção da farinha. O milho além do alimento de galinhas e porcos era destinado para produção de farinha, beijus e angu. O angu tanto era feito de milho verde (durante a safra), quanto do seco ao longo do ano. O beiju é feito da farinha seca extraída do milho umedecido, acrescido de amendoim, leite ou água e assado na pedra ou panela de ferro. Antigamente, adicionava castanha de pequi e hoje é colocado o amendoim pilado. Tinha uma alimentação farta em peixe. Carne de gado era muito rara e de porco somente quando abatido em casa. A gordura era oriunda do pequi e do amendoim que quando moído servia para temperar, pois é rico em gordura.

D. Maria Celsa lembra que antes não tinha energia elétrica nas casas, utilizavam lamparina com óleo de mamona no *rolão*, depois começaram a utilizar o *gasol* (Óleo diesel). Mas, mesmo assim ocorriam festas e o povo dançava a noite inteira, com várias lamparinas espalhadas nos caibros das casas. Uma lamparina com luz mais forte e chamativa era colocada no centro (Foto 41). As festas mesmo sendo “*no escuro todos eram acostumados*”. Durante as festas tinha uma brincadeira chamada rodada e todos brincavam, as mulheres dançam mexendo nas suas saias e rodando (imaginamos que algo parecido com um batuque, porém não confirmado por ela).

Foto 41

D. Maria Celsa mostrando uma antiga lamparina guardada em sua casa.



Fotos: Valdir Dias. Trabalho de campo, 2021

A energia chegou na comunidade em 2009. Antes da energia, Maria Celsa fala que as pessoas ficavam mais reunidas no final da tarde e no início da noite, todos conversavam,

contavam causos, esquentavam o fogo, contavam histórias para as crianças. A religião era católica, sua mãe era rezadeira, e era comum ela rezar 100 pais nossos abaixando e levantando fazendo um ritual no dia de Santa Luzia. Hoje, Dona Maria é evangélica, mas afirma que isso não mudou em nada sua relação com a comunidade e com as pessoas que seguem católicas.

A mãe de dona Maria Celsa, de nome Efigênia, era parteira, prática que ela herdou: *eu fiz mais de 50 partos, ô meu filho, muito mais, muito mais*, afirma Dona Maria. Demonstra grande conhecimento de remédios naturais e diz que as mulheres eram tratadas com garrafadas feitas em casa, e tomavam chás de folha de goiaba, após os partos. Guardavam o período do resguardo de menina de 30 dias e menino de 40 dias. Para curar o umbigo das crianças, D. Maria usava óleo de mamona quente e depois passava um composto feito com arruda, hortelã e mastruz.

Foto 42

D. Maria Celsa, parteira do Quilombo de Peixe Brabo



Foto: Valdir Dias. Trabalho de campo, 2021

A partir dos anos 1970 os hábitos alimentares começaram a mudar. D. Elenice e José Pereira lembram que foi nesta época que começaram a comprar as coisas fora das comunidades (óleo, arroz), pois a inconstância das chuvas começou a alterar os ciclos de produção. Seu Geraldinho: *“meu pai comprou uma lata de óleo para ele experimentar e*

conhecer”. Nesse período começa a diminuir a criação de porcos e a utilização da banha na alimentação passa a ser substituída por óleo de soja.

Uma prática que diminuiu muito no território foi a de cultivar mandioca para fazer farinha, que era comercializada nas cidades de Serranópolis ou Fruta de Leite. Hoje o cultivo da mandioca ocorre em pequena escala, mas somente para consumo, como é o caso do Sr Joaquim e Dona Ana. Eles possuem a traia (forno de pedra e máquina de ralar), mas ainda enxugam a massa torcendo o saco na mão, pois nunca tiveram uma prensa. Seu forno é pequeno e estreito, sendo possível somente uma pessoa torrar a farinha. Para mexer a massa no cozimento utilizam a “*coiteba*” (pequeno utensílio feito de cabaça) e um pequeno rodo de madeira “*para passar a massa*”.

Foto 43
Forno de pedra



O Seu José Pereira comenta que hoje em dia poucas pessoas comercializam em feiras, mas menciona que em Fruta de Leite havia uma feira muito forte, onde se comercializava farinha, feijão, milho, verduras, rapadura, toucinho, e até casca de pau como remédio. Fala ainda, de uma feira em Riacho dos Machados, menos frequentada e menor que a de Fruta de Leite. Algumas pessoas também comercializavam em Serranópolis de Minas, o transporte era feito em bruacas e cangalhas no lombo de animais, em sua maioria muares.

Foto 44
Produção de feijão de José Pereira: no terreiro e no sol para secar



Migração

A migração passou a compor as estratégias de reprodução social das famílias do Quilombo de Peixe Brabo, com repercussão nos seus processos produtivos. Os relatos nos apontaram, na história mais recente do quilombo, fluxos migratórios estratificados em três momentos. O primeiro, que se inicia nos anos 1970 direcionado principalmente para as regiões de caatinga, mas também para áreas mais distantes rumo ao Brasil Central; o segundo, a partir dos anos 1990 em direção ao Sul e ao Triângulo de Minas Gerais, e um terceiro, a partir de meados dos anos 2010 em direção ao Noroeste, em particular a Paracatu.

A migração está relacionada com a ação ocorrida nos planaltos e nas chapadas, com a indução pelos governos de Minas Gerais e União ao plantio de monoculturas de eucalipto e pinus. A ocupação destas áreas restringiu o acesso às áreas de uso comum, com a desestruturação dos agroecossistemas familiares em extensas áreas desta porção da Serra do Espinhaço, em particular da Comunidade de Remanescente de Quilombo de Peixe Brabo.

Esse processo ocorreu na esteira da grilagem de terras. Como exemplo, a área que foi utilizada pela Empresa Minas Liga como viveiro de mudas de eucalipto era terreno da bisavó que lá tinha morada, inclusive com um cemitério (denominado de Cemitério da

Chapada). Informam que *foi o Zé de Pulú que pegou as chapadas todas e vendeu, eles não tinham terra aí. Ele enricou, comprou boas fazendas, e nós ficamos no prejuízo.*

Com cerca de oitenta anos, o Sr. José de Zé de Catolino, nascido e criado em Peixe Bravo, diz que iniciou uma vida de migrante nos anos 1970. No percurso em direção a outras terras, foi para Rondonópolis com a idade de 37 anos, onde trabalhou em grandes fazendas por seis anos. Sua migração está relacionada com o período da chegada da empresa Minas Liga na região, desmatando as chapadas para o plantio da monocultura do eucalipto.

Outro morador que também iniciou a migração neste período foi o Sr. Celestino, que saiu da comunidade pela primeira vez em 1977 e só parou de viajar para fora em 2020, após 43 anos de seguidas migrações. Seu percurso, nas décadas de 1970 e 1980 foi assim descrito: primeiro foi para São Bernardo do Campo onde trabalhou como servente. Seu Celestino relata que *“os dois primeiros meses de trabalho o dinheiro que ganhava mandava por correio para Elvira”*. Essa retirava o dinheiro em Fruta de Leite ou Riacho dos Machados, *“onde ia de cavalo e comprava de tudo”* (óleo, sal, querosene) para prover a casa e ficava cuidando dos filhos, roças e animais. Para o casal *“esse sofrimento”* da migração e do passado *“faz parte da vida, não tem o que reclamar”*.

Depois passou a migrar para as regiões de caatinga, principalmente na colheita do algodão, chegando até ao distrito agroindustrial de irrigação da Jaíba. Em seguida, em direção à região de Pirapora e Buritizeiro trabalhando nas plantações de eucalipto e com o carvoejamento. A partir dos anos 1990 inicia a migração para o Sul de Minas (Jacutinga), na colheita do café e, mais recentemente, a partir de meados dos anos 2010, seguiu em direção ao Noroeste de Minas (Paracatu), trabalhando em fazendas produtoras de sementes de milho.

O Sr. Osmar lembra que *o avô antigamente ia para a caatinga para trabalhar no algodão e na, roçada de pasto*. Eles eram conhecidos como geraizeiros. E que, com a idade de quinze anos, seguindo os passos do avô, também começou a trabalhar em roças de algodão indo para a Caatinga (região de Porteirinha). Depois, a partir de 1992, passou a migrar para Patos de Minas (Alto Paranaíba), trabalhando na colheita do café. Há uma mudança na rota de migração do sul de Minas (colheita do café) para a região Noroeste (despendoamento de milho) mais especificamente para o município de Paracatu a partir

dos anos 2010. Dessa forma, ele explica como as rotas são criadas e reorientadas: “*os mais velhos começaram a ir, aí começou a levar os outros*”.

Segundo o Senhor José Pereira, a primeira pessoa a fazer migração para o Sul de Minas foi Zé de Rufino, em 1990. Ele foi para Jacutinga-MG trabalhar no café. Em 2015 outras pessoas começaram a ir para Paracatu-MG, onde a primeira turma foi com Dílson Candido, Deli e Argemiro. Nestas viagens, a pessoa que organiza as turmas é chamada de *turmeiro* e é quem faz contato com o *gato*. *Gato* é a pessoa que recebe os grupos que vão trabalhar nas fazendas. O *gato* que recebe as pessoas em Paracatu se chama Natal. Seu Geraldinho é um dos *turmeiros* do território.

A migração acontece em duas épocas no ano. A primeira, inicia-se em abril e vai até julho para trabalharem com café no Sul de Minas (Jacutinga e Albertina) onde as pessoas trabalham entre 38 a 45 dias e chegam a receber 7.500,00 reais (modalidade contrato de trabalho). A segunda migração acontece de setembro a janeiro, safra chamada do *pendão de milho* e ocorre para região de Paracatu e Unaí, considerada a melhor, pois por 100 dias de trabalho cada pessoa pode receber de 10 a 14 mil reais (modalidade contrato de trabalho).

Mas nem todos os moradores migram para lugares mais distantes. O Seu Joaquim relata que nunca saiu para trabalhar fora, ao contrário das gerações mais jovens, mas já “*se sujeitou muito trabalhando para fazendeiros em Porteirinha a troco de cesta básica*” durante os períodos mais secos do ano. Tiveram cinco filho/as e apenas um saiu para o sul do estado.

Muitos quando migram voltam e investem todo o dinheiro em melhorias da casa ou na produção. Citaram exemplos de famílias que em uma única safra conseguem construir toda uma casa e na safra seguinte podem fazer a compra de toda a mobília. Apontam também a migração de jovens que não investem mais na comunidade, pelo contrário, acabam adquirindo terrenos e constroem suas casas no sul do estado, onde vão trabalhar nas safras do café. Com a migração, trouxeram mudas de café, sementes de milho, além de outras formas de investimento como o da irrigação. As famílias complementam a renda através das roças e criações, diminuindo a demanda na compra dos mantimentos de fora. Mesmo com o processo de migração, o plantio das roças é garantido por algum membro da família, em grande parte pelas mulheres.

Um ponto visto como negativo nesse processo de migração é o fato dos mais velhos não conseguirem transmitir para os mais novos o ofício de trabalhar na terra. Os mais novos preferem migrar para conseguir um valor de dinheiro “rápido” e em espécie. Com isso, as práticas desenvolvidas nos cultivos das roças são perdidas e, conseqüentemente, muitas variedades de sementes se perdem também. *E também se perde a prática de lidar com as plantas medicinais*, como destaca Seu Geraldinho.

Débora não migra junto com Adilson, o marido. Ela fica em Peixe Bravo, e cita que umas das conseqüências é o vazio da comunidade e as transformações culturais. Dentre essas mudanças, ela aponta o fim das festas de São João, pois é um período que um grande número de pessoas da comunidade está no Sul. Os dias em que a família consegue se reunir são poucos, apenas no Natal e Ano Novo.

Analisando os fluxos migratórios das famílias residentes no Quilombo de Peixe Brabo, vimos que até os anos 1970 os quilombolas viveram isolados e discriminados, seja como geraizeiros, seja pela cor da pele, considerados como um *povo feio, povo diferente*. Os programas e políticas de modernização da agricultura brasileira, foram travestidos, nesta região, com o incentivo do plantio das monoculturas de eucalipto e pinus, nas regiões de cerrados, e da monocultura do algodão e grandes fazendas de gado, nas áreas de caatinga. A grilagem de terras os atingiu, expulsando-os das chapadas e deixando-os encurralados nas áreas de *Grotas* e morros, onde vivem confinados até os dias de hoje (DAYRELL, 1988; BRITO, 2006).

Concomitante à expropriação iniciada em meados dos anos 1970, migrações eventuais ocorriam também em função da inconstância climática, anos com muitas chuvas ou anos com muita seca fragilizavam as famílias dos agricultores, principalmente os agrupamentos que viviam em pequenas áreas de terra. Assim, passou a ser comum a migração para as regiões de *caatingas*, denominadas de *cima* quando se dirigiam para Porteirinha, ou de *baixo* quando se dirigiam para Riacho dos Machados, para trabalhar e garantir a alimentação familiar. Seja como feirantes ou como migrantes, eram tratados nestas localidades também como geraizeiros, como visto por Dayrell (1988).

A reação das famílias do Quilombo de Peixe Brabo, com as políticas modernizadoras foi a de reorientar as rotas de migração para além das caatingas: regiões produtoras de café no sul de Minas e Alto Paranaíba. E, mais recentemente, para a região produtora de sementes de milho, em Paracatu, Noroeste de Minas.

Além dos cultivos, utilizam as áreas de cerrado em volta e na chapada para fazerem a coleta de lenha e de frutos nativos (pequi, mangaba, murici, jatobá, articum, rufão, entre outras). Atualmente fazem a solta apenas nas áreas de tabuleiro e cerrado. Têm o costume de tirarem óleo do pequi para alimentação.

CAPÍTULO 5: Território de Peixe Bravo: conflitos vivenciados e marcos de territorialidade

Em algum momento da década de 1820 homens e mulheres fugindo da escravidão e em busca de liberdade para construir, com autonomia, a própria vida e a da família chegaram às margens do rio Peixe Bravo e aí se fixaram. Ao assim fazê-lo, deram início à transformação da natureza pela cultura, utilizando-se das estratégias dos fugitivos do domínio de um senhor sobre seres humanos. A ação fundadora de um *mundus social*, como discutido por Woortmann (1995), pelos Pereira da Silva nos propicia pensar o espaço então ocupado e organizado para a reprodução da vida de cada homem e mulher que foram chegando e ampliando a ocupação da bacia do referido mundo. E, na perspectiva dos moradores dessa Comunidade Remanescente de Quilombo, dado o vínculo de pertencimento ao lugar e à coletividade, esse espaço constitui-se como uma *categoria de entendimento de mundo*, como discutido por Dürkheim (1995) que compreendia a representação espacial advinda da experiência sensível de um grupo social que introduziu distinções no vazio do espaço atribuídas a partir de valores afetivos, por ser o espaço uma construção social.

Como discutido anteriormente, na perspectiva etnográfica desenvolvida neste Relatório, o espaço transformado em território desde a fundação do *mundus social* das gentes de Peixe Bravo tem seu alicerce nas relações instituídas (Santos, 2012) e nos sentimentos construídos com o lugar, as pessoas, as coisas, os animais, as plantas (Martinez, 2017). E no caso de um território quilombola em busca de sua regularização fundiária há que considerar a dimensão dada pelo parágrafo 2º do Artigo 2º do Decreto 4.887/2003 que o define como *terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural* (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2003).

Há que considerar, também, que no parágrafo 1º do mesmo artigo ao definir os remanescentes das comunidades dos quilombos é requerido que possuam uma *trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida*

Neste capítulo é enfocada resistência à opressão histórica sofrida na trajetória própria dos quilombolas de Peixe Bravo que instituíram em seu *mundus social* um território relacional

e de sentimentos, como já dito. E para apreender a resistência histórica há que fazer a leitura de três momentos cruciais na vida dos moradores dessa coletividade.

Em sua tese de doutoramento Costa (2017) informa que *o processo de divisão e demarcação de terras ocorreu em período relativamente recente, foi de grande relevância no processo de apropriação geopolíticas das terras devolutas no Norte de Minas* (COSTA, 2017, p. 80). E que *o processo de apropriação privada das terras em Grão Mogol, vincula-se ao mando político exercido pelas elites locais, que se apropriaram das instituições públicas, tornando-as efetivos aparelhos a serviço da grilagem de terra* (idem, ibidem, 0. 79).

Para a autora do estudo sobre grilagem de terras públicas no Norte de Minas tiveram início na virada do século XIX para o Século XX em áreas dos municípios das comarcas de Grão Mogol, Porteirinha e Salinas, onde se desenvolveu o que categorizou como *grilagem judicial e retaliação fundiária* que organizou operadores do direito e serviços administrativos dentre outros. O evento que funda essa dupla ação sobre as terras devolutas no Norte de Minas atinge o território historicamente ocupado pelos quilombolas de Peixe Bravo por meio da retaliação fundiária de duas áreas, a *fazenda Riacho Dona Rosa* e, principalmente, a *fazenda Marimbo* que a autora da tese, Oliveira (2013) informa a inexistência desta segunda fazenda que foi sendo criada no processo judicial de retaliação das terras na área do então povoado de Riacho dos Machados, como demonstram os autos do processo analisado por ambos.

Apesar da retaliação da chapada da margem direita do rio Peixe Bravo ter sido *grilada judicialmente* devido às condições das terras, elas não foram ocupadas a não ser para criação de gado solto na *larga*, coleta de frutos nativos e caça até que as mesmas adquirissem valor de troca, ou seja, valor comercial. Essa aquisição ocorre no escopo da modernização conservadora verificado no Brasil com o regime militar a partir de 1964. E, recentemente, com a descoberta de geossistemas ferruginosos na área do mesmo curso d'água e o interesse de empresas estrangeiras, notadamente chinesa, com a aquiescência do governo federal brasileiro em fins dos anos 2000 e no percurso dos anos 2010.

A expansão das relações capitalistas na região Norte de Minas consideradas como modernização da região direcionou a produção regional para o mercado, sem um processo de transformação com a expulsão das populações do campo, a desestruturação e, como

consequência o estrangulamento de alguns sistemas de produção com o fenecimento das águas, em decorrência da implantação de florestas de eucaliptos nas chapadas¹⁵ a geração de trabalho assalariado. O apoio governamental foi essencial nesse processo, garantindo principalmente incentivos fiscais e financeiros que orientavam os investimentos para empreendimentos de natureza capitalista. E para subsidiar tais empreendimentos, o Estado viabilizou, ainda, a implementação de infraestrutura necessária à alocação do capital na região: pavimentação de estradas, ampliação de rede energética, rede de armazenamento, telefonia, financiamento da transformação das fazendas em empresas rurais com empastamento com espécies exóticas de capim e a introdução de espécies de gado indiano para substituir o rebanho, denominado *curraleiro*, até então existente.

Interessa neste relatório a ação ocorrida nos planaltos e nas chapadas, devido aos incentivos ao reflorestamento com monocultura - eucalipto e *pinus* – que restringiram as áreas comunais, propiciando o estrangulamento da reprodução camponesa e determinando a expulsão de dezenas de milhares de pessoas e que no processo propiciará a emergência da migração sazonal para áreas que demandavam mão-de-obra de trabalhadores rurais e que provocou nas famílias que tiveram seus sistemas desestruturados ou estrangulados, garantirem fora do seu lugar de origem, a reprodução física, social e cultural das comunidades rurais, dentre elas a Comunidade de Remanescente de Quilombo de Peixe Brabo.

Em meados da década de setenta, em seu estudo sobre o complexo florestal – industrial Brito (2006) afirma que

para subsidiar o emergente pólo siderúrgico do Estado de Minas Gerais e o planejado polo de celulose, selecionam-se as chapadas como áreas privilegiadas para reflorestamento. Por serem terras de ninguém, mas de ocupação coletiva, e ainda, lençol freático dos rios regionais, tal atividade propicia o estrangulamento da organização camponesa, que já desestruturada, passa a perder cada vez mais trabalhadores com as famílias mudando-se para as cidades (BRITO, 2006, p. 13).

A desestruturação deriva da impossibilidade das famílias rurais criarem gado nas chapadas até então existentes e que eram áreas comunais utilizadas para o pastoreio, o extrativismo vegetal e a caça. A criação de gado é a base da reserva de valor com a qual as famílias rurais se serviam e se servem para realizarem alguma ação que demande recursos financeiros mais elevados. Com o reflorestamento por eucalipto e *pinus* ocorre

¹⁵ Para mais ampla compreensão deste processo vide Costa e allii (2008) e Brito (2006).

a diminuição da capacidade de acumulação de água no lençol freático e, no processo, transforma rios, até então perenes, em rios temporários, como discutido pela autora.

O programa de incentivo ao plantio de eucalipto utilizou recursos públicos para viabilizar, desde a década de 1960, empresas privadas capazes de produzir eucalipto para transformação em carvão com uso na siderurgia e na produção de celulose. Nos municípios de Rio Pardo de Minas, Fruta de Leite e Grão Mogol, na área de histórica utilização territorial pelos quilombolas de Peixe foram implantados maciços florestais. O curso d'água que dá nome à localidade não foi afetado devido à posição dos eucaliptais fora das cabeceiras dos seus afluentes.

Em meados dos anos 1970 o reflorestamento das chapadas norte mineiras tem início no município de Rio Pardo de Minas e de lá se espalha pelos topos da Serra Geral no Norte de Minas e no vale do rio Jequitinhonha.

Um dos membros da Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo de Peixe Brabo narra o início dos conflitos de terra assim¹⁶:

No ano de 1975 os *Pulu* chegaram na área forçando a venda da terra e impedindo a coleta de frutas nativas e solta de gado nas chapadas. Eles venderam aparte da *Fazenda Marimbo* para a Minas Liga, mas antes desmataram a chapada que interessava à empresa e fizeram carvão. A empresa reflorestou a área onde tinha um cemitério onde tinha parentes nossos entrados (Trabalho de campo, 2020, grifos meus).

Uma moradora descendente de um dos que foram forçados a vender as terras que a família ocupava, informou que:

Eles fizeram acampamento no Lajedo – todo dia chegavam na casa de um morador e ficavam falando que ele devia ir embora, que a vida fora era melhor. Até que meu pai consentiu em vender a sua área em troca de uma feira levada em carrinho de mão e um rádio, mas ficou morando em um barraco de folhas de pindaíba no limite da área (Trabalho de campo, 2020).

Nos estudos de Oliveira (2013) e Santos (2017) há informações sobre as *Fazenda Riacho Dona Rosa* e *Fazenda Marimbo* desde os anos 1970 no domínio dos *Pulu* que transcrevo a seguir:

Rufino Soares de Brito comercializou em 21/08/1978 uma área de 150 alqueires (726 hectares) para André Nunes de Araújo em um lugar denominado “Tapagem” na Fazenda Riacho de Dona Rosa (SANTOS, 2017, p. 327, grifos no original).

16 Na narrativa da grilagem de terras na área territorial da Comunidade Remanescente de Quilombo de Peixe Brabo omitirei o nome das pessoas com quem conversei e que utilizarei para construir este relatório, devido à possibilidade de ameaça dos *Pulu* às pessoas, pois eles permanecem morando na área do Lajedo, um dos marcos de territorialidade dos quilombolas.

Na atualidade, a *Fazenda Riacho de Dona Rosa*, assim como a *Fazenda Marimbo*, de acordo com os levantamentos em campo, realizados por Oliveira (2013) caracterizam-se por serem grandes áreas disputadas por pessoas e empresas e que estão marcadas pelos grileiros tais como as famílias de José Martins de Melo e Orozino Marques Carvalho, porém não se restringem apenas a eles (SANTOS, 2017, p. 328).

A família de André Nunes de Araújo tem historicamente mantido a posse nesta área e em outras mais, através de violência, eles mantêm em um lugar denominado “Lajedo” uma “sede” desta área que julgam possuir, e uma pessoa de nome CLÁUDIO de tal, que amedronta as pessoas que ousam abrir posse na área (SANTOS, 2017, p. 329, grifos no original).

Quando da grilagem de terra para a implantação de reflorestamento nos anos 1970, diante das ameaças dos *Pulu*, dez homens, representando as principais famílias, procuraram o Doutor Binha, advogado em Porteirinha, que por meio de ação na justiça conseguiu impedir a expulsão das famílias. Aos *Pulu* só interessava, nesse período, as chapadas e as que não foram reflorestadas permanecem sob o domínio deles. É proibido soltar gado e coletar frutas nativas. Se o gado foge para as chapadas, eles somem com o gado e também colocam veneno para que morram. A narrativa abaixo é de uma senhora que viveu o terror das ameaças dos *Pulu*:

Eles vieram pra fazer a cerca e invadir o terreno aqui. Não era só o que era da herança de pai não. Era de todo mundo. O que pai fez. Pai não tinha estudo, mas era um homem de muito conhecimento...Pai entrou em contato, não sei com quem em Porteirinha, que apresentou esse advogado, ele foi autuar o prefeito, o doutor Binha. O que pai fez, pai pegou e chamou um homem que chamava Joaquim, eles apelidaram ele de Joaquim Libâneo. Pai chamou, ele, chamou o avô de Rei, chamava Geraldo Pereira, chamou outro que é o pai do Odimar. Olha Pai chamou Geraldinho, Belô, Nazareno, Bento. Foram 10 homens e eu não sei contar o nome deles todos. Mas uma boa parte eu lembro. Montaram nos cavalos, pois não tinham rodagem não. Baixaram pra Porteirinha. Chegaram lá os 10, denunciaram, que não queriam que invadisse a terra nossa, que não tinha pra onde nós irmos não. Aí doutor Binha não deixou. Ele impediu a invasão dessa terra. Aí eles quietaram pra lá (Trabalho de campo, 2020).

Como já mencionado, os *Pulu* ao forçarem a venda das áreas ocupadas por famílias negras passaram a dominar a chapada situada no município de Riacho dos Machados e utilizada por todos. A narrativa desse processo é informada por uma moradora:

Eu me lembro que mãe falava: “nós não vamos pra não encontrar com eles”. E nós rompíamos reto e assim mesmo um *Pulu* ainda tomou o carregamento de pequi. Eu era pequena, mas trazia um volume na cabeça. Ele tomou de mãe até as facas. Mãe falou com ele que precisava das facas. Eram duas facas que mãe estava com elas, mãe falou pra ele: “você não pode confiscar a faca, eu tenho frango pra limpar, chegar lá eu vou limpar com quê?” E ele deixou mãe vim com uma faca e a outra ficou no balaio. Até o balainho de mãe ele passou pros trens dele. Aquela área lá do Esmeril, eles grilaram e venderam pra firma, a MinasLiga. Aqui era sossegado. Todo mundo fazia suas rocinhas, criava seu gadinho solto, criava tudo na chapada. Depois que eles tomaram a chapada... Pai perdeu mais de 30 vacas, morreram tudo de veneno depois que eles plantaram eucalipto e ele teve de vender o gado que era criado da chapada. E até hoje. Porque a chapada é de todo mundo criar. Sabe o que aconteceu? Eles plantavam roça no aberto? Um morador foi lá e falou: “olha seu Zé você tem que cercar esse trem”. Eles correram atrás de um só porque ele chegou lá caçando o boi. Antigamente era a coisa mais boa que tinha. Você criava um gado, você soltava nessa chapada aí. Vaca criava pra lá, você

ia lá buscava o bezerro. Hoje se você soltar uma vaca e, se ela chegar sair do seu arame daqui pra fora, se você não correr atrás dela no momento você não sabe onde ela foi. Da Tapagem pra cá moço, pai campeava lá na Tapagem, a tapagem está abaixo da cabeceira. Ele ia lá. O gado pastava daqui até lá, tudo. Eu lembro comadre que sua mãe contou que os meninos uma vez foi campear, tinha um garrotinho que era dela e com uma corda que não era dela. Ela falou assim: “Zé vocês tiram essa corda e pode guardar que o dono vai vir procurar. Graças a Deus meu garrotinho está são e salvo. Eu acho que essa corda deve estar lá ainda. Eles amararam o boi pra roubar e eles laçou... eles vinham atrás de corda sendo que o boi não era deles. Sumiu gado aí que ninguém nem sabe pra onde é que foi. (Trabalho de campo, 2020).

Os estudos para conhecer a extensão do minério de ferro na bacia do rio Peixe Bravo tiveram início nos anos 1970 e se inferiu uma reserva total de 540 milhões de toneladas. A partir das pesquisas minerais feitas, *cerca de 80% da área superficial dos geossistemas ferruginosos estão sobrepostos a títulos de direitos minerários outorgados pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM* (CARMO, KOMINO, 2017, p. 22).

Quando a notícia da existência dos geossistemas ferruginosos se torna de interesse de exploração por empresas nacionais e internacionais com o apoio do governo federal, os *Pulu*, que permanecem na área, na região do *marco de territorialidade Lajedo* recomeçam suas ameaças aos moradores da Comunidade Remanescente de Quilombo de Peixe Brabo.

No Inquérito Civil Público da Coordenadoria Regional das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e da Ordem Econômica e Tributária do Norte de Minas, decorrente de representação oferecida pelos moradores da comunidade tradicional geraizeira de Morro Grande, Município de Grão Mogol sobre grilagem de terras que atinge a área da territorialidade quilombola de Peixe Bravo é informado que:

José Martins de Melo sempre esteve envolvido em processos de grilagem de terras na região de Riacho dos Machados e Grão Mogol. Em sentença, proferida em data de 18/11/1987 pelo MM Juiz Dr. Geraldo Ferreira Nunes [é feito] referência da prática de grilagem promovida pelos “famosos irmãos Pulus” (PROMOTORIA DE JUSTIÇA ÚNICA, 2018, grifos no original).

O representado JOSÉ MARTINS DE MELO era encarregado de localizar as áreas de terras devolutas (chapadas) que pudessem ser objeto de apropriação, através de ações de usucapião, bem como intermediar o contato do advogado, agrimensor e preposto com os membros da comunidade Morro Grande, indicando aquelas pessoas (mais simples, ingênuas e analfabetas) que pudessem ser utilizados como “laranjas” para figurar como cedentes de posses de terras devolutas em contratos de cessão de direitos possessórios e/ou compor polo ativo das ações de usucapião e, ainda, acompanhar o agrimensor durante os trabalhos de campo, abrindo as picadas e fixando marcos nas áreas a serem griladas (PROMOTORIA DE JUSTIÇA ÚNICA, 2018, grifos no original).

Em 2009 o chefe dos *Pulu* é preso pela Polícia Militar após sentença condenatória do Juiz acima referido. O Estado de Minas noticia o acontecimento:

José Martins de Melo ficou foragido da justiça por mais de 10 anos, tendo sido capturado somente em 2009, estando, atualmente, cumprindo pena no presídio de Janaúba. Ressalte-se que enquanto estava foragido da justiça, participava ativamente do esquema criminoso de grilagem de terras.

Conforme a Polícia Militar, as denúncias de que Zé de Pulu estava praticando a grilagem de terras no município de Riacho dos Machados surgiram há mais de um ano [2008]. Os proprietários de terra da região, na maioria, são pessoas simples, que não têm a documentação dos terrenos, herdados dos seus ancestrais. Ele teria ampliado suas ações depois que, em meados de 2008, foi anunciada a descoberta de minério de ferro no subsolo da região.

De acordo com Polícia Militar, com um forte armamento, ele invadia pequenas propriedades, expulsava os moradores e se declarava dono das terras. Como no cangaço, ele chegava com as armas na cintura, expulsava as pessoas, dizendo que era o dono das terras. Com medo, as pessoas fugiam, deixando tudo para trás. José Martins de Melo vivia foragido da polícia, numa região de difícil acesso, na localidade de Morro Grande, em cima da Serra Geral em Minas (Serra do Espinhaço), mesma região onde espalhava o terror entre os pequenos agricultores¹⁷.

Depois da reunião de 18/04/2013 em que funcionário da Diretoria de Quilombos do INCRA de MG apresentou o processo de regularização fundiária e a comunidade aprovou, começaram as ameaças ao presidente que foram diversas. Um dos pistoleiros dos *Pulu*, o mencionado acima Cláudio de tal, que antes da reunião de 2013 se tornou amigo do presidente da associação e que se casou com uma prima dele, depois da reunião foi o indicado para matá-lo.

Antes houve o telefonema ao antropólogo, apresentado na reunião como coordenador do Grupo de Trabalho que faria o levantamento de dados para a elaboração do Relatório Antropológico. Como o mesmo não foi fazer o trabalho no período informado na reunião, começaram as ameaças ao presidente da associação. O pistoleiro então disse a ele que recebia ordens para matá-lo. Decidiu mudar-se com a esposa para longe do poder dos *Pulu*. Mas houve cinco tentativas de assassiná-lo, sem terem conseguido o intento.

A rede externa de apoio às comunidades rurais no Norte de Minas agia a cada ameaça e o Ministério Público Federal, com o início do processo de criação da RDS Tamanduá, agiu depois de uma tentativa de desmatar 3000 hectares da chapada integrante do território quilombola e o *empate* feito por trinta homens da comunidade com a presença de representantes da rede externa de proteção. As ameaças diminuíram e não é mais feita,

¹⁷ Acessado em 01/02/2021 às 8:30 hs:

http://wwo.uai.com.br/UAI/html/sessao_2/2009/01/30/em_noticia_print,id_sessao=2&id_noticia=97383/em_noticia_print.shtml

a não ser assediarem as famílias do gripo local Morro Grande, impedirem a coleta de frutas nativas e sumiço ou morte do gado.

Quanto às ações dos Pulu e o sumiço do gado é narrado como se segue:

eu soltava o meu gado lá e de três em três dias eu ia lá e olha e daí poucos dias já estava faltando gado. E volto procurando e nada. Ô meu Deus... acho que peão encarretava ou outra hora matava. Lá tem capim nativo mesmo sabe, desce desde as cabeceiras muito capim meloso. Então a gente estava numa crise de chuva e a gente achou que... *Falei vou tirar esse gado colocar lá, que eles vão andando...* Ensinei eles onde tinha água. A hora que der a sede eles bebem. Não descobri quem me roubou (Um morador, Trabalho de campo, 2020).

As terras que nós ponhava gado eles não deixam mais, se alguém deixar o gado ir eles falam que põe veneno, já sumiu gado. Quando põe pra lá. Ninguém sabe o que vira o gado suverte. Aqui do morro pra dentro a gente ainda tem liberdade e é ficar de olho pra não deixar o gado sair pra fora. E não era só pai não todo mundo criava aí fora. O avô dele, pai, o pai do Odimar, o Belô, os gados tudo comia junto. João de Vita... e aí criatura tomou conta das terras e o que o povo de Zé de Pulú não pegou as firmas. Mas a firma o próprio fazendeiro vendeu pra firma (Uma moradora, trabalho de campo, 2020).

Em 2018 foi realizada na comunidade de Catanduva, município de Vargem Grande do Rio Pardo, uma Conferência Geraizeira que reuniu cerca de um mil representantes das comunidades desse grupo étnico existente no Norte de Minas e com a presença de representantes de outros grupos étnicos existentes na região, como quilombolas e entre eles alguns quilombolas de Peixe Bravo.

Foto 45

Marco colocado em uma das áreas familiares em Peixe Bravo



Fonte: Raimundo Pereira, 2021.

Na última mesa redonda, um representante do governo de Minas estava falando e foi questionado pelo Presidente do STR de Rio Pardo de Minas sobre a venda de terras para a empresa Seta Engenharia, de Santa Catarina. O Estado de Minas investiu cerca de 5 milhões do governo Federal, em um processo de regularização fundiária chamada de Varredura, foi georreferenciado mais de 9 mil imóveis no município.

Na perspectiva de um membro da diretoria do STR de Rio Pardo de Minas:

Depois de quase 10 anos da Operação Grilo, da passagem pelo governo de Minas, de partidos, ditos de direita e de esquerda, permanecem a incompreensão da relação dos povos e comunidades com seus territórios, em Rio Pardo de Minas, norte de Minas Gerais¹⁸. A última ação de regularização foi um processo que relembrou as práticas da década de 1980. O engenheiro entendido vem ensinar o nativo inculto, cobranças abusivas e total desrespeito aos modos de vida e de relação com a terra marcaram a passagem da SETA Engenharia, empresa contratada pelo governo mineiro. Ela também atuou na comunidade negra de Peixe Bravo, zona rural do município de Rio Pardo de Minas (Trabalho de campo, 2020).

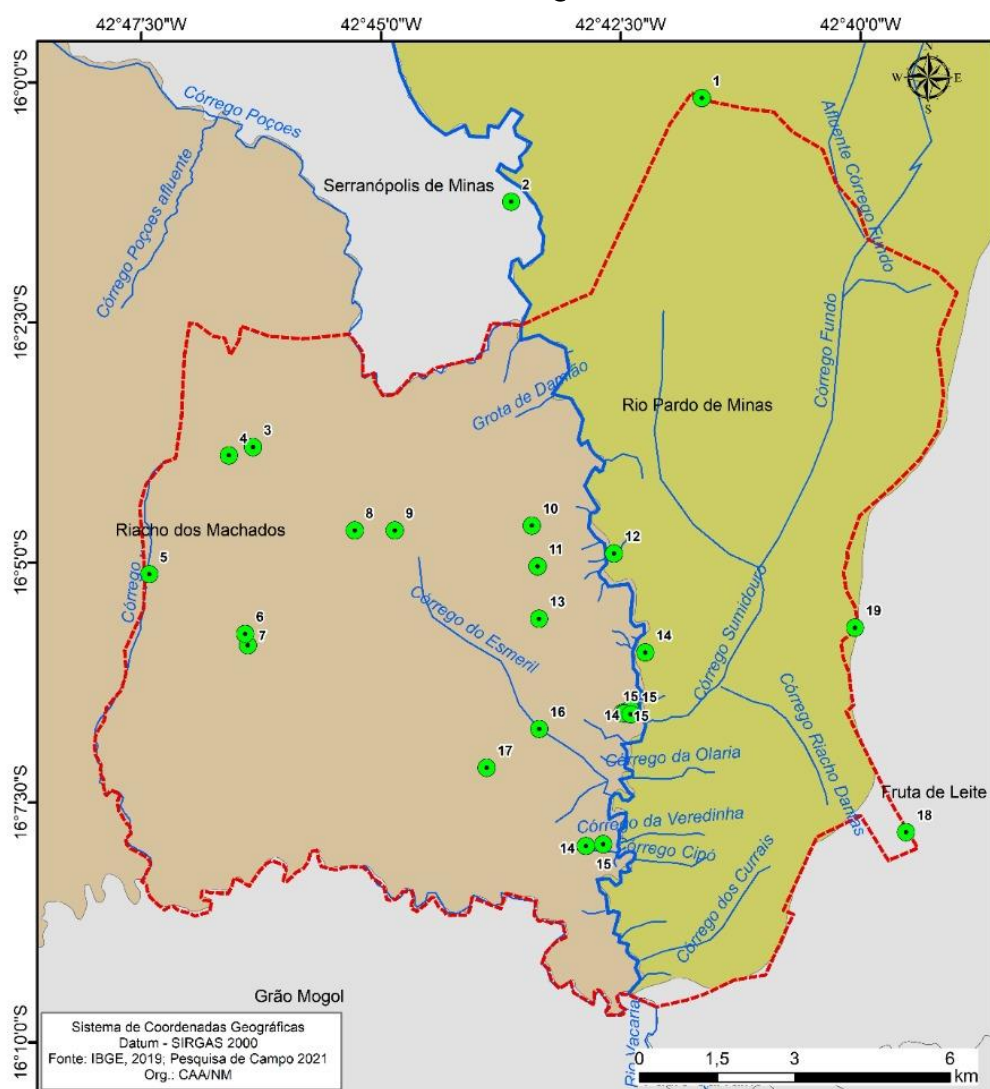
No caso das cobranças feitas aos quilombolas de Peixe Bravo pela SETA Engenharia incluíam medição, CAR, memorial descritivo e escritura no valor de R\$ 950,00 por área familiar indivisa. Como residem no município de Rio Pardo de Minas 89 famílias nucleares e cerca de 34 famílias herdeiras das áreas ocupadas por seus antepassados é possível estimar que a empresa amealhou abusivamente entre R\$ 34.200,00 e R\$ 84.550,00 por ações que o governo mineiro lhe pagara R\$ 5.000.000,00.

Marcos de territorialidade quilombola em Peixe Bravo

E para finalizar esta seção os marcos de territorialidade que informam sítios de reminiscências históricas da ocupação do espaço transformado em Território Quilombola desde, possivelmente, os anos 1920. Apresentamos 19 lugares que informam tanto elementos da natureza que foram utilizados pelos antepassados dos membros da comunidade quilombola de Peixe Bravo, como pelas gerações presentes na atualidade nos tempos atuais.

18 Informações sobre a Operação Grilo podem ser encontradas em Santos (2017) e também no link abaixo: https://br.search.yahoo.com/search;_ylt=AwrJ6y.b2hdgRxEAkYzz6Qt.;_ylc=X1MDMjExNDcxMDAwMwRfcgMyBGZyA21jYWZlZQRncHJpZANZLnFUM2hHbVE0bTBVMUdyTHJGQjVBBG5fcNsdAMwBG5fc3VnZwMwBG9yaWdpbgNici5zZWVYy2gueWFob28uY29tBHBvcwMwBHBxc3RyAwRwcXN0cmwDMARxc3RybAMxNARxdWVyeQNVcGVyYSVDMYVBNyVDMYVBM28IMjBncmlsbwR0X3N0bXADMtYxMjE4MzEzNw--?p=opera%C3%A7%C3%A3o+grilo&fr2=sb-top&fr=mcafee&type=E210BR91199G0 Acessado em 01/02/2021 às 9:41 hs.

Figura 20
Marcos de territorialidade do Quilombo de Peixe Bravo



- | | | |
|--------------------------------------|-----------------------------------|---------------------------|
| Território Quilombola de Peixe Bravo | Marcos de Territorialidade | |
| Município de Riacho dos Machados | 1 Julona | 10 Pequi da Santa |
| Município de Rio Pardo de Minas | 2 Cemitério dos Anjos | 11 Serra de Antônio Velho |
| Municípios de Minas Gerais | 3 Tabuleirão | 12 Lapa do Miguel |
| Hidrografia | 4 Cabeceira do Tapagem | 13 Jatobá Torto |
| | 5 Pedra de Amolar | 14 Muros de Pedra |
| | 6 Cemitério no Eucalipto | 15 Vaus |
| | 7 Lama Preta | 16 Lapa do doido |
| | 8 Morro do Capim | 17 Marco de Aroeira |
| | 9 Lajeado | 18 Imbiruçu de Raiz |
| | | 19 Cruzinha |

Fonte: Trabalho de Campo – Matheus Vinicius Ferreira

E, por fim, algumas localidades referidas a um período entre os anos 1820 e os anos 1900, são elas: *Lama Preta* onde residiam diversas famílias, *Lajeado* onde existiam algumas famílias expulsas nos anos 1970 pelos grileiros Pulus, que permanecem atuando no sentido de viabilizar a compra das áreas das famílias, principalmente do Grupo Local

Morro Grande para posterior negociação com empresas de mineração de ferro. E resquícios de *vaus* feitos para marcar confinamentos de áreas ocupadas por algumas famílias, assim como os *muros de pedra* que são vários, mas demarcados no Mapa acima somente alguns.

Os marcos de territorialidade são em sua totalidade descritos abaixo, conforme informações colhidas pelas mais diversas pessoas com as quais o Grupo de Trabalho estabeleceu conversações durante o trabalho de campo.

Julona

Este sítio, localizado nas bordas de uma chapada, há somente vestígios de sua existência e evidencia as bases da residência de uma senhora que no passado histórico contribuiu significativamente para o trânsito de pessoas. Este marco de territorialidade é considerado um dos sítios arqueológicos a partir dos estudos de Carmo e Kamino (2017, p. 101).

Cemitério dos Anjos

Local onde se enterrou crianças até aos 12 anos. Atualmente não é mais utilizado. Fica localizado próximo à foz do rio Peixe Bravo no rio Vacaria.

Tabuleirão

Lugar onde é usado para solta de gado, próximo ao Morro de Capim, e também para coleta de pequi e rufão.

Cabeceira do Córrego Tapagem

Lugar com diversas trilhas onde se parava para descanso e também para lazer. Fica na divisa entre o córrego e o Tabuleirão. Ainda que os Pulu tenham tentado evitar a ida das pessoas, elas continuam indo coletar pequi e rufão.

Pedra de Amolar

Local, próximo ao córrego da Tapagem, onde as pessoas que iam para fora trabalhar na caatinga paravam para descansar e beber água

Cemitério no eucalipto

Antigo cemitério que foi destruído para a implantação do reflorestamento e que não mais existe. Havia moradores próximos que fizeram esse cemitério.

Lama Preta

Local próximo ao Cemitério no eucalipto onde se pegava lama para tingir saias, calças, cobertas, feitas com tecidos feitos pelas mulheres. Havia moradores que foram expulsos pelos Pulu e não é mais lugar onde os quilombolas possam ir

Morro do Capim

Ponto de referência nas andanças dos antigos para não se perder e que também foi local de madeira para construção de casas e outros utensílios e de coleta de frutos como o pequi, rufão e articum (pana, cabeça de negro). Atualmente não se vai mais pelo impedimento que os Pulu impuseram aos moradores da comunidade

Lajedo

Antigo local de moradia de várias famílias que foram expropriadas pelos Pulu e onde o padre Ernesto fazia celebrações religiosas na semana santa. Também era local onde se soltava gado

Pequi da Santa

Local onde os moradores foram encontrar o padre da época que doou uma imagem de Nossa Senhora das Dores há mais de 100 anos. Não havia estrada e esse pequizeiro foi o local marcado para o encontro dos moradores receberem a imagem doada. Embaixo dele foram celebradas muitas missas antes da entrega da imagem.

Serra do Antônio Velho

Local de antigo morador, Antônio, na cabeceira de um dos córregos que abastecem, atualmente, várias famílias. Mas onde não existe mais nenhum morador, a não ser nas proximidades do rio Peixe Bravo.

Lapa do Migué

Localizada na serra de mesmo nome situada no município de Rio Pardo de Minas e havia trilha e atualmente estrada para chegar a Nova Aurora.

Jatobá Torto

Os moradores, na chapada em Riacho dos Machados, esperavam transporte para irem de caminhão ou ônibus para a cidade e também onde as feiras eram deixadas pois não havia

estrada antes de 1970 para chegar até à comunidade. Anteriormente era ponto de parada para quem ia para a caatinga de cima.

Lapa do Doido

Localizada na margem do córrego do Esmeril e onde um rapaz que tinha problemas psicológicos e andava sem rumo e onde foi encontrada a toalha que ele carregava, ele não mais foi encontrado.

Marco de Aroeira

Marco onde as pessoas tinham limite de terras entre famílias dos antigos moradores da Vila dos Mota e de diversas famílias que residiam próximo ao córrego Uruçu afluente do córrego Esmeril e onde se plantava mandioca, feijão e arroz

Imbiruçu da Raiz

Local de descanso para quem se dirigia à localidade de Fruta de Leite e marco de divisa entre as comunidades de Peixe Bravo e Tamboril.

Cruzinha

Encruzilhada para quem se dirigia para Tamboril ou Peixe Bravo acima do córrego dos Poções, limite entre as duas comunidades, uma quilombola e a outra que não se autoafirmou como tal. Posteriormente tornou-se ponto de ônibus para as romarias a Bom Jesus da Lapa, na Bahia.

Sustentabilidade nas Propostas de Uso e Ocupação do Território

O território do Quilombo Peixe Brabo, drenado pelo rio Peixe Bravo está delimitado na porção Sul pelo rio Vacaria, e entre as porções Leste e Oeste por extensas chapadas, áreas de planaltos denominadas pelos nativos de Alta, onde predomina áreas de relevo plano a suave-ondulados com Latossolos vermelho-amarelo de textura argilosa, portanto solos de baixa fertilidade associados às áreas de cerrado e inclusões de cerradão e/ou, de Mata Seca quando se aproxima das encostas. A partir daí, descendo o relevo, entra-se no que os nativos denominam de *Grota*, referindo-se às extensas áreas mais ou menos encaixadas do Vale do rio Peixe Bravo. Predominam nestas áreas de relevo ondulado e forte ondulado, Cambissolos distróficos de textura arenosa, ou seja, solos rasos e de baixa fertilidade.

Entretanto, este macro mapeamento dos solos não dá conta da diversidade e especificidades que compõem estes ambientes quando se aumenta a escala da observação. Correa et al. (2009), analisando uma área de *Grota* ocupada por agricultores familiares geraizeiros nas proximidades do Quilombo de Peixe Brabo, encontrou seis categorias de ambientes identificadas pelos agricultores locais. No Quilombo de Peixe Brabo encontramos, na área de *Grota* (visto no item anterior), pelo menos cinco diferentes sub-unidades agroambientais que estavam associados com distintas feições de solo, definidas pelos agricultores, a saber: *Brejo*; *Baixa de Areia*; *Beira Rio / Cultura*; *Tabuleiro e Serrado/Morro*.

No caso do Quilombo de Peixe Brabo, a porção denominada de *Grota* ocupa 12.357 ha e representa 71% da área do território. Encontramos neste ambiente, a partir das áreas mais baixas, desde solos argilosos e férteis com drenagem deficiente (*brejo*), utilizados em cultivos agrícolas com espécies tolerantes a lençol freático elevado como arroz e cana, ou áreas com solos férteis e permeáveis, com solos franco (*baixa de areia*), cultivados com espécies como amendoim, feijão e hortigranjeiros, uma vez que são ambientes apenas ocasionalmente sujeitos à inundação. Mais acima, solos também férteis, francos e mais profundos, utilizados em diversos cultivos como o milho, feijões, mandioca, entre outros seguidos por áreas de fertilidade intermediária, mais arenosas, em alguns casos cascalhentas, ambientes utilizados para moradia com quintais e pequenas *mangas* de capim. Estas áreas fazem transição para ambientes de solos mais rasos e pedregosos, seguido por áreas de elevada declividade e pedregosidade, impróprios para cultivos.

Áreas de matas nas porções inferiores do terreno cedem espaço para áreas de cerrado e campo cerrado e, à medida que se aproxima das áreas mais íngremes próximas à borda superior da *Grota* encontramos fragmentos transicional de cerrado para caatinga, vegetação semi-caducifólia ou cerrado de porte elevado como cerradão. Mais ao Sul do território, a transição das áreas de *Grota* para o *Alto* é de relevo menos pronunciado, encontram-se terrenos de chapada em seguida aos tabuleiros, com solos profundos e de baixa fertilidade.

A porção denominada de *Alto*, ocupa uma área de 4.992 ha e representa 29% do território. Nestes terrenos os Latossolos Vermelho-Amarelo são predominantes, solos franco, profundos e distróficos, e são associados com as diversas expressões dos Cerrados (chapada) ou Cerradões (carrascos) que, em diversos locais se aproximam de forma significativa dos topos de morro que demarcam o *Alto* da *Grota*. Ambientes tradicionalmente muito utilizados para a solta dos animais, coleta de frutos, lenha e medicinais, que foram transformados na maioria de sua área em cultivos com a monocultura do eucalipto. Ou simplesmente desmatados com a impedição de seu uso pelas famílias quilombolas que vivem no seu entorno.

Os sistemas produtivos desenvolvidos pelas famílias do Quilombo de Peixe Brabo garantiram, durante pelo menos um ou dois séculos, uma relativa autossuficiência alimentar, quebrada por períodos ocasionais de secas, que os obrigavam a buscar recursos externos, seja trabalhando nas fazendas nas regiões da *caatinga de baixo* (Riacho dos Machados) ou *caatinga de cima* (Porteirinha), em relações externas nem sempre muito favoráveis. A produção excedente era comercializada, na maioria das vezes trocada, na fazenda Paiol ou, quando em maiores quantidades, nas feiras de Riacho dos Machados ou de Fruta de Leite.

Algumas famílias com maiores posses implantaram infraestruturas de engenhos de cana de açúcar, casas de farinha, com diárias pagas, para homens ou mulheres, com “mantimentos” que consistiam de rapadura, toucinho, medidas de feijão ou de milho. O plantio de algodão associado com a tecelagem supria a maior parte da demanda por tecidos. Fusos e rodas eram utilizados pelas mulheres que teciam cobertas e tecido para confecção de saias e calças, tingidas com cores diversas.

A produção variada ao longo do tempo fornecia alimentos que se diferenciavam de acordo com a disponibilidade. Além do feijão de arranque que se plantava até três vezes ao ano,

iam colhendo também o feijão catador intermediado pelo mangalô, fava e andu. O arroz vinha dos brejos que eram esgotados com valetas profundas. Do milho, se tirava a canjica ou a farinha; da mandioca, a farinha e a goma. Se não tinham engenho, o descaroador tirava a garapa para adoçar o chá ou café, este mais raro. Como gordura, usavam toucinho, óleo do pequi ou do amendoim. Fornos produziam quitandas diversas, uma delas o beiju de pedra, feito de farinha de milho, temperado com amendoim pilado, ovo e leite, assado na pedra. O sabão se fazia com o aproveitamento do óleo do pinhão e do tingui, conhecido como sabão de coada. A piteira era usada na lavagem da roupa de casa. A lamparina era abastecida com o óleo combustível da mamona. Até o fumo de rolo era produzido pelas famílias.

Os sistemas produtivos, ancorados no uso e aproveitamento das potencialidades ou limitações da diversidade dos agroambientes presentes no *Alto* e nas *Grotas*, foram alterados de forma significativa a partir dos anos 1970, quando os Pulu, família de grileiros, realizaram a primeira expropriação nas terras quilombolas. Os cerrados foram desmatados para produção de carvão e as terras griladas repassadas para “firmas de eucalipto”, quando da implantação dos eucaliptais nas chapadas do Norte de Minas. Como relatado na seção “Território de Peixe Bravo”, foram anos seguidos de terror, com as famílias empurradas *Grotas* abaixo, com o impedimento da coleta e solta dos animais, onde o cultivo do eucalipto não respeitou nem um antigo cemitério da comunidade. Mais recentemente, a partir dos anos 2000, a frente expropriatória toma outro corpo com as empresas realizando pesquisas visando implantação de projetos minerários.

Recantilados, frentes migratórias foram criadas, estratégias produtivas remodeladas, com a cultura alimentar, a arquitetura, festejos e danças se adaptando aos novos tempos. Passam a adotar o uso de tratores no preparo das terras, agrotóxicos, sementes híbridas e transgênicas e a irrigação em pequena escala. Diversificam os quintais com frutíferas e pequenos cafezais, com mudas trazidas do Sul ou do Triângulo Mineiro, que passam a compor a paisagem.

As entrevistas apontaram, além disso, a permanência de uma elevada diversidade de espécies e variedades de plantas cultivadas, presente em alguns dos agroecossistemas familiares, configurando-se como espaços guardiões da agrobiodiversidade.

Embora hoje comprem a maior parte dos alimentos consumidos, as lavouras, os quintais e a criação de animais em pequena escala ainda são muito importantes em suas estratégias

agroalimentares. Apesar das restrições existentes, ainda mantem o hábito da solta dos animais em áreas muito mais exíguas, além da coleta de frutos, lenha, plantas medicinais nas áreas de chapada e carrascos.

Entre os moradores, tem aqueles que ainda sabem fazer o sabão, a tecelagem está presente na memória de muitas mulheres, a produção de óleo do pequi, além de diversos artesanatos e utensílios aproveitando materiais locais. A culinária tradicional persiste e o uso de fitoterápicos ainda é comum, fortalecendo a segurança alimentar da comunidade.

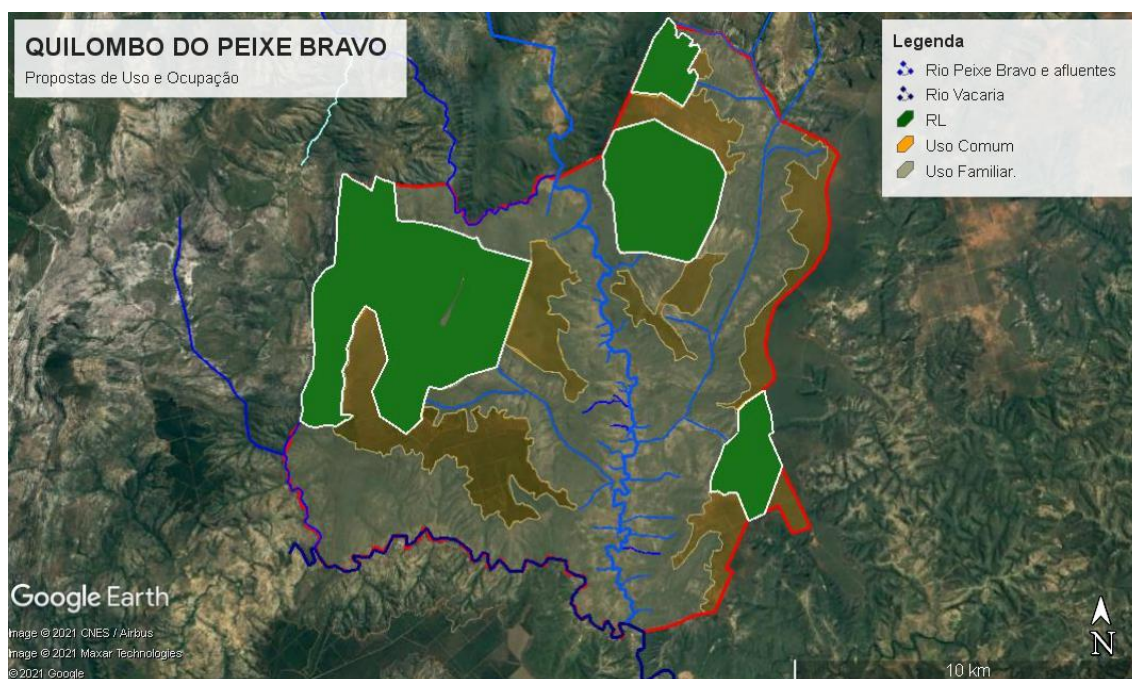
Vivem hoje no Quilombo de Peixe Brabo cerca de 230 famílias (89 no município de Rio Pardo de Minas e 139 no município de Riacho dos Machados), totalizando quase 1.600 habitantes. Os diálogos estabelecidos com os moradores que se afirmam como quilombolas, em alguns casos, também como geraizeiros, demonstram uma grande preocupação com as ameaças que pairam sobre as águas dos rios, córregos e nascentes. Perguntados sobre os limites do território, não apresentam dúvida, confirmados pelos marcos de territorialidade expressos em seu interior.

O Território, distribuído nas áreas de *Grota* e *Alta*, com suas chapadas e carrascos, cerrados, tabuleiros, cultura, beira rio, brejos e baixas de areia apresentam potencialidades e limitações por eles conhecidas. Com uma área de 17.391 ha, os terrenos perfazem 12.398 ha de *Grota* (71%) e 4.993 ha de *Alto* (29%),

Perguntados sobre o território, os moradores apontam a importância de se garantirem aos quilombolas as áreas que hoje dominam, ampliando ou distribuindo áreas de *Grota* suplementares para aquelas famílias mais numerosas ou que ficaram muito recantiladas, sempre respeitando os direitos dos residentes nativos. Apontam que o Alto, com suas chapadas e carrascos em grande maioria expropriados ou grilados, deve ficar como área de uso comum, a ser gerido de acordo com normas a serem construídas, mas tendo como referência as formas tradicionais de gestão territorial.

Considerando estes indicativos, apresentamos a Proposta de Uso e Ocupação do Território do Quilombo de Peixe Brabo considerando a destinação de terrenos para Uso Familiar; Uso Comum e para demarcação da Reserva Legal. (obs: a ser debatido durante a devolução do Relatório Antropológico do Quilombo de Peixe Brabo).

Figura 21
Mapa que demonstra a proposta de uso e ocupação do Território do
Quilombo de Peixe Brabo.



A proposta destina uma área de 9.616 ha para Uso Familiar, o que representa 55% do território. Significa que, considerando as 230 famílias, teríamos, em média, cerca de 41 ha por família localizadas as áreas de *Grota*. Destina, como Área de Uso Comum, 3.306 ha, o que representa 19% do território. Finalmente, como Área de Reserva Legal, prevê-se a demarcação de uma área de 4.469 ha, o que representa 26% do território.

Tabela 12
Propostas de uso e ocupação do Território do Quilombo de Peixe Brabo.

Tipos de Uso	Área (ha)	%	Área/família (ha)
Uso familiar	9.616	55	41
Uso comum	3.306	19	
Reserva Legal	4.469	26	
Área total	17.391	100	

É importante considerar, que a área média por família, serve como termo de comparação, uma vez que as lideranças propõem a manutenção da atual ocupação familiar. Destinações visando o acesso a áreas maiores por família devem ser realizadas a partir da desintrusão dos grileiros e fazendeiros do território.

Considerando os distintos contextos agroambientais que se verifica entre as porções mais ao Sul do território, nas proximidades do rio Vacaria e porções mais ao Norte, nas proximidades do rio Peixe Bravo, apresentamos dois contextos produtivos. Aproximando mais da realidade, considerando uma área média de 48 ha (cerca de 10 alqueires), sinalizamos a estratificação agroambiental em duas unidades produtivas hipotéticas que podem ser visualizadas nas tabelas e mapas a seguir.

Figura 22
Estratificação dos ambientes em uma unidade produtiva familiar na margem do rio Vacaria

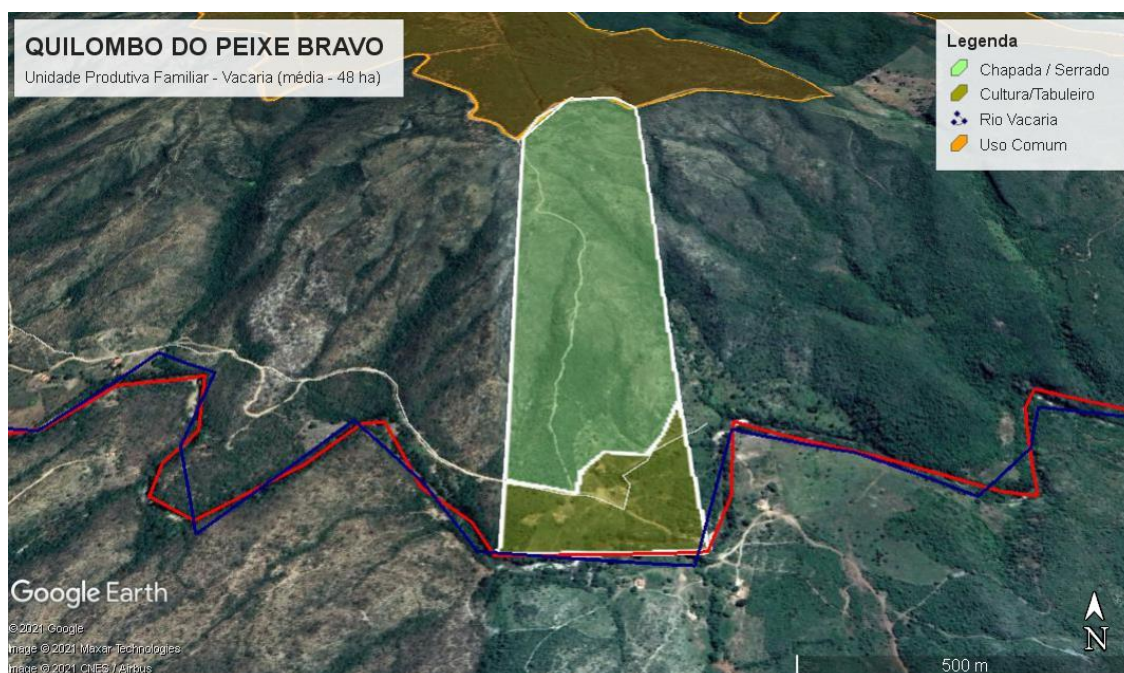
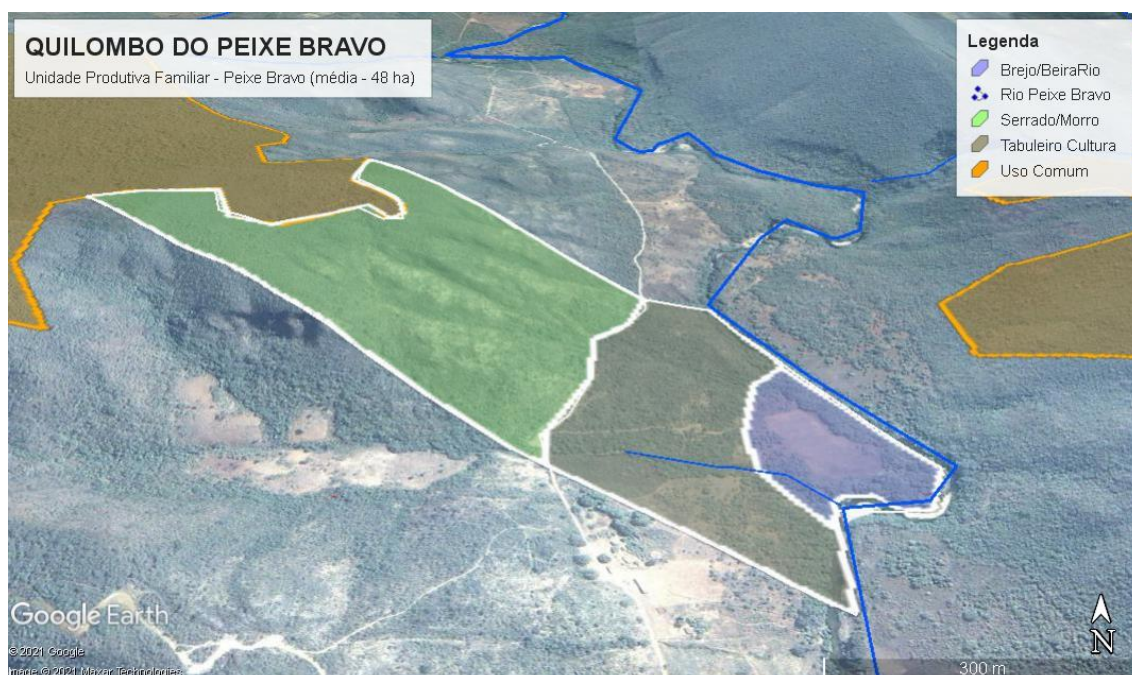


Tabela 13
Distribuição das áreas em uma unidade produtiva familiar na margem do rio Vacaria

Unidade Produtiva Familiar Vacaria	ha
Cultura / Tabuleiro	8
Chapada / Morro	40
Área total	48

No caso das unidades produtivas localizadas nas proximidades do rio Vacaria, teríamos cerca de 8 ha de terrenos mais férteis, destinados à construção de moradia e plantio de lavouras. E cerca de 40 ha destinados a formação de pequenas pastagens associadas com áreas de coleta e solta dos animais.

Figura 23
Estratificação dos ambientes em uma unidade produtiva familiar na margem do rio Peixe Bravo



Já, no caso de uma unidade produtiva familiar localizada mais ao Norte, nas margens do rio Peixe Bravo, teríamos cerca de 5 ha de terrenos brejo/beira rio, destinados aos cultivos agrícolas mais exigentes em fertilidade como o arroz, feijão e milho, além de 14 ha de terrenos de fertilidade mediana (cultura/tabuleiro), destinados à moradia, quintal, com possibilidades de cultivo de lavouras anuais, bi-anuais (caso da mandioca), e formação de pastagens. E cerca de 29 ha destinado à solta dos animais, coleta de frutos e madeira.

Tabela 14
Distribuição das áreas em uma unidade produtiva familiar na margem do rio Peixe Bravo

Unidade Produtiva Familiar Peixe Bravo	Há
Brejo/Beira Rio	5
Cultura/Tabuleiro	14
Serrado/Morro	29
Área Total	48

Nos dois casos, as unidades produtivas fazem conexão com as áreas de uso comum, destinadas à coleta de frutos e solta dos animais.

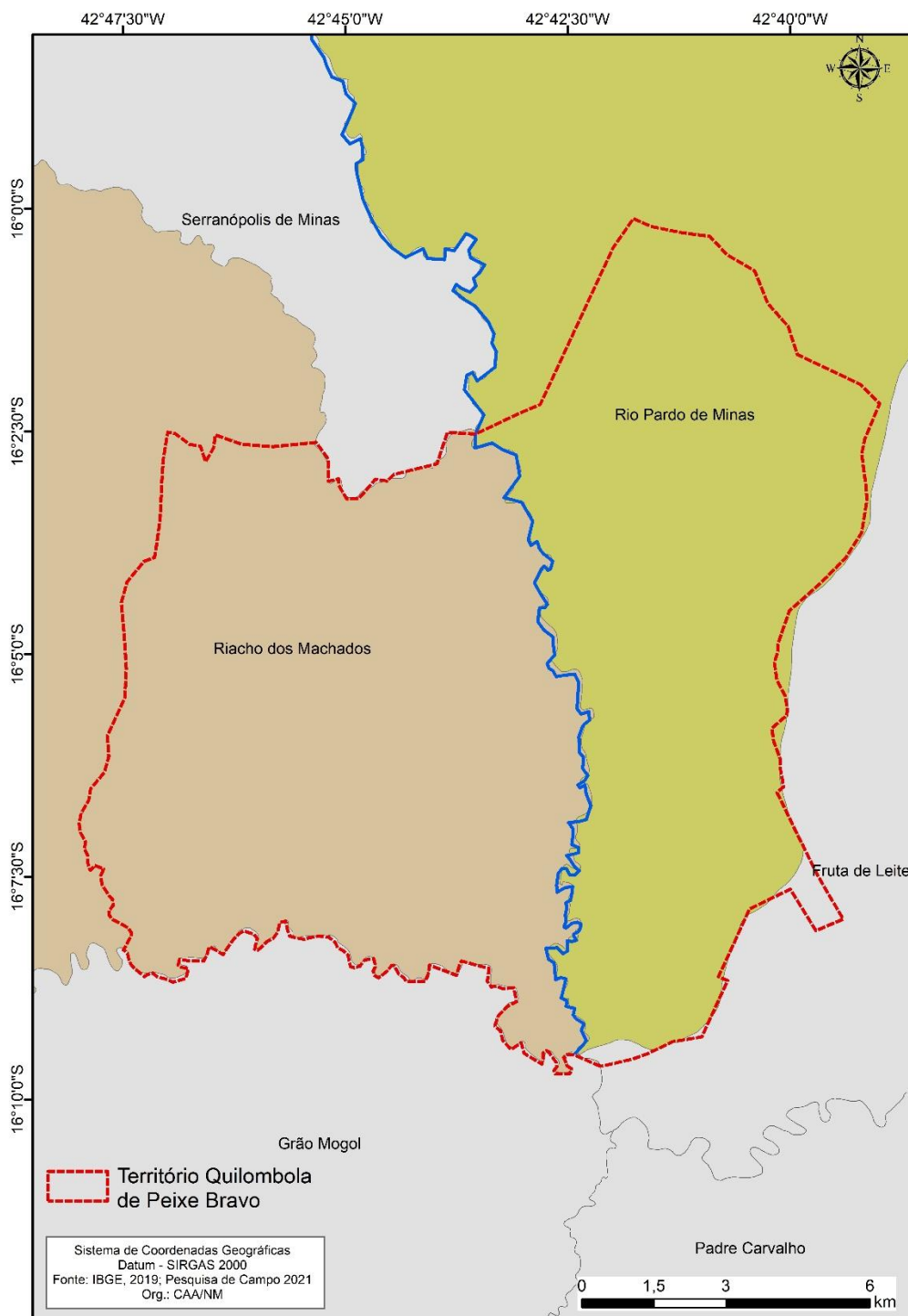
O Território do Quilombo do Peixe Bravo, com a área de 17.391 ha, apresenta uma elevada potencialidade de sustentabilidade futura das famílias quilombolas no interior da área delimitada. A sustentabilidade ambiental e produtiva do território deve considerar as áreas de importância para conservação ambiental e, também, a lógica tradicional de uso e ocupação dos ambientes.

Considerando as categorias de uso e conservação, cerca de 45% do território cumprirá papel importante em termos de conservação ambiental. No caso da Reserva Legal, considerou-se a necessidade de proteger as nascentes e a proteção dos distintos componentes vegetacionais, quais sejam, os cerrados (cerradão, cerrado estrito sensu, campo cerrado e campo), e a mata seca associada com a caatinga. Foi destinado 26% à Reserva Legal, localizadas em áreas com boa cobertura vegetal natural ou em regeneração, contribuindo em particular com áreas de nascentes e de recargas de aquíferos. Além disso, devido às áreas de fragilidade ambiental e às estratégias tradicionais de uso comunal, foi destinado 19% do Território para a categoria Área de Uso Comum, para extrativismo, tanto para solta dos animais como também área de coleta de lenha, frutas e plantas medicinais. Esta área deve ser manejada de acordo com as práticas tradicionais das famílias quilombolas, sem alteração do uso do solo.

Delimitação do território do Quilombo de Peixe Brabo

A delimitação do território da Comunidade Remanescente de Quilombo de Peixe Brabo teve como base o relato de memória histórica dos moradores locais. Para efeito de mapeamento foram usadas as imagens de satélites de alta resolução espacial disponíveis, a partir do aplicativo Google Earth, através do software Arc GIS 9.3. Os limites do território proposto foram definidos a partir dos marcos de territorialidade descritos no capítulo anterior tendo como limite oeste o Córrego Cabeceiras e limite leste o rio Vacaria. Os marcos de territorialidade que possibilitaram definir os limites territoriais foram obtidos através das informações e relatos dos quilombolas com os quais foram mantidas interlocuções. Os marcos históricos de territorialidade apontam locais de simbolismo e de uso dos antepassados dos moradores atuais, por isso, apontam o limite da área reivindicada, como exposto na figura abaixo.

Figura 24
Delimitação territorial proposta do Quilombo de Peixe Bravo



Fonte: Trabalho de Campo – Carlos Dayrell e Matheus Vinicius Ferreira – 2021.

A proposta de delimitação territorial foi discutida e aprovada em reunião no dia 23 de setembro de 2021 com os membros que se fizeram presentes após convocação da Diretoria da Associação representativa dessa coletividade. Após explanação sobre o

conteúdo deste Relatório Antropológico, foi projetada em uma parede, por meio de data show, a imagem de satélite do Google Earth com os limites do território reivindicado e apresentados aqui.

Durante o processo de delimitação foi realizada visita a campo para coleta de pontos de GPS. Durante o processo de delimitação do perímetro houve a participação direta e efetiva dos membros da Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo de Peixe Brabo que acompanharam a equipe e nas áreas onde se encontram situados.

Memorial descritivo

Área (ha): 17349,293507

Perímetro: 69954.22

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice **Pt0**, de coordenadas N 8229498.120 m e E 746562.546 m, Datum SIRGAS 2000, com Meridiano Central -45, localizado na margem esquerda do Rio Peixe Bravo, deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: 115°48'49.02" e 380.21; até o vértice **Pt1**, de coordenadas N 8229332.560 m e E 746904.816 m, localizado próximo ao marco de territorialidade "Julona"; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: 102°31'43.62" e 654.33; até o vértice **Pt2**, de coordenadas N 8229190.616 m e E 747543.567 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: 98°12'52.39" e 317.46; até o vértice **Pt3**, de coordenadas N 8229145.257 m e E 747857.772 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: 97°56'37.92" e 229.61; até o vértice **Pt4**, de coordenadas N 8229113.524 m e E 748085.176 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: 138°00'46.05" e 491.14; até o vértice **Pt5**, de coordenadas N 8228748.465 m e E 748413.729 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: 126°58'15.67" e 89.47; até o vértice **Pt6**, de coordenadas N 8228694.654 m e E 748485.214 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: 121°52'46.01" e 589.34; até o vértice **Pt7**, de coordenadas N 8228383.405 m e E 748985.656 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: 159°36'38.65" e 719.93; até o vértice **Pt8**, de coordenadas N 8227708.583 m e E 749236.476 m, localizado na margem direita do Córrego Fundo; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: 139°51'48.45" e 627.85; até o vértice **Pt9**, de coordenadas N 8227228.588 m e E 749641.193 m, localizado na margem direita do Córrego Fundo; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: 163°19'40.96" e 608.45; até o vértice **Pt10**, de coordenadas N 8226645.712 m e E 749815.753 m, localizado no leito do Córrego Fundo; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: 116°45'17.14" e 1409.49; até o vértice **Pt11**, de coordenadas N 8226011.198 m e E 751074.346 m, localizado próximo a cabeceira do Riacho Cachoeirinha; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: 136°35'25.60" e 554.47; até o vértice **Pt12**, de coordenadas N 8225608.394 m e E 751455.385 m, localizada na margem esquerda do Córrego Fundo; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: 202°34'4.74" e 799.08; até o vértice **Pt13**, de coordenadas N 8224870.507 m e E 751148.716 m; deste,

segue, com os seguintes azimute plano e distância: $191^{\circ}45'25.23''$ e 310.85; até o vértice **Pt14**, de coordenadas N 8224566.175 m e E 751085.376 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $173^{\circ}07'53.80''$ e 233.77; até o vértice **Pt15**, de coordenadas N 8224334.081 m e E 751113.333 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $173^{\circ}12'35.79''$ e 403.90; até o vértice **Pt16**, de coordenadas N 8223933.017 m e E 751161.086 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $176^{\circ}29'9.13''$ e 321.96; até o vértice **Pt17**, de coordenadas N 8223611.665 m e E 751180.821 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $189^{\circ}46'42.90''$ e 683.12; até o vértice **Pt18**, de coordenadas N 8222938.474 m e E 751064.799 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $212^{\circ}15'13.85''$ e 622.02; até o vértice **Pt19**, de coordenadas N 8222412.440 m e E 750732.847 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $224^{\circ}39'55.65''$ e 710.33; até o vértice **Pt20**, de coordenadas N 8221907.239 m e E 750233.512 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $228^{\circ}05'41.57''$ e 851.91; até o vértice **Pt21**, de coordenadas N 8221338.248 m e E 749599.474 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $199^{\circ}16'13.40''$ e 731.00; até o vértice **Pt22**, de coordenadas N 8220648.209 m e E 749358.226 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $177^{\circ}26'3.84''$ e 129.24; até o vértice **Pt23**, de coordenadas N 8220519.094 m e E 749364.012 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $197^{\circ}36'27.07''$ e 263.38; até o vértice **Pt24**, de coordenadas N 8220268.056 m e E 749284.341 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $172^{\circ}36'57.60''$ e 363.17; até o vértice **Pt25**, de coordenadas N 8219907.901 m e E 749331.015 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $153^{\circ}53'56.15''$ e 363.28; até o vértice **Pt26**, de coordenadas N 8219581.666 m e E 749490.844 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $170^{\circ}28'47.99''$ e 254.57; até o vértice **Pt27**, de coordenadas N 8219330.605 m e E 749532.947 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $182^{\circ}19'27.82''$ e 155.09; até o vértice **Pt28**, de coordenadas N 8219175.645 m e E 749526.657 m, localizado no marco de territorialidade "Cruzinha"; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $229^{\circ}10'8.79''$ e 405.61; até o vértice **Pt29**, de coordenadas N 8218910.443 m e E 749219.752 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $172^{\circ}32'54.43''$ e 277.47; até o vértice **Pt30**, de coordenadas N 8218635.312 m e E 749255.737 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $161^{\circ}13'16.36''$ e 376.55; até o vértice **Pt31**, de coordenadas N 8218278.806 m

e E 749376.954 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:178°11'53.09" e 217.98; até o vértice **Pt32**, de coordenadas N 8218060.935 m e E 749383.808 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:170°51'40.55" e 369.90; até o vértice **Pt33**, de coordenadas N 8217695.728 m e E 749442.558 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:228°15'53.03" e 180.38; até o vértice **Pt34**, de coordenadas N 8217575.651 m e E 749307.954 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:155°24'7.87" e 927.82; até o vértice **Pt35**, de coordenadas N 8216732.026 m e E 749694.156 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:155°04'57.24" e 987.01; até o vértice **Pt36**, de coordenadas N 8215836.891 m e E 750109.995 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:151°14'15.10" e 1026.96; até o vértice **Pt37**, de coordenadas N 8214936.634 m e E 750604.148 m, localizado próximo ao marco de territorialidade "Imbiruçu de Raiz"; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:247°10'38.27" e 595.80; até o vértice **Pt38**, de coordenadas N 8214705.536 m e E 750054.998 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:329°48'5.52" e 1000.01; até o vértice **Pt39**, de coordenadas N 8215569.829 m e E 749551.998 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:244°06'58.15" e 912.66; até o vértice **Pt40**, de coordenadas N 8215171.409 m e E 748730.895 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:204°25'54.13" e 843.96; até o vértice **Pt41**, de coordenadas N 8214403.024 m e E 748381.828 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:204°47'8.69" e 694.15; até o vértice **Pt42**, de coordenadas N 8213772.814 m e E 748090.820 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:113°21'3.46" e 203.38; até o vértice **Pt43**, de coordenadas N 8213692.203 m e E 748277.542 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:205°02'4.23" e 508.41; até o vértice **Pt44**, de coordenadas N 8213231.558 m e E 748062.402 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:204°21'19.71" e 768.53; até o vértice **Pt45**, de coordenadas N 8212531.427 m e E 747745.464 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:261°02'5.98" e 590.14; até o vértice **Pt46**, de coordenadas N 8212439.466 m e E 747162.538 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:244°21'48.28" e 592.35; até o vértice **Pt47**, de coordenadas N 8212183.180 m e E 746628.504 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:250°57'13.84" e 314.42; até o vértice **Pt48**, de coordenadas N 8212080.575 m e E 746331.295 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e

distância:257°28'31.79" e 635.62; até o vértice **Pt49**, de coordenadas N 8211942.736 m e E 745710.802 m, localizado no leito do Rio Vacaria; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:294°38'32.90" e 577.27; até o vértice **Pt50**, de coordenadas N 8212183.433 m e E 745186.102 m, localizado no encontro do rio Vacaria com Rio Peixe Bravo; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:275°24'23.09" e 151.22; até o vértice **Pt51**, de coordenadas N 8212197.681 m e E 745035.555 m, localizado no leito do Rio Vacaria; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:225°10'28.17" e 90.11; até o vértice **Pt52**, de coordenadas N 8212134.157 m e E 744971.643 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:158°23'44.41" e 186.40; até o vértice **Pt53**, de coordenadas N 8211960.856 m e E 745040.272 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:125°44'0.25" e 106.39; até o vértice **Pt54**, de coordenadas N 8211898.722 m e E 745126.635 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:199°51'49.01" e 103.40; até o vértice **Pt55**, de coordenadas N 8211801.470 m e E 745091.500 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:266°10'14.76" e 113.37; até o vértice **Pt56**, de coordenadas N 8211793.898 m e E 744978.379 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:271°06'56.19" e 179.68; até o vértice **Pt57**, de coordenadas N 8211797.397 m e E 744798.731 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:339°18'9.55" e 73.78; até o vértice **Pt58**, de coordenadas N 8211866.419 m e E 744772.654 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:38°19'4.37" e 96.32; até o vértice **Pt59**, de coordenadas N 8211941.987 m e E 744832.372 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:349°40'19.18" e 97.31; até o vértice **Pt60**, de coordenadas N 8212037.716 m e E 744814.927 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:326°31'8.06" e 264.38; até o vértice **Pt61**, de coordenadas N 8212258.225 m e E 744669.079 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:292°09'42.40" e 50.17; até o vértice **Pt62**, de coordenadas N 8212277.151 m e E 744622.615 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:240°45'55.76" e 70.08; até o vértice **Pt63**, de coordenadas N 8212242.924 m e E 744561.460 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:180°59'28.14" e 132.96; até o vértice **Pt64**, de coordenadas N 8212109.983 m e E 744559.160 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:193°10'27.12" e 111.16; até o vértice **Pt65**, de coordenadas N 8212001.748 m e E 744533.825 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:302°39'37.25" e 422.45; até o vértice **Pt66**, de coordenadas N 8212229.724 m

e E 744178.175 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $345^{\circ}47'6.41''$ e 226.23; até o vértice **Pt67**, de coordenadas N 8212449.027 m e E 744122.623 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $235^{\circ}40'8.52''$ e 248.48; até o vértice **Pt68**, de coordenadas N 8212308.892 m e E 743917.431 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $319^{\circ}24'44.33''$ e 257.54; até o vértice **Pt69**, de coordenadas N 8212504.470 m e E 743749.874 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $349^{\circ}15'56.61''$ e 192.04; até o vértice **Pt70**, de coordenadas N 8212693.151 m e E 743714.105 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $312^{\circ}32'3.35''$ e 158.53; até o vértice **Pt71**, de coordenadas N 8212800.321 m e E 743597.290 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $18^{\circ}26'53.30''$ e 218.14; até o vértice **Pt72**, de coordenadas N 8213007.254 m e E 743666.321 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $42^{\circ}57'33.69''$ e 231.25; até o vértice **Pt73**, de coordenadas N 8213176.488 m e E 743823.910 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $51^{\circ}04'39.35''$ e 87.34; até o vértice **Pt74**, de coordenadas N 8213231.363 m e E 743891.863 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $66^{\circ}18'32.33''$ e 159.69; até o vértice **Pt75**, de coordenadas N 8213295.527 m e E 744038.095 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $349^{\circ}51'12.82''$ e 300.85; até o vértice **Pt76**, de coordenadas N 8213591.674 m e E 743985.095 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $265^{\circ}34'24.23''$ e 221.57; até o vértice **Pt77**, de coordenadas N 8213574.573 m e E 743764.190 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $294^{\circ}17'4.44''$ e 141.07; até o vértice **Pt78**, de coordenadas N 8213632.591 m e E 743635.602 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $258^{\circ}24'30.56''$ e 99.76; até o vértice **Pt79**, de coordenadas N 8213612.547 m e E 743537.878 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $325^{\circ}22'41.12''$ e 143.20; até o vértice **Pt80**, de coordenadas N 8213730.385 m e E 743456.521 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $8^{\circ}12'37.83''$ e 273.65; até o vértice **Pt81**, de coordenadas N 8214001.233 m e E 743495.601 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $283^{\circ}19'11.80''$ e 184.06; até o vértice **Pt82**, de coordenadas N 8214043.638 m e E 743316.491 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $286^{\circ}39'1.89''$ e 386.55; até o vértice **Pt83**, de coordenadas N 8214154.398 m e E 742946.149 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $215^{\circ}46'11.16''$ e 55.81; até o vértice **Pt84**, de coordenadas N 8214109.115 m e E 742913.526 m; deste, segue, com os

seguintes azimute plano e distância:196°11'5.76" e 260.00; até o vértice **Pt85**, de coordenadas N 8213859.417 m e E 742841.054 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:292°16'59.44" e 580.70; até o vértice **Pt86**, de coordenadas N 8214079.609 m e E 742303.721 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:189°08'1.54" e 206.59; até o vértice **Pt87**, de coordenadas N 8213875.641 m e E 742270.927 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:204°45'53.47" e 140.47; até o vértice **Pt88**, de coordenadas N 8213748.085 m e E 742212.083 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:269°12'21.94" e 379.44; até o vértice **Pt89**, de coordenadas N 8213742.828 m e E 741832.683 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:329°14'5.67" e 88.29; até o vértice **Pt90**, de coordenadas N 8213818.695 m e E 741787.519 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:309°51'15.55" e 133.89; até o vértice **Pt91**, de coordenadas N 8213904.494 m e E 741684.739 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:332°21'35.26" e 201.63; até o vértice **Pt92**, de coordenadas N 8214083.114 m e E 741591.199 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:265°13'3.34" e 46.82; até o vértice **Pt93**, de coordenadas N 8214079.211 m e E 741544.538 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:218°29'40.93" e 147.38; até o vértice **Pt94**, de coordenadas N 8213963.861 m e E 741452.802 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:230°50'11.55" e 222.64; até o vértice **Pt95**, de coordenadas N 8213823.259 m e E 741280.182 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:301°27'15.52" e 121.73; até o vértice **Pt96**, de coordenadas N 8213886.781 m e E 741176.337 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:358°38'49.21" e 85.88; até o vértice **Pt97**, de coordenadas N 8213972.641 m e E 741174.309 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:27°53'48.45" e 98.47; até o vértice **Pt98**, de coordenadas N 8214059.670 m e E 741220.382 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:348°56'0.61" e 164.55; até o vértice **Pt99**, de coordenadas N 8214221.157 m e E 741188.798 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:263°30'7.32" e 182.14; até o vértice **Pt100**, de coordenadas N 8214200.544 m e E 741007.825 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:218°23'17.18" e 166.56; até o vértice **Pt101**, de coordenadas N 8214069.994 m e E 740904.396 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:255°17'47.74" e 113.95; até o vértice **Pt102**, de coordenadas N 8214041.072 m e E 740794.179 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:290°39'0.59"

e 80.90; até o vértice **Pt103**, de coordenadas N 8214069.602 m e E 740718.476 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $348^{\circ}26'23.23''$ e 240.27; até o vértice **Pt104**, de coordenadas N 8214305.002 m e E 740670.326 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $315^{\circ}57'4.73''$ e 113.16; até o vértice **Pt105**, de coordenadas N 8214386.335 m e E 740591.650 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $299^{\circ}43'3.36''$ e 148.34; até o vértice **Pt106**, de coordenadas N 8214459.873 m e E 740462.816 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $336^{\circ}28'4.47''$ e 121.64; até o vértice **Pt107**, de coordenadas N 8214571.396 m e E 740414.250 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $311^{\circ}25'42.01''$ e 173.71; até o vértice **Pt108**, de coordenadas N 8214686.336 m e E 740284.006 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $273^{\circ}21'9.46''$ e 211.21; até o vértice **Pt109**, de coordenadas N 8214698.688 m e E 740073.153 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $260^{\circ}40'33.68''$ e 180.14; até o vértice **Pt110**, de coordenadas N 8214669.502 m e E 739895.392 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $251^{\circ}35'40.44''$ e 95.12; até o vértice **Pt111**, de coordenadas N 8214639.468 m e E 739805.134 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $280^{\circ}17'9.56''$ e 177.42; até o vértice **Pt112**, de coordenadas N 8214671.149 m e E 739630.562 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $286^{\circ}52'51.47''$ e 126.60; até o vértice **Pt113**, de coordenadas N 8214707.913 m e E 739509.413 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $341^{\circ}12'9.60''$ e 145.27; até o vértice **Pt114**, de coordenadas N 8214845.437 m e E 739462.603 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $349^{\circ}44'6.96''$ e 177.07; até o vértice **Pt115**, de coordenadas N 8215019.671 m e E 739431.050 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $258^{\circ}53'27.64''$ e 119.93; até o vértice **Pt116**, de coordenadas N 8214996.562 m e E 739313.364 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $192^{\circ}43'9.08''$ e 206.33; até o vértice **Pt117**, de coordenadas N 8214795.300 m e E 739267.937 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $215^{\circ}53'45.30''$ e 160.56; até o vértice **Pt118**, de coordenadas N 8214665.230 m e E 739173.796 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $243^{\circ}42'45.73''$ e 138.32; até o vértice **Pt119**, de coordenadas N 8214603.970 m e E 739049.778 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $223^{\circ}17'42.39''$ e 123.44; até o vértice **Pt120**, de coordenadas N 8214514.124 m e E 738965.126 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e

distância:222°19'19.51" e 3.33; até o vértice **Pt121**, de coordenadas N 8214511.662 m e E 738962.884 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:228°15'57.82" e 130.16; até o vértice **Pt122**, de coordenadas N 8214425.020 m e E 738865.754 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:286°05'38.13" e 64.34; até o vértice **Pt123**, de coordenadas N 8214442.856 m e E 738803.935 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:11°12'31.46" e 82.59; até o vértice **Pt124**, de coordenadas N 8214523.872 m e E 738819.990 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:15°50'47.99" e 141.72; até o vértice **Pt125**, de coordenadas N 8214660.206 m e E 738858.688 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:326°08'57.26" e 111.96; até o vértice **Pt126**, de coordenadas N 8214753.187 m e E 738796.323 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:289°05'31.43" e 220.69; até o vértice **Pt127**, de coordenadas N 8214825.374 m e E 738587.769 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:240°51'28.28" e 118.71; até o vértice **Pt128**, de coordenadas N 8214767.567 m e E 738484.090 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:221°40'46.05" e 179.88; até o vértice **Pt129**, de coordenadas N 8214633.219 m e E 738364.477 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:214°42'28.13" e 220.73; até o vértice **Pt130**, de coordenadas N 8214451.766 m e E 738238.796 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:212°06'40.05" e 132.54; até o vértice **Pt131**, de coordenadas N 8214339.501 m e E 738168.342 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:304°01'13.58" e 192.02; até o vértice **Pt132**, de coordenadas N 8214446.937 m e E 738009.185 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:294°16'20.96" e 133.91; até o vértice **Pt133**, de coordenadas N 8214501.983 m e E 737887.115 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:194°44'34.80" e 146.87; até o vértice **Pt134**, de coordenadas N 8214359.949 m e E 737849.739 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:205°03'11.93" e 166.14; até o vértice **Pt135**, de coordenadas N 8214209.444 m e E 737779.387 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:272°15'22.19" e 318.68; até o vértice **Pt136**, de coordenadas N 8214221.990 m e E 737460.952 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:280°12'2.79" e 173.03; até o vértice **Pt137**, de coordenadas N 8214252.633 m e E 737290.657 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:192°43'46.57" e 116.75; até o vértice

Pt138, de coordenadas N 8214138.756 m e E 737264.932 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:132°17'11.07" e 75.94; até o vértice **Pt139**, de coordenadas N 8214087.659 m e E 737321.115 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:101°29'57.74" e 150.70; até o vértice **Pt140**, de coordenadas N 8214057.616 m e E 737468.787 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:194°00'38.89" e 206.16; até o vértice **Pt141**, de coordenadas N 8213857.593 m e E 737418.875 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:254°05'8.82" e 274.81; até o vértice **Pt142**, de coordenadas N 8213782.241 m e E 737154.600 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:294°58'31.23" e 142.88; até o vértice **Pt143**, de coordenadas N 8213842.570 m e E 737025.078 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:286°04'1.78" e 192.73; até o vértice **Pt144**, de coordenadas N 8213895.910 m e E 736839.878 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:312°34'0.15" e 114.33; até o vértice **Pt145**, de coordenadas N 8213973.250 m e E 736755.674 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:256°28'22.56" e 100.08; até o vértice **Pt146**, de coordenadas N 8213949.840 m e E 736658.370 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:229°16'8.53" e 2.34; até o vértice **Pt147**, de coordenadas N 8213948.316 m e E 736656.600 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:238°06'18.74" e 84.04; até o vértice **Pt148**, de coordenadas N 8213903.912 m e E 736585.247 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:311°41'56.32" e 120.89; até o vértice **Pt149**, de coordenadas N 8213984.330 m e E 736494.984 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:271°03'44.48" e 3.09; até o vértice **Pt150**, de coordenadas N 8213984.387 m e E 736491.893 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:311°52'8.66" e 141.44; até o vértice **Pt151**, de coordenadas N 8214078.789 m e E 736386.567 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:319°06'50.31" e 107.81; até o vértice **Pt152**, de coordenadas N 8214160.298 m e E 736315.996 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:339°55'33.08" e 118.63; até o vértice **Pt153**, de coordenadas N 8214271.721 m e E 736275.278 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:348°06'43.47" e 118.27; até o vértice **Pt154**, de coordenadas N 8214387.454 m e E 736250.915 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:312°28'22.79" e 109.64; até o vértice **Pt155**, de coordenadas N 8214461.489 m e E 736170.043 m, localizado no encontro do Córrego Paraíso com o Rio Vacaria; deste,

segue, com os seguintes azimute plano e distância:33°35'42.17" e 74.15; até o vértice **Pt156**, de coordenadas N 8214523.255 m e E 736211.072 m, localizado no leito do Córrego Paraiso; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:25°49'17.83" e 138.49; até o vértice **Pt157**, de coordenadas N 8214647.918 m e E 736271.395 m, localizado no leito do Córrego Paraiso; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:32°31'58.07" e 107.34; até o vértice **Pt158**, de coordenadas N 8214738.414 m e E 736329.120 m, localizado no leito do Córrego Paraiso; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:7°20'31.81" e 70.53; até o vértice **Pt159**, de coordenadas N 8214808.366 m e E 736338.134 m, localizado no leito do Córrego Paraiso; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:328°23'27.38" e 122.50; até o vértice **Pt160**, de coordenadas N 8214912.690 m e E 736273.930 m, localizado no leito do Córrego Paraiso; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:301°13'5.48" e 189.63; até o vértice **Pt161**, de coordenadas N 8215010.977 m e E 736111.756 m, localizado no leito do Córrego Paraiso; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:297°35'19.87" e 171.66; até o vértice **Pt162**, de coordenadas N 8215090.476 m e E 735959.617 m, localizado no leito do Córrego Paraiso; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:324°21'32.29" e 113.56; até o vértice **Pt163**, de coordenadas N 8215182.768 m e E 735893.442 m, localizado no leito do Córrego Paraiso; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:355°14'59.90" e 90.62; até o vértice **Pt164**, de coordenadas N 8215273.078 m e E 735885.938 m, localizado no leito do Córrego Paraiso; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:39°51'37.52" e 145.09; até o vértice **Pt165**, de coordenadas N 8215384.447 m e E 735978.926 m, localizado no leito do Córrego Paraiso; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:345°01'0.58" e 72.50; até o vértice **Pt166**, de coordenadas N 8215454.480 m e E 735960.183 m, localizado no leito do Córrego Paraiso; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:5°44'43.26" e 58.70; até o vértice **Pt167**, de coordenadas N 8215512.884 m e E 735966.059 m, localizado no leito do Córrego Paraiso; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:314°06'41.11" e 95.87; até o vértice **Pt168**, de coordenadas N 8215579.612 m e E 735897.229 m, localizado no leito do Córrego Paraiso; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:329°16'47.57" e 281.67; até o vértice **Pt169**, de coordenadas N 8215821.760 m e E 735753.337 m, localizado no leito do Córrego Paraiso; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:354°31'27.21" e 183.19; até o vértice **Pt170**, de coordenadas N 8216004.110 m

e E 735735.856 m, localizado no leito do Córrego Paraiso; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:22°11'47.07" e 146.78; até o vértice **Pt171**, de coordenadas N 8216140.016 m e E 735791.308 m, localizado no leito do Córrego Paraiso; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:293°37'4.24" e 194.42; até o vértice **Pt172**, de coordenadas N 8216217.909 m e E 735613.170 m, localizado no leito do Córrego Paraiso; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:218°34'39.30" e 134.54; até o vértice **Pt173**, de coordenadas N 8216112.730 m e E 735529.274 m, localizado no leito do Córrego Paraiso; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:328°50'27.26" e 46.10; até o vértice **Pt174**, de coordenadas N 8216152.181 m e E 735505.420 m, localizado no leito do Córrego Paraiso; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:347°59'34.99" e 152.39; até o vértice **Pt175**, de coordenadas N 8216301.232 m e E 735473.719 m, localizado no leito do Córrego Paraiso; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:0°24'43.16" e 127.18; até o vértice **Pt176**, de coordenadas N 8216428.409 m e E 735474.634 m, localizado no leito do Córrego Paraiso; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:334°07'30.16" e 151.04; até o vértice **Pt177**, de coordenadas N 8216564.304 m e E 735408.720 m, localizado no leito do Córrego Paraiso; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:12°55'50.52" e 139.69; até o vértice **Pt178**, de coordenadas N 8216700.447 m e E 735439.978 m, localizado no leito do Córrego Paraiso, confrontando com propriedade de Mauro Damaceno; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:332°26'1.06" e 222.51; até o vértice **Pt179**, de coordenadas N 8216897.693 m e E 735337.008 m, localizado no leito do Córrego Paraiso; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:352°48'3.33" e 191.66; até o vértice **Pt180**, de coordenadas N 8217087.841 m e E 735312.989 m; deste, segue confrontando com a Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS Tamanduá, com os seguintes azimute plano e distância:10°38'25.44" e 215.90; até o vértice **Pt181**, de coordenadas N 8217300.025 m e E 735352.853 m; deste, segue confrontando com a RDS Tamanduá, com os seguintes azimute plano e distância:30°20'4.02" e 309.99; até o vértice **Pt182**, de coordenadas N 8217567.571 m e E 735509.410 m; deste, segue confrontando com a RDS Tamanduá, com os seguintes azimute plano e distância:9°44'58.78" e 238.87; até o vértice **Pt183**, de coordenadas N 8217802.995 m e E 735549.862 m; deste, segue confrontando com a RDS Tamanduá, com os seguintes azimute plano e distância:39°28'52.06" e 444.28; até o vértice **Pt184**, de coordenadas N 8218145.902 m e E 735832.343 m, confrontando com

propriedade de André Nunes de Araújo; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:15°20'38.84" e 336.78; até o vértice **Pt185**, de coordenadas N 8218470.681 m e E 735921.462 m, confrontando com propriedade de André Nunes de Araújo; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:356°54'13.79" e 429.13; até o vértice **Pt186**, de coordenadas N 8218899.189 m e E 735898.283 m, confrontando com propriedade de André Nunes de Araújo; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:24°30'34.49" e 866.65; até o vértice **Pt187**, de coordenadas N 8219687.745 m e E 736257.808 m, confrontando com propriedade de André Nunes de Araújo; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:3°11'1.64" e 581.69; até o vértice **Pt188**, de coordenadas N 8220268.538 m e E 736290.115 m, localizado próximo ao marco de territorialidade "Pedra de Amolar", confrontando com propriedade de André Nunes de Araújo; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:357°23'41.02" e 656.87; até o vértice **Pt189**, de coordenadas N 8220924.726 m e E 736260.257 m, confrontando com propriedade de André Nunes de Araújo; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:355°42'53.63" e 729.75; até o vértice **Pt190**, de coordenadas N 8221652.440 m e E 736205.730 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:15°37'33.65" e 444.23; até o vértice **Pt191**, de coordenadas N 8222080.252 m e E 736325.387 m, confrontando com propriedade de Jacy Zanol Xavier e José Aparecido Martins; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:39°04'36.05" e 542.02; até o vértice **Pt192**, de coordenadas N 8222501.023 m e E 736667.053 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:69°27'44.23" e 231.11; até o vértice **Pt193**, de coordenadas N 8222582.100 m e E 736883.470 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:8°44'18.00" e 787.20; até o vértice **Pt194**, de coordenadas N 8223360.163 m e E 737003.063 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:3°01'3.91" e 703.71; até o vértice **Pt195**, de coordenadas N 8224062.897 m e E 737040.110 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:3°47'10.68" e 512.58; até o vértice **Pt196**, de coordenadas N 8224574.362 m e E 737073.959 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:9°26'47.86" e 610.63; até o vértice **Pt197**, de coordenadas N 8225176.709 m e E 737174.181 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:101°45'8.59" e 146.83; até o vértice **Pt198**, de coordenadas N 8225146.802 m e E 737317.934 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:128°12'5.92" e 368.28; até o vértice **Pt199**, de coordenadas N 8224919.046 m e E 737607.344 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e

distância:100°26'44.10" e 220.82; até o vértice **Pt200**, de coordenadas N 8224879.010 m e E 737824.507 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:162°09'30.04" e 339.67; até o vértice **Pt201**, de coordenadas N 8224555.674 m e E 737928.578 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:29°42'24.60" e 326.20; até o vértice **Pt202**, de coordenadas N 8224839.000 m e E 738090.229 m, confrontando com propriedade de Aristeu; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:8°10'33.95" e 270.22; até o vértice **Pt203**, de coordenadas N 8225106.475 m e E 738128.659 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:110°37'1.90" e 570.61; até o vértice **Pt204**, de coordenadas N 8224905.550 m e E 738662.724 m, confrontando com propriedade de Jadson; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:94°55'7.88" e 619.12; até o vértice **Pt205**, de coordenadas N 8224852.464 m e E 739279.562 m, localizado na margem direita do Córrego Poções; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:84°52'30.02" e 873.89; até o vértice **Pt206**, de coordenadas N 8224930.528 m e E 740149.963 m, localizado no leito do Córrego Poções; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:145°44'1.21" e 434.95; até o vértice **Pt207**, de coordenadas N 8224571.069 m e E 740394.861 m, localizado no leito do Córrego Poções; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:180°59'36.80" e 451.06; até o vértice **Pt208**, de coordenadas N 8224120.080 m e E 740387.039 m, localizado no leito do Córrego Poções; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:75°11'30.94" e 211.43; até o vértice **Pt209**, de coordenadas N 8224174.119 m e E 740591.452 m, localizado no leito do Córrego Poções; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:181°05'14.43" e 133.18; até o vértice **Pt210**, de coordenadas N 8224040.968 m e E 740588.924 m, localizado no leito do Córrego Poções; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:151°04'5.22" e 330.74; até o vértice **Pt211**, de coordenadas N 8223751.506 m e E 740748.926 m, localizado no leito do Córrego Poções; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:88°13'37.72" e 244.32; até o vértice **Pt212**, de coordenadas N 8223759.064 m e E 740993.124 m, localizado no leito do Córrego Poções; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:40°17'49.74" e 518.23; até o vértice **Pt213**, de coordenadas N 8224154.318 m e E 741328.290 m, localizado no leito do Córrego Poções, confrontando com propriedade de Orozino marques Carvalho; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:99°15'47.77" e 229.73; até o vértice **Pt214**, de coordenadas N 8224117.338 m e E 741555.026 m, localizado no leito do Córrego Poções, confrontando

com propriedade de Orozino marques Carvalho; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $48^{\circ}28'48.67''$ e 206.41; até o vértice **Pt215**, de coordenadas N 8224254.160 m e E 741709.568 m, localizado no leito do Córrego Poções; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $76^{\circ}32'43.33''$ e 881.98; até o vértice **Pt216**, de coordenadas N 8224459.376 m e E 742567.346 m, localizado no leito do Córrego Poções; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $18^{\circ}09'55.56''$ e 683.51; até o vértice **Pt217**, de coordenadas N 8225108.821 m e E 742780.438 m, localizado no leito do Córrego Poções; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $94^{\circ}04'29.72''$ e 566.11; até o vértice **Pt218**, de coordenadas N 8225068.593 m e E 743345.121 m, localizado no encontro do Córrego Poções com o Rio Peixe Bravo; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $64^{\circ}39'2.20''$ e 998.11; até o vértice **Pt219**, de coordenadas N 8225495.919 m e E 744247.123 m, localizado na margem esquerda do Rio Peixe Bravo; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $67^{\circ}09'17.36''$ e 438.04; até o vértice **Pt220**, de coordenadas N 8225665.984 m e E 744650.802 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $24^{\circ}50'38.49''$ e 3563.41; até o vértice **Pt221**, de coordenadas N 8228899.614 m e E 746147.965 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $34^{\circ}42'36.37''$ e 728.07; até o vértice **Pt0**, de coordenadas N 8229498.120 m e E 746562.546 m, encerrando esta descrição. Todas as coordenadas aqui descritas foram colhidas com GPS Garmin Etrex 10, estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central -45, tendo como DATUM SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

Considerações finais

Consideramos que a reivindicação territorial da Comunidade Remanescente de Quilombo de Peixe Brabo é fundamentada pela trajetória histórica desde seus antepassados, décadas antes do fim do sistema escravista no Brasil, por serem descendentes de quilombolas históricos que se fixaram nas margens do rio Peixe Bravo, no limite dos municípios de Riacho dos Machados e Rio Pardo de Minas onde instituíram o *mundus social* em que seus descendentes reproduzem suas vidas material, social e cultural. É nesse espaço histórico de resistência da comunidade negra que o sentido de pertencimento é construído e vivenciado em um território relacional e de sentimentos.

A proposta de delimitação territorial apresentada é alicerçada na memória dos 17 troncos familiares, mas principalmente dos Pereira da Silva, dos Oliveira e dos Soares de Brito que deram início e que formam essa comunidade quilombola.

É importante que os órgãos afins contribuam na implementação do Plano de Etnodesenvolvimento em consonância com as demandas das famílias. Também é importante investir em práticas que possibilitem uma melhoria nos sistemas produtivos dos nativos - lavouras, criações de animais e extrativismo (pesca, coleta de frutas nativas, lenha e madeira), considerando o sustento e a geração de renda para as famílias, em consonância com a conservação dos recursos naturais, como as terras, rios, lagoas, fauna e vegetação nativa.

Ainda nesse sentido, investir em novas oportunidades de geração de trabalho e renda para as famílias e, em particular para os mais jovens é necessário. Neste caso, a educação deve desempenhar um papel de grande relevância, incorporando os aspectos étnicos e culturais da comunidade e contribuindo com a formação cidadã e profissional.

Como indicativo mais imediato, investir em um trabalho relacionado com o manejo e conservação da agrobiodiversidade, que possa identificar, valorizar e desenvolver meios de melhoria das variedades tradicionais, inclusive visando suprir as famílias com variedades de milho de elevado potencial produtivo, porém não transgênico. Para tanto, viabilizar a interação das famílias do quilombo com a Rede de Guardiões e Guardiãs da Agrobiodiversidade que tem atuação tanto em Riacho dos Machados quanto em Serranópolis, Grão Mogol e Rio Pardo de Minas. Este trabalho desenvolvido pela rede de sementes é associado com a promoção de práticas adequadas de manejo e conservação dos solos e alternativas ao uso de agrotóxicos.

Outra iniciativa importante que vem sendo promovida pelo CAA-NM na região é a qualificação da produção de algodão agroecológico associado com o seu beneficiamento, produzindo plumas para tecelagem e grãos para aproveitamento do óleo e da ração derivada do uso da torta. Esta iniciativa, em curso no Quilombo do Gurutuba, viabilizou tanto a produção de tecidos, como a produção de sabão e sabonetes, experiência que pode ser compartilhada com o Quilombo de Peixe Brabo.

Finalmente, frente ao elevado potencial extrativista dos cerrados, iniciativas que estão sendo desenvolvidas nas proximidades, no Assentamento Tapera e no Assentamento Americana, através do Grupo Extrativista do Cerrado podem contribuir com as ações de coleta e beneficiamento de frutos nativos e desenvolvimento de fitoterápicos. Além do pequi e outros frutos nativos, verificou-se a existência do rufão na área, que pode ser utilizado também na extração de um óleo de suas sementes, de elevada qualidade fitoterápica, e com uma demanda crescente tanto na região quanto em outros estados brasileiros.

O território proposto tem condições de abrigar as duzentas e trinta famílias residentes, destinando terras suficientes para que nelas possam implantar ou ampliar os seus quintais, hortas, e terrenos para que possam cultivar e formar pastagens em áreas de cultura e tabuleiros, inclusive para famílias futuras descendentes das que aí vivem. Da mesma maneira, o território proposto vai garantir as estratégias tradicionais extrativistas como áreas para solta dos animais e coleta de frutas, lenha, folhas e plantas medicinais, tão recorrentemente citados pelos seus moradores mais antigos.

A presença de espécies raras e ameaçadas presentes no território e em seu entorno em ambientes de cerrados e mata atlântica, o patrimônio arqueológico, paleontológico, espeleológico e cultural aí identificado, a presença do geossistema ferruginoso único no Brasil ainda não alterado e principal responsável pela manutenção do equilíbrio hidrológico dos rios Peixe Bravo e Vacarias, devem ser objeto de salvaguardas em instâncias municipais (municípios de Riacho dos Machados e Rio Pardo de Minas), estadual e federal. Patrimônios que podem contribuir com programas e projetos de turismo de base comunitária além de elevar as arrecadações de ICMS cultural e ecológico dos dois municípios em que o Quilombo de Peixe Brabo encontra-se em seus limites.

A consolidação do território quilombola deve considerar a necessidade de investir na gestão territorial, um dos componentes de fundamental importância para a

sustentabilidade socioambiental e econômica de seus moradores, garantindo a equidade na distribuição das áreas a serem realizadas por suas próprias organizações, considerando também as demandas atuais e futuras das famílias, as áreas de uso comunal e de proteção ambiental.

Bibliografia

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de preto, terras de santo e terras de índio: posse comunal e conflito. In *Humanidades*, Ano IV, 1987/88, Brasília: UnB.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os Quilombos e as Novas Etnias. In: O'Dwyer, Eliane Cantarino (Org.). *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Conhecimento tradicional e biodiversidade: normas vigentes e propostas*. v 1, Manaus: Programa de Pós-Graduação da Universidade do Amazonas – UEA / Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura da Amazônia / Fundação Ford / Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

ALMEIDA, M I S; BORGES, M G; RODRIGUES, H L A; Análise comparativa de fitofisionomias em áreas de bacias hidrográficas do rio São Lamberto e do rio Vacaria, Minas Gerais – Com uso de sensoriamento remoto. In *Revista Tocantinense de Geografia*, Araguaína (TO), Ano 06, n.0 09, jan./abr. de 2017, pp. 139-156.

ARRUTI, José Mauricio Adion. A Emergência dos “remanescentes”: Notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. In: *Mana*, 3, n. 2, 7-38, 1996.

ARRUTI, José Maurício Adion. *Mocambo: Antropologia e História do processo de formação quilombola*. São Paulo: Edusc, 2006.

BANDEIRA, Maria de Lourdes. *Território negro em espaço branco*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BARTH, Fredrik. *Cosmologies in the making*. Cambridge: University Press, 1989.

BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Organização dos textos por Tomke Lask. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BARTH, Fredrik. Etnicidade e o conceito de cultura. *Antropolítica*. Niterói: Duff, 2005. n. 19 (2 sem. 95). p. 15-30.

BECKER, B. (Orgs). *Ordenação do território: uma questão política?* Rio de Janeiro: UFRJ, 1984.

BOURDIEU, Pierre. *Le sens pratique*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980.

- BOURDIEU, Pierre. Celibat et condition paysane. Em *Études Rurales*, 5-6, 1962.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A comunidade tradicional. Em COSTA, João Batista de Almeida e OLIVEIRA, Cláudia Luz de. *Cerrado, Gerais, Sertão: comunidades tradicionais nos sertões roseanos*. São Paulo: Intermédios Cultural, 2012, p. 367-380.
- BRITO, Isabel Cristina Barbosa de. *Comunidade, território e complexo florestal industrial: o caso de Vereda Funda - Norte de Minas Gerais*. Montes Claros: Unimontes / PPGDS, 2006. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Social.
- CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL. Cadeia do Espinhaço: avaliação do conhecimento científico e prioridades de conservação. *Revista Megadiversidade*. V. 4, nº 1-2. Dezembro, 2008.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Identidade étnica e a moral do reconhecimento. Caminhos da identidade: ensaios sobre e multiculturalismo*. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Paralelo 15, 2006. p. 19-58.
- CARMO, Flávio Fonseca do e KAMINO, Luciana Hiromi Yoshino. Patrimônio ambiental e cultural no vale do rio Peixe Bravo. Em CARMO, F.F. do e KAMINO, L.H.Y (orgs) *O Vale do rio Peixe Bravo: ilhas de ferro no sertão mineiro*. Belo Horizonte: 3i Editora, 2017, pp. 12-27.
- CARMO, Felipe Fonseca do. Uma prosa sobre as cavernas que trouxeram luz ao conhecimento. CARMO, F. F e KAMINO, L. H. Y (Orgs). *O vale do rio Peixe Bravo: ilhas de ferro no sertão mineiro*. Belo Horizonte: 3i Editora, 2017, 28-47.
- CARVALHO, José Jorge de. A experiência histórica nas Américas e no Brasil. Em CARVALHO, J.J, DORIA, S.Z. e OLIVEIRA JR, A. N. (orgs). *O Quilombo de Rio das Rãs: Histórias, tradições, lutas*. Salvador: EdiUFBA, 1995, p. 13-74.
- CORREIA, João Roberto. *Pedologia e conhecimento local: proposta metodológica de interlocução entre saberes construídos por pedólogos e agricultores em área de Cerrado em Rio Pardo de Minas, MG*. Rio de Janeiro: Instituto de Agronomia / UFRRJ 2005. (Tese de Doutorado em Agronomia com concentração em ciência de solos).
- COSTA, João Batista de Almeida. *Mineiros e baianos: a configuração do englobamento, da exclusão e do entre-lugar em Minas Gerais*. Montes Claros: Editora da Unimontes, 2017.

COSTA, João Batista de Almeida e ARAÚJO, Elisa Cotta de. *Relatório Antropológico de Caracterização histórica, econômica, sociocultural e ambiental da Comunidade Remanescente de Quilombo da Lapinha*. Matias Cardoso (MG), mimeo, 2013.

COSTA, João Batista de Almeida, DAYRELL Carlos Alberto, FERREIRA, Antônio Carlos e LUZ, Aline. Grande Sertão: Veredas e seus ecossistemas. Em *Revista Desenvolvimento Social* 1(1), jan/jun, 2008, pp. 63-78.

COSTA, Sandra Helena Gonçalves. “Recantilados”, entre o direito e o rentismo: “grilagem judicial” e a formação de propriedade privada de terras no Norte de Minas Gerais. São Paulo: USP / FFLCH, 2017 (Tese de doutorado).

CUNHA, Manuela Carneiro da. 2009. *Cultura com aspas*. São Paulo: Editora Cosac Naify.

DAYRELL, C.A. *Geraizeiros e Biodiversidade no Norte de Minas: a contribuição da agroecologia e da etnoecologia nos estudos dos agroecossistemas tradicionais*. Universidade Internacional de Andalucia Sede Ibero Americana - La Rábida 1998. (Dissertação de mestrado).

DAYRELL, Carlos Alberto, BARBOSA, Rômulo Soares e COSTA, João Batista de Almeida. Dinâmicas produtivas e territoriais no Norte de Minas: o lugar invisível das economias nativas e apontamentos para políticas públicas. Em *Campo-Território: revista de geografia agrária* 12 (27), ago 2017, p. 128-151.

DIEGUES, A. C. 1994. *As Populações Tradicionais: Conceitos e Ambigüidades*. São Paulo, NUPAUB, 1994.

DÜRKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa: o sentido totêmico na Austrália*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

DURHAM, Eunice Ribeiro. *A caminho da cidade: A vida rural e a migração para São Paulo*. 2ª. ed. São Paulo: Ática, 1973.

DÜRKHEIM, Émile. *As Formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

DÜRKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

EVANS-PRITCHARD, E. E. *Os Nuer*. 2ª. Ed. São Paulo: Perspectiva, 1993. Estudos: Antropologia.

FELDMAN-BIANCO, Bela e RIBEIRO, Gustavo Lins. *Antropologia e Poder: Contribuições de Eric Wolf*. São Paulo. Unicamp, 2003.

RIBEIRO, Felipe Leonardo Soares. Precisamos construir os Gerais, porque as Minas estão nos tomando... Uma análise da mineração no Norte de Minas. Em: FERREIRA, Gustavo Henrique Cepolini (Org.). *Atlas da Questão Agrária Norte Mineira*. São Paulo: Entremares, 2020. cap. 3, p. 91-96.

FIRTH, Raymond. *Elementos de Organização Social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. Antropologia Social.

GALIZONI, Flávia Maria. *A terra construída: Família, Ambiente e Migrações no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais*. São Paulo: USP-FFLCH, 2000. Dissertação de mestrado.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1989.

GEERTZ, Clifford. *Observando o Islã: o desenvolvimento religioso no Marrocos e na Indonésia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

GOMES, Augusto Milagres e, SOUZA-SILVA, Marconi e FERREIRA, Rodrigo Lopes. Ecosistemas subterrâneos do Vale do Rio Peixe Bravo. Em CARMO, F. F e KAMINO, L. H. Y (Orgs). *O vale do rio Peixe Bravo: ilhas de ferro no sertão mineiro*. Belo Horizonte: 3i Editora, 2017, p. 188-207.

GOMES, Flávio dos Santos. Quilombos do Rio de Janeiro no século XIX. Em REIS, J.J e GOMES, F.S (orgs). *Liberdade por um fio. História dos Quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 263-290.

HALBWACHS, Maurice. *Les Cadres de la Memorie*. Paris: Mouton, 1976.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/> Acesso em: Fevereiro de 2021.

INMET, Instituto Nacional de Meteorologia. 2010. Disponível em: <https://portal.inmet.gov.br/> Acesso em: Fevereiro de 2021.

LEAL, Thomas Leonardo Marques de Castro; CLEMENTE, Carlos Magno Santos. *Normais Provisórias -Precipitação Pluviométrica Semiáridos Mineiro e Baiano - 1994 a 2016*. Mapa, 2017.

- LEITE, Ilka Boaventura – “Terras e territórios de negros no Brasil”. In *Textos e Debates*, 1(2), 1990. Florianópolis: UFSC/NUER.
- LITTLE, Paul Elliot. Territórios Sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. In *Anuário Antropológico, 2002/2003*, Brasília: 2005, pp. 251-290.
- MARTINEZ, Diego Amoedo. *Casas, terras, vacas e plantas: o sistema agrícola de Tourém e Pitões das Júnias (Alto Barroso, Portugal)*. Campinas: Unicamp / IFCH, 2017 (Tese de Doutorado).
- NERI, Rentato Aquino. *As três faces da organização social da comunidade negra rural de Agreste: Parentesco, casamento e compadrio*. Montes Claros: Unimontes, 2008 (Monografia de bacharelado).
- NEVES, Antonino da Silva. *Chorografia do Município de Rio Pardo, estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1908.
- NORA, Pierre (org) – *Les Lieux de Mémoire*. Paris: Gallimard, 1997. 3 volumes.
- O'DWYER, Eliane Cantarino (org). Apresentação do caderno Terra de quilombos da ABA. In *Terra de quilombos*. Rio de Janeiro: Decania CFCH/UFRJ, 1995
- O'DWYER, Eliane Cantarino. (Org.). *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- O'DWYER, Eliane Cantarino. Verbete Direitos Territoriais, executado através de parceria com a Associação Brasileira de Antropologia, 2010 (mimeo).
- O'DWYER, Eliane Cantarino. *Relatório Antropológico de Identificação Territorial da Comunidade Negra Rural do Cruzeiroinho, Natividade – Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFF, 2010 (mimeo).
- OLIVEIRA, Ariosvaldo Umbelino de. *Estrutura fundiária e grilagem de terras no Norte de Minas*, 2013 (Pesquisa inédita).
- OLIVEIRA, Cláudia Luz de. *Vazanteiros do Rio São Francisco: um estudo sobre populações e territorialidades no Norte de Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG, 2005 (Dissertação de Mestrado).

- OLIVEIRA, João Pacheco de. *Indigenismo e Territorialização: Poderes, Rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contra Capa livraria Ltda, 1998.
- PEIRANO, Mariza Gomes e Souza. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.
- PIMENTEL, Sidney Valadares. *O chão é o limite. A Festão do Peão de Boiadeiro e a Domesticação do Sertão*. Goiania: Editora UFG, 1997.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Decreto 4.887: Regulamento para o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos*. Brasília: DOU, 2003.
- PRICE, Richard. Palmares como poderia ter sido. Em REIS, J.J e GOMES, F.S (orgs). *Liberdade por um fio. História dos Quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 52-59.
- RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil* 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- REDFIELD, Robert. *The little community and peasant society and culture: An anthropological approach of civilization*. Chicago: University of Chicago Press, 1955.
- SANTOS, Carlos Alexandre Barboza Plínio dos. *“Negros do Tapuío”: memórias de quilombolas do sertão piauiense*. Curitiba: Appris, 2012.
- SANTOS, Milton. et al.(Orgs). *Território: Globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec / Anpur, p. 15-20, 1994.
- SOARES, Luiz Eduardo. *Campesinato: ideologia e política*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- SOUZA, J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. et al. (Orgs). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116.

STEIL, Carlos Alberto. *O Sertão das Romarias: um estudo antropológico sobre o Santuário de Bom Jesus da Lapa – Bahia*. Petrópolis: Vozes, 1996.

TOBIAS JUNIOR, Rogério. Arqueologia no vale do rio Peixe Bravo: primeiras abordagens. Em CARMO, F. F e KAMINO, L. H. Y (Orgs). *O vale do rio Peixe Bravo: ilhas de ferro no sertão mineiro*. Belo Horizonte: 3i Editora, 2017, 48-89,

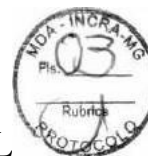
VILELA, Francisco, PEDROSA-SOARES, Antonio Carlos, NAVES DE CARVALHO, Marco, ARIMATEIA, Ranufo, SANTOS, Eduardo e VOLL, Eliane. *Metalogênese da Faixa Araçuaí: o Distrito Ferrífero Nova Aurora (Grupo Macaúbas, Norte de Minas Gerais) no Contexto dos Recursos Minerais do Orógeno Araçuaí*. 2014.

WOORTMANN, Ellen F. *Herdeiros, Parentes e Compadres*. São Paulo: Hucitec; Brasília: Edunb, 1995.

DOCUMENTOS

PROMOTORIA DE JUSTIÇA ÚNICA. *Inquérito público MPMG – 0278.17.000182-2*. Grão Mogol: Patrimônio Público (Cível), 11/10/2018.

ANEXOS



REPÚBLICA FEDERAL DO BRASIL
MINISTÉRIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

CERTIDÃO DE AUTODEFINIÇÃO

O Presidente da Fundação Cultural Palmares, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 10 da Lei n.0 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 20, SS 10 e 20, art. 30, S 40 do Decreto n.0 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, SS 10 e 50 da Constituição Federal de 1988, Convenção no 169, ratificada pelo Decreto no 5.051, de 19 de abril de 2004 e nos termos do Processo administrativo desta Fundação nº 01420.002394/2008-18, CERTIFICA que a comunidade de peixe Bravo, localizada no município de Riacho dos Machados/MG. Registrada no Livro de Cadastro Geral n.0 011, Registro n. 1.089, fl. 105, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.0 98, de 26 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União n.0 228 de 28 de novembro de 2007, Seção I, f. 29, SE AUTODEFINI COMO REMANESCENTES DE QUILOMBO.

Eu, Miriam Caetana de Souza Ferreira, (Ass.).
Diretora-Substituta da Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a la extraí.
Brasília, DF, 15 de outubro de 2008.

O referido é verdade e dou fé.


Eliane Borges da Silva

Presidenta-substituta

SBSQD02LOTE 11 - Ed. Eloy Meireles - Brasília/DF - CEP: 70070-120 - Brasília
Fone: (0 XX 61) 3424 0101-fax: 0xx61 3424 0145
E-mail: dpo@palmares.gov.br Site: www.palmares.gov.br

"A felicidade do negro é uma felicidade guerreira" (Wally Salomão) • DF.Brasília

QUILOMBO DE PEIXE BRABO

RELAÇÃO DE MORADIAS – RIACHO DOS MACHADOS

Número	Moradia
01	Wilson Elias dos Santos
02	Dasila Pereira da Paz
03	Geralda Pereira da Paz
04	Osmar Pereira da Paz
05	João Ferreira Quaresma
06	Isaías Ferreira Quaresma
07	Não quilombola
08	João Santos Silva
09	Damião Santos Silva
10	Vercino Pereira Oliveira
11	Antônio Ferreira dos Santos
12	Joaquim Ferreira dos Santos
13	José Clemente da Silva Filho
14	Domingos Divino Nunes de Oliveira
15	Roney Lourenço de Souza
16	Joaquim Lourenço de Oliveira
17	Aldeir Nunes de Oliveira
18	Libriano Pereira da Silva
19	Joselino Pereira da Silva
20	Geraldo Lourenço de Oliveira
21	Miguel Pereira de Souza
22	José Lourenço de Oliveira
23	Antônio Lourenço de Souza
24	Ronilson Lourenço de Souza
25	Maria de Lourdes Souza Silva
26	Sebastiana Rufina de Souza
27	Ana Pereira da Silva
28	Claudiácio Pereira da Silva
29	Ednaldo Pereira da Silva
30	Darci Pereira da Silva
31	Filomena Pereira da Silva
32	Lili Pereira da Silva
33	José Pereira da Silva
34	Reinaldo de Souza
35	Vanderli Pereira da Silva
36	Joares de Souza
37	Mercês Pereira da Silva
38	José Pereira de Araújo
39	Dilson Cândido de Araújo
40	Carlos Pereira de Araújo
41	Honório José de Araújo
42	José Maria de Brito
43	Laudi Pereira da Silva

44	Osmarina Etelvina de Araújo
45	Ronaldo Lourenço de Souza
46	Cândido Pereira da Silva
47	Tiago Pereira da Silva
48	Mirosmar Pereira da Silva
49	Laurindo José de Araújo
50	Claudinei José de Araújo
51	Jonas Pereira de Araújo
52	Silvênio José de Araújo
53	Roberto Carlos Nunes de Brito
54	Catarina José de Araújo
55	Maria Celsa Nunes de Oliveira
56	Marcos Nunes Pereira
57	José Milton de Oliveira
58	Evanite Nunes Pereira
59	José Aparecido Pereira da Silva
60	Joaquim Nunes Pereira
61	Geraldo Divino de Jesus Nunes
62	Lourivaldo José de Araújo
63	Denilson Nunes de Araújo
64	Aparecido Pereira da Silva
65	Valtenir
66	Juliana Maria de Araújo Silva
67	Elício Silva de Araújo
68	Valdivina Nunes de Brito
69	Valdenir Soares de Brito
70	Ronildo Soares de Brito
71	Júlia Priscilina de Souza
72	Sebastião Anjo de Souza
73	Francina Pereira da Silva
74	Sivado
75	Jercino
76	Joselino de Sales
77	Helóida
78	Adão Vicente de Sá
79	Ailson Vitorino de Sales
80	Edilson Pereira da Silva
81	José Wilson de Oliveira
82	Antônio Ferreira da Silva
83	Henrique Ferreira da Silva
84	Joana Nascimento de Oliveira
85	José Cardoso
86	Lucieide Silva Oliveira
87	Rosinete Ferreira da Silva
88	Cícero Ferreira da Silva
89	Maria de Souza Oliveira
90	Rosivaldo Ferreira da Silva
91	José Ferreira da Silva
92	Simone Pereira da Silva
93	Argemiro Pereira da Silva
94	Diego Cândido de Araújo
95	Maria de Lourdes / José Henrique

96	João Pereira da Silva
97	Ana Lúcia Ferreira da Silva
98	Leonardo Ferreira da Silva
99	Maria Pereira da Silva
100	João Pereira de Souza
101	Jucélio de Oliveira
102	João Pereira da Silva
103	Luzete Pereira de Souza
104	Maria Aparecida Silva Souza
105	Ana Maria Raimunda
106	Edileuzo Pereira da Silva
107	Adão José de Oliveira
108	Valdivino Ferreira da Silva
109	Carlúcio Pereira de Souza
110	Celestino Vicente Sales
111	João Vicente Sales
112	Ildeu Ferreira da Silva
113	Ismael Pereira da Silva
114	José Lourenço de Oliveira / Zé de Lira
115	Udélío Campos das Flores
116	José Campos das Flores
117	José Cândido de Araújo
118	Eva Pereira de Oliveira
119	Valdete de Oliveira
120	Nauzir Pereira de Souza
121	João Pereira de Souza / João de Jorge
122	José Nunes de Sales / Zé de Isolina
123	Ildeu Pereira da Silva
124	Reinaldo Nunes de Sales
125	Ana Lourdes das Flores Silva
126	Rosalino de Lenice
127	Adão Vicente Sales
128	João Rosa
129	Santos Vicente Sales
130	Antônio Rosa
131	Dedezinha Nunes Carvalho
132	Adão Vicente Sales
133	Teo Vicente Sales
134	Dé de Vitalina
135	Hilda Nunes
136	Sebastiana Nunes
137	Neguinho de Hilda
138	Osmar Pereira da Silva
139	José de Tereza
140	José de Mara

QUILOMBO DE PEIXE BRABO

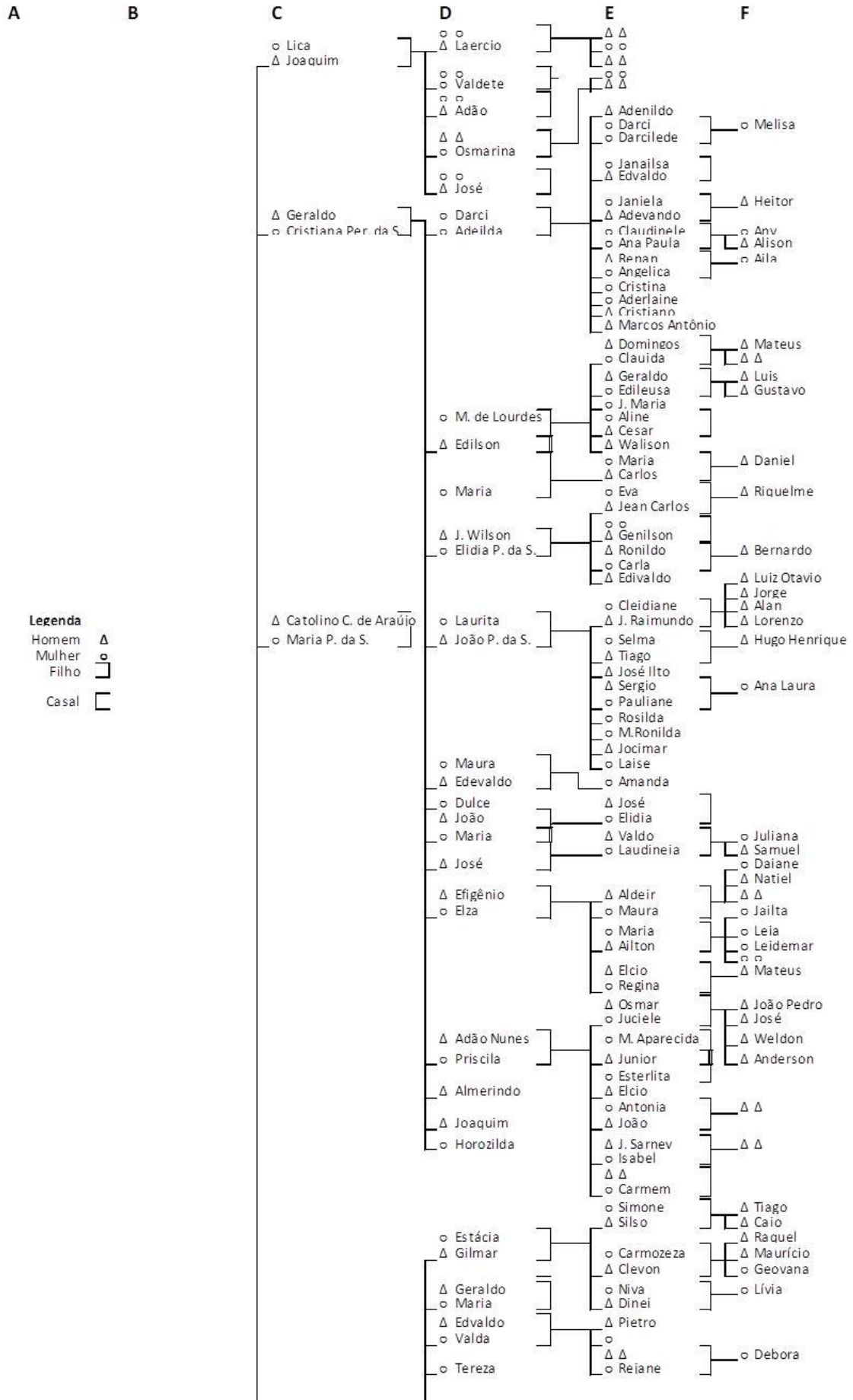
RELAÇÃO DE MORADIAS – RIO PARDO DE MINAS

Número	Moradia
01	Marcelino
02	José Pereira da Silva
03	Adão Pereira da Silva
04	Graciela de Souza Oliveira
05	Nilton Pereira de Souza
06	Sidinei Pereira da Silva Araújo
07	Joaquim Vitorino
08	José Maria de Brito
09	Jacira Florsina Pereira
10	Davi José de Araújo
11	Alice José de Araújo
12	Sirleide Pereira de Araújo
13	Geraldo José de Araújo
14	Valdivino José de Araújo
15	Aleci Pereira de Araújo
16	João Pereira da Silva
17	Raimundo Pereira da Silva
18	Deli de Araújo
19	Valdivino Pereira da Silva
20	Alcides José de Araújo
21	Tereza Pereira da Silva
22	Givanildo Pereira da Silva
23	Silvani Pereira
24	Emanuel Sales
25	Domingos Sales
26	Valdinei José de Araújo
27	Tapera – José Aparecido
28	Tapera – Nazareno Vicente Sales
29	Emanuel Florêncio dos Reis
30	Selma Florêncio dos Reis
31	José Florêncio dos Reis
32	Eliete Florêncio dos Reis
33	Geraldo José de Araújo
34	Cristiano Cardoso Borges
35	Carlos Alberto Soares de Brito
36	Geovane Soares de Brito
37	Adilson Soares de Brito
38	Deonato Soares de Brito
39	Ailson Soares de Brito
40	Rosenilda Morais Sales
41	José Vicente Sales
42	Carlos Santos Sales
43	Robson Morais Sales

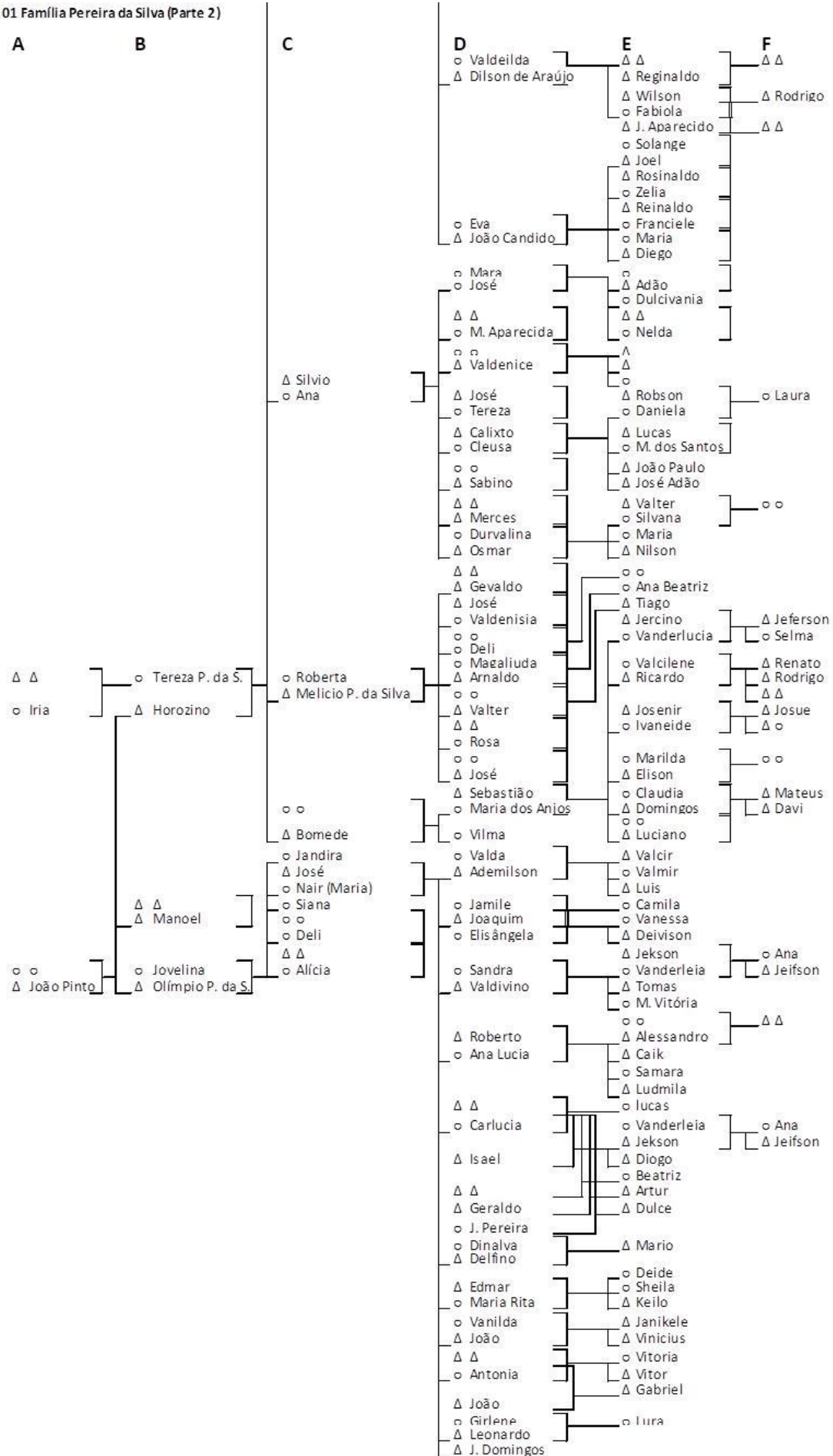
44	Odimar Souza de Oliveira
45	Ricardo dos Anjos Souza
46	José Domingos dos Anjos Souza
47	Vanderlúcia dos Anjos Souza
48	Ivanete dos Anjos Souza
49	Geraldo Soares de Brito
50	Valmir Soares de Brito
51	Amauri Soares de Brito
52	Wellington Soares de Brito
53	Maria de Lourdes
54	Carlos Edmilson Pereira de Souza
55	José Pereira da Silva
56	Carmozeza Pereira da Silva
57	Carlos Santos de Araújo
58	Elvina de Araújo
59	Oswaldo Cândido de Araújo
60	Ailton
61	Elza Pereira de Araújo
62	Franciele Pereira de Araújo
63	Joel Cândido de Araújo
64	Celestino Vicente Sales
65	Ildeu Ferreira da Silva
66	Ismael Pereira da Silva
67	Joel Cândido de Araújo
68	Maura de Efigênio
69	Adão Baiano
70	João de Adão Baiano
71	Carlúcio de Toninho
72	Aldinei de Estácia
73	Maria Aparecida Pereira de Souza
74	Estácia Priscilina de Souza
75	Oscar de Toninho
76	Domingos de Toninho
77	Mariinha de João Bonifácio
78	Wilson José de Araújo
79	Vando (Neguinho)
80	Antônio de Maria de Dezinho
81	Maria de Dezinho
82	Adão Galego
83	Luciano
84	Antônio de Joelisa
85	Adão Pereira da Silva
86	Heleno Pereira de Oliveira
87	Nivaldo Campos das Flores
88	José Antônio Bispo
89	Valmir Bispo

Croquis genealógicos

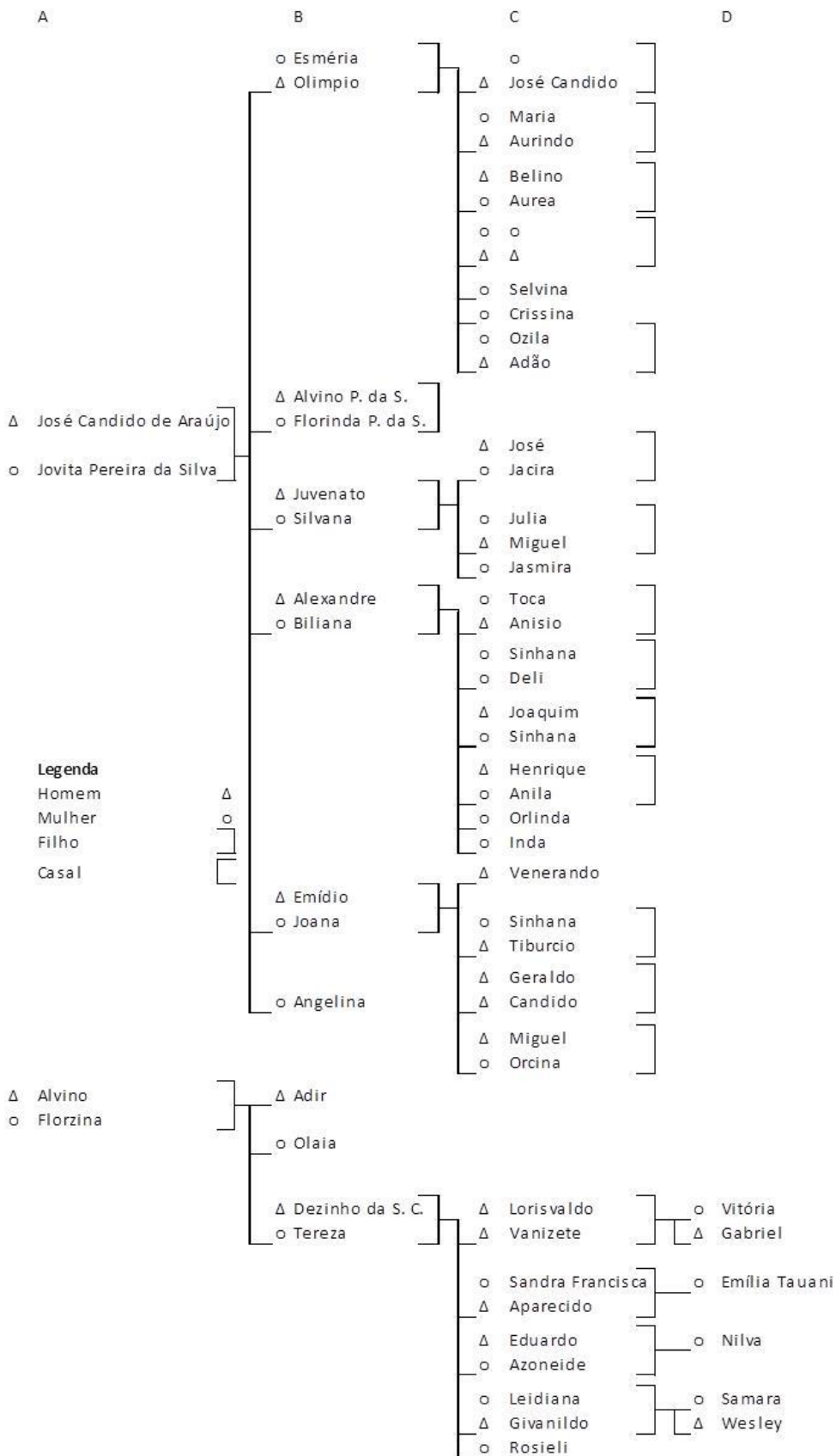
01 Família Pereira da Silva (Parte 1)



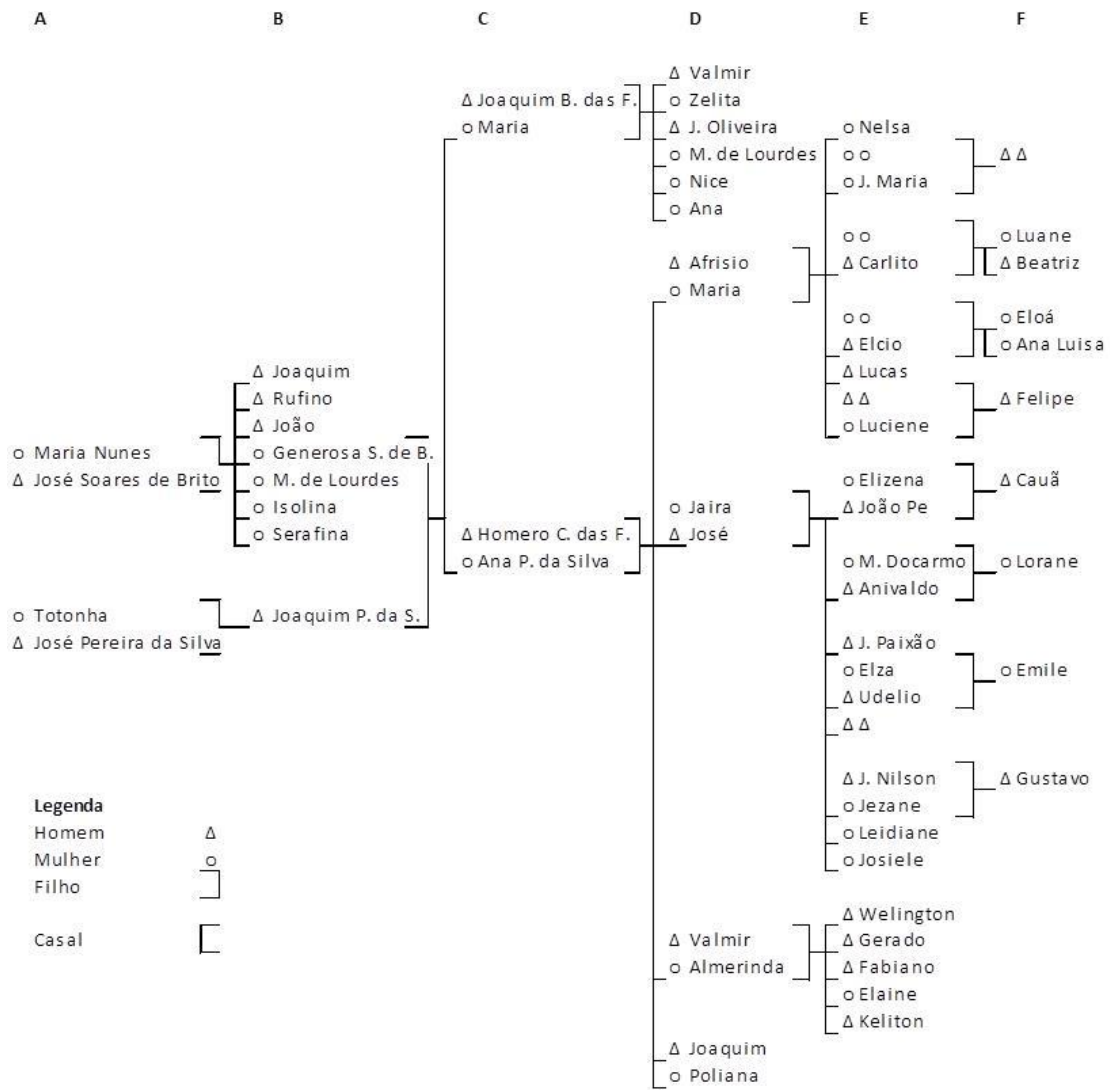
01 Família Pereira da Silva (Parte 2)



02 Tereza Pereira da Silva



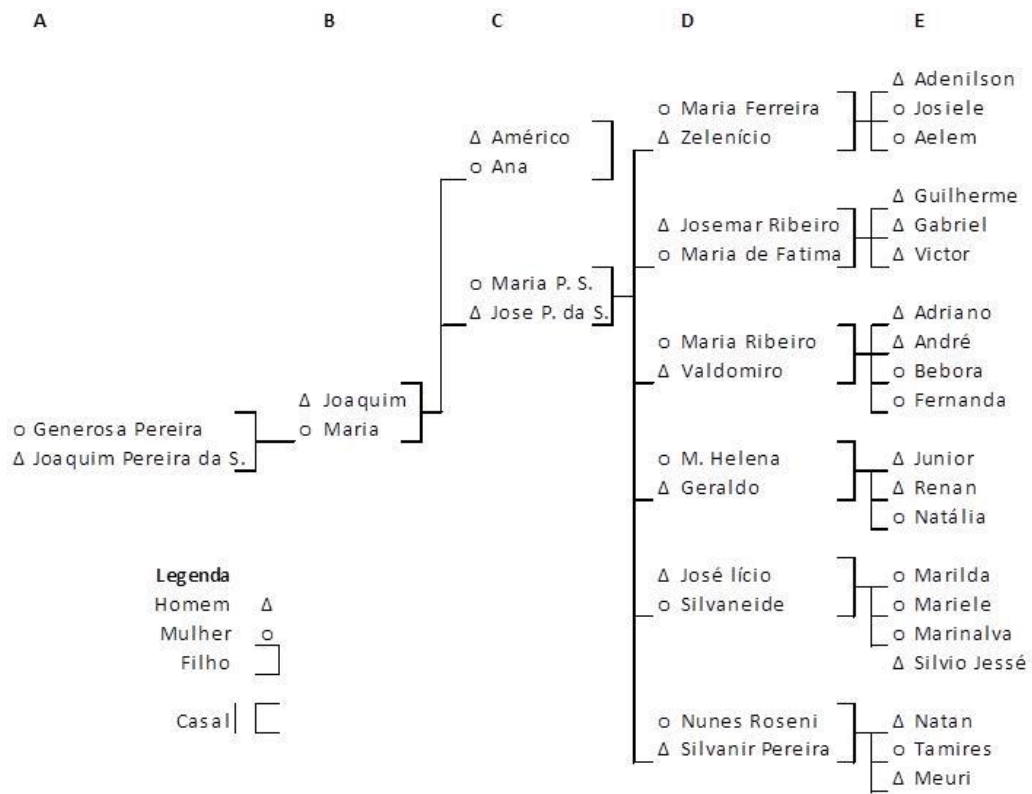
03 Família Pereira da Silva



Legenda

- Homem Δ
- Mulher o
- Filho]
- Casal [

04 Família Pereira da Silva



05 Família Materna

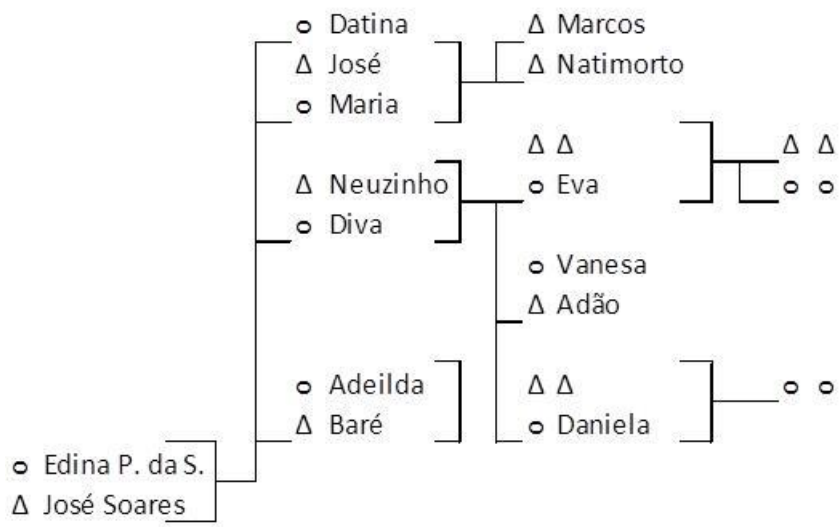
A

B

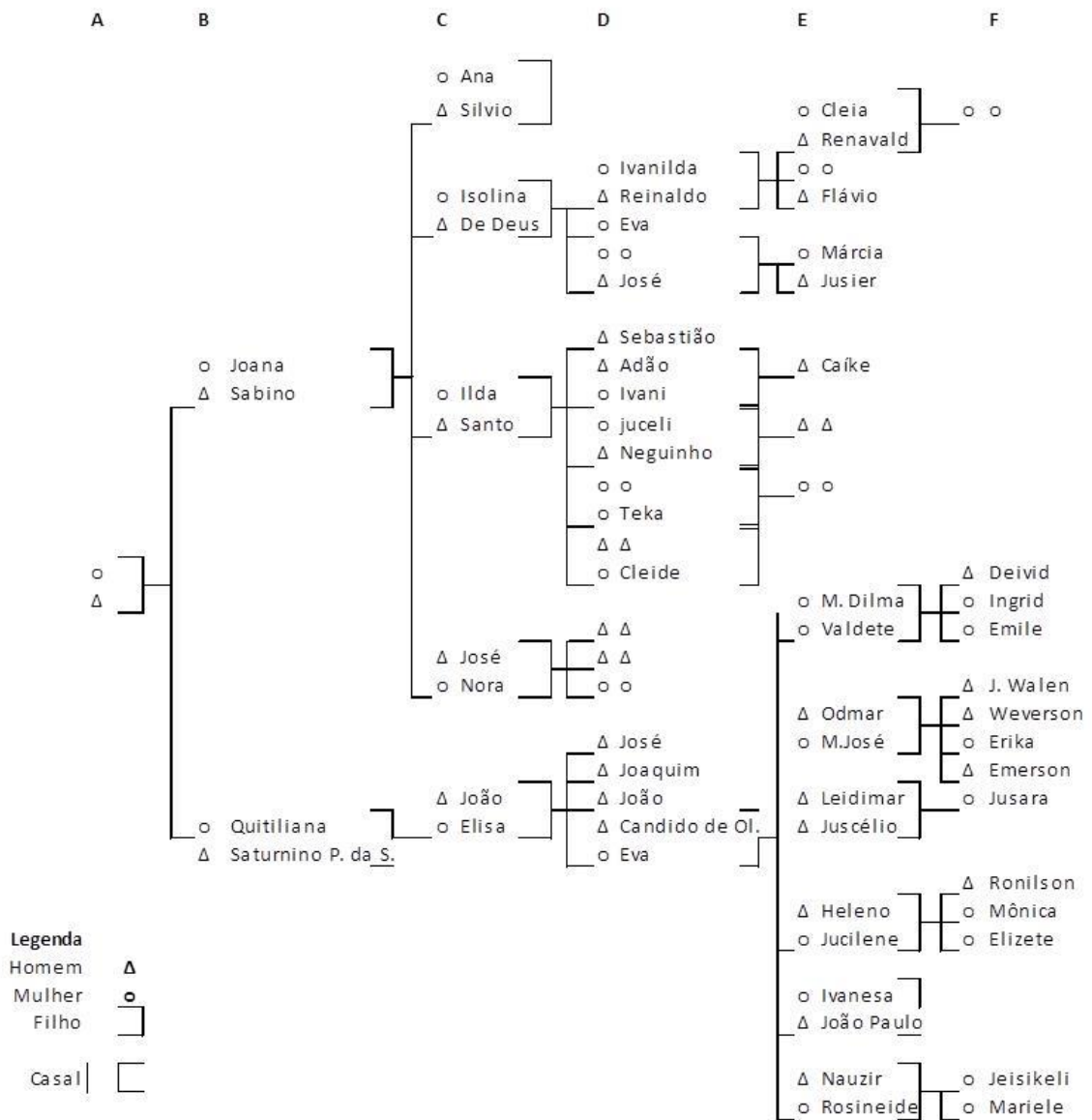
C

D

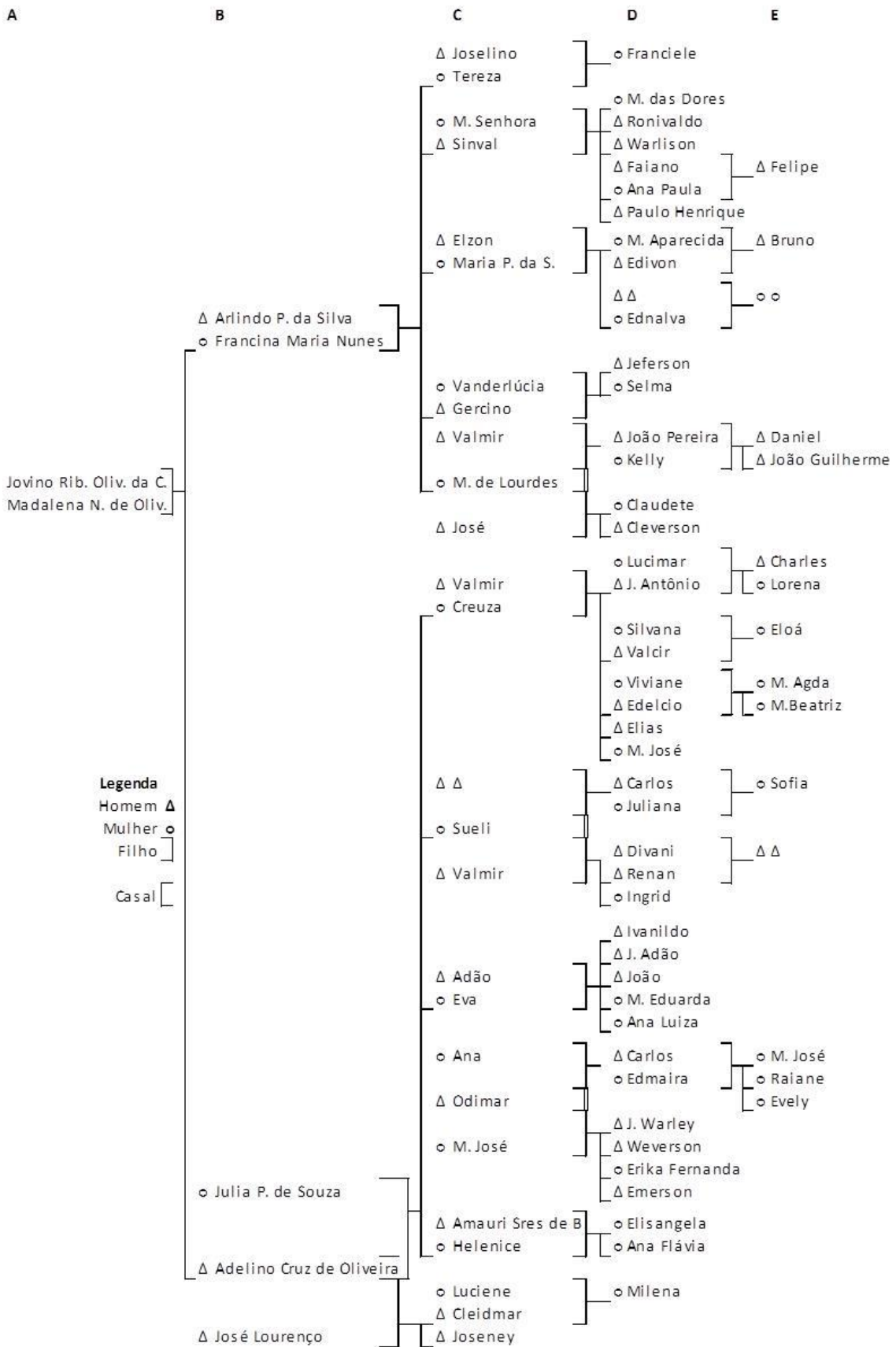
E



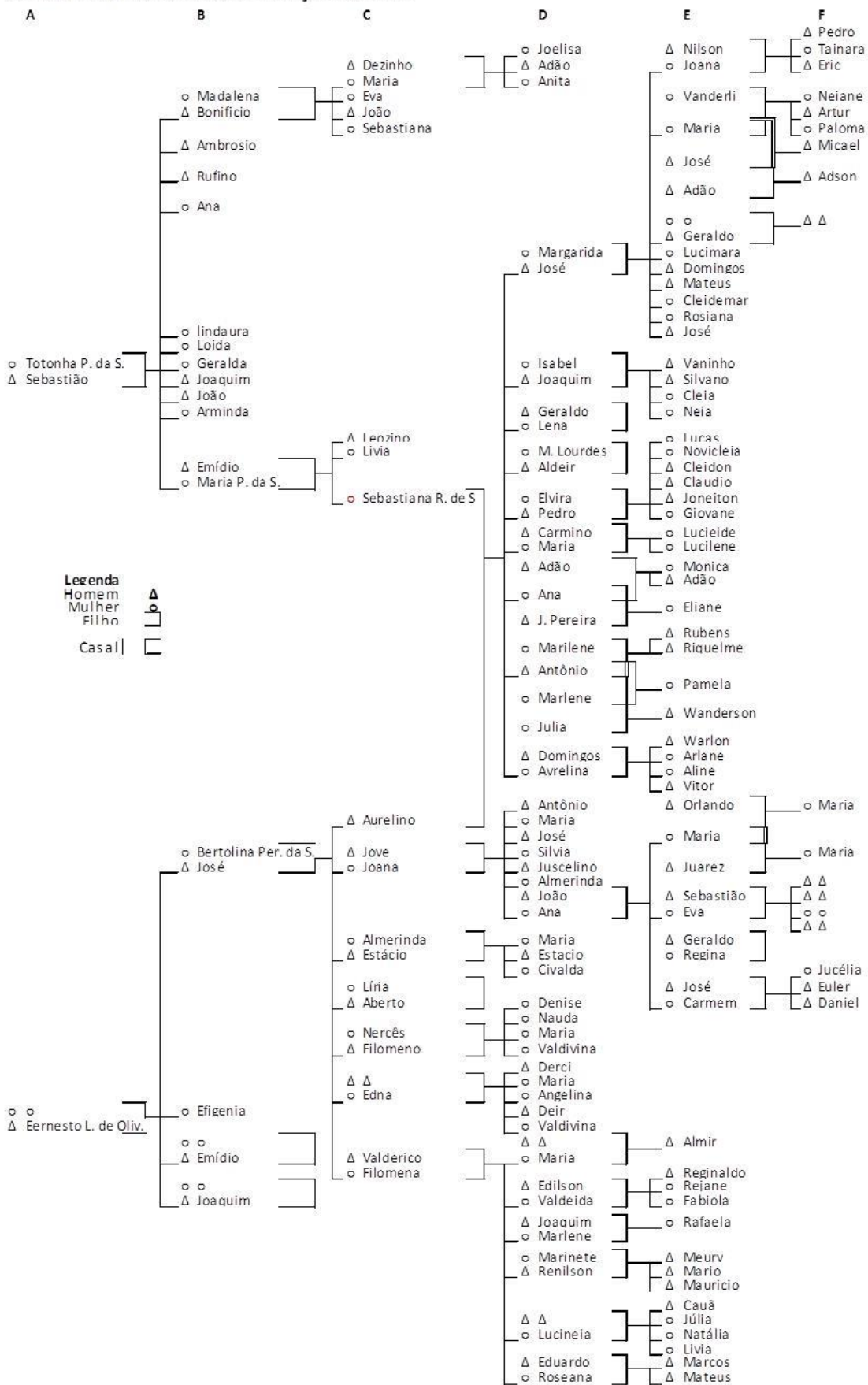
06 Família Pereira da Silva Oliveira



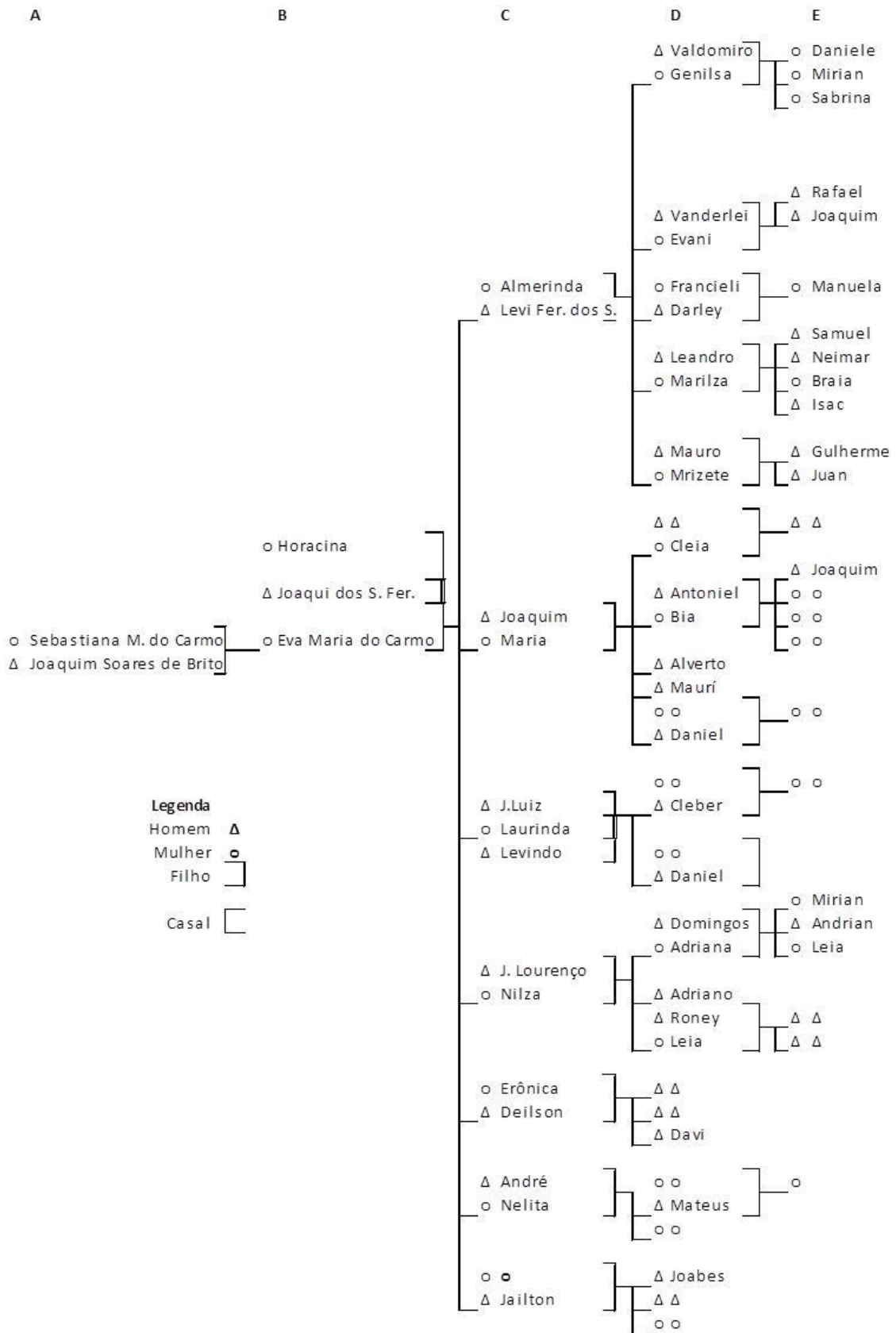
07 Família Souza Oliveira A



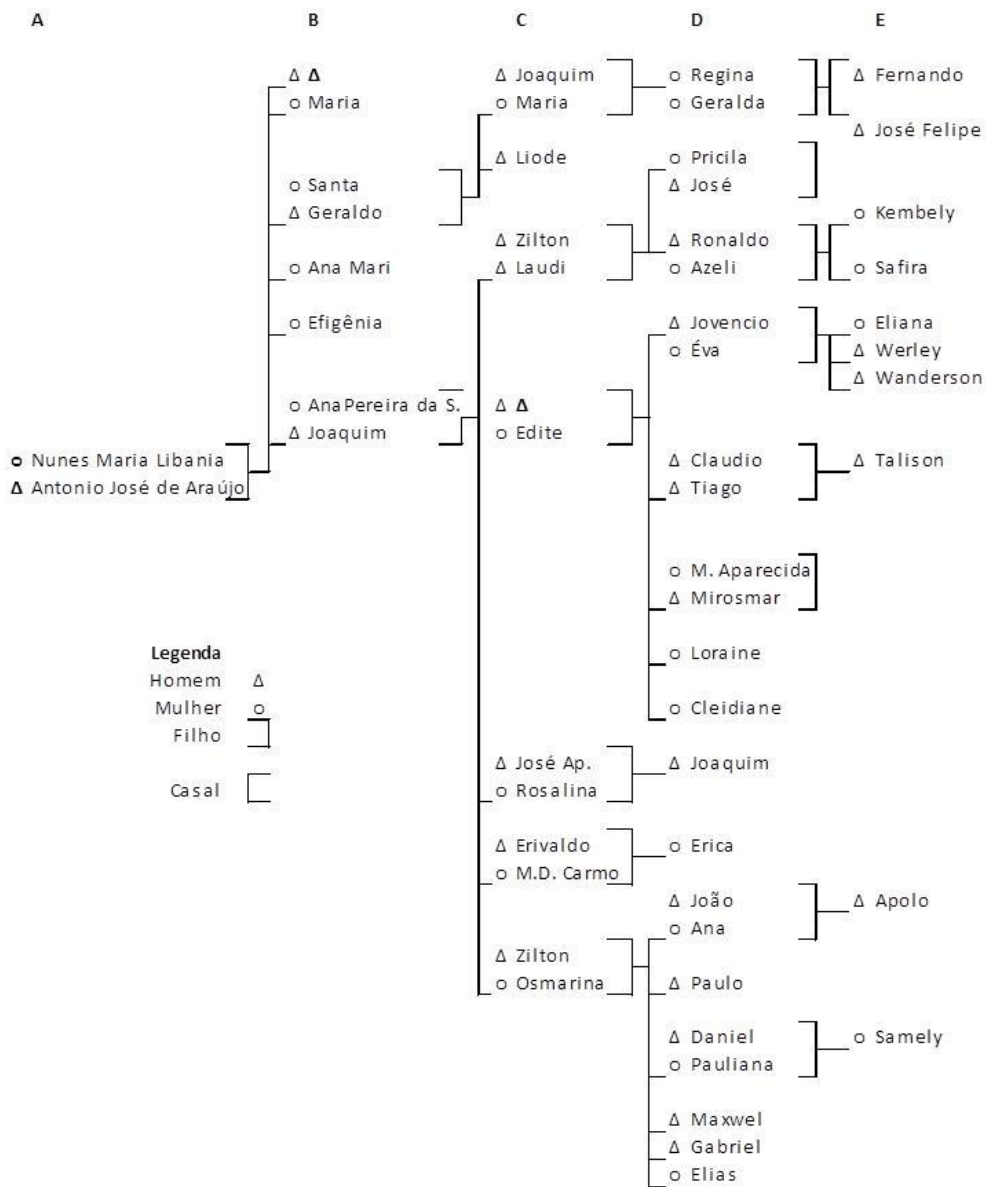
08 Família Rufina de Sousa e Lourenço de Oliveira



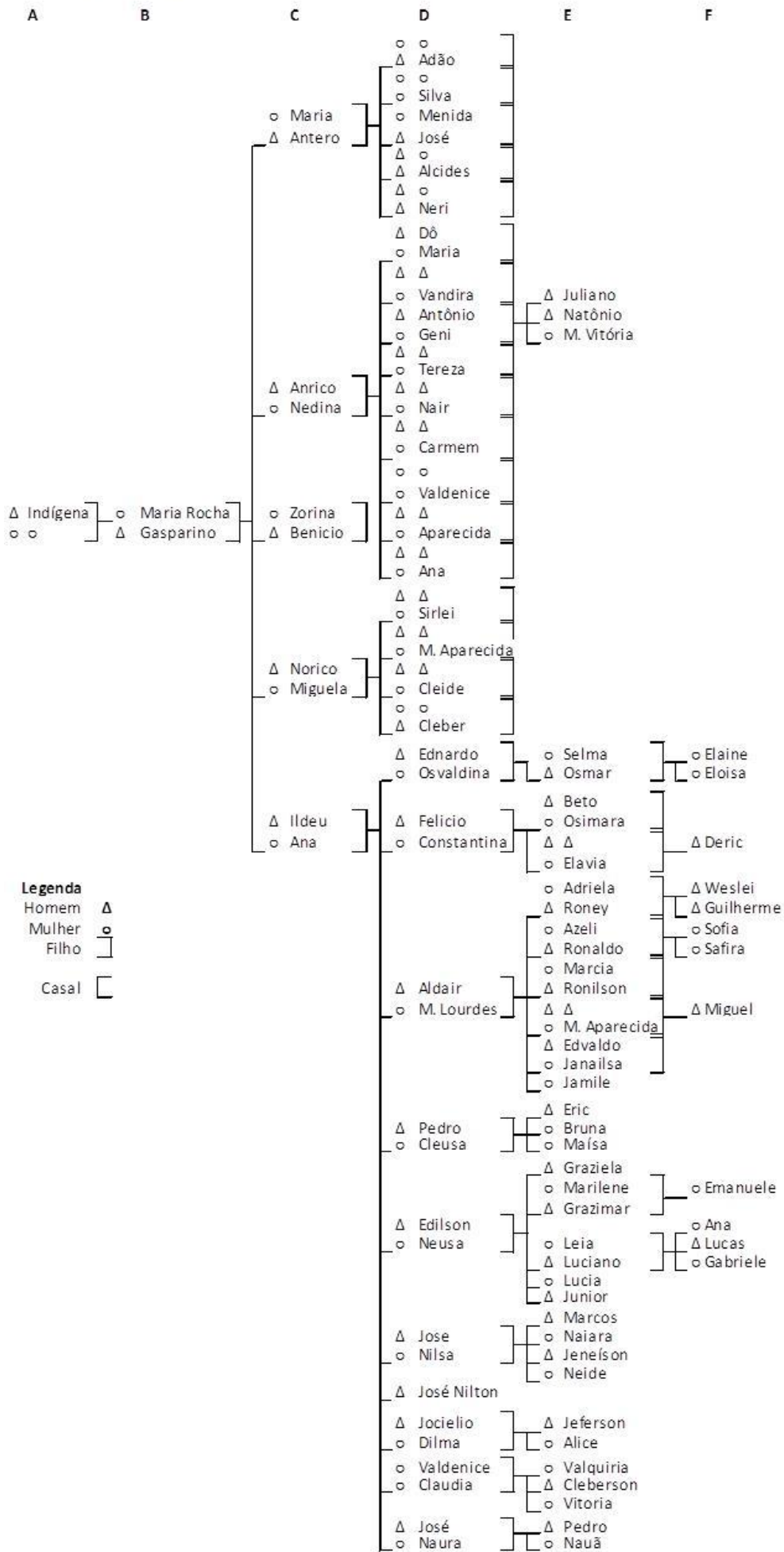
09 Família Soares de Brito



10 Família José de Araújo



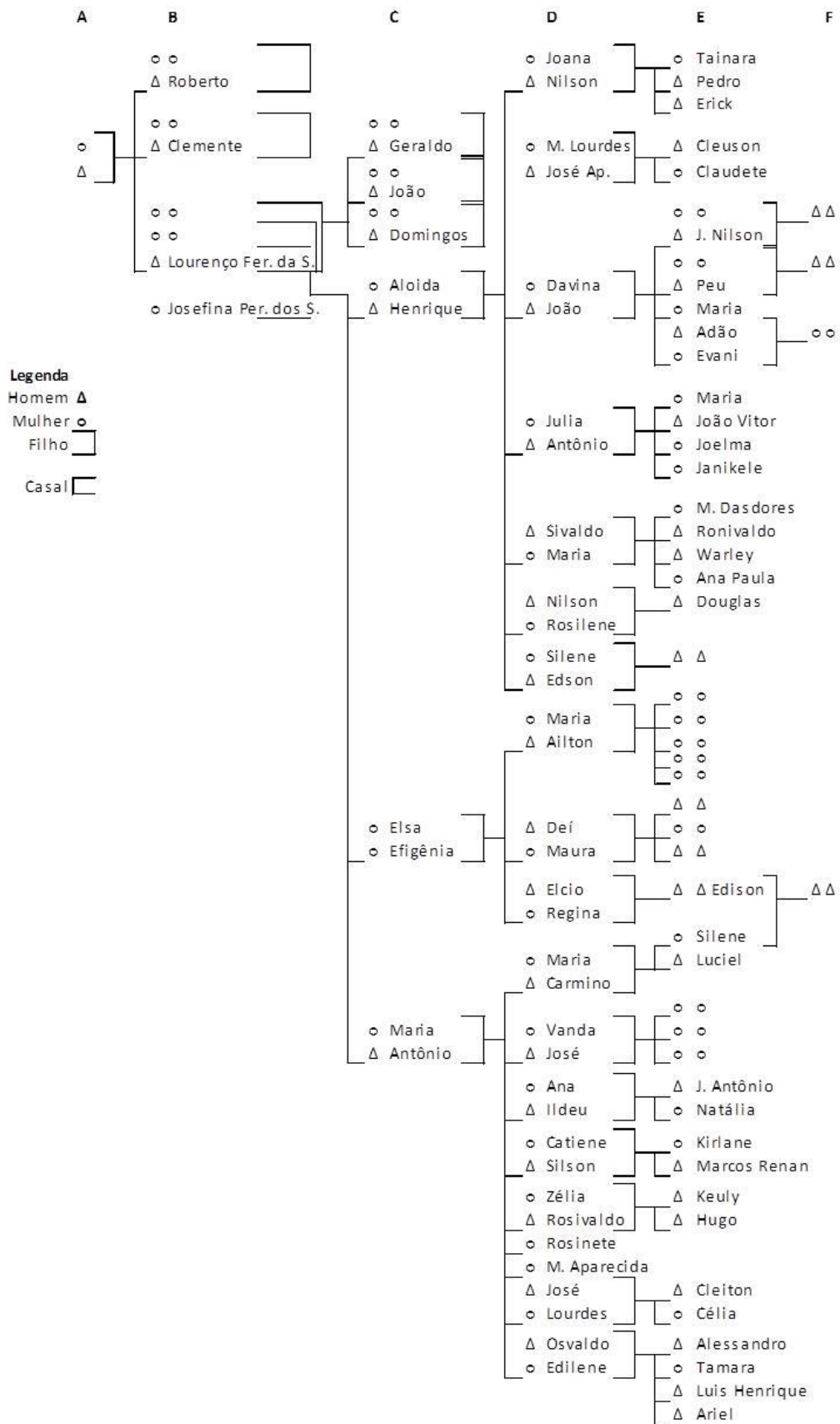
11 Família Souza Sales



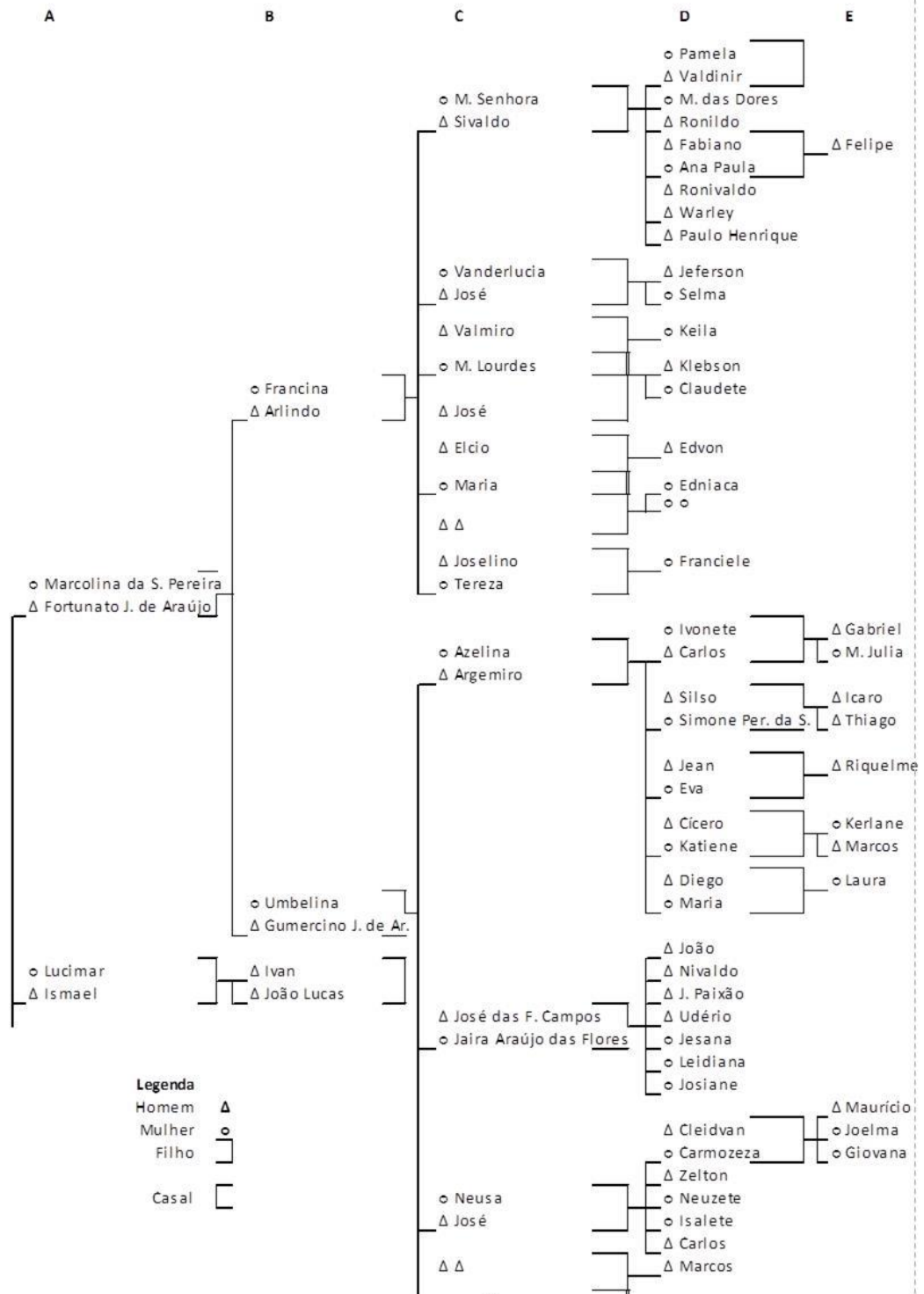
Legenda

- Homem Δ
- Mulher ○
- Filho]
- Casal [

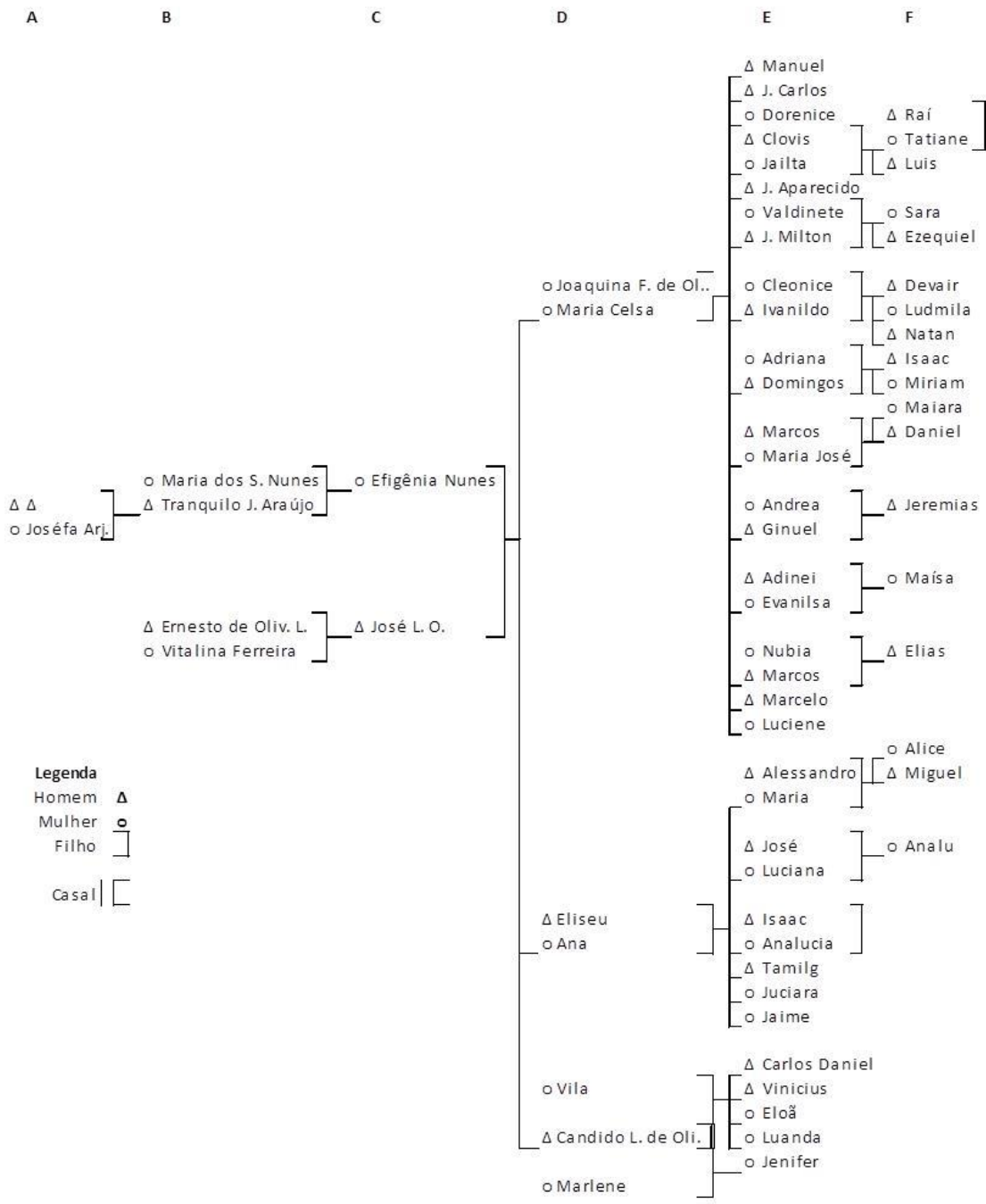
12 Família Ferreira da Silva



13 Família Ferreira de Araújo

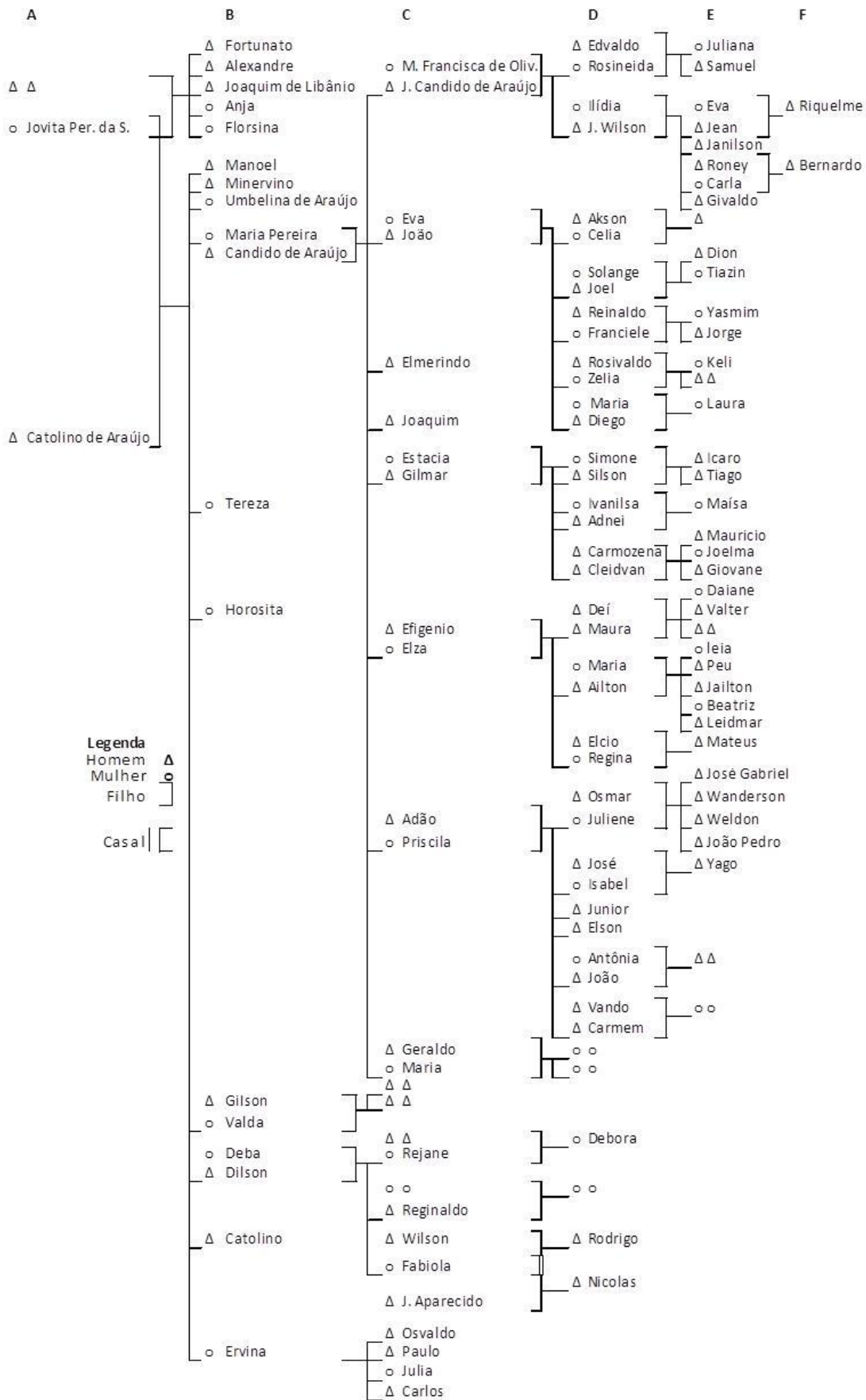


14 Família Araújo

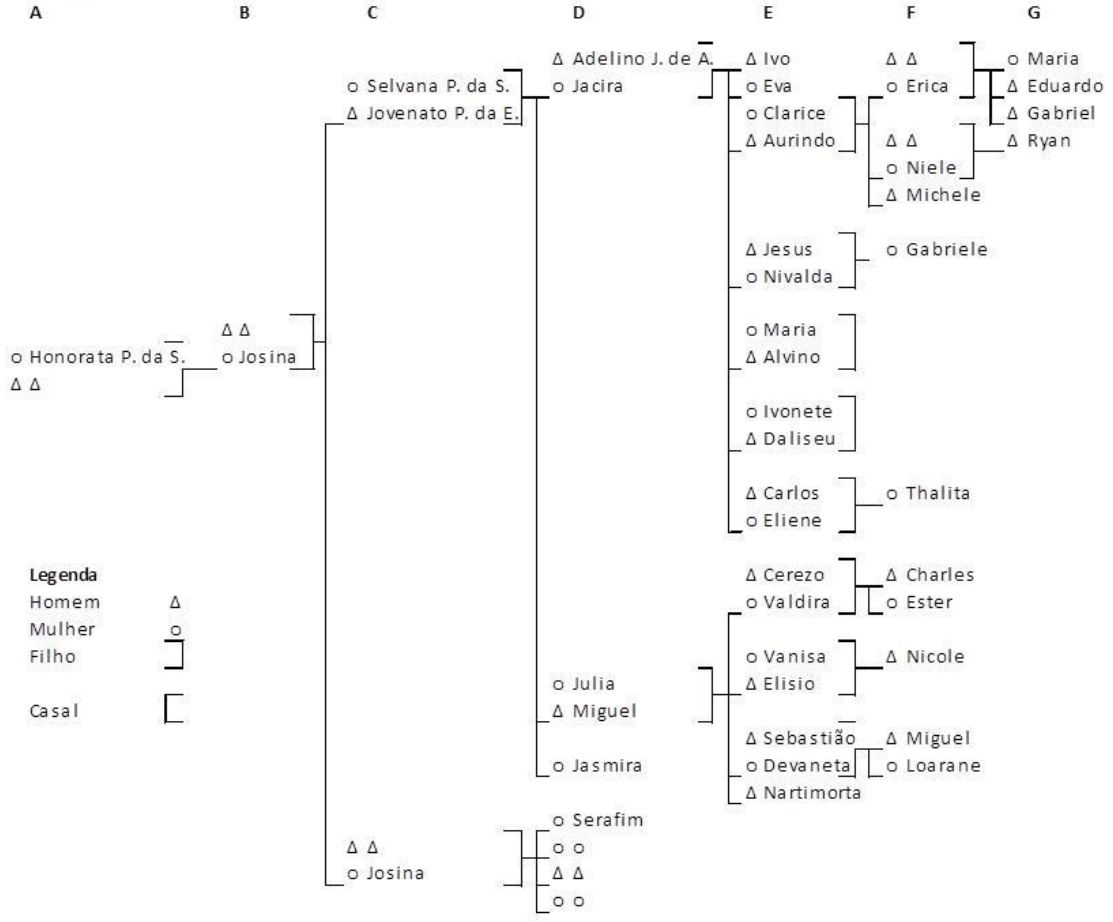


Legenda
 Homem △
 Mulher ○
 Filho]
 Casal [

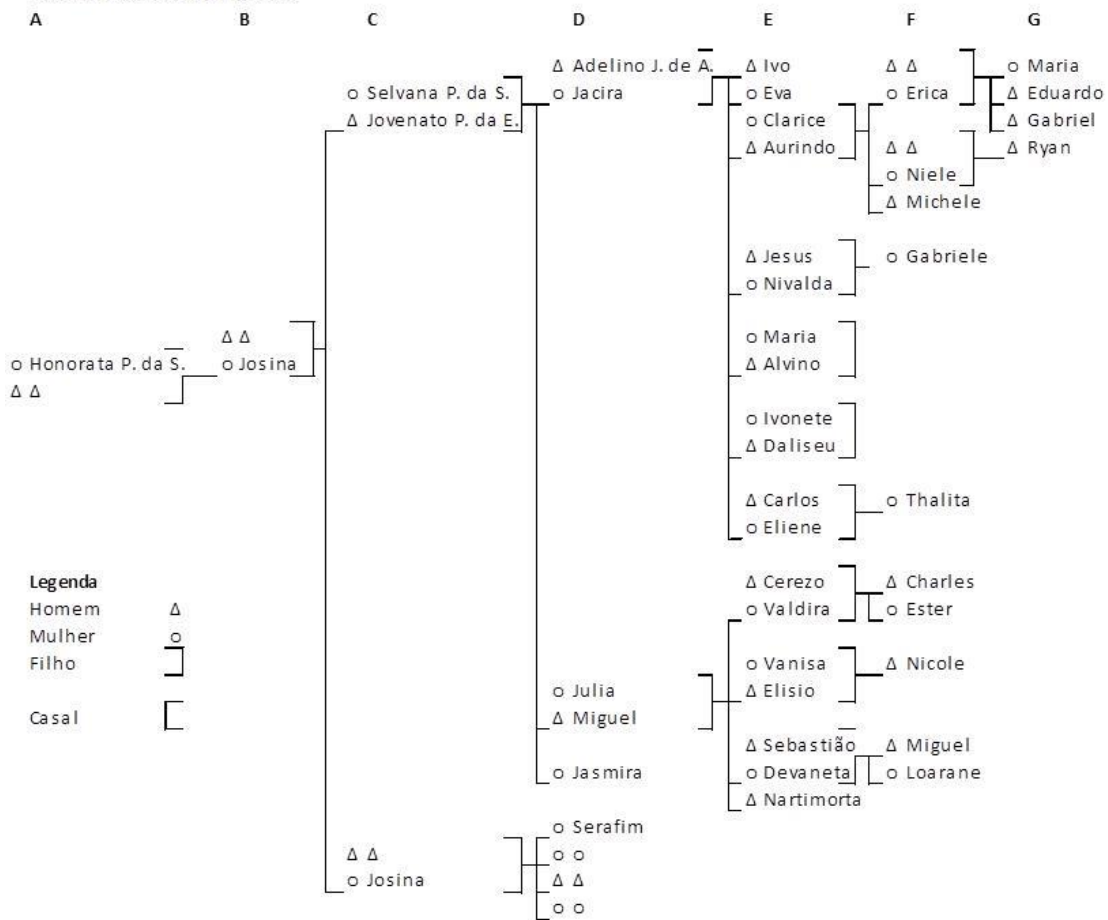
15 Família Cândido de Araújo



16 Família Flosina Pereira



16 Família Flosina Pereira



TABELAS

Tabela 04
Lista de espécies de plantas registradas no Território do Quilombo de Peixe Brabo

Família	Espécie	Ameça	Nome popular	Uso popular
Acanthaceae	<i>Justicia lanstyakii</i> Rizzini			
Acanthaceae	<i>Ruellia jussienoides</i> Cham.			
Acanthaceae	<i>Ruellia multifolia</i> (Nees) Lindau			
Acanthaceae	<i>Staurogyne elegans</i> Kuntze	VU		
Amaranthaceae	<i>Gomphrena mollis</i> Mart.			
Amaranthaceae	<i>Pfaffia siqueiriana</i> Marchioretto & Miotto			
Amaranthaceae	<i>Xerosiphon angustiflorus</i> (Mart.) Pedersen			
Anacardiaceae	<i>Tapirira guianensis</i> Aubl.		pau-pombo	¹ melífero, madeiro
Anemiaceae	<i>Anemia ferrugínea</i> Humb. & Bonpl. ex Kunth			
Annonaceae	<i>Duguetia furfuracea</i> (A.St.-Hil.) Benth. & Hook.f.		araticum-seco	medicinal (Valter <i>et al.</i> , 2008)
Apocynaceae	<i>Allamanda catartica</i> L.			

Família	Espécie	Ameaça	Nome popular	Uso popular
Apocynaceae	<i>Asclepias mellodora</i> A.St.-Hil.			
Apocynaceae	<i>Aspidosperma macrocarpon</i> Mart.		peroba	¹ melífero, madeireiro
Apocynaceae	<i>Blepharodon pictum</i> (Vahl) W.D. Stevens			
Apocynaceae	<i>Ditassa capillaris</i> E.Fourn.			
Apocynaceae	<i>Ditassa hastata</i> Decne.			
Apocynaceae	<i>Ditassa obcordata</i> Mart.			
Apocynaceae	<i>Hancornia speciosa</i> Gomes		mangaba	¹ alimentício, medicinal, laticífero
Apocynaceae	<i>Mandevilla leptophylla</i> K.Schum.			
Apocynaceae	<i>Mandevilla luetzelburgii</i> (H.Ross & Markgr.) Woodson			
Apocynaceae	<i>Mandevilla martii</i> (Müll.Arg.) Pichon			
Apocynaceae	<i>Mandevilla pycnantha</i> (Steud.) Woodson			
Apocynaceae	<i>Mandevilla tenuifolia</i> (J.C.Mikan) Woodson			
Apocynaceae	<i>Matelea</i> sp.			
Apocynaceae	<i>Prestonia erecta</i> (Malme) J.F.Morales			
Araceae	<i>Anthurium intermedium</i> Kunth			
Araliaceae	<i>Dendropanax cuneatus</i> (DC.) Decne. & Planch.			
Arecaceae	<i>Geonoma brevispatha</i> Barb.Rodr.			
Arecaceae	<i>Syagrus glaucescens</i> Glaz.	VU		
Aspleniaceae	<i>Asplenium mourai</i> Hieron.			
Aspleniaceae	<i>Asplenium stuebelianum</i> Hieron.			
Asteraceae	<i>Acritopappus longifolius</i> R.M.King & H.Rob.			
Asteraceae	<i>Aldama bracteata</i> (Gardner) E.E.Schill. & Panero			
Asteraceae	<i>Aspilia subpetiolata</i> Baker			
Asteraceae	<i>Baccharis platypoda</i> DC.			
Asteraceae	<i>Eremanthus incanus</i> (Less.) Less.			
Asteraceae	<i>Lessingianthus vepretorum</i> (Mart. ex DC.) H.Rob.			
Asteraceae	<i>Lychnophora ericoides</i> Mart.	VU	arnica	¹ medicinal, aromático, cosmético, tanífero
Asteraceae	<i>Lychnophora markgravi</i> G.M.Barroso	EP	arnica	medicinal (Silva <i>et al.</i> , 2013)
Asteraceae	<i>Trichogonia hirtiflora</i> (DC.) Sch.Bip. & Baker			
Begoniaceae	<i>Begonia grisea</i> A.DC.			
Begoniaceae	<i>Begonia rufa</i> Thunb.			

Família	Espécie	Ameaça	Nome popular	Uso popular
Bignoniaceae	<i>Anemopaegma album</i> Mart.ex DC.			
Bignoniaceae	<i>Anemopaegma glaucum</i> Mart. ex DC.			medicinal (Matta <i>et al.</i> , 2016)
Bignoniaceae	<i>Anemopaegma pabstii</i> A.H.Gentry			
Bignoniaceae	<i>Handroanthus ochraceus</i> (Cham.) N.F.Mattos			
Blechnaceae	<i>Blechnum asplenioides</i> Sw.			
Bromeliaceae	<i>Dyckia consimilis</i> Mez			
Bromeliaceae	<i>Orthophytum minimum</i> Leme & O.B.C. Ribeiro			
Bromeliaceae	<i>Tillandsia recurvata</i> (L.) L.			
Burmanniaceae	<i>Apteria aphylla</i> Barnhart			
Burseraceae	<i>Protium heptaphyllum</i> (Aubl.) March.		alméc ega	medicinal (Fener <i>et al.</i> , 2006)
Cactaceae	<i>Melocactus babiensis</i> subsp. <i>amethyst</i> (Buining & Brederoo) N.P.Taylor			
Cactaceae	<i>Pilosocereus</i> sp.			
Calophyllaceae	<i>Kielmeyera coriacea</i> Mart. & Zucc.		pau- santo	¹ melífero, tintorial, corticífero
Calophyllaceae	<i>Kielmeyera regalis</i> Saddi			
Chrysobalanaceae	<i>Hirtella gracilipes</i> (Hook.f.) Prance			
Clusiaceae	<i>Clusia obdeltifolia</i> Bittrich			
Commelinaceae	<i>Dichorisantha hexandra</i> (Aubl.) C.B.Clarke			
Commelinaceae	<i>Floscopa glabrata</i> (Kunth) Hassk.			
Convolvulaceae	<i>Evolvulus glomeratus</i> Nees & Mart.			
Convolvulaceae	<i>Evolvulus scoparioides</i> Mart.			
Convolvulaceae	<i>Jacquemontia</i> sp.			
Cyperaceae	<i>Bulbostylis jacobinae</i> (Steud.) Lindm.			
Cyperaceae	<i>Bulbostylis lagoensis</i> (Boeckeler) Prata & M.G.López			
Cyperaceae	<i>Cyperus hermaphroditus</i> (Jacq.) Standl.			
Cyperaceae	<i>Cyperus schomburgkianus</i> Nees			
Cyperaceae	<i>Cyperus luzulae</i> (L.) Retz.			
Cyperaceae	<i>Cyperus prolixus</i> Kunth			
Cyperaceae	<i>Cyperus uncinulatus</i> Schrad. ex Nees			
Cyperaceae	<i>Rhynchospora elatior</i> Kunth			
Cyperaceae	<i>Rhynchospora exaltata</i> Kunth			

Família	Espécie	Ameaça	Nome popular	Uso popular
Cyperaceae	<i>Rhynchospora setigera</i> (Kunth) Boeckeler			
Cyperaceae	<i>Rhynchospora tenuis</i> Link			
Dilleniaceae	<i>Davilla nitida</i> (Vahl) Kubitzki		cipó-de-catijó	medicinal (Fener <i>et al.</i> , 2006)
Dioscoreaceae	<i>Dioscorea sincorensis</i> R.Knuth			
Droseraceae	<i>Drosera tomentosa</i> A.St.-Hil.			
Ericaceae	<i>Agarista oleifolia</i> (Cham.) G.Don			
Ericaceae	<i>Gaylussacia pulchra</i> Pohl			
Eriocaulaceae	<i>Paepalanthus manicatus</i> Poulsen ex Malme			
Erythroxylaceae	<i>Erythroxylum suberosum</i> A.St.-Hil.		mercúrio-campô	medicinal (Barbosa <i>et al.</i> , 2014)
Erythroxylaceae	<i>Erythroxylum tortuosum</i> Mart.			
Erythroxylaceae	<i>Erythroxylum vacciniifolium</i> Mart.			
Euphorbiaceae	<i>Acalypha multicaulis</i> Müll.Arg.			
Euphorbiaceae	<i>Croton</i> sp.			
Euphorbiaceae	<i>Croton campestris</i> A.St.-Hil.			
Euphorbiaceae	<i>Croton mucronifolius</i> Müll.Arg.			
Euphorbiaceae	<i>Euphorbia attastoma</i> Rizzini	EP		
Euphorbiaceae	<i>Euphorbia potentilloides</i> Boiss.			
Euphorbiaceae	<i>Maprounea brasiliensis</i> A.St.-Hil.			
Euphorbiaceae	<i>Sebastiania brevifolia</i> (Müll.Arg.) Müll.Arg.			
Fabaceae	<i>Andira fraxinifolia</i> Benth.		angeli-m-doce	² medicinal, apícola, madeireiro
Fabaceae	<i>Bauhinia acuruana</i> Moric.			
Fabaceae	<i>Bauhinia pulchella</i> Benth.			
Fabaceae	<i>Bionia coriacea</i> (Nees & Mart.) Benth.			
Fabaceae	<i>Bowdichia virgilioides</i> Kunth		sucupira-preta	¹ medicinal, melífero, madeireiro
Fabaceae	<i>Calliandra</i> sp.			
Fabaceae	<i>Calliandra asplenioides</i> (Nees) Renvoize			
Fabaceae	<i>Calliandra fasciculata</i> Benth.			
Fabaceae	<i>Centrosema</i> sp.			
Fabaceae	<i>Centrosema venosum</i> Mart.			
Fabaceae	<i>Chamaecrista</i> sp.			

Família	Espécie	Ameaça	Nome popular	Uso popular
Fabaceae	<i>Chamaecrista debilis</i> (Vogel) H.S.Irwin & Barneby			
Fabaceae	<i>Chamaecrista orbiculata</i> var. <i>ustulata</i> (H.S.Irwin & Barneby) H.S.Irwin & Barneby			
Fabaceae	<i>Chamaecrista repens</i> (Vogel) H.S.Irwin & Barneby			
Fabaceae	<i>Chamaecrista tephrosiifolia</i> (Benth.) H.S.Irwin & Barneby	VU		
Fabaceae	<i>Chamaecrista tragacanthoides</i> (Mart. ex Benth.) H.S.Irwin & Barneby			
Fabaceae	<i>Clitoria guianensis</i> (Aubl.) Benth.			
Fabaceae	<i>Crotalaria subdecurrens</i> Mart. ex Benth.			
Fabaceae	<i>Crotalaria unifoliolata</i> Benth.			
Fabaceae	<i>Dalbergia miscolobium</i> Benth.		jacara ndá- do- cerrad o	¹ tintorial, madeireiro
Fabaceae	<i>Eriosema floribundum</i> Benth.			
Fabaceae	<i>Eriosema</i> sp.			
Fabaceae	<i>Galactia martii</i> DC.			
Fabaceae	<i>Leptolobium dasycarpum</i> Vogel			
Fabaceae	<i>Mimosa minarum</i> Barneby			
Fabaceae	<i>Mimosa misea</i> Benth.			
Fabaceae	<i>Mimosa setosa</i> Benth.			
Fabaceae	<i>Mimosa stylosa</i> Barneby			
Fabaceae	<i>Pseudopiptadenia brenanii</i> G.P. Lewis & M.P.Lima			
Fabaceae	<i>Senegalia langsdorffii</i> (Benth.) Seigler & Ebinger			
Fabaceae	<i>Senna</i> sp.			
Gleicheniaceae	<i>Dicranopteris flexuosa</i> (Schrad.) Underw.			
Hymenophyllaceae	<i>Trichomanes</i> sp.			
Iridaceae	<i>Trimezia brevicaulis</i> Ravenna			
Lamiaceae	<i>Aegiphila obtusa</i> Urb.			
Lamiaceae	<i>Eriope</i> sp.			
Lamiaceae	<i>Eriope salviifolia</i> (Pohl ex Benth.) Harley			
Lamiaceae	<i>Hypenia paniculata</i> (Benth.) Harley			
Lythraceae	<i>Lafoensia pacari</i> A.St.-Hil.		pacari	³ medicinal
Malpighiaceae	<i>Banisteriopsis angustifolia</i> (A.Juss.) B.Gates			

Família	Espécie	Ameaça	Nome popular	Uso popular
Malpighiaceae	<i>Banisteriopsis stellaris</i> (Griseb.) B.Gates			
Malpighiaceae	<i>Byrsonima vacciniifolia</i> A.Juss.			
Malpighiaceae	<i>Camarea affinis</i> A.St.-Hil.			
Malpighiaceae	<i>Heteropterys</i> sp.			
Malpighiaceae	<i>Heteropterys arenaria</i> Markgr.			
Malpighiaceae	<i>Heteropterys byrsonimifolia</i> A.Juss.			
Malpighiaceae	<i>Heteropterys syringifolia</i> Griseb.			
Malpighiaceae	<i>Tetrapteryx microphylla</i> (A.Juss.) Nied.			
Malvaceae	<i>Ayenia blanchetiana</i> K.Schum.			
Malvaceae	<i>Helicteres velutina</i> K.Schum.			
Malvaceae	<i>Pavonia viscosa</i> A.St.-Hil.			
Malvaceae	<i>Pseudobombax campestre</i> (Mart. & Zucc.) A.Robyns			
Malvaceae	<i>Waltheria cinerascens</i> A.St.-Hil.			
Malvaceae	<i>Waltheria operculata</i> Rose			
Marcgraviaceae	<i>Marcgravia dasyantha</i> Gilg			
Melastomataceae	<i>Cambessedesia hilariana</i> (Kunth) DC.			
Melastomataceae	<i>Cambessedesia latevenosa</i> Mart. ex DC.			
Melastomataceae	<i>Macairea radula</i> (Bonpl.) DC.			
Melastomataceae	<i>Merianthera eburnea</i> R.Goldenb. & Fraga			
Melastomataceae	<i>Pleroma heteromallum</i> D.Don			
Molluginaceae	<i>Mollugo verticillata</i> L.			
Moraceae	<i>Ficus</i> sp.			
Moraceae	<i>Ficus obtusifolia</i> Kunth			
Myrtaceae	<i>Blepharocalyx salicifolius</i> (Kunth) O.Berg		gabir oba	medicinal (Fener <i>et al.</i> , 2016)
Myrtaceae	<i>Campomanesia pubescens</i> (DC.) O.Berg		gabir oba	'alimentício, medicinal
Myrtaceae	<i>Eugenia puniceifolia</i> (Kunth) DC.			
Myrtaceae	<i>Myrcia multipunctata</i> Mazine			
Nyctaginaceae	<i>Guapira graciliflora</i> (Mart. ex Schmidt) Lundell			
Nyctaginaceae	<i>Guapira noxia</i> (Netto) Lundell			
Onagraceae	<i>Ludwigia nervosa</i> (Poir.) H.Hara			
Orchidaceae	<i>Bulbophyllum exaltatum</i> Lindl.			
Orchidaceae	<i>Bulbophyllum involutum</i> Borba, Semir & F.Barros			
Orchidaceae	<i>Cattleya rupestris</i> (Lindl.) Van den Berg			
Orchidaceae	<i>Trichocentrum cepula</i> (Hoffmanns.) J.M.H.Shaw			

Família	Espécie	Ameaça	Nome popular	Uso popular
Orobanchaceae	<i>Buchnera lavandulacea</i> Cham. & Schltld.			
Oxalidaceae	<i>Oxalis cytisoides</i> Mart. ex Zucc.			
Oxalidaceae	<i>Oxalis hirsutissima</i> Mart. ex Zucc.			
Phyllanthaceae	<i>Phyllanthus orbiculatus</i> Rich.			
Phyllanthaceae	<i>Richeria grandis</i> Vahl			
Phytolaccaceae	<i>Microtea</i> sp.			
Phytolaccaceae	<i>Microtea tenuifolia</i> Moq.			
Piperaceae	<i>Peperomia diaphanoides</i> Dahlst.			
Piperaceae	<i>Peperomia subrubricaulis</i> C.DC.			
Piperaceae	<i>Piper</i> sp.			
Plantaginaceae	<i>Angelonia eriostachys</i> Benth.			
Plantaginaceae	<i>Stemodia foliosa</i> Benth.			
Poaceae	<i>Ichnanthus zehntneri</i> Mez			
Poaceae	<i>Paspalum</i> sp.			
Poaceae	<i>Sporobolus aeneus</i> (Trin.) Kunth			
Polygalaceae	<i>Bredemeyera martiana</i> A.W.Benn.			
Polypodiaceae	<i>Pleopeltis minarum</i> (Weath.) Salino			
Portulacaceae	<i>Portulaca mucronata</i> Link			
Portulacaceae	<i>Talinum paniculatum</i> (Jacq.) Willd.		língua-de-vaca	medicinal (Fener <i>et al.</i> , 2016)
Rafflesiaceae	<i>Pilosyles blanchetii</i> (Gardner) R.Br.			
Rosaceae	<i>Prunus myrtifolia</i> (L.) Urb.			
Rubiaceae	<i>Augusta longifolia</i> (Spreng.) Rehder			
Rubiaceae	<i>Coccoypselum erythrocephalum</i> Cham. & Schltld.			
Rubiaceae	<i>Declieuxia fruticosa</i> (Willd. ex Roem. & Schult.) Kuntze			
Rubiaceae	<i>Emmeorbiza umbellata</i> (Spreng.) K.Schum.			medicinal (Souza <i>et al.</i> , 2013)
Rubiaceae	<i>Psychotria capitata</i> Ruiz & Pav.			
Rubiaceae	<i>Psyllocarpus laricoides</i> Mart. ex Mart. & Zucc.			
Rubiaceae	<i>Staelia virgata</i> (Link ex Roem. & Schult.) K.Schum.			
Salicaceae	<i>Casearia sylvestris</i> Sw.		guaçatonga	medicinal (Werle <i>et al.</i> , 2009)
Santalaceae	<i>Phoradendron caripense</i> Eichler			
Santalaceae	<i>Phoradendron quadrangulare</i> (Kunth) Griseb.			
Sapindaceae	<i>Matayba guianensis</i> Aubl.			
Sapindaceae	<i>Serjania lethalis</i> A.St.-Hil.			

Família	Espécie	Ameça	Nome popular	Uso popular
Sapotaceae	<i>Pouteria ramiflora</i> (Mart.) Radlk.		curriola	¹ alimentício, madeireiro
Selaginellaceae	<i>Selaginella flexuosa</i> Spring			
Solanaceae	<i>Brunfelsia brasiliensis</i> (Spreng.) L.B.Sm. & Downs			
Solanaceae	<i>Cestrum schlechtendalii</i> G.Don			
Solanaceae	<i>Solanum jabrense</i> Agra & M.Nee			
Styracaceae	<i>Styrax camporum</i> Pohl			
Trigoniaceae	<i>Trigonia nivea</i> Cambess.			
Turneraceae	<i>Turnera ulleana</i> Urb.			
Velloziaceae	<i>Barbacenia aff riparia</i>			
Velloziaceae	<i>Barbacenia markgrafii</i> Schulze-Menz			
Velloziaceae	<i>Vellozia</i> sp.			
Velloziaceae	<i>Vellozia hirsuta</i> Goethart & Henrard			
Velloziaceae	<i>Vellozia spiralis</i> L.B.Sm.	EP		
Verbenaceae	<i>Lantana</i> sp.			
Verbenaceae	<i>Lippia origanoides</i> Kunth			
Verbenaceae	<i>Stachytarpheta spathulata</i> Moldenke			
Vitaceae	<i>Cissus albida</i> Cambess.			
Vochysiaceae	<i>Callisthene major</i> Mart.			
Vochysiaceae	<i>Qualea cordata</i> (Mart.) Spreng.			
Vochysiaceae	<i>Qualea parviflora</i> Mart.			
Vochysiaceae	<i>Vochysia rufa</i> Mart.			

Fonte: Adaptado de Instituto Prístino 2021.

Tabela 05
Lista da fauna de mamíferos de médio e grande porte registrados no Vale do rio Peixe Bravo.

Família	Espécie	Nome popular
Canidae	<i>Lycalopex vetulus</i>	Raposinha
	<i>Conepatus semistriatus</i>	Cachorro-do-mato
	<i>Chrysocyon brachyurus</i>	Lobo-guará
Cervidae	<i>Mazama</i> sp.	Veado
	<i>Mazama gouazoubira</i>	Veado-catingueiro
Felidae	<i>Puma concolor</i>	Onça-parda
	<i>Leopardus</i> sp.*	Gato-do-mato
Dasypodidae	<i>Dasypus novemcinctus</i>	Tatu-galinha
Mephitidae	<i>Conepatus semistriatus</i>	Jaritataca

Família	Espécie	Nome popular
Mustelidae	<i>Eira barbara</i>	Irara
Myrmecophagidae	<i>Tamandua tetradactyla</i>	Tamanduá-mirim

Fonte: Adaptado de Instituto Prístino (2021)

Tabela 06
Lista de aves registradas no Território de Peixe Bravo

Táxon (Ordem / Família / Espécie)	Nome popular	Habitats	Áreas
Tinamiformes			
Tinamidae			
<i>Crypturellus parvirostris</i> (Wagler, 1827)*	inambu-chororó	AC, CS	1, 2, 3
Galliformes			
Cracidae			
<i>Penelope superciliaris</i> Temminck, 1815*	Jacupemba	CA, CS	1, 2, 6
Cathartiformes			
Cathartidae			
<i>Cathartes aura</i> (Linnaeus, 1758)*	urubu-de-cabeça-vermelha	AE	1, 4, 5, 6
<i>Coragyps atratus</i> (Bechstein, 1793)*	Urubu	AE	1, 2, 6
<i>Sarcoramphus papa</i> (Linnaeus, 1758)*	urubu-rei	AE	6
Accipitriformes			
Accipitridae			
<i>Heterospizias meridionalis</i> (Latham, 1790)*	gavião-caboclo	CS	2
<i>Rupornis magnirostris</i> (Gmelin, 1788)*	gavião-carijó	AC, CA, CS, PR	1, 2, 3
Columbiformes			
Columbidae			
<i>Columbina talpacoti</i> (Temminck, 1810)*	Rolinha	AC	1
<i>Columbina squammata</i> (Lesson, 1831)*	fogo-apagou	CA	1, 2
<i>Patagioenas picazuro</i> (Temminck, 1813)*	asa-branca	CA	1, 6
<i>Patagioenas cayennensis</i> (Bonnaterre, 1792)*	pomba-galega	AE, CA	1, 2
<i>Zenaida auriculata</i> (Des Murs, 1847)*	Avoante	AC	2
<i>Leptotila verreauxi</i> Bonaparte, 1855*	jurití-pupu	CA, MC	1, 3, 6
Cuculiformes			
Cuculidae			
<i>Piaya cayana</i> (Linnaeus, 1766)*	alma-de-gato	CA	6
<i>Gnira gnira</i> (Gmelin, 1788)*	anu-branco	CS	2, 4
Strigiformes			
Tytonidae			
<i>Tyto furcata</i> (Temminck, 1827)*	Suindara	PR	4
Caprimulgiformes			
Caprimulgidae			

Táxon (Ordem / Família / Espécie)	Nome popular	Habitats	Áreas
<i>Hydropsalis torquata</i> (Gmelin, 1789)*	bacurau-tesoura	AC, CS	1, 2
Apodiformes			
Apodidae			
<i>Cypseloides fumigatus</i> (Streubel, 1848)	taperuçu-preto	MC	3
<i>Streptoprocne</i> sp.	Taperuçu	AE	6
Trochilidae			
<i>Anopetia gounellei</i> (Boucard, 1891)*	rabo-branco-de-cauda-larga	AC, CA, CR	1, 2, 3, 6
<i>Phaethornis pretrei</i> (Lesson & Delattre, 1839)*	rabo-branco-acanelado	AC, CA, CR, MC	1, 3, 6
<i>Eupetomena macroura</i> (Gmelin, 1788)*	beija-flor-tesoura	AC, CR	2, 6
<i>Colibri serrirostris</i> (Vieillot, 1816)*	beija-flor-de-orelha-violeta	AC, CA, CS, CR	4, 6
<i>Chrysolampis mosquitus</i> (Linnaeus, 1758)	beija-flor-vermelho	AC	1
<i>Chlorostilbon lucidus</i> (Shaw, 1812)*	besourinho-de-bico-vermelho	AC, CA, CR	1, 2, 6
<i>Thalurania furcata</i> (Gmelin, 1788)*	beija-flor-tesoura-verde	MC	3
<i>Polytmus guainumbi</i> (Pallas, 1764)*	beija-flor-de-bico-curvo	AC	1
<i>Amazilia fimbriata</i> (Gmelin, 1788)*	beija-flor-de-garganta-verde	AC, CA, CS, MC	1, 2, 3, 4, 6
<i>Heliactin bilophus</i> (Temminck, 1820)*	chifre-de-ouro	CS, CR	2, 6
<i>Heliomaster squamosus</i> (Temminck, 1823)	bico-reto-de-banda-branca	AC, CA	1, 2
Galbuliformes			
Galbulidae			
<i>Galbula ruficauda</i> Cuvier, 1816	Ariramba	MC	3
Piciformes			
Ramphastidae			
<i>Ramphastos toco</i> Statius Muller, 1776*	Tucanuçu	AE, CA	1, 2, 3, 6
Picidae			
<i>Picumnus pygmaeus</i> (Lichtenstein, 1823)*	picapauzinho-pintado	CA, MC	1, 2, 3, 6
<i>Veniliornis passerinus</i> (Linnaeus, 1766)*	pica-pau-pequeno	CA	1
<i>Piculus chrysochloros</i> (Vieillot, 1818)*	pica-pau-dourado-escuro	CA	1
<i>Dryocopus lineatus</i> (Linnaeus, 1766)*	pica-pau-de-banda-branca	MC	3
Cariamiformes			
Cariamidae			
<i>Cariama cristata</i> (Linnaeus, 1766)*	Seriema	CS	1, 2
Falconiformes			
Falconidae			
<i>Milvago chimachima</i> (Vieillot, 1816)*	Carrapateiro	AE, AC, CS	1, 3, 6
<i>Herpetotheres cachinnans</i> (Linnaeus, 1758)*	Acauã	CA, CS	1, 2, 5
<i>Falco femoralis</i> Temminck, 1822*	falcão-de-coleira	CS	6
Psittaciformes			
Psittacidae			
<i>Thectocercus acuticaudatus</i> (Vieillot, 1818)*	aratinga-de-testa-azul	AE, CA, PR	1, 3, 6

Táxon (Ordem / Família / Espécie)	Nome popular	Habitats	Áreas
<i>Psittacara leucophthalmus</i> (Statius Muller, 1776)*	Periquitão	AE, PR	1, 3
<i>Eupsittula aurea</i> (Gmelin, 1788)*	periquito-rei	AE, CS, CR	2, 3, 6
<i>Eupsittula cactorum</i> (Kuhl, 1820)*	periquito-da-caatinga	AE, AC, CS	1, 2, 3, 6
<i>Brotogeris chiriri</i> (Vieillot, 1818)*	periquito-de-encontro-amarelo	AE, AC, CS	1, 2, 3, 6
<i>Pionus maximiliani</i> (Kuhl, 1820)*	Maitaca	AE, CA	1, 2, 6
<i>Amazona aestiva</i> (Linnaeus, 1758)*	Papagaio	AE, CA, CS, PR	1, 2, 3, 6
Passeriformes			
Thamnophilidae			
<i>Myrmorchilus strigilatus</i> (Wied, 1831)*	tem-farinha-aí	CA, CS, MC	1, 2, 3, 4, 5, 6
<i>Formicivora melanogaster</i> Pelzeln, 1868*	formigueiro-de-barriga-preta	CA, CS	1, 2, 3, 6
<i>Formicivora rufa</i> (Wied, 1831)*	papa-formiga-vermelho	CS, CR	2, 6
<i>Herpsilochmus sellowi</i> Whitney & Pacheco, 2000*	chorozinho-da-caatinga	CA	1, 2, 6
<i>Herpsilochmus atricapillus</i> Pelzeln, 1868	chorozinho-de-chapéu-preto	MC	3
<i>Sakesphorus cristatus</i> (Wied, 1831)*	choca-do-nordeste	CA, CS, CR, MC	1, 2, 3, 4, 5, 6
<i>Thamnophilus capistratus</i> Lesson, 1840*	choca-barrada-do-nordeste	CA	1
<i>Thamnophilus torquatus</i> Swainson, 1825*	choca-de-asa-vermelha	CS	2
<i>Thamnophilus pelzelni</i> Hellmayr, 1924*	choca-do-planalto	CA, CS, MC	1, 2, 3, 6
<i>Thamnophilus caerulescens</i> Vieillot, 1816	choca-da-mata	MC	3
<i>Taraba major</i> (Vieillot, 1816)*	choró-boi	CA	1
Melanopareiidae			
<i>Melanopareia torquata</i> (Wied, 1831)*	tapaculo-de-colarinho	CS, CR	2, 6
Dendrocolaptidae			
<i>Sittasomus griseicapillus</i> (Vieillot, 1818)	arapaçu-verde	MC	3
<i>Campylorhynchus trochilrostris</i> (Lichtenstein, 1820)*	arapaçu-beija-flor	CA	1
<i>Lepidocolaptes angustirostris</i> (Vieillot, 1818)*	arapaçu-de-cerrado	AC, CA, CS	1, 2, 3, 4, 6
Furnariidae			
<i>Furnarius rufus</i> (Gmelin, 1788)*	joão-de-barro	CS	2
<i>Lochmias nematura</i> (Lichtenstein, 1823)	joão-porca	MC	3
<i>Megaxenops parnaguae</i> Reiser, 1905*	bico-virado-da-caatinga	CA	1, 2, 6
<i>Phacellodomus rufifrons</i> (Wied, 1821)*	joão-de-pau	AC, CR	6
<i>Schoeniophylax phryganophilus</i> (Vieillot, 1817)	Bichoita	MC	3
<i>Synallaxis frontalis</i> Pelzeln, 1859*	Petrim	CA	1, 2, 6
<i>Synallaxis albescens</i> Temminck, 1823*	uí-pi	AC, CR	2, 6
<i>Synallaxis spixi</i> Sclater, 1856*	joão-teneném	CR, MC	3, 6
Pipridae			
<i>Ilicura militaris</i> (Shaw & Nodder, 1809)	Tangarazinho	MC	3

Táxon (Ordem / Família / Espécie)	Nome popular	Habitats	Áreas
<i>Antilophia galeata</i> (Lichtenstein, 1823)	Soldadinho	MC	3, 4, 6
Rhynchocyclidae			
<i>Tolmomyias sulphurescens</i> (Spix, 1825)*	bico-chato-de-orelha-preta	CA, MC	1, 3
<i>Tolmomyias flaviventris</i> (Wied, 1831)*	bico-chato-amarelo	CA, CS, MC	1, 2, 3, 6
<i>Todirostrum cinereum</i> (Linnaeus, 1766)*	ferreirinho-relógio	CA	6
<i>Hemitriccus nidipendulus</i> (Wied, 1831)	tachuri-campainha	MC	3
<i>Hemitriccus margaritaceiventer</i> (d'Orbigny & Lafresnaye, 1837)*	sebinho-de-olho-de-ouro	AC, CA, CS, CR, MC	1, 2, 6
Tyrannidae			
<i>Hirundinea ferruginea</i> (Gmelin, 1788)*	gibão-de-couro	AC, CA, CS, CR, PR	1, 2, 3
<i>Euscarthmus meloryphus</i> Wied, 1831*	barulhento	CA	2
<i>Camptostoma obsoletum</i> (Temminck, 1824)*	risadinha	AC, CA, CR	1, 2, 6
<i>Elaenia spectabilis</i> Pelzeln, 1868	guaracava-grande	AC	1
<i>Elaenia cristata</i> Pelzeln, 1868*	guaracava-de-topete-uniforme	AC, CA, CS, CR	1, 2, 3, 4, 6
<i>Elaenia chiriquensis</i> Lawrence, 1865	chibum	CS, CR	2, 6
<i>Elaenia obscura</i> (d'Orbigny & Lafresnaye, 1837)*	tucão	CA, MC	1, 2, 3, 6
<i>Myiopagis viridicata</i> (Vieillot, 1817)	guaracava-de-crista-alaranjada	CA, MC	1, 3
<i>Phaemyias murina</i> (Spix, 1825)*	bagageiro	AC, CA	1, 2, 6
<i>Myiarchus swainsoni</i> Cabanis & Heine, 1859	irré	AC, CA	1, 2
<i>Myiarchus ferox</i> (Gmelin, 1789)*	maria-cavaleira	CA, CS, MC	3, 6
<i>Myiarchus tyrannulus</i> (Statius Muller, 1776)*	maria-cavaleira-de-rabo-enferrujado	CA	1
<i>Casiornis rufus</i> (Vieillot, 1816)	maria-ferrugem	MC	3
<i>Megarynchus pitangua</i> (Linnaeus, 1766)*	neinei	MC	3
<i>Tyrannus melancholicus</i> Vieillot, 1819	suiriri	CS	2
<i>Tyrannus savana</i> Daudin, 1802	tesourinha	CS	2
<i>Colonia colonus</i> (Vieillot, 1818)	viuvinha	MC	3
<i>Myiophobus fasciatus</i> (Statius Muller, 1776)*	filipe	AC	2
<i>Cnemotriccus fuscatus</i> (Wied, 1831)*	guaracavuçu	CA	6
<i>Lathrotricus euleri</i> (Cabanis, 1868)	enferrujado	MC	3
Vireonidae			
<i>Cyclarhis gujanensis</i> (Gmelin, 1789)*	pitiguari	CA, CS	1, 2, 3, 6
<i>Hylophilus amaurocephalus</i> (Nordmann, 1835)*	vite-vite-de-olho-cinza	CA, CS, MC	1, 2, 3, 6
Corvidae			
<i>Cyanocorax cristatellus</i> (Temminck, 1823)*	gralha-do-campo	CA, CS	3, 4, 5, 6
Hirundinidae			
<i>Pygochelidon cyanoleuca</i> (Vieillot, 1817)	andorinha-pequena-de-casa	AE	3, 6
Troglodytidae			

Táxon (Ordem / Família / Espécie)	Nome popular	Habitats	Áreas
<i>Troglodytes musculus</i> Naumann, 1823*	corruíra	AC, CS, CR, PR	1, 2, 3, 6
<i>Cantorchilus longirostris</i> (Vieillot, 1819)*	garrinção-de-bico-grande	CA, CS	3, 6
Poliptilidae			
<i>Poliptila plumbea</i> (Gmelin, 1788)*	balança-rabo-de-chapéu-preto	CA, CS, MC	1, 2, 3, 6
Turdidae			
<i>Turdus leucomelas</i> Vieillot, 1818*	sabiá-branco	AC, CA, CS, CR, MC	1, 2, 3, 5, 6
<i>Turdus amaurochalinus</i> Cabanis, 1850*	sabiá-poca	CA	1, 2, 6
Passerellidae			
<i>Zonotrichia capensis</i> (Statius Muller, 1776)*	tico-tico	AC, CA, CS, CR	1, 2, 3, 4, 5, 6
Parulidae			
<i>Setophaga pitiayumi</i> (Vieillot, 1817)*	mariquita	CA, MC	1, 3, 6
<i>Basileuterus culicivorus</i> (Deppe, 1830)	pula-pula	MC	3
<i>Myiothlypis flaveola</i> Baird, 1865*	canário-do-mato	CA, CS, MC	1, 2, 3, 6
Thraupidae			
<i>Neothraupis fasciata</i> (Lichtenstein, 1823)*	cigarra-do-campo	CS	2
<i>Schistochlamys ruficapillus</i> (Vieillot, 1817)*	bico-de-veludo	AC, CA, CS, CR, MC	1, 2, 3, 6
<i>Tangara sayaca</i> (Linnaeus, 1766)*	sanhaço-cinzento	CA, CS	2
<i>Tangara cayana</i> (Linnaeus, 1766)*	saíra-amarela	AC, CA, CS, CR, MC	1, 2, 3, 6
<i>Compsothraupis loricata</i> (Lichtenstein, 1819)*	tiê-caburé	CA	2, 6
<i>Sicalis citrina</i> Pelzeln, 1870*	canário-rasteiro	AC, CS, CR	1, 2, 6
<i>Hemithraupis</i> cf. <i>guira</i> (Linnaeus, 1766)	saíra-de-papo-preto	MC	3
<i>Coryphospingus pileatus</i> (Wied, 1821)*	tico-tico-rei-cinza	AC, CA	1
<i>Tachyphonus rufus</i> (Boddaert, 1783)*	pipira-preta	AC	2
<i>Coereba flaveola</i> (Linnaeus, 1758)*	cambacica	AC, CA, MC	1, 3, 6
<i>Sporophila plumbea</i> (Wied, 1830)*	patativa	CS	6
<i>Embernagra longicauda</i> Strickland, 1844*	rabo-mole-da-serra	AC, CR	6
<i>Emberizoides herbicola</i> (Vieillot, 1817)*	canário-do-campo	CS	2
<i>Saltatricula atricollis</i> (Vieillot, 1817)*	batuqueiro	CS, CR	2, 4, 6
<i>Saltator similis</i> d'Orbigny & Lafresnaye, 1837*	trinca-ferro	CA, CS, MC	1, 2, 3, 6
Cardinalidae			
<i>Piranga flava</i> (Vieillot, 1822)*	sanhaço-de-fogo	AC	2
<i>Cyanoloxia brissonii</i> (Lichtenstein, 1823)*	azulão	CA, MC	3, 6
Fringillidae			
<i>Euphonia chlorotica</i> (Linnaeus, 1766)*	fim-fim	CA, CS, MC	1, 2, 3, 5, 6

Fonte: Adaptado de Instituto Prístino 2021.